

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
SEMIÓTICA**

FRANCISCO DE MOURA PINHEIRO

**A INVENÇÃO DA FLORESTANIA: a participação da mídia acreana na
construção de um novo discurso ideológico**

**São Paulo
2013**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
SEMIÓTICA**

FRANCISCO DE MOURA PINHEIRO

**A INVENÇÃO DA FLORESTANIA: a participação da mídia acreana na
construção de um novo discurso ideológico**

Tese apresentada à Banca Examinadora, com exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), área de concentração Signo e Significação nas Mídias, sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado.

**São Paulo
2013**

FRANCISCO DE MOURA PINHEIRO

**A INVENÇÃO DA FLORESTANIA: a participação da mídia acreana na
construção de um novo discurso ideológico**

Tese apresentada à Banca Examinadora, com exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), área de concentração Signo e Significação nas Mídias, sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado (Orientador)

Prof. Dr. José Amálio de Branco Pinheiro

Prof. Dr. Edilson Cazeloto

Prof. Dr. Jacó César Piccoli

Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Michalany Chaia

DEDICATÓRIA

À minha esposa e companheira Maria de Nazaré de Oliveira Pinheiro, com amor, admiração e gratidão, pelo apoio incansável em todos os momentos da construção deste trabalho.

Aos meus filhos Igor Marcel de Oliveira Pinheiro e Iung Alício de Oliveira Pinheiro, cuja forma de incentivo, no mais das vezes, se traduzia na pergunta sobre o andamento da pesquisa e na tessitura da tese.

À pequenina princesa Ivi, que me enche de alegria e lisonja de poder chamá-la minha netinha querida.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado, orientador, sem o qual este trabalho não existiria.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela oportunidade da realização do curso de doutorado.

À CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado para a realização deste pesquisa.

Às pessoas a seguir relacionadas, em ordem alfabética, cuja participação, nos vários momentos do processo, foi fundamental para o resultado final do trabalho.

- . Adailton Galvão (UFAC)
- . Alexandre Nunes (Rádio Aldeia FM)
- . Aníbal Diniz
- . Antônio Alves
- . Arthur Leite
- . Augusto Diniz
- . Cida Bueno
- . Dalmir Ferreira (UFAC)
- . Edmê Gomes (TV Aldeia)
- . Elson Dias Dantas (*Página 20*)
- . Francielle Modesto (UFAC)
- . Francisco Aquinei (UFAC)
- . Francisco Pinheiro de Assis (UFAC)
- . Gustavo Ribeiro (UFAC)
- . Jersimar Silva (UFAC)
- . João Veras
- . João Petrolitano Gonçalves de Assis (UFAC)
- . Jorge Henrique (TV Aldeia)
- . Manoel Façanha Tavares Neto
- . Márcio Chocorosqui (UFAC)
- . Olinda Batista Assmar (UFAC)
- . Renildo Moura da Cunha (UFAC)
- . Rodrigo Torres
- . Veridiano Barroso (UFAC)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do primeiro número do jornal <i>Página 20</i> , publicado no dia 5 de março de 1995	146
Figura 2 – Primeira matéria sobre o tema meio ambiente publicada no <i>Página 20</i> , após a chegada do PT ao Governo do Estado, em 1º de maio de 1999	168
Figura 3 – Primeira matéria publicada no <i>Página 20</i> onde é mencionada a palavra florestania, em 16 de fevereiro de 2000	175
Figura 4 – Matéria sobre a florestania, publicada no dia 26 de agosto de 2000	185
Figura 5 – Logomarca do Governo da Floresta	186
Figura 6 – Peça publicitária alusiva à florestania, publicada em junho de 2001	187
Figura 7 – Editorial do <i>Página 20</i> sobre os benefícios da florestania, publicado em 10 de novembro de 2002	191

RESUMO

Esta pesquisa investiga a construção de uma nova ideologia, no Estado do Acre, no limiar do século XXI, empreendida por uma coalizão de agremiações políticas denominada Frente Popular, coalizão esta composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Verde (PV) e Partido Democrático Trabalhista (PDT). A nova ideologia, fundamentada na questão do desenvolvimento sustentável, estabeleceu como ponto nodal do seu discurso a palavra “florestania”, junção das palavras “floresta” e “cidadania”. Para que a nova ideologia pudesse ser disseminada e, conseqüentemente, sedimentada entre a população acreana, a estratégia da Frente Popular foi investir pesadamente nos meios de comunicação locais. Assim, de modo mais específico, essa pesquisa busca resposta para as seguintes questões: Em que momento a florestania surgiu no contexto acreano? A qual o discurso hegemônico se contrapôs a florestania? Como o tema florestania foi veiculado nos veículos de comunicação do Acre? Quais foram os principais contratos de comunicação propostos nas emissoras de rádio, televisão e jornais acreanos? Qual a relação entre florestania e desenvolvimento sustentável? Além disso, também é objetivo da pesquisa destacar os conceitos de ideologia, agendamento e ação comunicativa mediante as teorias pertinentes, adequando-os ao objeto de estudo proposto. O corpus da pesquisa, abrangendo o período de 1999 a 2006, é constituído de peças veiculadas na TV Aldeia, Rádio Aldeia e matérias publicadas no jornal Página 20, todos sediados em Rio Branco, capital do Acre, e mantidos pelo Governo do Estado. Como referencial teórico serão usadas a Teoria Social Crítica, a partir dos conceitos trabalhados por John B. Thompson; a hipótese do Agenda Setting, com base em Mauro Wolf; a Análise do Discurso, a partir de Norman Fairclough; a Teoria da Ideologia, apoiada em Ernesto Laclau; e a Ecologia dos Saberes, conforme Boaventura de Sousa Santos. A pesquisa tem como eixo principal o exame discursivo de entrevistas e documentos sobre a florestania, tendo o método qualitativo como base para a coleta de dados. Realizamos entrevistas com personagens ligados ao tema, bem como análises documentais. O conteúdo veiculado pelas emissoras e pelo jornal impresso escolhidos para a pesquisa são examinados à luz do referencial teórico aludido, com ênfase na Análise do Discurso, buscando-se as bases para a efetivação dos contratos de comunicação manifestos ou subjacentes.

Palavras-chave: Acre; comunicação na Amazônia; comunicação pública; contratos de comunicação; florestania; ideologia.

ABSTRACT

This research investigates the construction of a new ideology in the state of Acre, in the middle of the twenty-first century, waged by a coalition of political groups called Popular Front, this coalition composed of the following parties: Workers' Party (PT), Brazilian Communist Party (PCB), Communist Party of Brazil (PC do B), Green Party (PV) and the Democratic Labor Party (PDT). The new ideology, based on the issue of sustainable development, established as a nodal point of his speech the word "florestania", combination of the words "forest" and "citizenship." For the new ideology could be disseminated and therefore sedimented between Acre population, the Popular Front strategy was to invest heavily in the local media. This research wants to answer the following questions: When does the florestania emerged in Acre? The hegemonic discourse which countered the florestania? How the theme florestania was reported in the media of Acre? What were the main contracts announced proposed in radio, television and Acre newspapers? What is the relationship between sustainable development and florestania? Also, the research wants to emphasize the concepts of ideology, scheduling and communicative action through relevant theories, adapting them to the object of the proposed study. The corpus includes the period 1999 to 2006, consists of pieces aired on Aldeia TV, Aldeia Radio and newspaper articles published on Página 20, in Rio Branco, capital of Acre, and maintained by the State Government. As a theoretical framework will be used to Critical Social Theory, from the concepts worked by John B. Thompson, the hypothesis of Agenda Setting, based on Mauro Wolf; Discourse Analysis, from Norman Fairclough, the Theory of Ideology, supported by Ernesto Laclau, and the Ecology of Knowledge, as Boaventura de Sousa Santos. The research is centered discursive examination of documents and interviews about florestania, with the qualitative method as the basis for data collection. We conducted interviews with characters related to the subject, as well as documentary analysis. The content presented by broadcasters and newspaper chosen for the research are examined with emphasis on discourse analysis, looking up the bases for the contracts or underlying communication.

Key-words: Acre; communication in the Amazon; public communication, communication contracts; florestania; ideology.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
1. A INVENÇÃO DA FLORESTANIA.....	21
1.1 Desenvolvimento sustentável e florestania.....	21
1.2 Sobre cidadania	29
1.3 A ecologia dos saberes.....	31
1.4 A comunicação como elemento crucial para a disseminação da florestania	37
1.4 Breves notas sobre ideologia e hegemonia.....	44
1.5 Um nova identidade construída pelo discurso.....	52
2. HISTÓRIA, TERRITÓRIO, MEMÓRIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTVEL E IDENTIDADE.....	57
2.1 Acre: dos primeiros conflitos pela posse da terra às reservas extrativistas.....	57
2.2 O desenvolvimento sustentável como movimento contra hegemônico...	65
2.3 Um novo ciclo do poder acreano no limiar do século XX.....	78
2.4 A formação do PT acreano.....	84
2.5 O papel do território e da memória na construção da identidade.....	91
3. SÍMBOLOS DA FLORESTA NAS ONDAS DO RÁDIO E NA TELA DA TV.....	95
3.1 A troca da ordem e do discurso.....	95
3.2 Portadores técnicos de símbolos: os meios audiovisuais.....	100
3.3 A sustentação do discurso nas peças radiofônicas.....	104
3.4 O agendamento pelos sons.....	116
3.5 A sustentação do discurso nas peças televisivas.....	119
3.5.1 Leonardo Boff.....	123
3.5.2 Marina Silva.....	128
3.6 O agendamento pela imagem.....	133
4. PÁGINAS A SERVIÇO DA FLORESTANIA	138
4.1 O texto no contexto.....	138
4.2 A imprensa alternativa acreana.....	141
4.3 Página 20, o “Galinho Bom de Briga.....	145
4.4 Texto, prática discursiva e prática social na florestania.....	149
4.5 Ação, poder, comunicação e agendamento.....	159
4.6 O agendamento impresso.....	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	214

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*“(...) ao término da nossa exploração
deveremos chegar ao ponto de partida
e conhecer esse lugar pela primeira vez”.*

- T S Elliot -

Foi na primeira metade do século XVIII, num encontro em pleno rio Negro, no interior da Amazônia, de acordo com Neide Gondim (1994, p. 212), que o missionário jesuíta Anselmo Pfungst mostrou uma pequena bolsa feita de borracha, onde guardava uma imagem da Virgem Maria, presente que ganhara de um índio, ao cientista francês Jean Marie de La Condamine. Pfungst, provavelmente, jamais poderia imaginar a transformação que estava, involuntariamente, ajudando a causar no mundo. Estudioso das variadas gomas e resinas produzidas pela exuberância da floresta amazônica, acrescenta Pinheiro (1999, p. 26), o cientista francês, ao ver o objeto, portador que era de amostras brutas da matéria prima usada na confecção da bolsa, tratou de voltar rápido para a cidade, onde realizou os primeiros estudos em laboratório sobre as propriedades do referido material.

Nos anos seguintes a esse fato, outro cientista francês, François Fresneau, amigo de Jean Marie de La Condamine, entusiasta desde o primeiro momento do uso do látex para fins industriais (emprego sobre tecidos, obtenção de encerados, luvas para bombas, roupas para mergulhadores etc.), foi quem passou a estudar a maneira de como poderia ser resolvido o problema de transformar a solidez do material (que era o estado como o látex chegava à Europa) em algo maleável. Até que, em 1762, mais de 20 anos depois do encontro entre La Condamine e Anselmo Pfungst sobre as águas escuras do rio Negro, Fresneau conseguiu realizar a liquefação do látex coagulado, mediante a sua dissolução com o emprego de uma resina líquida denominada terebintina (SANTOS, 1980, p. 45).

Depois disso, com a percepção, tanto de cientistas quando de industriais, sendo aguçada, ante as múltiplas possibilidades de aproveitamento do novo material, as pesquisas com o látex se intensificaram, desenvolvendo-se simultaneamente na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Um problema, porém, persistiu ainda por algum tempo: o da falta de adesividade da borracha, o que limitava a produção de artefatos derivados dela. Na segunda metade do século XIX, entretanto, com a vulcanização da borracha sendo desenvolvida (quase que de forma simultânea, por Charles Goodyear, nos Estados Unidos, e Thomas Hancock, na

Inglaterra), resolveu-se o problema, e o látex passou a ser usado em larga escala como matéria prima essencial ao processo industrial (SANTOS, 1980, p. 45).

A partir daí, todas as atenções do planeta voltaram-se para a Amazônia, região onde proliferava a árvore da seringueira. A borracha, tida até então como mais uma “droga do sertão”, passou a integrar a paisagem social e econômica do Brasil como produto de ponta, chegando num dado momento, no ranking das exportações brasileiras, a ser o segundo produto mais importante, ficando atrás somente do café. De uns poucos quilos produzidos anualmente, a borracha saltou para toneladas. Nenhuma quantidade, por maior que fosse, parecia suficiente para a voracidade do mercado consumidor estrangeiro, principalmente depois da massificação da bicicleta, como veículo de transporte, e da invenção do automóvel, ambas nos últimos anos do século XIX (PINHEIRO, 1999, p. 27).

Por conta dessa enorme demanda pela borracha da Amazônia, levando-se em conta que a região era praticamente desabitada, fez-se necessário o provimento de um enorme contingente de mão de obra para trabalhar na extração da seiva da seringueira e na consequente fabricação do látex. Foi aí que entrou em cena o Nordeste do Brasil, cuja maioria da população, principalmente os moradores do sertão, estava praticamente na miséria, dado o grande período de estiagem que assolava a região. Milhares de nordestinos, então, passaram a ser recrutados para trabalhar na selva amazônica, motivados pelo argumento de que havia água em abundância para todos, bem como enormes possibilidades de voltarem ricos para a sua terra natal, depois de algum tempo (RANZI, 2008, p. 39).

Por essa época, o extremo oeste do território brasileiro acabava no estado do Amazonas. Ir além era penetrar em espaço territorial boliviano, outra região praticamente sem habitantes. Como a árvore da seringueira não deixava de existir entre uma e outra fronteira, o que veio em seguida foi uma invasão dos brasileiros no país vizinho. Os bolivianos não podiam, é claro, suportar a afronta e reagiram em defesa do espaço que por direito lhes pertencia. O não entendimento entre as partes resultou em dois momentos bélicos. No primeiro momento, os brasileiros, liderados pelo espanhol D. Luiz Gálvez, chegaram até a fundar uma república independente, mas de efêmera existência (TOCANTINS, 2001, Vol I, p. 326). No segundo momento, os bolivianos acharam por bem entregar o território que lhes pertencia, mediante uma compensação financeira (TOCANTINS, 2001, Vol II, p. 297 - 321).

Dessa forma, por conta desses fatores descritos, nasceu no início do século XX, sob a tutela do governo central brasileiro, o Território Federal do Acre, unidade da federação que mais contribuiu para a riqueza nacional na época mencionada, constituindo-se em personagem

central de um ciclo econômico que propiciou o período de grande expressão política, cultural e socioeconômica da região amazônica. A economia proporcionou condições de vida jamais experimentadas pelos habitantes da região Norte e possibilitou, igualmente, a exploração de um espaço vital para a nação, bem como deu condições da revitalização do seu organismo social e financeiro, antes restrito, nas mais diversas fases da sua história, a um tipo de produção centrada em monoculturas.

Foi um tempo de tamanho fausto que os dirigentes, tanto da nação quanto regionais, descuidaram do fato de que uma economia estruturada sob a dependência de um único produto de exportação ficava extremamente vulnerável aos imprevistos gerados pela flutuação do mercado externo. Mercado esse que, inclusive, levava para fora do Brasil a maior parte do capital excedente gerado internamente, não se verificando qualquer efeito multiplicador para a sociedade local. Pode-se mesmo dizer que as aplicações da riqueza gerada na região amazônica se limitaram ao consumo imediato e supérfluo, como são os casos de extravagâncias tais como a compra de objetos de luxo direto dos maiores centros comerciais da Europa e dos Estados Unidos.

Foi um tempo também, além do fausto de que se fala no início do parágrafo anterior, em que vigorava no planeta um modelo de exploração baseado nas premissas do antropocentrismo, com os humanos se autoproclamando o centro de todas as coisas, estabelecendo a premissa de que tudo o mais, inclusive (ou principalmente) a natureza - considerando-se como tal “o conjunto de todos os seres, desde as partículas elementares e as energias primordiais, até as mais complexas formas de vida...”, (BOFF, 2008, p. 25), deveria subordinar-se aos seus caprichos. No caso da Amazônia, a compreensão era a de que toda a riqueza natural peculiar à região só existia para servir aos interesses humanos. Assim sendo, essa natureza poderia ser utilizada como melhor aprovesse aos interesses dos homens, sem nenhuma preocupação com o aspecto da finitude dela. As questões preservacionistas passavam ao largo. A exuberância da selva parecia infinita e poderia ser usada sem preocupação.

A farra da borracha, porém, não poderia durar para sempre. Sendo assim, por volta de 1915, com a falta de medidas saneadoras do governo federal, além da entrada em cena da borracha produzida na Ásia, a exploração do produto na Amazônia começou a declinar, sucedendo-se um período de estagnação da economia regional e, conseqüente, abandono dos seringais. Essa situação só melhorou com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, uma vez que a produção asiática deixou de ser adquirida pelos países aliados, dado o domínio daquela parte

do mundo pelos japoneses, aliados dos nazistas. Durante os anos da guerra, caracterizou-se na Amazônia o “II Ciclo da Borracha”. Entretanto, o fim do conflito relegou novamente a região a uma produtora secundária da referida matéria.

De todas as unidades da federação brasileira da região amazônica, a que mais sentiu a falta do chamado “ouro negro dos trópicos” foi o então Território Federal do Acre. Ligado visceralmente ao poder federal, por força constitucional, todos os recursos da produção da borracha acreana eram gerenciados pela União. Assim, a partir do momento em que a borracha deixou de existir como produto de exploração, o Acre, à mercê da própria sorte, viu passar os habitantes da sua floresta de um inicial ostracismo para um posterior abandono. Algumas famílias optaram por permanecer no antigo *habitat*, tentando sobreviver do que pudessem adquirir em pequenas lavouras; outras migraram para uma espécie de marginalidade na periferia dos centros urbanos.

Depois da Segunda Guerra Mundial e até o início dos anos de 1970 praticamente nada foi feito para mudar o quadro econômico dos acreanos. Nem mesmo a passagem do Território Federal à categoria de Estado, em 1962, contribuiu para alguma coisa nesse sentido. Mesmo tornando-se “autônomo” a partir desta data, não se vislumbrava, em nível local, um caminho para a retomada do crescimento e para a ascensão social dos acreanos. Veio, então, o golpe de 1964 e com ele o período dos governadores nomeados pelos militares que, em última instância, é quem determinavam os rumos que o país deveria percorrer. A Amazônia era território que precisava ser ocupado. Para eles, urgia “desenvolvê-la”. A estratégia, entretanto, foi a mais equivocada possível.

No Acre, o modelo de desenvolvimento proposto foi o da exploração pecuária. Estimular a ocupação do espaço territorial por fazendeiros do centro-sul do país, vendendo-lhes as terras a preços irrisórios. A floresta, por esse modelo, deveria ser posta abaixo e as terras desmatadas deveriam se transformar em pasto para o rebanho bovino. Nada mais na contramão das ideias que, desde os anos de 1960, circulavam pelo mundo, no sentido de que sem a preservação ambiental provavelmente não haveria humanidade num futuro relativamente próximo. Além do mais, no que diz respeito ao nível local, a política dos militares só serviu para dar início a conflitos sangrentos entre os povos da floresta e os “alienígenas” criadores de gado.

De 1964 a 1982, os governadores dos estados foram ungidos ao cargo por militares no poder. No Acre, velhos caciques da política local, todos pertencentes aos partidos de sustentação (PSD, ARENA e PDS) do regime vigente, revezaram-se no Palácio Rio Branco.

A partir de 1983, apesar de os militares ainda estarem no poder (eles saíram em 1985), o país voltou a ter os seus governadores eleitos pelo voto direto. Daí até 1998, os acreanos elegeram sete governadores, os quatro primeiros pertencentes à sigla PMDB e os três últimos dos quadros do PSD. Nenhum deles, porém, atentou, percebeu ou teve força política suficiente para empreender ações voltadas para a preservação do meio ambiente.

Na eleição de 1998, uma nova força política ascendeu ao poder no Acre. Aglutinados numa ampla coalizão denominada Frente Popular, os partidos de esquerda (PT, PCB, PC do B, PV e PDT), liderados pelo Partido dos Trabalhadores, lograram derrotar os partidos tradicionais, representantes de antigas oligarquias e detentores de práticas clientelistas no trato da coisa pública. A desilusão coletiva, acumulada por várias gerações, de que o Acre era o pior lugar do mundo para se viver (“ir para o Acre”, em dicionário de época, significava “ir para a morte”), dada a sua distância dos grandes centros urbanos, a sua incipiência econômica e as endemias peculiares da floresta tropical, começou a ruir. Deu-se lugar a um novo sentimento de esperança.

No discurso dos novos dirigentes, o que passou a valer, em posição diametralmente oposta às políticas anteriores, foi o respeito pela natureza, a preservação ambiental, a exploração do meio ambiente de forma sustentável, o respeito aos povos da floresta, bem como da sua cultura e das suas tradições. Tanto que, para sintetizar o novo momento e as novas propostas políticas, foi criado o neologismo “florestania”, vocábulo que junta numa só unidade as palavras “floresta” e “cidadania”, caracterizando uma espécie de cidadania da floresta, onde os valores antropocêntricos deveriam ser deixados para trás, passando a valer uma interseção de saberes que fizessem convergir para um ponto comum a ciência da academia e o conhecimento oriundo das camadas populares.

Não bastava, entretanto, elaborar a proposta da florestania. Era preciso torná-la pública, alardeá-la, massificá-la. Nos dois primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores (1999 - 2006), cujo posto de governador foi ocupado pelo engenheiro florestal Jorge Viana, a ideia da florestania foi disseminada de forma intensiva por todos os meios de comunicação sediados no Acre (também por alguns fora do Estado), tanto em peças exclusivamente produzidas com esse intuito quanto nos diversos noticiários televisivos, radiofônicos e impressos. Esse agendamento não permitiu que a maioria dos moradores dos 152.581 Km² do espaço territorial acreano pudesse se dizer alheia às propostas do discurso oficial.

Trata-se de um cenário de extrema riqueza, como se pode constatar pelo que foi escrito até esse ponto, para uma pesquisa acadêmica que possibilite a produção de uma tese de

doutorado em comunicação. Nessa direção, o intuito dessa pesquisa é responder, entre outras, às questões que são apresentadas na sequência: em que momento a florestania surgiu no contexto acreano? A qual discurso hegemônico se contrapôs a florestania? Como o tema florestania foi disseminado pelos veículos de comunicação do Acre? Quais foram os principais contratos de comunicação propostos nas emissoras de rádio, televisão e jornais acreanos? Qual a relação entre florestania e desenvolvimento sustentável?

Perpassando todas as questões, há um problema crucial, cuja resposta igualmente se procura no desenrolar do trabalho: o da construção (ou não) de uma nova identidade acreana através da elaboração de um discurso cujas estratégias se valem de recursos como o papel exercido pelo espaço territorial como traço de união; a exacerbação do sentimento de pertencimento da terra, presente no imaginário dos acreanos, por conta das lutas para torná-la parte da nação brasileira; os heróis locais, tanto antigos, como Plácido de Castro e Luiz Galvez de Arias, quanto atuais, como Chico Mendes; os símbolos cívicos, como a bandeira e o hino acreanos; o reavivamento da memória, pela construção de objetos de culto; e, fundamentalmente, o uso de signos flutuantes e de uma suposta totalização discursiva a fim de fazer funcionar o discurso da florestania.

Para atingir os objetivos propostos, na tentativa de responder às questões enunciadas, o trabalho foi dividido em quatro capítulos, com os temas a seguir discriminados. No primeiro capítulo, investigaremos como o discurso contra-hegemônico ao antropocentrismo se organiza em torno do ponto nodal da florestania proposta pela Frente Popular, bem como se descreve o processo de construção da nova ideologia com o apoio dos veículos de comunicação. No segundo capítulo é feita uma contextualização do Acre, com ênfase no seu histórico de lutas pela posse da terra e dos movimentos populares como base de criação do Partido dos Trabalhadores. No terceiro e no quarto capítulos, são analisadas as peças midiáticas cujo tema é a florestania.

Para percorrer o tema proposto no primeiro capítulo foram explicitados os conceitos de desenvolvimento sustentável e sua relação com a florestania, esclarecendo-se a questão do contra discurso em que esta se apoia, em relação à ideologia até então vigente. Foram explicitados também os conceitos da cidadania, para que pudessem ficar claras as diferenças entre esta e a florestania proposta pelos políticos acreanos, uma vez que durante algum tempo muita gente entendia que a iniciativa da Frente Popular visava tão somente levar direitos urbanos para os habitantes da floresta. Fato que caracterizaria apenas a transposição de uma

situação de um local para o outro, o que não condiz com os elementos conceituais contidos na proposta original da florestania.

Em seguida, no item 1.4. *A comunicação como elemento crucial para a disseminação da florestania*, procurou-se descrever como a Frente Popular, através do Partido dos Trabalhadores, percebeu a importância da comunicação de massa para a disseminação do novo discurso, potencializando as emissoras de rádios AM que já existiam no Estado, criando novas emissoras de rádio FM, instalando uma cadeia de televisão educativa, bem como o aproveitamento do espaço disponível nos jornais impressos para produzir e veicular centenas de peças informativas e/ou opinativas sobre a ideologia nascente. Estratégia sem a qual, muito provavelmente, a florestania demoraria muito mais tempo para ser assimilada pelo povo acreano.

Fechando o primeiro capítulo, foram desenvolvidos dois itens de extrema importância para a proposta do trabalho em seu conjunto. O item cinco, intitulado *Breves notas sobre ideologia e hegemonia*, explicita os conceitos que podem tornar mais compreensíveis a motivação dos governantes para a criação de um novo ideário em solo acreano. O item seis (*Uma nova identidade construída pelo discurso*) tem por intuito demonstrar como uma tessitura discursiva pode estabelecer uma maneira diferente de se pensar, de se comportar e de se agir, por algum tempo e em um determinado espaço territorial, a partir de um novo olhar lançado sobre si mesmo, via elementos de uma motivação estrategicamente programada e executada.

Como suportes teóricos das reflexões levadas a efeito no primeiro capítulo, foram usados os seguintes conceitos: a “ecologia dos saberes”, a partir dos ensinamentos de Boaventura Souza Santos (2010), referindo-se à interseção dos conhecimentos acadêmico e popular contida na proposta da florestania; os pressupostos metodológicos da construção das ideologias e o consequente processo hegemônico decorrente, a partir da fundamentação teórica de Marilena Chauí (2006) e István Mészáros (2004); além de elementos da teoria do discurso, usados para a criação de novas identidades (como é o caso da incidência do discurso da florestania entre os acreanos), a partir de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987).

No segundo capítulo, dividido em cinco itens, foi feita, inicialmente, uma contextualização da história do Estado do Acre, desde a luta dos nordestinos para torná-lo parte da nação brasileira, no final do século XIX, passando pela crise da economia regional quando da derrocada da atividade gomífera, até a criação das reservas extrativistas, uma das bandeiras de luta do líder seringueiro Chico Mendes. Em seguida, para que a questão da luta

planetária pela preservação da natureza, um dos sustentáculos da florestania, pudesse ficar esclarecida, foi traçado todo um percurso histórico da preocupação com o desenvolvimento sustentável, desde Thomas Malthus, no final do século XVIII, até a emergência da ideologia verde, na segunda metade do século XX.

Os dois itens seguintes do segundo capítulo tratam do novo ciclo de poder instaurado no Acre, depois de cem anos sob o jugo, sucessivamente, de “coronéis de barranco” (os dois ciclos da exploração da borracha) e de “caciques políticos” descomprometidos com a preservação ambiental (a época dos governadores nomeados pelo governo militar, bem como os primeiros anos de escolha via voto direto). Trataremos também do processo de formação do Partido dos Trabalhadores no Estado, cujo embrião se localiza nos movimentos populares e nas Comunidades Eclesiais de Base, ambos formados, na sua maioria, por pessoas que defendiam desde os anos de 1970 a articulação de um contrato natural paralelo e concomitante a um contrato social.

No quinto item do capítulo dois entra em cena a questão do território e da memória na construção da identidade, numa tentativa de estabelecer fundamentos que possam comprovar a tese de que o discurso da florestania atuou também rumo a essa configuração (construção de uma nova identidade) entre os acreanos. Neste sentido, a argumentação contida no item cinco mostra que são vários os elementos constitutivos do discurso da florestania a fazer referência tanto ao território quanto à memória. Tanto um como o outro elemento (território e memória) são mobilizados durante os oito primeiros anos do governo do PT na forma do fortalecimento de museus, comemorações cívicas, construção de memoriais, peças de propaganda e matérias jornalísticas.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo e à análise de peças desenvolvidas para a mídia audiovisual, bem como de programas informativos e/ou entrevistas veiculadas pelo referido segmento comunicacional (no caso os sistemas criados pelo governo do Acre através da TV e da Rádio Aldeia, ambas sediadas na capital, Rio Branco, e retransmitida em cadeia para todo o Estado). Para isso, o capítulo foi desenvolvido em seis itens distintos, porém, ao mesmo tempo, complementares: 1. A troca da ordem e do discurso; 2. Portadores técnicos de símbolos: os meios audiovisuais; 3. A sustentação do discurso nas peças radiofônicas; 4. O agendamento pelos sons; 5. A sustentação do discurso nas peças televisivas; e 6. O agendamento pela imagem.

O pensador alemão Harry Pross (1980) é quem oferece o substrato teórico para as reflexões contidas nos dois primeiros itens do terceiro capítulo, na medida em que estabelece

dois percursos para a compreensão do fenómeno da florestania: o de que as rupturas hegemônicas na época presente podem ser estabelecidas de forma eficaz pela contraposição de um discurso a outro, através da emergência, entre outras causas, de símbolos novos em detrimento (ou substituição) de antigos; e o da importância vital dos meios de comunicação de massa (no caso, os audiovisuais) para configurar tanto o discurso recente quanto os novos símbolos. Sem um e outro, tenta-se esclarecer no texto, o processo hegemônico da florestania provavelmente não teria sido possível.

Os itens 3 e 4 tratam especificamente de peças e programas desenvolvidos para veiculação radiofônica. No exame destes (peças e programas), três teóricos são usados com mais ênfase. Num primeiro momento, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987) nos apoiarão na análise do discurso constitutivo das mensagens produzidas pelos técnicos e jornalistas a serviço do Governo do Estado na divulgação da florestania. Num segundo momento, Patrick Charaudeau (2006, 2009) orientará no exame das diversas narrativas e dos personagens adotados em tais narrativas. Além destes, são usados ainda como suporte teórico ensinamentos de autores como Eduardo Meditsch (2001), Boaventura Souza Santos (1995, 2006, 2009, 2010) e Nilton Hernandes (2006).

Os itens 5 e 6 voltam-se para os programas de sustentação do discurso da florestania veiculados pela televisão. No item 5, são analisadas as entrevistas do frei Leonardo Boff e da senadora Marina Silva ao *Programa Identidade - O Acre tem muito mais*. Ressalte-se que foram inúmeras as entrevistas produzidas e veiculadas pela TV Aldeia com o intuito de agregar a palavra de pessoas notáveis na causa da florestania. Leonardo Boff e Marina Silva foram escolhidos para análise pela sua representação enquanto pessoas públicas. No item 6, tratou-se da questão do agendamento da imagem. Assim como nos itens 3 e 4, também foram usados como substratos teóricos o pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987) e Patrick Charaudeau (2006, 2009).

No quarto e último capítulo, voltado para a análise das principais linhas discursivas contidas nas 800 (oitocentas!) matérias (anúncios de propaganda oficial, reportagens, entrevistas, artigos e editoriais) sobre os elementos constitutivos da florestania que foram impressas no jornal *Página 20*, durante os primeiros oito anos do governo do Partido dos Trabalhadores (1999 – 2006), foram usados seis itens para a devida exploração do tema, com a seguinte divisão: 1. O texto no contexto; 2. A imprensa alternativa acreana; 3. *Página 20*, o “Galinho Bom de Briga”; 4. Texto, prática discursiva e prática social na florestania; 5. Ação, poder, comunicação e agendamento; e 6. Páginas a serviço da florestania.

Os três primeiros itens tratam de contar resumidamente a história da imprensa acreana, sendo que o primeiro deles se volta para uma abordagem mais geral, estabelecendo uma cronologia dos diversos jornais produzidos no Estado, desde antes da anexação do referido espaço geográfico ao território brasileiro até os dias atuais. Já o segundo item trata da questão dos periódicos alternativos produzidos no Estado, na esteira do que aconteceu nos grandes centros editoriais na época da ditadura militar. Enquanto que o terceiro item trata exclusivamente da questão dos motivos da criação, dos primeiros passos e do posterior fortalecimento do jornal *Página 20*, o principal veículo de mídia impressa do Acre a divulgar e respaldar o ideário da florestania.

O quarto item deste capítulo final traz à cena, em um primeiro momento, a teoria discursiva de Norman Fairclough (2008) no que diz respeito às implicações do discurso, do ponto de vista do seu modo de representação e da sua forma de ação no mundo, bem como a respectiva relação deste com a prática social. Em um segundo momento, o item explica os efeitos construtivos do discurso. Numa terceira etapa, ressalta-se a questão dos elementos constitutivos do discurso, assim como os elementos da prática discursiva, com ênfase nas funções da linguagem e nas dimensões de sentido. A partir da apresentação dos conceitos, é realizada uma análise de como o discurso da florestania propõe a criação de uma nova identidade para os “povos da floresta”.

A teoria social crítica e o agendamento temático da imprensa são as ferramentas para a reflexão da florestania usadas no item cinco do quarto capítulo. A primeira, a partir das proposições de John Thompson (1995), relativas, principalmente, à divisão social dos poderes em econômico, coercitivo, político e simbólico, destacando-se as implicações e convergências destes dois últimos, posto que objetos exponenciais deste trabalho. A segunda ferramenta será a teoria da *Agenda Setting*, ou colocação em agenda, com ênfase nas questões relativas às possibilidades da personalização do conteúdo, da dramatização da mensagem e da dinamização do tema exposto, tendo como base os autores Mauro Wolf (2003), Maxwell McCombs (2009) e Clóvis Barros Filho (1995).

No item seis, o último do quarto capítulo, bem como deste trabalho, é apresentada uma totalização de números (ano a ano) relativos às matérias sobre desenvolvimento sustentável, povos da floresta, ecologia, meio ambiente, preservação ambiental, florestania e ações governamentais de sustentação da nova ideologia que foram publicadas no jornal *Página 20* ao longo dos dois primeiros mandatos (1999 - 2006) do Partido dos Trabalhadores (PT) e procedidas as respectivas análises com base nas teorias utilizadas no transcorrer do

trabalho, principalmente no que diz respeito aos conceitos de ideologia, hegemonia, agendamento, antagonismo, ponto nodal, signos flutuantes, significantes vazios e estratégias de construção de novas identidades.

CAPÍTULO I – A INVENÇÃO DA FLORESTANIA

“Ao término de um período de decadência sobrevém o ponto de mutação. A luz poderosa que fora banida ressurgue. Há movimento, mas este não é gerado pela força... O movimento é natural, surge espontaneamente. Por essa razão, a transformação do antigo torna-se fácil. O velho é descartado, e o novo é introduzido. Ambas as medidas se harmonizam com o tempo, não resultando daí, portanto, nenhum dano”.

- I Ching -

1.1 Desenvolvimento sustentável e florestania

Depois de muitos embates eleitorais, na eleição de 1988 o poder público no Estado do Acre foi assumido por uma coalizão de partidos de esquerda (PT, PCB, PC do B, PV e PDT), sob a denominação de Frente Popular, que usou como principal ponto da sua proposta de governo a questão da preservação ambiental, a partir da superação do antropocentrismo e do respeito à natureza. É isso que se pode deduzir das palavras do então militante Antônio Alves Leitão Neto, um dos principais artífices da campanha vitoriosa, e que viria a ocupar o cargo de Secretário de Cultura no primeiro mandato do governador Jorge Viana (1999 – 2002), em entrevista concedida ao antropólogo Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, em dezembro de 2000.

Quais os elementos do nosso projeto? Em primeiro lugar, reconhecimento da primazia indígena. Existem povos que estão aqui e que conhecem a nossa região e cuja ciência deve ser respeitada. Esse é o ponto um. Mas, antes dele tem um ponto zero. É o de que o antropocentrismo deve ser superado. O homem é parte da natureza, ele não é dono da natureza, ele não é toda a natureza, ele é uma parte dela. Ele tem direito, assim como o rio, o sol, a lua, a estrela, a paca, o tatu, a cotia, o mogno, a cerejeira, a imbaúba, a samaúma. Todos os habitantes do planeta têm o direito de viver e de ser ouvidos, de ser escutados. Esse novo contrato natural, é assim que está sendo chamado por aí afora, que transcende e abarca o contrato social, é o ponto zero, o ponto primordial do nosso pensamento. O ponto um seria a primazia dos povos indígenas e a validade do seu conhecimento e da sua cultura. O ponto dois seria talvez o reconhecimento dos direitos das populações, além da população indígena, que tradicionalmente passaram a habitar essa região: seringueiros, ribeirinhos, extrativistas de uma maneira geral, que são os povos da floresta. Estes povos existem e devem existir da maneira que eles queriam existir (...). (SANT’ANA JÚNIOR, 2004, p. 287-288)

A partir da mobilização em torno da questão da preservação ambiental, delineada no projeto de Governo, conforme as palavras de Antônio Alves, os membros do núcleo pensante do Partido dos Trabalhadores (PT), após a Frente Popular vencer as eleições de 1998, criaram o neologismo *florestania*, juntando num mesmo vocábulo as palavras “floresta” e “cidadania”. Trata-se de um ponto nodal que visa difundir a ideia de um governo voltado para a exploração sustentável dos recursos florestais, bem como de prometer proporcionar bem-estar às pessoas que nasceram, cresceram e vivem até hoje no meio da floresta, usando os benefícios desta para sobreviver. Uma espécie de pacto, através da ação discursiva, entre o poder representativo, delegado pelas urnas à Frente Popular, e a população, baseado no equilíbrio das relações entre homens e ambiente.

A palavra *florestania*, que viria a gerar toda uma revolução no modo de pensar a política acreana, constituindo, pode-se mesmo dizer, um novo fenômeno ideológico, teria surgido na metade da última década do século XX, quando de uma andança de Antônio Alves e outros “companheiros” pelas florestas do estado, numa missão que juntava num mesmo pacote o acompanhamento de lutas de índios e seringueiros e trabalhos para organizações não governamentais que incluíam projetos de saúde, educação e organização de cooperativas. A novidade, naquele momento, é que alguns dos membros da “expedição” haviam sido convidados para participar da administração dos novos dirigentes da Prefeitura de Rio Branco, da coligação Frente Popular, com o Partido dos Trabalhadores no papel de liderança. Com cerca de trezentos mil habitantes, a capital dos acreanos era uma cidade recheada de problemas, com a particularidade, segundo a percepção de Antônio Alves, de que a maioria da população havia migrado para a cidade há pouco tempo e ainda mantinha fortes traços culturais adquiridos em um século de vida na floresta. Então, levando em conta, principalmente, esse fator, “a cidadania a ser construída, portanto, deveria ser um pouco diferente” (ALVES, in www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/colaboradores).

Em 98, a mesma equipe assumiu o governo do estado. O termo ‘florestania’ revelou, então, inúmeras possibilidades práticas na hora de elaborar políticas públicas para as áreas rurais. Deixou de ser uma palavra e passou a expressar um conjunto de ideias, propostas, maneiras de abordar os problemas do desenvolvimento numa parte significativa da Amazônia. Muitas pessoas entraram no debate, desenvolveram novos conceitos, fundamentaram com eles seus projetos que se transformaram em financiamento, produtos, serviços, ações. E o que começou como uma brincadeira virou um assunto muito sério. (ALVES, in www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/colaboradores)

Mas, de fato, o que significava “florestania”? Ninguém melhor do que o criador da palavra para explicá-la.

A cidadania na floresta” - costuma ser a resposta simples e apressada. É isso, sim, mas é algo mais. Além de um conjunto de relações sociais, direitos, deveres, leis e conquistas, a florestania é um sentimento que pode ser expresso da seguinte forma: a floresta não nos pertence, nós é que pertencemos a ela. Esse sentimento nos induz a estabelecer não apenas um novo pacto social, mas um novo pacto natural baseado no equilíbrio de nossas ações e relações no ambiente em que vivemos. É um sentimento orientador para nossas escolhas econômicas, políticas e sociais – e por isso inclui a cidadania - mas orienta também nossas escolhas ambientais e culturais – e por isso a transcende. (ALVES, *in* www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/colaboradores)

Permeando a ideia da florestania, pode-se sempre depreender das palavras de Antônio Alves a questão do contradiscurso ou discurso contra-hegemônico.

O ser humano tem se considerado, nos últimos séculos, o centro do mundo. Ao mesmo tempo, pensa que seu próprio centro é o “eu” consciente. O resultado desse pensamento é a exploração devastadora da natureza e das culturas humanas a ela associadas, consideradas inconscientes e primitivas. Assim, atende-se às vontades econômicas e políticas não da humanidade mas de uma parcela muito pequena dela. O sentimento da florestania nos dirige à superação do antropocentrismo e do etnocentrismo que lhe é inerente. Há muitas riquezas neste planeta, a vida é a principal delas. Todos somos herdeiros destas riquezas: os povos que nele habitam, as gerações que ainda virão habitá-lo, os animais, as árvores, a luz, a água e até as pedras. (ALVES, *in* www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/colaboradores)

Convém ainda esclarecer, neste ponto, que a compreensão de desenvolvimento sustentável, propulsor da ideia de florestania no projeto proposto pelo Governo do PT, alçado ao poder pelas urnas, na coligação denominada Frente Popular, passa por cinco aspectos: o social, o político, o ambiental, o econômico e o cultural. Sobre esses aspectos, é fundamental a explicação dada por Antônio Alves, em outro trecho da entrevista concedida a Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, em dezembro de 2000.

(...) sustentabilidade econômica, para que a gente possa viver; sustentabilidade social porque não adianta ser um projeto ecologicamente sustentável, economicamente viável, mas que expulsa as populações e manda elas serem periféricas nas cidades, portanto criando um risco social que vai acabar até com a viabilidade econômica e ambiental, então, é necessário que seja sustentável socialmente também, distribua renda, acabe com a miséria, promova dignidade das pessoas; mas só que é necessário para

que isso aconteça, que o projeto seja politicamente sustentável, que todo mundo participe, que ele seja um projeto não de um governo mas de um povo inteiro, ... um projeto que as organizações sociais participem, que as instituições funcionem, que os sindicatos, cooperativas, conselhos, as mais variadas formas de organização social participem e sejam agentes ativos nisso, aí sim, nós temos um projeto politicamente sustentável, porque é sustentado por uma população politicamente organizada e participativa (...). (SANT'ANA JÚNIOR, 2004, p. 289)

Sobre o aspecto cultural, talvez o de maior peso para a aceitação popular e rápida disseminação da nova ideia, Antônio Alves é enfático, denominando a questão cultural como o “chão de toda a sustentabilidade” (SANT'ANA JÚNIOR, 2004, p. 290).

O nosso *check list* das sustentabilidades, ao levar em conta a sustentabilidade cultural está querendo dizer o seguinte: nós temos identidade, esta identidade é produto de uma longa caminhada da humanidade, ela não pode ser desprezada, ela não pode ser desconhecida, ela é fruto de muito sofrimento. Cada uma das nossas cicatrizes tem que ser respeitada, cada uma das línguas que nós falamos aqui tem que ser preservada, cada um dos hábitos, dos costumes, do tipo de comportamento tem que ser considerado porque isso aqui foi a nossa sobrevivência, nós sobrevivemos assim... Então, nós temos uma cultura que deve ser levada em conta na hora em que a gente for pensar o nosso desenvolvimento. Se não for sustentável no ambiente dessa cultura, não vai ser sustentável nem economicamente, nem ecologicamente, nem politicamente, nem socialmente. Então, a sustentabilidade cultural é o chão de toda a sustentabilidade. (SANT'ANA JÚNIOR, 2004, p. 290)

Para os que duvidam dos efeitos da sustentabilidade, enquanto elemento de melhoria das condições de vida da humanidade e reversão da degradação ambiental, Antônio Alves, usando como contraponto um pensamento de Eric Hobsbawm, explica as causas de o conceito haver se tornado obsoleto para alguns pensadores da cultura global.

A sustentabilidade é o que Hobsbawm chamou de ‘utopia de fim de milênio’. Pois que seja a realidade no início de um novo milênio. O conceito é conhecido desde o Relatório ‘Nosso Futuro Comum’, lançado pela ONU em 1986, que propunha o desenvolvimento sustentável. Melhor dizendo, o desenvolvimento ambiental sustentável. Mas a exigência da sustentabilidade se estendeu por outros aspectos do desenvolvimento. E na Amazônia esses aspectos ficam bastante evidentes. Na economia, a sustentabilidade foi sacrificada por um sistema saqueador de matéria-prima, no qual a floresta só tem algum valor quando é derrubada. Sabemos que é possível gerar riqueza, garantindo trabalho e renda suficiente para uma vida digna, quando se valoriza os produtos e serviços compatíveis com a conservação da floresta. (ALVES, in www.bibliotecadafloresta.gov.ac.br/colaboradores)

Materializada a contra argumentação, Antônio Alves trata de expor as propostas embutidas na florestania, a partir das noções de desenvolvimento sustentável.

Propomos que um novo tipo de extrativismo - comunitário e de baixíssimo impacto ambiental - seja a base da atividade econômica fornecendo materiais para a agroindústria que os transformará em alimentos, fármacos, combustíveis, tecidos, resinas, móveis, corantes e tudo o mais que o mundo inteiro necessita e a floresta fornece em abundância. Propomos também que sejam justamente remunerados os serviços ambientais da floresta: o equilíbrio do clima, a regulação da temperatura global, a absorção de carbono, a manutenção da biodiversidade etc. (ALVES, in www.bibliotecadafloresta.gov.ac.br/colaboradores)

A voz de outro personagem, no caso do historiador Binho Marques, governador do Acre no período entre 2007 e 2010, também é importante para explicar a noção de florestania. Para ele, esse neologismo representa justamente a síntese dos ideais do sócio-ambientalismo, nascidos da luta de Chico Mendes. A florestania, no dizer de Binho Marques, em palestra proferida em Copenhague, em dezembro de 2009, é fruto da formação histórica do Acre, “com a interação entre as populações nativas e os brasileiros que vieram em busca da borracha, que também necessitavam da floresta viva para sobreviver” (MELLO, in www.ac.gov.br). A florestania, ainda de acordo com Binho Marques, é um jeito de entender a vida como uma dádiva que é recebida de uma geração e que deve repassar para outra adiante. “Para isso”, diz o governador, “é preciso valorizar os conhecimentos tradicionais e agregar novos conhecimentos que permitam usar os recursos naturais sem esgotá-los” (MELLO, in www.ac.gov.br).

No quesito “desenvolvimento sustentável” é importante conhecer a opinião de Marques, para quem o Acre, por suas características geográficas, sofreu durante muito tempo a cobiça de grandes projetos de pecuária extensiva. “Mas tiramos o Acre do mapa do arco do fogo. Termos 88% de floresta conservada significa que somos uma floresta do tamanho da Inglaterra” (MELLO, in www.ac.gov.br). Melhor do que ter esses 88% de floresta conservada, ainda de acordo com a fala de Binho Marques na palestra proferida em Copenhague, porém, é o fato de que 47% do território acreano estão hoje protegidos por lei, em forma de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, havendo no momento (fim de 2009) um processo de cadastramento e regularização das reservas legais que elevará para 74% a extensão de florestas protegidas por lei. Explica o ex-governador Binho Marques:

O nosso Zoneamento Ecológico Econômico é uma realidade e tem a adesão de todos os segmentos produtivos do Estado, inclusive a indústria e a pecuária. E isso acontece porque nosso ZEE foi articulado como um pacto da sociedade, mediado pelo Governo. Isso é fundamental para construção de um projeto de sociedade. Ele envolveu todos os setores produtivos, tivemos a conversão dos madeireiros em manejadores e da pecuária extensiva em uma pecuária moderna e mais intensiva, que já é uma das maiores produtividades do Brasil. Estamos referenciando a prática do manejo, inclusive do manejo comunitário. Conseguimos acabar com a retirada ilegal em nosso estado. Toda a madeira que sai do Acre hoje é controlada e legalizada. E temos um programa de valorização do ativo ambiental, com a certificação entre nossos produtores de madeira e de produtos madeireiros. (MELLO, in www.ac.gov.br)

Ressaltando-se que as palavras do governador Binho Marques, nesse sentido de luta pela preservação ambiental, não parecem se constituir em mera retórica para vender uma ideologia no exterior. É o que se pode depreender de dados estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contidos na matéria *Acre é o Estado que mais reduziu desmatamentos e queimadas na Amazônia*, de autoria do repórter Luiz Mesquita, publicada em www.ac.gov.br, em 02 de setembro de 2010, dando conta de que o estado reduziu em 93% o índice de queimadas e incêndios florestais entre os anos de 2007 e 2009, quase 10% a mais do que os índices conseguidos por Roraima e Rondônia, com 85% e 84%, respectivamente. Ao contrário do que aconteceu em outros estados, segundo Luiz Mesquita em outro ponto da matéria, os focos de calor cresceram 121%, 56% e 41%, respectivamente, em Sergipe, Paraíba e Alagoas.

O resultado positivo conquistado pelo Acre é resultado de uma série contínua de esforços para promover o desenvolvimento sustentável. São investimentos altos em criação de alternativa para os produtores rurais, sejam pequenos, médios ou grandes, além da criação de políticas públicas que garantem a continuidade das melhorias. O maior exemplo dessa onda de mudanças culturais e de valores é o sucesso da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal adotada no Governo Binho Marques. Ela transformou agricultores, extrativistas, ribeirinhos e toda a população que vive intimamente com a natureza em parceiros do governo na delicada tarefa de mostrar para os acreanos e para todo mundo o valor da floresta viva. (MESQUITA, in www.ac.gov.br)

Em outras palavras, como bem anotou Sant'Ana Júnior, o governo da Frente Popular, liderado pelo Partido dos Trabalhadores, com o advento da florestania, adotou como ponto essencial do desenvolvimento do Acre a revitalização da atividade extrativista, “a partir da lógica de que é na exploração racional dos recursos naturais, combinada com a preservação dos mesmos, que está a possibilidade de desenvolvimento econômico autônomo para a

região” (2004, p. 291). Uma atitude coerente com os movimentos sociais encabeçados pelos chamados povos da floresta, que vinham, desde os anos da década de 1980, conquistando preciosos espaços na luta contra fazendeiros e madeireiros, como são os casos da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e da criação das Reservas Extrativistas. Com a mudança da política predatória para a política preservacionista, o Estado não somente deu apoio para estas conquistas como ainda as ampliou, criando, através da florestania, instrumentos de viabilização da questão econômica da população que vivia nas “reservas”, o que, por consequência os fez envolver na luta pela preservação dos recursos naturais.

Para estabelecer diferenças entre cidadania e florestania, entretanto, quem volta à cena é o personagem Antônio Alves, afirmando que a primeira dá a ideia de direitos e deveres, de conquista da civilização humana, de uma fase de desenvolvimento da individualidade do ocidente. É semelhante à Declaração dos Direitos Humanos, (PINHEIRO, 2009). Já a ideia de florestania é a de um conjunto de relações que se estabelecem dentro da floresta, que gera valores, hábitos, estéticas, éticas, mas, principalmente, é um conjunto de relações que incluem animais, plantas, água, sol, chuva e como essas relações se estabelecem, uma tentativa de captar uma disfunção do antropocentrismo, ou até relações que se estabelecem antes mesmo de se constituir um antropocentrismo cristalizado. De acordo com a entrevista de Antônio Alves, “a ideia de florestania é exatamente esse mal estar da civilização que se esconde na cidadania” (PINHEIRO, 2009).

Todo esse mal-estar do processo civilizatório ao qual se refere o discurso político proferido por Antônio Alves, no qual se apoia a ideia da “florestania”, não é primazia da articulação ideológica articulada pelo Governo do Acre, após a eleição vitoriosa do Partido dos Trabalhadores, em 1998. As bases desse discurso podem muito bem ser encontradas no percurso teórico de outros autores. Como é o caso do que diz Laymert Garcia dos Santos, em *Politizar as Novas Tecnologias – O Impacto Sócio-Técnico da Informação Digital e Genética* (2003), para quem desde meados da década de 80 o Brasil se debate em uma profunda crise ambiental, sendo que a floresta amazônica se encontra no cerne dessa crise. “O desmatamento propulsou a floresta amazônica brasileira para o centro do debate ecológico mundial (...)” (SANTOS, 2003, p. 15). A Amazônia brasileira, no entendimento de Laymert Garcia dos Santos, atraiu para si os olhos do mundo pelo fato de que o desmatamento indiscriminado levava a crer que interligava três grandes tendências que, inevitavelmente, conduziam a um cenário catastrófico: o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio e a perda da

biodiversidade. “Na verdade, foi o desmatamento tropical que forjou o próprio conceito de biodiversidade e engendrou uma nova questão” (SANTOS, 2003, p. 16).

Em meados da década de 80, o desmatamento da floresta amazônica tornou-se não só uma questão central do debate ecológico no mundo todo, mas também um problema político internacional. Andrew Hurrell, que captou o momento da mudança, pensa que o problema político não emerge diretamente do impacto global do desmatamento, mas sim da incongruência entre as fronteiras das redes causais ecológicas. Hurrell observa que o desmatamento ocorre nas florestas localizadas dentro do Brasil e que sua preservação ou destruição depende da jurisdição soberana do Estado Brasileiro. (SANTOS, 2003, p. 41)

O discurso da “florestania” tem suas bases fundamentadas num modelo de desenvolvimento que propõe um rompimento com padrões antigos de dominação, cuja regra era do lucro a qualquer custo, a partir da constatação de que a depredação desenfreada da natureza não pode continuar, sob pena de que, não sendo mudado o quadro, sobrevenham danos irreversíveis à própria sobrevivência da espécie humana.

Trata-se de um novo modelo de desenvolvimento que, ressalte-se, de acordo com o discurso dos dois principais personagens citados neste item, Antônio Alves e Binho Marques, parece buscar nas práticas propostas de respeito aos modos de vida dos habitantes da floresta, representados como artífices originais da cultura amazônica, o estabelecimento de uma identidade peculiar para os mesmos. Pelo menos é isso que se pode depreender das palavras de Antônio Alves, quando ele fala em “pacto natural baseado no equilíbrio de nossas ações e relações no ambiente em que vivemos” (ALVES, in www.bibliotecadafloresta.ac.gob.br/colaboradores). Ou seja, a estruturação sistemática de conceitos que devem servir de base tanto para ações quanto para decisões “nas esferas social, ecológica e econômica, num tempo e num ritmo definidos pela lógica da natureza (...)” (GUIMARÃES JÚNIOR, 2008, p. 124-125).

A tentativa de estabelecer uma identidade peculiar para os acreanos é o que se pode depreender das palavras de Binho Marques, quando ele expressa a ideia de que a florestania, além de ser um jeito de entender a vida como uma dádiva que não pode ser interrompida com o passar das gerações, devendo ser respeitada e passada às gerações seguintes, também é uma iniciativa de intercambiar conhecimentos sem, necessariamente, a prevalência de uns sobre os outros. Tudo isso é permeado pela noção de que os recursos naturais não devem ser esgotados, o que, no fim das contas, muda toda a dinâmica de exploração predatória a partir da encarnação de um novo perfil identitário do povo acreano.

1.2 Sobre cidadania

Para compreender melhor as diferenças entre cidadania e florestania, é conveniente uma revisitação do conceito de cidadania, inicialmente relacionado ao surgimento da vida na cidade, estreitamente vinculada à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres. A origem do termo cidadania está ligada à *polis* grega, local composto de homens livres e participantes diretos da política e da democracia, sendo que “o conjunto de suas vidas em coletividade era debatido em função de direitos e deveres. Assim, o homem grego livre era, por excelência, um homem político no sentido estrito” (CERQUIER-MANZINI, 2010, p. 22).

A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão. Na atuação de cada indivíduo, há uma esfera privada (que diz respeito ao particular) e uma esfera pública (que diz respeito a tudo que é comum a todos os cidadãos). Na *pólis* grega, a esfera pública era relativa à atuação dos homens livres e à sua responsabilidade jurídica e administrativa pelos negócios públicos. Viver numa relação de iguais como o da *pólis* significava, portanto, que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, sem violência (...). (CERQUIER-MANZINI, 2010, p. 22-23)

Modernamente falando, cidadania é um conceito oriundo da Revolução Francesa (1789), com o intuito de designar o conjunto dos membros de uma sociedade que detém entre os seus direitos os de decidir os destinos do estado. “Essa cidadania moderna liga-se de múltiplas maneiras aos antigos romanos, tanto pelos termos utilizados como pela própria noção de cidadão” (FUNARI, 2008, p. 49). “Cidadania”, “cidade”, “estado”, seriam todos termos derivados da palavra “*ciuitas*”, que por sua vez seria oriundo de “*ciuis*”. Para os romanos, cidadania, cidade e estado são um único conceito, só sendo possível esse coletivo se existirem antes cidadãos. Cidadania, por conseguinte, seria um noção abstrata para designar um conjunto de cidadãos unidos num mesmo espaço comum – o espaço da cidade –, com direitos e deveres iguais para todos. “*Ciuis* é o ser humano livre e, por isso, *ciuitas* carrega a noção de liberdade em seu centro” (FUNARI, 2008, p. 49). Em princípio, esses direitos e deveres eram restritos a poucos cidadãos da nobreza. Somente muito tempo depois, com a expansão do Império Romano pelo Mundo e as sucessivas revoltas populares, é que os “privilégios” da cidadania adquiriram o *status* de universais.

A questão da cidadania, porém, só ganhou impulso no século XVIII, com o advento da Revolução Francesa, sob o lema liberdade, igualdade, fraternidade, cujo apogeu foi justamente a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. “São esses os direitos que vão

sintetizar a natureza do novo cidadão e essas as palavras de ordem dos que se amotinaram contra as opressões das quais há séculos padeciam” (ODALIA, 2008, p. 163). O primeiro artigo da Declaração já encerra uma síntese de que os tempos eram outros no que concerne à relação entre os homens, estabelecendo que todos os seres humanos nasciam livres e iguais em direito: “tais direitos são *naturais* e *imprescritíveis* e cabe a toda e qualquer associação política sua defesa e conservação” (ODALIA, 2008, p. 167).

O Novo homem que daí nasce é intrinsecamente um cidadão, cuja liberdade deve estar também assegurada, entendendo-se a liberdade como o ‘direito de fazer tudo que não prejudique os outros’ (artigo 4). Nos artigos 7 e 9, a liberdade é melhor elucidada, ao ser adjetivada – liberdade da pessoa, liberdade individual – ou por erigir barreiras a certos procedimentos que a ofendessem como as acusações e prisões arbitrárias, e como uma consequência lógica desses pressupostos: a pressuposição da inocência. Contudo, a Declaração não se restringe a assegurar os direitos civis do cidadão, ela estabelece também os seus limites. (ODALIA, 2008, p. 167)

É interessante também não confundir os conceitos da florestania com o que se convencionou chamar cidadania ambiental. Florestania expressa o conjunto de relações na floresta, abrangendo seres humanos, animais e plantas. Já a chamada cidadania ambiental, é a expressão para explicar a base ambiental que sustenta a vida humana. Wagner Costa Ribeiro (in PINSKY, 2008, p. 399) explica a questão da cidadania ambiental a partir do problema da escassez dos recursos naturais, cenário em que é preciso enorme capacidade de organização política que possa conciliar interesses diversos e não raro antagônicos. “O desafio consiste na elaboração de uma ética ambiental que permita a livre expressão também no campo material da vida” (RIBEIRO, 2008, p. 399).

Em outras palavras, é fato de que embora já existam leis que visam o tratamento do lixo industrial, o que contribui para reduzir de alguma forma os impactos ambientais, o modelo de produção capitalista incita sobremaneira a enorme segregação social e econômica de grande parte da população planetária. Exatamente por conta disso, milhões de pessoas continuam vivendo em áreas consideradas de risco para suas vidas, outros (ou os mesmos) milhões continuam privados de recursos básicos à própria reprodução ou até, suprema miséria, ao simples acesso à água potável. Isso sem falar daqueles que, por conta de um modelo de vida ocidental amplamente divulgado, pretendem entrar no universo dos bens de consumo, fato esse que acaba gerando mais pressão sobre os já escassos recursos naturais não renováveis. Como os bens materiais e os alimentos necessários para a continuação da vida humana são oriundos do ambiente, natural ou produzido, então se pode dizer que é direta a

relação entre cidadania e meio ambiente. “Um dos aspectos mais importantes da relação entre cidadania e ambiente é a desigualdade ao acesso e uso da base material da existência” (RIBEIRO, 2008, p. 405). Entendendo, quando se fala em base material da existência a estrutura econômica que garante a manutenção da existência coletiva. Ou seja, o contínuo desrespeito ao ambiente implica diretamente no aprofundamento dessa desigualdade. Um tema, aliás, cujas discussões se intensificaram desde a década de 1960, quando os membros do chamado Clube de Roma divulgaram um relatório intitulado *Limites para o Crescimento*, destacando a impossibilidade de manter o padrão de produção e consumo da população dos países ricos para toda a população do planeta.

(...) O quadro delineado pelo Clube de Roma recebeu muitas críticas, sob o argumento de que o estudo se baseou em um modelo de desenvolvimento linear, que não ponderou crises econômicas ou mesmo inovações tecnológicas que alterassem a necessidade de recursos naturais. (...) As crises do petróleo do início da década de 1970, apesar de suas implicações econômicas e financeiras, contribuíram para difundir na opinião pública a ideia de que recursos naturais vitais ao funcionamento do capitalismo podem faltar. Mesmo assim, o crescimento econômico continuou em diversos países do mundo ampliando enormemente a necessidade de recursos naturais. (RIBEIRO, 2008, p. 405)

Como premissa, portanto, desse conceito de cidadania ambiental, num polo bem diferente dos ideais de florestania, está a tentativa (aparentemente utópica) da fundação de uma ética que “concilie melhor o tempo da reposição da base material por meio de processos naturais e o tempo da produção das necessidades materiais da existência” (RIBEIRO, 2008, p. 415). No dizer de Ribeiro (2008, p. 405), para que isso aconteça, é necessária a instalação de um outro modo de vida, baseado em novas premissas culturais. “A sustentabilidade pode ser uma fonte de cidadania, de uma nova cidadania, que permita a circulação de ideias e valores por meio de materiais extraídos de maneira cautelosa do ambiente” (RIBEIRO, 2008, p. 415).

1.3 A ecologia dos saberes

Em concordância com as ideias expressas nos conceitos básicos inerentes à florestania, principalmente no que concerne ao respeito do conhecimento nativo (Antônio Alves, ao discorrer sobre os pontos norteadores do projeto da florestania, fala em primazia dos povos indígenas e validade do seu conhecimento e da sua cultura), é importante recorrer

ao pensamento do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, expresso no artigo “*Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*” (SANTOS, 2010, p. 31).

De acordo com o autor português, “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal” (SANTOS, 2010, p. 31). Esse abismo se constitui em distinções que dividiriam a realidade social em universos diferentes entre si: um universo “deste lado da linha e outro do outro lado da linha. A divisão é tal que o outro lado da linha desaparece enquanto realidade” (SANTOS, 2010, p. 32). A presença simultânea dos dois lados da linha é impossível neste tipo de pensamento. O lado da linha que prevalece, somente o faz porque esgota o campo da realidade pertinente e relevante. “Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética” (SANTOS, 2010, p. 32).

O pensamento abissal, como o concebe Boaventura Sousa Santos, é primordialmente representado pelo pilar do conhecimento científico e pelo estatuto do direito. Cada um deles “cria um subsistema de distinções visíveis e invisíveis de tal forma que as invisíveis se tornam o fundamento das visíveis” (SANTOS, 2010, p. 33). A ciência, representante do campo do conhecimento, é impregnada pelo monopólio da distinção absoluta e universal entre o verdadeiro e o falso. “O caráter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre o verdadeiro e o falso” (SANTOS, 2010, p. 33). Já no campo do direito, o lado bom da linha reside naquilo que se convencionou chamar de legal. “O legal e o ilegal são as duas únicas formas de existência perante a lei, e, por esta razão, a distinção entre ambos é uma distinção universal” (SANTOS, 2010, p. 33).

Em cada um dos dois grandes domínios – a ciência e o direito – as divisões levadas a cabo pelas linhas globais são abissais no sentido em que eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha. Esta negação radical de copresença fundamenta a afirmação da diferença radical que, deste lado da linha, separa o verdadeiro do falso, o legal do ilegal. O outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa. (SANTOS, 2010, p. 34)

Para romper com o pensamento abissal, Boaventura Sousa Santos propõe o que ele chama de pensamento pós-abissal, cujo primeiro (e fundamental) pressuposto é reconhecer que a exclusão social no seu sentido mais amplo toma formas variadas. Não será possível qualquer tipo de alternativa pós-capitalista progressista enquanto permanecer o não reconhecimento do tipo de dicotomia criada pelo pensamento abissal. “O reconhecimento da persistência do pensamento abissal é, assim, a *conditio sine qua non* para começar a pensar e

a agir para além dele” (SANTOS, 2010, p. 52). O não reconhecimento do pensamento abissal fará com que o pensamento crítico permaneça derivativo, reproduzindo o raciocínio abissal, mesmo que se proclame o contrário disso.

O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia dos saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. (SANTOS, 2010, p. 53)

O reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos, base conceitual da ecologia dos saberes, na proposta de Boaventura Sousa Santos (2006), remete a uma aproximação entre os postulados desta e o discurso da proposta original da florestania.

Segundo Santos (2006), a força do capitalismo produziu dois efeitos complementares. Por um lado, esgotou o projeto de modernidade, por outro lado, o fez de tal maneira que se alimenta desse esgotamento e se perpetua nele. Por conta disso, o sociólogo afirma que “a ideia moderna da racionalidade global da vida social e pessoal acabou por se desintegrar numa miríade de mini-racionalidades ao serviço de uma racionalidade global, inabarcável e incontrolável” (SANTOS, 1995, p. 102). Mas isso não é tudo. Boaventura Santos completa o raciocínio afirmando ser preciso reinventar as mini-racionalidades da vida “de modo a que elas deixem de ser partes de um todo e passem a ser totalidades presentes em múltiplas partes. É esta a lógica de uma possível pós-modernidade de resistência” (SANTOS, 1995, p. 102).

Santos, entretanto, não considera produtor empreender um esforço classificatório das diferenças entre a modernidade e a pós-modernidade. Qualquer tentativa nesse sentido seria sempre com bases no pensamento vigente na modernidade. “O paradigma emergente é intersticial no modo como se pensa e pensa-se sempre afogado na realidade dos contextos em que se pratica” (SANTOS, 1995, p. 103). Assim, em vez de estabelecer uma classificação, o sociólogo diz preferir tentar interpretar os sintomas da pós-modernidade a partir do que ele chama de “seis guiões”: o saber e a ignorância; o desejável e o possível; o interesse e a capacidade; o alto e o baixo ou o solista e o coro; as pessoas e as coisas; e as minirracionalidades não são as racionalidades mínimas.

Para falar sobre o guião ou diretriz do “desejável e o possível”, Boaventura Santos recorre a uma metáfora envolvendo os poderes da divindade e da ciência. Nas palavras do

sociólogo português, quando o desejável era impossível foi entregue a Deus e quando o desejável se tornou possível foi entregue à ciência. Hoje, que muito do possível é indesejável e algum do possível é desejável temos de partir ao meio Deus e a ciência (SANTOS, 1995, p. 106). Segundo ele:

O que distingue a teoria crítica pós-moderna é que para ela as necessidades radicais não são dedutíveis de um mero exercício filosófico por mais radical que seja; emergem antes da imaginação social e estética de que são capazes as práticas emancipatórias concretas. O reencantamento do mundo pressupõe a inserção criativa da novidade utópica no que nos está mais próximo. (SANTOS, 1995, p. 106)

No tocante ao guião/diretriz “do interesse e da capacidade”, a diferença entre a modernidade e a pós-modernidade diz respeito ao fato de que na primeira, os que tinham “interesse nas mudanças tinham capacidade para elas e quanto maior era o interesse maior era a capacidade” (SANTOS, 1995, p. 106). Enquanto no segundo momento, mesmo tendo interesse não existe a capacidade necessária para levar à cabo as mudanças desejadas.

(...) são cada vez mais numerosos os grupos sociais a manifestar um interesse veemente na resolução de alguns problemas, como sejam a catástrofe ecológica, o perigo da guerra nuclear, a paz, a diferença sexual e racial. E, no entanto, quanto maior é o interesse destes grupos, mais sentida é a sua incapacidade para conseguir a sua resolução. (SANTOS, 1995, p. 107)

“O alto e o baixo ou o solista e o coro”, o quarto guião proposto por Boaventura, está ligado às hierarquias culturais, estabelecidas por um processo de racionalização, com base numa diferenciação das funções e numa especialização das competências por desempenhar. A explicação para os referidos altos e baixos pode ser encontrada na sociologia funcionalista na forma de que quanto mais complexas sejam as funções, mais se exigirá algum tipo de especialização e competência de quem as deverá executar, estabelecendo-se, dessa forma, uma hierarquia de desempenho.

Neste domínio a situação presente é complexa. Por um lado, o aprofundamento das tecnologias e a proliferação das formas suscitam a exclusividade das hierarquias; por outro lado, a aceleração histórica com que o fazem acaba por tornar cada vez mais fluídas as definições de alto e baixo, e os coros, como nos *Carmina Burana*, atuam como se fossem solistas. As hierarquias, por um lado, aprofundam-se e, por outro, trivializam-se, e em ambos os casos deslegitimam-se (...). (SANTOS, 1995, p. 108)

No quinto guião/diretriz “as pessoas e as coisas”, Boaventura explica que no início da idade moderna as pessoas estavam à vontade entre si, mas não o estavam com as coisas. Para trazer as coisas perto de si, as pessoas se viram obrigadas a personalizá-las. Daí a criação de uma “super coisa”, no caso a “natureza”. “A ciência moderna é um grande projeto pra nos pormos à vontade com as coisas, e por isso se começou pela necessidade de ter ideias distintas e claras a cerca delas, como ensinou Descartes” (SANTOS, 1995, p. 109). Com o passar do tempo, entretanto, exacerbada essa ação de personalização das coisas pelas pessoas, as coisas evoluíram ao ponto de fazer com que as pessoas se sentissem mais à vontade com elas do que entre si. “Os microdespotismos do quotidiano, do trabalho, do lazer e do consumo estão em parte ligados a essa perda de à-vontade” (SANTOS, 1995, p. 109).

O sexto guião/diretriz, “as mini-racionalidades não são racionalidades mínimas”, traz a ideia de que “a totalidade abstrata das lógicas da racionalidade acabou por se fragmentar em mini-racionalidades múltiplas que vivem à sombra de uma irracionalidade global (...)” (SANTOS, 1995, p. 110). É uma situação que deve precaver a todos contra a tentação de caracterizar a pós-modernidade como cultura da fragmentação que, no dizer de Santos (1995, p. 110), foi legada pela modernidade. Fato que impõe uma tarefa para a sociedade, que é a de “reconstruir um arquipélago de racionalidades locais, nem mínimas nem máximas, mas tão só adequadas às necessidades locais, quer existentes quer potenciais (...)” (SANTOS, 1995, p. 110), de acordo com a proposição das “comunidades interpretativas” (SANTOS, 1995, p. 110).

Para efeito deste trabalho, entretanto, o “guião”, ou diretriz, que mais interessa é o primeiro deles, “o saber e a ignorância”, aonde Boaventura discorre sobre as diferenças entre “o saber moderno e o saber pós-moderno”, afirmando que a ciência moderna provocou uma ruptura epistemológica ao se separar do senso comum existente, e que isso provocou uma espécie de distanciamento das coisas do mundo. Para sair dessa situação, o que a ciência precisa fazer é o que Santos chama de dupla ruptura epistemológica.

A ciência moderna tornou possível a primeira ruptura epistemológica e com base nela separou-se do senso comum existente. Foi um ato revolucionário de que não podemos abdicar. No entanto, uma vez realizada essa ruptura, o ato epistemológico mais importante é romper com ela e fazer com que o conhecimento científico se transforme num novo senso comum. Para isso é preciso, contra o saber, criar saberes e, contra os saberes, contra-saberes. (SANTOS, 1995, p. 104)

Duas variáveis nesse “guião” ajudam no percurso deste trabalho. Primeira, a de que o conhecimento moderno assenta na representação, ou seja, na criação e isolamento de um outro, chamado objeto, que é descrito pelo sujeito como existindo independentemente de qualquer intervenção criativa deste último. “A representação cria, assim, distância e quanto maior for a distância, mais objetivo é o conhecimento” (SANTOS, 1995, p. 105). Segunda, a de que no mundo pós-moderno existe uma multiplicidade de realidades: emergentes, testemunhais, transplantadas ou residuais. No contexto atual, as realidades emergentes ensejam que os últimos estratos de realidade têm um excesso de sentido que transborda para além deles. Por conta disso, as realidades emergentes precisam ser primordialmente afirmativas. “A teoria crítica pós-moderna é afirmativa na medida em que a busca incessante de alternativas se dá pela via da reciclagem de realidades” (SANTOS, 1995, p. 105).

Dentro desse guião do “saber e da ignorância”, Boaventura de Sousa Santos envereda pelo princípio da “ecologia dos saberes”, cuja definição, segundo o referido autor, seria a de “um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer” (SANTOS, 2006, p. 154). Dentre as teses mediante as quais o sociólogo assenta a ecologia dos saberes, uma em especial diz respeito ao tema desse trabalho. A de que a ecologia dos saberes tem de ser produzida ecologicamente, com a participação de diferentes saberes e seus sujeitos.

Há práticas de saber dominantes, assentes na ciência moderna ocidental, e práticas de saber subalternas, assentes em saberes não científicos, ocidentais e não ocidentais, e que esta hierarquia produz e reproduz a desigualdade do mundo. As práticas de saber dominante são as que assentam na ciência moderna. Como esta não está distribuída equitativamente no mundo, nem como sistema de produção nem como sistema de consumo, as desigualdades no acesso, controle e uso da ciência são o resultado das desigualdades sociais e reforçam-nas. A ecologia dos saberes parte da ideia que a eliminação dessas desigualdades não é possível através da democratização do acesso à produção e consumo da ciência moderna. Embora esta deva ser prosseguida, não bastaria por si própria devido aos limites intrínsecos da intervenção científica no real. O uso contra-hegemônico da ciência assenta no reconhecimento desses limites e, por isso, na necessidade de, para os superar, recorrer a outros conhecimentos. (SANTOS, 2006, p. 158)

A ecologia dos saberes, diz ainda Santos (2006), deve ser exercida pela busca de convergências entre os conhecimentos múltiplos, objetivando sempre ser uma luta não ignorante contra a ignorância. Princípios semelhantes (ou iguais) aos que preconizou o governador Binho Marques, quando da sua palestra em Copenhague, ao esclarecer que dentro do projeto da florestania está a necessidade de agregar os conhecimentos tradicionais aos

científicos, para que os recursos naturais sejam usados sem o risco do seu esgotamento. Princípios cuja devida materialização, através de adequadas atitudes, já rendem frutos, dez anos depois do advento da florestania, conforme explicou o ex-governador no mesmo evento, ao afirmar que na cidade acreana de Xapuri (180 km da capital acreana, local onde pontificaram a paixão e a morte do líder seringueiro Chico Mendes) existe a única fábrica do mundo de preservativos masculinos de látex natural, no que se configura, segundo Binho Marques, “uma inovação que está recuperando a cadeia produtiva da borracha (...)” (MELLO, *in* www.ac.gov.br). Ainda falando de empreendimentos na mesma cidade, a existência de uma fábrica de pisos de madeira certificada, com 50% dela procedente de florestas comunitárias. “De uma forma geral”, disse Binho Marques, “tudo isso mostra que já estamos colhendo os primeiros frutos de uma economia de base florestal” (MELLO, *in* www.ac.gov.br). Lembrando aqui de um detalhe que não consta na fala do governador, que é o da convergência entre discurso e prática, uma vez que a produção do preservativo natural aproveita a seiva da árvore, mantendo-a viva no seu respectivo bioma, enquanto que a fábrica de pisos de madeira só trabalha com matéria prima destinada a esse fim, por conta de práticas de manejo sustentável.

1.4 A comunicação como elemento crucial para a disseminação da florestania

No que diz respeito à disseminação e sedimentação da ideia da florestania, a principal estratégia usada pelo novo Governo foi a de fortalecer o sistema público de comunicação. É o que afirma o assessor de comunicação do governador Jorge Viana, jornalista Aníbal Diniz: “Quando a gente fez essa opção pela floresta, a gente identificou que precisava dar uma atenção muito especial ao meio radiofônico de comunicação” (PINHEIRO, 2005), pois havia a necessidade de se levar “às localidades mais distantes as informações alusivas ao Governo e também à multiplicação desse conhecimento próprio dos povos da floresta” (PINHEIRO, 2005).

Dessa forma, a primeira providência do novo Governo, no que diz respeito à divulgação de seus projetos e pontos nodais, foi aumentar em mil por cento a potência da principal e mais antiga emissora do estado, a Rádio Difusora Acreana – AM. O assessor Aníbal Diniz relata qual foi a percepção da equipe do Governo, tão logo assumiram o poder no estado e o que se resolveu fazer imediatamente.

A nossa preocupação se fez logo de cara quando a gente percebeu que a Rádio Difusora Acreana era o nosso principal veículo de comunicação, mas era um instrumento pouco potencializado. Quando nós assumimos o Governo, a Rádio Difusora Acreana funcionava com um quilo de potência, o que é muito pouco para uma rádio AM que pretende chegar ao estado todo. A gente fez, então, imediatamente, uma solicitação ao Ministério das Comunicações, elevando a capacidade da rádio para dez quilos de potência. O Governo do Estado comprou um transmissor novo e a gente aumentou muito a capacidade de irradiação da emissora. Eu creio que essa foi uma das providências mais importantes tomadas naquele momento. (PINHEIRO, 2005)

Em seguida ao aumento da potência da principal emissora de rádio pública do estado, ainda no dizer do secretário Aníbal Diniz, o Governo aumentou a sua capacidade de comunicação com o público e, por conseguinte, a possibilidade de sedimentar a ideia de florestania, criando várias outras emissoras, para transmissões em cadeia a partir da capital, Rio Branco, sede do Poder Executivo.

Passado algum tempo, a gente percebeu que a audiência da Rádio Difusora Acreana era muito forte na zona rural e que nós tínhamos um vácuo muito grande em relação ao público da área urbana, que ouvia menos a Difusora e ficava mais ligado nas FMs comerciais. E aí a gente fez um projeto para implantação de uma rádio educativa em Rio Branco. Mas depois a gente percebeu que vários outros municípios também tinham essa carência, que não tinham nenhum veículo de comunicação para suprir as suas necessidades básicas, como, por exemplo, para veicular uma campanha de vacinação etc. Com base nisso, a gente fez uma argumentação muito forte para o Ministério das Comunicações e eles nos deram uma concessão especial para a gente abrir seis rádios FMs no interior do estado. Esse número ainda ficou aquém do que desejávamos. Nós queríamos levar rádios para todos os vinte e dois municípios, mas seis é um limite máximo para cada fundação. (PINHEIRO, 2005)

Quanto à programação, o secretário de Comunicação, jornalista Aníbal Diniz, explica que ela foi uma preocupação imediatamente posterior ao movimento de criação dessa base radiofônica para a irradiação plena das mensagens governamentais.

(...) E aí veio, num segundo momento, a dificuldade na elaboração da programação, porque, sendo educativa, nós tínhamos que elaborar essa programação levando em conta a qualidade, com preocupação ‘cidadã’, com a linguagem, com o conteúdo, onde não poderia entrar o sensacionalismo das rádios comerciais. E culminou também que a gente resolveu fazer uma programação em rede, onde todas as seis rádios FMs, em Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Tarauacá, Sena Madureira, Xapuri e Brasília veiculassem uma única programação, via satélite, a partir da capital. E acabou que a gente cumpriu um outro objetivo, o da integração. Qual a melhor forma de integrar uma região? Pela comunicação. (PINHEIRO, 2005)

O projeto de veiculação do discurso governamental e, naturalmente, construção e sedimentação ideológica do conceito de florestania não se limitou (nem poderia se limitar) ao veículo rádio, passando no momento seguinte ao uso da televisão. Uma emissora cujo histórico de criação foi bem expressa nas palavras de Xangai (*Página 20*, janeiro de 2005, p. 11).

Uma tevê pública com alma acreana. Nessas palavras está contido o espírito que une as equipes da rede de rádio e TV Aldeia, que hoje levam notícias e imagens do Acre até os rincões mais isolados da floresta (...). Instalada no Acre em 1985, a TV Aldeia recebeu em 1988 equipamentos e apoio que, somados a uma equipe dedicada à notícia, fez seu jornal local rivalizar em audiência com outros noticiários locais. Em 1990, transmitiu ao vivo, pela primeira vez no Acre, as imagens de escolas e blocos que passavam na Avenida Getúlio Vargas, os brincantes do calçadão da prefeitura (...). Naquele mesmo ano foi abandonada à própria sorte até sair do ar. Foi reativada em 2002, quando até seus transmissores já estavam desligados (...). “Em 1988 formamos uma equipe composta pelos jornalistas Toinho Alves, Simoni, Aníbal Diniz, Altino Machado e a colaboração de outros grandes nomes de nossa imprensa. Foi um grande momento. Tudo se acabou no descaso, mas reativamos agora graças ao apoio do governo do estado, investindo numa boa equipe e em equipamentos que nos permitem chegar aos 22 municípios levando uma programação que casa a acreanidade com a florestania. Ou seja, mostramos o modo acreano de viver”, esclarece o jornalista Elson Martins, hoje membro do conselho editorial da Rádio e TV Aldeia (...). Para quem se admira da boa qualidade da programação, ele faz um prognóstico que beira a advertência: “Estamos só começando nosso trabalho e ainda falta muito para chegarmos ao conteúdo desejado. O fundamental é ter uma tevê pública de alma acreana. Uma tevê identificada com nossa história, nossas raízes e tradições, a fim de contribuirmos para a construção de uma sociedade sustentável dos pontos de vista ecológico, econômico e social. Queremos que o modo de vida acreano seja um exemplo para a Amazônia. Nossa opção é sermos diferentes (...)”. (XANGAI, 2005, p. 11)

A respeito dessa proposta nova de tratar a informação, diz ainda Elson Martins, citado por Xangai (2005, p. 11). “Um dos diferenciais nesse modo de informar está no nivelamento do respeito que se dá aos saberes de um seringueiro ou de um velho pajé, ouvidos com a mesma atenção que um doutor em biologia ou saúde.” E mais, ainda no dizer de Elson Martins: “Proporcionamos o diálogo dos saberes populares com a ciência e tecnologia buscando um ponto de equilíbrio entre elas sem que prejudiquem nosso modo de ser (...)” (XANGAI, 2005, p. 11).

Sobre a reativação da TV Aldeia, o secretário Aníbal Diniz afirma:

Quando nós assumimos o Governo, em Cruzeiro do Sul, que é a segunda maior cidade do estado, e uma das mais distantes da capital, nós tínhamos uma programação de televisão que só recebia sinais gerados no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Amazonas. E hoje nós temos a TV Aldeia, que é outro projeto desenvolvido no nosso Governo, que agora chega a todos os municípios, levando a programação gerada em Rio Branco. Nesse sentido, eu acho que nós conseguimos um feito da maior importância, que é o da integração, via comunicação, de todas as cidades do estado. (PINHEIRO, 2005)

Sobre a questão da programação para a cadeia televisiva, o assessor é enfático em afirmar a prevalência do jornalismo, sempre com a preocupação de divulgar “notícias positivas”, capazes de contribuir para aumentar a autoestima do cidadão da floresta. Uma espécie de valorização pela publicidade dos fatos considerados bons e, em sentido diametralmente oposto, apagamento dos fatos considerados ruins. Segundo Diniz, “Mesmo na eventualidade de uma tragédia, a forma de passar isso para o público é trabalhada, para que não seja passada uma visão catastrófica das coisas”. (PINHEIRO, 2005).

Em toda a programação da televisão, a ênfase é o jornalismo e os serviços. Quando a gente vai discutir sobre pauta procura-se estabelecer a busca por uma notícia que contribua para a melhoria da qualidade da vida das pessoas. Quando a gente cumpre, por exemplo, uma pauta sobre um sistema de produção, uma tecnologia desenvolvida pela Embrapa, a gente sabe que está sendo assistido por milhares de agricultores, nos mais diferentes locais do estado, que podem vir a utilizar aquilo. Ou então, quando a gente faz uma matéria sobre uma atividade social importante, um programa como o Saúde Itinerante, a gente não o faz simplesmente para informar, mas, isso sim, para mobilizar as pessoas. (PINHEIRO, 2005)

A cobertura policial não tem espaço na programação das emissoras de televisão criadas e controladas pelo Governo do Partido dos Trabalhadores do Acre. Da mesma forma, as tragédias só ganham atenção se, de fato, não houver como não noticiá-las, dada a cobertura intensa das outras emissoras. Porém, ainda assim, caso seja mesmo imprescindível a divulgação das tragédias, isso deve ser feito de forma cuidadosa, de maneira que não venha a contribuir para, no dizer do secretário Aníbal Diniz, “realçar o espírito negativo das pessoas” (PINHEIRO, 2005).

(...) E nas coberturas todas, a gente optou por não trabalhar com o noticiário policial, porque temos o entendimento que isso, de certa forma, contribui para realçar o estado de espírito negativo das pessoas. A gente procura trabalhar sempre com boas notícias, com notícias elevadas. Quando acontece uma tragédia, que a gente não tem como deixar de retratar, a gente tenta sempre fazê-lo de uma maneira muito serena, porque entendemos que não

podemos ter uma visão catastrófica das coisas. Isso tanto faz no rádio como na televisão. Nessa última a gente procura selecionar bem as imagens que irão ao ar. Não vão ao ar imagens de corpos soterrados, dilacerados. São coisas, inclusive, que outras emissoras já praticam também. A própria Rede Globo tem um código bastante desenvolvido nesse sentido. (PINHEIRO, 2005)

A preocupação com a “informação útil”, despojada do sensacionalismo recorrente nas emissoras comerciais, e os cuidados para que esta informação não produza um estado mental negativamente alterado na população é uma obsessiva busca dos programadores da TV Aldeia, sediada em Rio Branco, capital do estado, e suas repetidoras espalhadas pelo interior.

A Rádio e a TV Aldeia tem essa característica de ter uma preocupação sempre com a informação das pessoas, de fazer com que as informações sejam úteis. E tomando sempre o cuidado de não produzir estados mentais alterados, de sensacionalismo, como se o mundo estivesse acabando. Não, nada disso. Quando se tem um problema a tratar, procura-se tratá-lo de maneira bem serena, dando a devida importância aos personagens envolvidos, mas nunca partindo para a tentativa de qualquer tipo de destruição. A ideia é, permanentemente, construir. (PINHEIRO, 2005)

Os fatos políticos, de acordo com Aníbal Diniz, não podem entrar na programação nem das rádios e nem da TV Aldeia, evitando-se, assim, que os veículos façam a apologia do partido dominante, o que forçaria, do ponto de vista ético, a dar espaços para os adversários. Nenhum dos lados tem espaço nos noticiários. Para Diniz, ainda de acordo com Pinheiro (2005), se a TV Aldeia tivesse que enfocar os fatos políticos do lado do PT, seria necessário colocar no ar também a posição dos adversários. E isso, de acordo com o secretário não seria o papel das emissoras educativas. No dizer de Aníbal Diniz:

Quando os nossos aliados querem partir para cima dos nossos adversários, nós os censuramos. E quando os nossos adversários querem usar o nosso espaço, a gente não deixa, alegando que não damos espaços para nenhum dos lados. É uma rede de rádio e TV educativas e a ideia é trabalhar para a comunidade. Quando nos falam que nós somos imbecis e que os adversários se um dia ganharem o Governo transformarão os veículos em palco contra nós, a gente argumenta que cada um responde pela sua consciência. Nós temos consciência de que estamos cumprindo um papel educativo e não vamos abrir mão disso, mesmo contrariando aliados. O Governo Jorge Viana teve muita consciência quando determinou que não deveríamos transformar a TV Aldeia em palco de guerra de ninguém. Enquanto existem veículos particulares que partem para defender os interesses dos seus proprietários, a TV Aldeia faz diferente: ela defende os interesses da sociedade. Interesses diversos, às vezes com posições antagônicas, com as quais nós temos que conviver e respeitar. Mas, acima de tudo, nós praticamos um noticiário muito sereno, acima dos confrontos particulares. (PINHEIRO, 2005)

Especificamente falando da relação entre a ideia motriz do Governo do PT, o autodenominado Governo da Floresta, de elevar o orgulho dos nativos e a respectiva sensação de pertencimento mútuo entre os acreanos e o seu espaço territorial, e a consequente instalação de uma rede de rádio e televisão, o secretário Aníbal Diniz não hesita em afirmar com todas as letras que o sistema foi mesmo imaginado e construído com essa finalidade.

Nós construímos um sistema de radiodifusão e televisão públicas no Acre, realmente, a serviço da ideia da florestania. A gente construiu essa rede com esse foco. Era preciso fazer isso. Inclusive porque havia uma mentalidade muito arraigada de que a cultura da floresta não era cultura. Aliás, se falava muito por aqui que cultura são somente as manifestações artísticas ou o conhecimento adquirido na academia. E os veículos de comunicação que estão hoje a serviço do Governo da Floresta têm sido instigados a trabalhar fortemente com a ideia de que a cultura é tudo aquilo que faz parte do modo de vida, do modo de agir diante de situações de um determinado povo. A gente tem procurado fazer com que o caldo de cultura que perpassa o povo acreano seja visto como a cultura da florestania. E a gente tem colocado sim os nossos veículos de comunicação a serviço da florestania. (PINHEIRO, 2005)

No segmento de jornais impressos, o Governo do PT não vislumbrou a necessidade de criar nenhum veículo novo, talvez pelo fato de que na capital do estado já circulem quatro diários (com uma população de cerca de trezentos mil habitantes, provavelmente Rio Branco é a capital brasileira com maior número de títulos de jornais impressos por habitante): *Página 20*, *A Tribuna*, *A Gazeta* e *O Rio Branco*. Todos eles recebem quotas de verba publicitária distribuída pelo Governo do estado, sendo que o *Página 20* configura-se como aliado desde antes da gestação do projeto da florestania, quando o PT ainda não havia assumido o poder. Enquanto que o jornal *O Rio Branco* ensaiou fazer o papel de porta voz da oposição durante os oito primeiros anos do Governo petista (Jorge Viana, de 1999 a 2006), mas aderiu à nova ideologia em 2007, no terceiro mandato do PT, sob o governo de Binho Marques. Para além do sistema de rádio e televisão criado pelo Governo e dos jornais já existentes, a verba publicitária também é distribuída para todas as outras emissoras sediadas no estado.

A explanação do secretário Aníbal Diniz sobre o esforço do Governo do PT de disseminar a florestania através dos veículos de comunicação acreanos, entretanto, é contestada por Antônio Alves, o maior dos mentores da nova ideologia. Para ele, ao contrário da materialização da ideia original, da riqueza conceitual que está contida nela, a florestania ficou reduzida à dimensão do político, ao aspecto da comunicação de uma ideia com vistas a convencer pessoas ou a estabelecer marcas, numa espécie de utilização puramente ideológica

de um sentimento. Para Antônio Alves, a florestania acabou se transformando somente no desenho de uma arvorezinha usada como logomarca por um governo, numa estrada asfaltada ou nos serviços levados para uma população. “Em outras palavras, a cidadania chega e a florestania é expulsa a pontapés”, afirma Alves (PINHEIRO 2009). A ideia de florestania, então, acrescenta Alves, “do jeito que foi apropriada pelo estado e estendida para as comunidades, ficou com um cunho colonizador, doutrinador, doutrinário e ideológico” (PINHEIRO, 2009).

No que diz respeito à comunicação governamental, o ex-secretário de cultura Antônio Alves, agora já não mais filiado ao PT, mas sim ao Partido Verde (PV), considera que toda a política para a área foi montada com base nessa distorção conceitual, com as principais ações ratificando o cunho doutrinador, doutrinário e ideológico, em vez de reforçar e dar visibilidade à sabedoria dos povos da floresta.

Eu acho que com base nesse equívoco fundamental é que foi montada uma política de comunicação refletida num *slogan* repetido na rádio e na TV Aldeia, que é “comunicação a serviço da florestania”. Como a serviço da florestania? Essa florestania é um patrão? É um ente? É uma comunidade? É um organismo? É uma instituição? É o quê, para que a gente coloque a comunicação a serviço dela? Então, talvez se possa dizer que está, isso sim, a serviço da cidadania. Talvez fosse mais adequado. Se está fazendo políticas de comunicação que visam promoção de direitos e deveres dos cidadãos, que oferecem serviços, que orienta, que faz uma série de coisas que poderia caracterizar como uma comunicação cidadã, então é uma comunicação a serviço da cidadania. A serviço da florestania, não, porque esta não se expressa através dessa comunicação (...). Toda a comunicação oficial é essencialmente propaganda, é marketing. Como dizia na sua entrevista infeliz, o Ricúpero, é esconder o que é ruim e mostrar o que é bom. A comunicação oficial é essencialmente essa mentira, essa falta de escrúpulos. (PINHEIRO, 2009)

O assessor de comunicação Aníbal Diniz e o ex-secretário de cultura Antônio Alves apresentam visões aparentemente contraditórias, mas, na verdade, complementares sobre a execução do projeto florestania. Para o primeiro, o Governo do Acre construiu um sistema de radiodifusão e televisão públicas a serviço do novo conjunto de ideários, sendo que os veículos têm sido instigados a trabalhar fortemente no sentido de fazer com que “o caldo de cultura que perpassa o povo acreano seja visto como a cultura da florestania” (PINHEIRO, 2005). Enquanto isso, para o segundo personagem, embora o discurso da florestania tenha criado a noção de unidade e de orgulho interno, sempre serviu mais para fora do que para dentro do estado. Segundo Antônio Alves, esse era o charme do Acre para conseguir dinheiro dos bancos para obras internas de desenvolvimento social. Era o discurso para o exterior de

que na Amazônia se fazia uma experiência de desenvolvimento sustentável. “Nós nem temos cidadania, nós temos é florestania. Então, tudo quanto era gringo achava esse discurso maravilhoso e passava a dar dinheiro para os financiamentos” (PINHEIRO, 2009).

1.5 Breves notas sobre ideologia e hegemonia

No cerne de toda a questão da invenção da florestania, o que parece evidente quando se procedem a estudos sobre o tema é a emergência de uma nova identidade para a população de um pequeno estado amazônico, edificada pela tessitura de uma totalização discursiva recheada de pontos nodais, a partir de uma palavra de ordem (florestania) que se sobrepõe às demais, num percurso que, não seria demais dizer, determina o surgimento de uma nova e localizada ideologia, estimulada pela construção de um processo hegemônico estabelecido entre governantes e governados.

Para que essas afirmações se tornem compreensíveis, entretanto, faz-se necessário que sejam revisados os conceitos teóricos de ideologia e de hegemonia. No caso da ideologia, os apontamentos históricos remetem ao filósofo francês Antoine Louis Claude Destutt de Tracy como o primeiro estudioso a fazer uso do termo, num livro intitulado “Elementos de Ideologia”, publicado nos primeiros anos do século XIX. Com a nova terminologia o objetivo do filósofo, que trabalhava em conjunto com intelectuais como Cabanis, De Gérando e Volney, era encontrar uma designação específica para o que ele chamava de “estudo das ideias”. Assim, ao fim dos seus trabalhos os referidos pensadores acabaram por ter em mãos uma “teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação das nossas ideias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória)” (CHAUÍ, 2006, p. 25).

Nos anos que se seguiram à divulgação dos elementos da ideologia, de Destutt de Tracy, Cabanis, De Gérando e Volney, o termo foi apropriado por vários pensadores, culminando com os estudos de Karl Marx, para quem não seria possível uma análise da produção social das ideias separadas das condições sociais e históricas nas quais elas emergem. É a partir de Marx que nasce a ideologia como a pensamos (ou a partir da qual) no século XX. No dizer de Chauí, a ideologia é um sistema de ideias ou representações ordenadas, bem como de normas e regras como algo separado e independente das condições

materiais, visto que os teóricos, os ideólogos, os intelectuais não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência (2006, p. 62). Para a autora:

(...) as ideias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material. Assim, em lugar de aparecer que os pensadores estão distanciados do mundo material e por isso suas ideias revelam tal separação, o que aparece é que as ideias é que estão separadas do mundo e o explicam. As ideias não aparecem como produtos do pensamento de homens determinados - aqueles que estão fora da produção material direta -, mas como entidades autônomas descobertas por tais homens. (CHAUÍ, 2006, p. 63)

E completa Chauí:

As ideias podem parecer estar em contradição com as relações sociais existentes, com o mundo material dado, porém essa contradição não se estabelece realmente entre as ideias e o mundo, mas é uma consequência do fato de que o mundo social é contraditório. Porém, como as contradições reais permanecem ocultas (são as contradições entre as relações de produção ou entre as forças produtivas e as relações sociais), parece que a contradição real é aquela entre as ideias e o mundo (...). (CHAUÍ, 2006, p. 63)

Do mesmo modo como nasce a suposição de uma autonomia das ideias, a partir da divisão entre trabalho material e intelectual, “como se fossem ou como se tivessem uma realidade própria independente dos homens” (CHAUÍ, 2006, p. 63), por conta da separação da espécie humana (em princípio originária da mesma matéria prima) em classes sociais distintas com interesses particulares contraditórios “nasce a ideia de um interesse geral ou comum que se encarna numa instituição determinada: o Estado”. (CHAUÍ, 2006, p. 63).

Esse Estado, embora apareça como entidade que materializa e representa o interesse geral dos seus cidadãos, na verdade é a “forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (a classe dos proprietários) ganham a aparência dos interesses de toda a sociedade” (CHAUÍ, 2006, p. 65). O Estado nada mais é do que a entidade encarregada de preservar os interesses particulares de uma classe social dominante. Não se trata jamais de “um poder distinto da sociedade, que a ordena e regula para o interesse geral definido por ele próprio enquanto poder separado e acima das particularidades e interesses da classe” (CHAUÍ, 2006, p. 66).

O Estado é uma comunidade ilusória. Isso não quer dizer que seja falso, mas, sim, que ele aparece como comunidade porque é assim percebido pelos sujeitos sociais. Estes precisam dessa figura unificada e unificadora para

conseguirem tolerar a existência das divisões sociais, escondendo que tais divisões permaneçam através do Estado. O Estado é a expressão política da sociedade civil enquanto dividida em classes. Não é, como imaginava Hegel, a superação das contradições, mas a vitória de uma parte da sociedade sobre as outras. (CHAUI, 2006, p. 66)

Não seria possível, entretanto, que o Estado exercitasse suas funções sociais reguladoras caso ficasse explícita a sua existência como realizador de interesses particulares. Ele aparece como uma forma impessoal e anônima, por intermédio das leis. “Graças às leis, o Estado aparece como um poder que não pertence a ninguém”. (CHAUI, 2006, p. 66). Assim, em vez de “aparecer como poder social unificado, aparece como um poder desligado dos homens”. (CHAUI, 2006, p. 66). É por conta disso, igualmente, que “em lugar de ser dirigido pelos homens, aparece como um poder cuja origem e finalidade permanecem secretos e que dirige os homens” (CHAUI, 2006, p. 66). Desta forma, afirma Chauí, “está aberto o caminho para a ideologia política que explicará a sociedade através das formas dos regimes políticos (...) e que explicará a história pelas transformações do Estado (...)” (2006, p. 67).

Com essas características do Estado, não seria excessivo afirmar que, socialmente falando, mesmo que isso não seja percebido por quase ninguém, tudo na vida das pessoas é ideológico. A tal ponto que, como explica Mészáros, numa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico estabelecido e dominante “funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade científica’” (2004, p. 57). Para ele:

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos. O próprio ato de penetrar na estrutura do discurso ideológico dominante inevitavelmente apresenta as seguintes determinações ‘racionalis’ preestabelecidas: a) quanto (ou quão pouco) nos é permitido questionar; b) de que ponto de vista; e c) com que finalidade. (MÉSZÁROS, 2004, p. 58)

Ainda no dizer de Mészáros, todos os indivíduos que aceitam de forma simultânea e indiscutível a ideologia predominante como a estrutura objetiva do discurso ‘racional’ e ‘erudito’ rejeitam como todas as tentativas de identificar os pressupostos ocultos e os valores implícitos comprometidos pela ordem dominante (2004, p. 58). Para esses indivíduos é necessário desqualificar os usos de determinadas categorias vitais do pensamento crítico, em

nome da objetividade e da ciência. Aceitar e reconhecer a legitimidade das referidas categorias seria, explica Mészáros, “aceitar o exame dos próprios pressupostos que são assumidos como verdadeiros, juntamente com as conclusões que podem ser – e efetivamente o são – facilmente delas extraídas” (2004, p. 58).

Nos diversos sistemas sociais estabelecidos, a ideologia dominante se afirma e reafirma nos mais diversos níveis, levando uma enorme vantagem no que diz respeito à determinação do que pode ser considerado como critério legítimo de avaliação de conflitos. Isso porque exerce um controle eficaz sobre as instituições culturais e políticas da sociedade. “Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser desmascarada é pequeno” (MÉSZÁROS, 2004, p. 59).

O sistema de dois pesos e duas medidas, movido pela ideologia e viciosamente tendencioso, é evidente em toda parte: mesmo entre aqueles que se orgulham em dizer que representam a ‘qualidade na vida’. Dificilmente poderia ser de outro modo. A ordem dominante precisa aplicar para si mesma critérios radicalmente diferentes dos aplicados àqueles que devem ser mantidos em sua posição subordinada. Assim, os defensores intelectuais do *status quo* e guardiões ‘neutros’ de sua ortodoxia ideológica podem falsear suas autoconfiantes declarações de fé em suas próprias ideias, combinadas com ataques violentos a seus adversários, como um ‘conhecimento científico’ indiscutível, sem se preocupar em apresentar, em favor de suas declarações, nenhuma comprovação extraída das teorias rejeitadas. (MÉSZÁROS, 2004, p. 60)

Desta forma, por tudo que foi dito até aqui, o poder da ideologia é o que, no fundo, move as ações e os pensamentos dos mais diversos conjuntos sociais, afetando de alguma (ou de muitas) maneira(s) tanto aqueles que insistem em negar a sua existência quanto aqueles que reconhecem os seus interesses e os seus valores. “É de todo inútil pretender que seja de outro modo”, afirma Mészáros (2004, p. 64). E de jeito nenhum pode ser taxada como ilusão ou superstição religiosa que apenas incide sobre criaturas mal-orientadas, “mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal não pode ser superada nas sociedades de classe” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

(...) Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independente), que

exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social. (MÉSZÁROS, 2004, p. 65)

Levando em conta que as sociedades são internamente divididas, ainda no dizer de Mézáros (2004, p. 65), “as ideologias mais importantes devem definir suas respectivas posições tanto como ‘totalizadoras’ em suas explicações” quanto do ponto de vista de alternativas estratégicas umas das outras. Deste modo, em qualquer que seja o período histórico as principais classes da sociedade se relacionam, de maneira mais ou menos aberta, por conta de ideologias conflitantes, as quais, desse modo, pode-se dizer que se constituem numa espécie de consciência prática necessária. De acordo com o referido autor, é isso que faz com que essas ideologias possam articular sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente.

Compreensivelmente, o conflito mais fundamental na arena social refere-se à própria estrutura social que proporciona o quadro regulador das práticas produtivas e distributivas de qualquer sociedade específica. Exatamente por ser tão fundamental é que esse conflito não pode simplesmente ser deixado à mercê do mecanismo cego de embates insustentavelmente dissipadores e potencialmente letais. Na realidade, quanto menor for tal controle, maior será o risco de ocorrerem calamidades implícitas no crescente poder de destruição à disposição dos antagonistas. (MÉSZÁROS, 2004, p. 65)

Um conflito, diz Mézáros, que não pode ser “resolvido no domínio legislativo da ‘razão teórica’” (2004, p. 65). E acrescenta, citando Marx, que por esse motivo o estruturalmente mais importante conflito encontra suas manifestações necessárias nas “formas ideológicas [*orientadas para a prática*] em que os homens se tornam *conscientes* desse conflito e o *resolvem pela luta*” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

Nesse sentido, o que determina a natureza da ideologia, acima de tudo, é o imperativo de se tornar *praticamente consciente* do conflito social fundamental – a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social – com o propósito de resolvê-lo *pela luta*. Em outras palavras, as diferentes formas ideológicas de consciência social têm (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte e na literatura, assim como na filosofia e na teoria social, independentemente de sua vinculação sociopolítica a posições progressistas ou conservadoras. (MÉSZÁROS, 2004, p. 66)

O tipo de racionalidade apropriado ao discurso ideológico, por conseguinte, é definido por essa orientação. O que interessa a esse discurso não deve ser visto como abstrações teóricas. Deve, isso sim, ser visto como indicadores “práticos bem fundamentados e estímulos mobilizadores, direcionados às ações socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais (...)” (MÉSZÁROS, 2004, p. 66). Dessa forma, os interesses contidos na essência de ideologias conflitantes, sob as condições da sociedade de classes, estão imbricados de tal forma que “problemas parciais são profundamente afetados por sua posição no interior da dinâmica global do conflito hegemônico em curso” (MÉSZÁROS, 2004, p. 66). Por conta disso, a questão da racionalidade ideológica “é inseparável do reconhecimento das limitações objetivas dentro das quais são formuladas as estratégias alternativas a favor ou contra a reprodução de determinada ordem social” (MÉSZÁROS, 2004, p. 66).

Por último, para fechar essa incursão pelo conceito de ideologia, ressalte-se que é a combinação do ponto de vista adotado, em sua postura de crítica/negação (ou afirmação/sustentação), mediante a rede instrumental/institucional que se mantém no domínio do controle social, bem como a eficácia e legitimidade historicamente mutáveis dos instrumentos disponíveis, que serve para definir a “racionalidade prática das ideologias em relação à sua época e, no interior dela, em relação às fases ascendentes ou declinantes do desenvolvimento das forças sociais cujos interesses elas sustentam”. (MÉSZÁROS, 2004, p. 66).

No tocante ao segundo vértice proposto para o desenvolvimento desse item, no caso a genealogia e os conceitos pertinentes à hegemonia, destaque-se, em princípio, os estudos empreendidos pelo intelectual italiano Antônio Gramsci, para quem a liderança cultural e ideológica de uma classe sobre as outras é que caracterizaria um processo hegemônico. O pensamento de Gramsci sobre a política e a ideologia é organizado pelo conceito de hegemonia, para quem, explica Barrett (2007, p. 238), a melhor maneira de entendê-la “é como a organização do consentimento: os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recurso à violência ou à coerção”. Para Barrett:

O bloco dominante, segundo Gramsci, atua não apenas na esfera política, mas em toda a sociedade. Gramsci enfatizou os níveis ‘inferiores’ – menos sistemáticos – de consciência e apreensão do mundo e, em particular, interessou-se pelos modos como o conhecimento e a cultura ‘populares’ desenvolveram-se de maneira a assegurar a participação das massas no projeto do bloco dominante. (BARRETT, 2007, p. 238)

Além desses conceitos iniciais, pelo menos duas outras ideias extraídas do pensamento de Antônio Gramsci merecem ser colocadas aqui, para efeito de compreensão do que será dito mais à frente neste texto, no que diz respeito à emergência de uma nova identidade para os acreanos, a partir da disseminação de um novo discurso, no limiar do século XXI.

A primeira ideia é a de que a função política dos intelectuais não seria apenas a de expressar classes particulares ou exercendo papéis específicos e socialmente definidos, mas, eles seriam importantes atores no “campo em que o conflito de classes é ‘encenado’ no nível ideológico” (BARRETT, 2007, p. 239). Neste sentido, ainda no dizer de Barrett, Gramsci encarava o processo de obtenção da hegemonia (isso em se tratando de ideologias de esquerda) como um movimento que “implicaria desvincular ‘os intelectuais tradicionais de sua base no bloco dominante’ e desenvolver o que chamava de intelectuais ‘orgânicos’ da classe trabalhadora” (2007, p. 239).

A segunda ideia oriunda do pensamento de Gramsci, explica Barrett (2007, p. 239), citando artigo de Stuart Hall, é a de que o pensador italiano “nos mostrou que o capitalismo não é apenas um sistema de produção, mas toda uma forma de vida social”.

Hall interpreta Gramsci como alguém que desenvolve uma “polêmica contra uma explicação reducionista da superestrutura (...)”. As superestruturas, na leitura que Hall faz de Gramsci, são vitais por atraírem a cultura e a sociedade civil para uma conformidade crescente com as necessidades do capital. Elas ampliam o domínio do capitalismo, criando novos tipos de indivíduo e de civilização, trabalhando através de várias instituições da sociedade civil, como a família, o direito, a educação, as instituições culturais, a Igreja e os partidos políticos. Isso não é apenas uma questão de interesse econômico, pois Gramsci opõe-se ao reducionismo economicista e conceitua a hegemonia como uma autoridade política, cultural e social. No entanto, conclui Stuart Hall, na visão de Gramsci “as superestruturas fazem tudo isso para o capital”. (BARRETT, 2007, p. 239-240)

Mas é na teorização de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em sua crítica ao pensamento de Gramsci, principalmente no que se refere ao conceito de “totalidade social”, que se poderá encontrar os elementos mais precisos para a compreensão dos pressupostos da hegemonia mais contemporânea a partir de vários elementos, entre os quais o discurso. Laclau e Mouffe entendem não existe um modelo de totalidade social e a partir dessa premissa desenvolvem o seu raciocínio.

O caráter incompleto de toda sociedade leva-nos necessariamente a abandonar, como campo de análise, a premissa de ‘sociedade’ como uma

totalidade suturada e autodefinida. ‘Sociedade’ não é um objeto válido de discurso. Não há nenhum princípio subjacente isolado que determine – e, portanto, constitua – todo o campo de diferenças. (LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 111)

Ao contrário da ideia de analisar a sociedade do ponto de vista de uma suposta totalidade, Laclau e Mouffe indicam um esquema composto por quatro “caminhos” para que se possa proceder uma análise social: *articulação*, *discurso*, *momento* e *elemento*.

A “articulação” diz respeito a quaisquer práticas que possam estabelecer uma relação entre os elementos discursivos de tal forma que a identidade destes se modifique ante a referida prática articulatória: o “discurso” é a totalidade estruturada resultante da citada prática articulatória; o “momento” discursivo indica a posição diferencial conforme surgem na articulação de um discurso; e o “elemento” leva em conta qualquer diferença que não seja articulada. Os significantes estão soltos nas cadeias significantes e constituem elementos que, a qualquer momento, são trazidos por articulações para compor momentos de novos discursos que tentam hegemonizar o campo social-discursivo.

O mais importante a assinalar nessas definições é que a própria definição ampliada de ‘discurso’, de Laclau e Mouffe não representa, como concluíram de imediato diversos materialistas, um salto vertiginoso para o idealismo. O conceito de discurso, em suas mãos, é um conceito materialista que lhes permite repensar a análise dos fenômenos sociais e históricos num contexto diferente. (BARRETT, 2007, p. 248)

Além disso, Barrett sugere ser preciso conhecer dois conceitos fundamentais do pensamento de Laclau e Mouffe como forma de conhecer melhor a argumentação deles. Justamente os conceitos de *sutura* e *diferença*.

Em inglês o termo *sutura* tem, de um modo geral, a significação de ponto, costura, “a junção de duas bordas de um ferimento” (BARRETT, 2007, p. 249). Trata-se de um sentido cirúrgico, diz Barrett, referindo-se aos autores Landry e Maclean de que “a ‘sutura’ marca a ausência de uma identidade anterior, como quando a pele cortada sara, mas deixa uma cicatriz que marca a diferença” (2007, p. 249). Para Laclau e Mouffe, ainda na explicação de Barrett, a pele do corpo político está em permanente estado de dilaceração, “exigindo um plantão interminável na sala de emergência por parte dos cirurgiões da hegemonia, cuja sina é tentar fechar os cortes, temporariamente e com dificuldade” (2007, p. 249). Neste sentido, a metáfora aponta para a ideia de que na medida em que o campo de operação das práticas hegemônicas é determinado pela abertura do social, dado o caráter sem fixidez de todo

significante, essas práticas são, então, suturadoras. Ou seja, as práticas hegemônicas atuam justamente no sentido de preencher uma espécie de falta originária. Como conclusão, Laclau e Mouffe dão a entender que “o fechamento subentendido na ideia de uma sociedade totalmente suturada é impossível” (BARRETT, 2007, p. 249).

Quanto à *diferença*, Laclau e Mouffe se utilizam do termo para estabelecer o conceito da impossibilidade do sentido absoluto, da fixidez última desse sentido. Para os dois autores, diz Barrett, o discurso é “constituído como uma tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o campo das diferenças, de construir um centro como pontos nodais” (2007, p. 250). Uma clara referência, continua Barrett, “ao *point de capiton* (ponto de basta) de Lacan (os significantes privilegiados que fixam sentido numa cadeia)” (2007, p. 250). Seguimos com Barrett:

(...) Laclau e Mouffe concluem que, ‘se o social não consegue fixar-se nas formas inteligíveis e instituídas de uma *sociedade*, o social existe apenas, no entanto, como um esforço de construir esse objeto impossível’. A ‘sociedade’ é o objeto impossível das ações do social (...). (BARRETT, 2007, p. 250)

Por último, a guisa de fechamento deste item, traremos uma informação crucial para o desenvolvimento do tema proposto neste trabalho: a de que Laclau e Mouffe consideram dois fatores essenciais para a formação hegemônica dos tempos pós-modernos: a expansão da comunicação de massa e o retraimento das identidades culturais tradicionais. Os dois autores veem “nas ambiguidades de uma massificação cultural – que interpela os sujeitos como consumidores teoricamente iguais, além de dar a alguns elementos um potencial subversivo – uma homogeneização da vida social” (BARRETT, 2007, p. 252-253).

1.6 Uma nova identidade construída pelo discurso

Retomando ao que foi afirmado no primeiro parágrafo do item anterior, de que a florestania propõe uma nova identidade para o povo acreano, através da elaboração de um discurso ideológico que sustenta o limiar de um também novo processo hegemônico, pode-se afirmar que a florestania nasceu da necessidade de se estabelecer um ponto comum, de interesse geral, que unisse os interesses dos cidadãos do Acre em nome do seu crescente (ou

suposto) bem estar, cuja regulação estivesse centrada na gestão pública, sob a égide da instituição maior denominada Estado.

Dividida em classes, a sociedade civil precisa de um elemento de unificação, papel este desempenhado por esse discurso promovido pelo Estado reorganizado. Isso não significa, evidentemente, que todas as contradições são superadas. Na verdade, qualquer que seja o processo ideológico/hegemônico estabelecido, uma parte da sociedade acaba sobrepujada. A ideologia nascente ou o processo hegemônico de jeito algum são inteiramente totalizantes. Entretanto, se a nova ideologia for capaz de unificar a maioria das classes sociais, isso significa que, durante algum tempo, haverá a sobreposição de uns sobre os outros.

O discurso da florestania, cujo elemento principal era o da preservação ambiental, levado a efeito num estado com uma longa história de depredação da natureza e de conflitos sangrentos no campo entre antigos ocupantes da terra e novos proprietários, não poderia, dessa forma, deixar de exercer uma enorme empatia entre os habitantes do Acre, considerando tanto aqueles que eram afetados de forma direta pelas ações dos predadores (principalmente, fazendeiros e madeireiros) quanto aqueles que, moradores dos centros urbanos, viam os embates de forma mais distanciada.

A florestania (cidadania da floresta), nesse sentido, seria uma palavra de ordem, uma espécie de carro-chefe de um amplo discurso, ao redor da qual foram totalizadas articulações discursivas transitórias, porém formuladas como se de forma definitiva e irrevogável, sobre um tema (o desenvolvimento sustentável como forma de estabelecer um modo de vida único para os moradores de uma região), apontando para posições de um sujeito (o estado, no caso) que busca uma homogeneização dos diversos segmentos (ou classes sociais) no ponto mais alto possível da pirâmide social.

Mas é preciso esclarecer que não basta um novo discurso para que se dissemine uma nova ideologia. São necessários muitos outros mecanismos para que essa nova ideologia se consolide de forma a estabelecer os pilares da hegemonia pretendidos pelos respectivos proponentes. É preciso que os dirigentes políticos do estado saibam encontrar caminhos que os possibilitem exercer um controle eficaz sobre as instituições tanto culturais como políticas que compõem a sociedade. Sem isso, o novo discurso corre o risco de cair no vazio e não ser escutado e/ou seguido por ninguém. Esse controle é que ajuda a estabelecer as ações e os pensamentos dos mais diversos segmentos sociais. Exatamente o que aconteceu no Acre, nos dois mandatos do governo Jorge Viana (1999-2006). Para todos os lados que alguém olhasse se deparava com algo ou com alguma coisa que lembrasse os pressupostos da florestania.

Nesse sentido do estabelecer ações que guiem os pensamentos, levando-se em conta que o discurso ideológico não pode existir tão somente como abstrações saídas das cabeças ou da prancheta de teóricos, deve-se esclarecer que os “inventores” da florestania trataram de estabelecer indicadores práticos, caracterizados como estímulos mobilizadores para o conjunto da população acreana desde o primeiro dia do governo da Frente Popular, liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Os indicadores práticos podem ser considerados na forma de números demonstrativos de ações benéficas para os habitantes da floresta, como, por exemplo, fiscalização do poder público para a diminuição de queimadas, incentivo à produção rural, fixação do homem no seu *habitat* de origem, cuja consequência imediata foi a diminuição do êxodo rural etc. Os estímulos mobilizadores podem ser aferidos através da demonstração de que somente a partir de ações individuais é que seria possível uma efetiva preservação dos recursos naturais.

No que diz respeito à sua racionalidade prática, o discurso da florestania usou a seu favor dois fatores fundamentais. Primeiro, a afirmação de que um presente melhor e um futuro promissor somente seriam possíveis para os acreanos se o conjunto da sociedade se empenhasse em ações de defesa do meio ambiente. E o segundo fator, diretamente ligado ao primeiro, é o da negação das práticas desenvolvidas pelo estado até então, e pelos predadores, de progresso a qualquer custo e de lucro imediato, sem nenhuma preocupação com o que viria depois e desconhecendo totalmente os saberes tradicionais.

Da invenção da florestania a partir de um novo discurso ideológico sobreveio a hegemonia do Partido dos Trabalhadores no cenário político acreano. Definidas suas posições, no sentido totalizador, bem como suas estratégias de ação, em contraponto com a depredação ambiental historicamente proporcionada pelo poder local, a florestania obteve os elementos para determinar sua prática política, obtendo sem a necessidade de métodos coercitivos o consentimento da maioria da sociedade. Ou seja, foi realizada a articulação de um novo discurso, construído a partir dos elementos diferenciais dados num determinado momento histórico, estabelecendo as bases de uma nova hegemonia política.

Neste ponto, para que se possa compreender como a discursividade tem esse poder de forjar a nova identidade de uma comunidade, convém lançar mão dos ensinamentos de Laclau e Mouffe, para quem o discurso se configura em um conjunto de sequências diferenciais de ordem política, dado que envolve “a construção de antagonismos e o exercício do poder” (LACLAU e MOUFFE, 1985; HOWARTH, NORVAL e STAVRAKAKIS, 2000, p. 9). Os antagonismos sociais e o modo pelo qual os discursos precisam lidar com tais

antagonismos é o cerne da questão. “As sequências são diferenciais porque um termo só vale a partir de sua diferença em relação a outros” (PRADO e BUENO, 2012, p. 2). Um termo só adquire sentido, na explicação de Laclau, por conta de outros termos que se diferenciam daquele.

A florestania, como exercício discursivo, estabeleceu um percurso de oposição ao discurso até então hegemônico do saber puramente acadêmico e científico, bem como ao discurso do progresso pela via da exploração desenfreada dos recursos naturais, colocando em campos distintos e opostos as autoridades públicas que defendiam o modelo de desenvolvimento centrado no homem, em detrimento da natureza. Ao mesmo tempo, os criadores da nova ideologia trataram de agregar ações valorativas do seu discurso, na medida em que passaram a demonstrar como a vida proposta a partir de então passou a ser melhor, principalmente para as camadas populares antes excluídas da governamentabilidade.

Aqui, levando-se em conta que se colocou o aspecto do antagonismo social como elemento essencial para a criação do discurso, faz-se pertinente o uso, como vimos, dos conceitos de “sutura” e “diferença”. A florestania enquanto palavra de ordem serve para suturar o tecido social, apagando a identidade antiga e dotando-o de uma nova identidade. Ou seja, a florestania marca a passagem para uma nova prática hegemônica, fazendo com que seja abandonada a prática dominante anterior. A ruptura, ou o dilaceramento, da carne do tecido social, recebeu a sua devida sutura a partir do preenchimento de uma ausência originária. Mas ressalta-se que essa “sutura” não consegue deter completamente o campo das “diferenças”. Na invenção da florestania, embora tenha passado a predominar o discurso da preservação ambiental, ainda assim não houve uma totalização absoluta (Laclau e Mouffe explicam que isso é impossível) em torno do novo conceito, permanecendo vivo o antagonismo por parte das forças sociais e políticas que anseiam por uma volta ao passado ou por novas predações.

Uma das proposições de Laclau e Mouffe não se ajusta à questão da invenção da florestania como elemento hegemônico. No caso a do retraimento das identidades culturais tradicionais. Em sentido diametralmente oposto, o que a florestania propôs desde o seu conceito inicial é justamente o aproveitamento dessas identidades. No Acre desde sempre a ideologia dominante apontava o caminho do global em detrimento do local, o que acarretou, durante pelo menos duas décadas (anos de 1970 e 1980) num empobrecimento generalizado dos povos da floresta e do êxodo deste para as periferias urbanas. O seringueiro e o índio, desprovidos da sua condição natural de vida, longe do seu *habitat* de origem, por força dessa

orientação das políticas públicas, acabavam vivendo como párias sociais, numa espécie de limbo, onde a sua cultura tradicional nada significava. Ao fazer o caminho inverso, de “devolução” deste contingente de povos da floresta para o seu lugar de origem, pela valorização e sedimentação das suas culturas naturais, a florestania estabeleceu um elemento de convencimento de que as ações públicas ora propostas eram as mais interessantes para suas vidas.

Boa parte deste caminho para o convencimento, entretanto, somente foi trilhado com sucesso em consonância com outra das proposições de Laclau e Mouffe: o da expansão da comunicação de massa. Provavelmente, a hegemonia obtida pelo Partido dos Trabalhadores no espaço territorial acreano, a partir do ano de 1999, quando do início da primeira gestão do governador Jorge Viana, não seria possível (ou seria bem mais difícil ou demoraria muito mais tempo) de ser obtida, não fosse o uso dos veículos de comunicação de massa em suas múltiplas possibilidades (rádio, jornal e televisão). Como será discutido em vários momentos deste trabalho, no decorrer de quatro anos (1999 – 2002) absolutamente ninguém no estado do Acre poderia dizer que não ouvira falar da florestania. Aliás, não somente a população acreana, mas muitas outras pessoas nos mais diversos estados brasileiros, graças a um investimento maciço em veículos de comunicação de massa sediados no estado, tanto do ponto de vista da estruturação dos que já eram gerenciados pelo poder público, quanto daqueles que estavam em mãos do empresariado. A homogeneização da vida social, via conceitos essenciais da florestania, de valorização do homem da terra e entrelaçamento de saberes, em vez de causar um retraimento de identidades locais, foi suturada pelo princípio da sedimentação da cultura e da identidade interior já existentes no referido espaço geográfico.

CAPÍTULO II – HISTÓRIA, TERRITÓRIO, MEMÓRIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E IDENTIDADE

“Lentamente surge uma cultura ecológica, de comportamentos e práticas incorporados na visão do mundo e que tem como efeito mais suavidade e benevolência na relação com a natureza, a qual forma conosco um todo orgânico”.

- Leonardo Boff -

2.1 Acre: dos primeiros conflitos pela posse da terra às reservas extrativistas

Para que se possa compreender que lugar é esse onde se inventou a florestania, faz-se necessário um recuo no tempo para falar da formação do território acreano, contextualizar a questão do desenvolvimento sustentável enquanto movimento contra-hegemônico planetário, explicar os ciclos de poder no Acre e resgatar a formação do Partido dos Trabalhadores no Estado. É o que se tentará fazer nas páginas seguintes.

Originalmente parte da nação boliviana, os 152.581 Km² do espaço territorial onde hoje se localiza o Estado do Acre, no extremo oeste da Amazônia brasileira, fronteira com a Bolívia (sudeste), Peru (sul e oeste), limites com os estados de Rondônia (leste) e Amazonas (norte), tem sido desde os primórdios da sua ocupação palco de lutas sangrentas pela posse da terra. Lutas essas, basicamente em função da borracha silvestre, matéria prima abundante na região e de importância crescente, desde a revolução industrial, dada a necessidade do látex para a produção de pneumáticos, além de centenas de outros objetos de uso diário, tanto domésticos quanto comerciais. No dizer de Arthur Cezar Ferreira Reis, o automóvel teria sido o elemento fundamental para caracterizar essa importância, dada a necessidade “da borracha para o revestimento das rodas, riqueza em potencial na Amazônia” (REIS, 1953, p. 61). “Esta matéria prima reclamada e utilizada pelas potências industriais europeias, tinha como fonte maior e quase única a Amazônia” (RANZI, 2008, p. 20).

A aplicação da borracha da seringueira (*Hevea brasiliensis* Muell. Arg.) em pneumáticos da indústria automobilística e a descoberta do processo de vulcanização da borracha inseriram a Amazônia no mapa dos grandes interesses econômicos como fornecedora de matéria-prima, iniciando o processo de ocupação da região. (LEITE, 2004, p. 10)

Já na segunda metade do século XIX (1857-1858), quando os desbravadores brasileiros João da Cunha Correa e Manuel Urbano da Encarnação, em expedições separadas, subiram os rios Iaco e Purus (ambos na região denominada Purus), oficialmente em busca de estabelecer uma comunicação fluvial com a Bolívia, foram registrados conflitos mortais entre os invasores brancos e as numerosas tribos indígenas habitantes do lugar. Conflitos que se seguiram, ainda que em menor intensidade, quando da viagem de reconhecimento empreendida entre os anos de 1864-1865 pelo engenheiro inglês William Chandless, delegado da Sociedade de Geografia de Londres.

Prosseguindo esta fase inicial de reconhecimento e estudo da nova região, em 1864-1865, o geógrafo e engenheiro inglês, delegado da Sociedade de Geografia de Londres, William Chandless, em missão oficial científica de seu país, subiu o Purus até aos seus últimos formadores, bem como o Acre até às proximidades de suas nascentes, completando, assim, a tarefa de Manuel Urbano e a de João da Cunha Correa. (RANZI, 2008, p. 33)

Mas foi somente no final da década de 1870, quando uma imensa leva de nordestinos, tangida por uma grande seca, migrou para a Amazônia, que a região acreana começou, de fato, a ser povoada. “A Amazônia, como região desabitada e próspera em árvores detentoras da goma elástica, começou a atrair exploradores que, motivados pela corrida da borracha, realizaram sua ocupação (...)” (RANZI, 2008, p. 20).

Os primeiros seringais foram localizados no Pará, mas logo se viu que seriam insuficientes para atender a demanda pelo produto. Para a ocupação da região do Acre, as empresas de borracha foram buscar a mão de obra de que necessitavam na região Nordeste, principalmente no Estado do Ceará, onde as secas, a pobreza e a ânsia de ganhar dinheiro fácil e rápido mobilizaram milhares de migrantes. (LEITE, 2004, p. 10)

Os migrantes foram, aos poucos, penetrando cada vez mais longe nas florestas do extremo oeste do país. Tão longe que, de repente, no final do século XIX, além das endemias e intempéries comuns da região, um novo problema aflorou: o problema dos limites fronteiriços. Os bolivianos, que em princípio não haviam esboçado qualquer reação ante os invasores, passaram a se sentir incomodados e a marcarem presença no espaço que lhes pertencia por direito.

Brasileiros e bolivianos passaram, então, a requerer o domínio do local para os seus respectivos países. Daí para um conflito armado foi apenas um instante. Liderados pelo aventureiro espanhol D. Luiz Galvez de Arias, os brasileiros expulsaram os bolivianos a bala

e fundaram um Estado independente, em 14 de julho de 1899. Em dezembro do mesmo ano, porém, os bolivianos retomaram o espaço perdido. Inconformados, os brasileiros, liderados pelo gaúcho Plácido de Castro, iniciaram uma nova revolta, em 6 agosto de 1902. Desta vez, o movimento dos migrantes nordestinos foi bem sucedido, culminando com a anexação do espaço territorial ao Brasil, em 24 de janeiro de 1903, depois da intervenção diplomática do Barão do Rio Branco.

Essa junção de luta armada e diplomacia dotou o Brasil de uma região extremamente rica, por conta da proliferação da árvore seringueira, de onde se extraía a matéria prima para a fabricação da borracha, produto essencial para abastecer a florescente indústria mundial de pneumáticos. A festa, entretanto, durou apenas até a segunda década do século XX, quando a produção da borracha nativa da Amazônia começou a declinar, dado a entrada no mercado do mesmo produto oriundo das plantações da Malásia e da Ceilândia, cujos seringais emergiram a partir de sementes da planta que foram levadas ilegalmente da região amazônica pelos ingleses.

Iniciou-se, então, um lento abandono dos seringais e as leva de migrantes cessaram. Muitos seringueiros deixaram a região – alguns ficaram como opção e outros por não terem mais como voltar (...). Muitos seringais foram abandonados e a região viveu um processo de declínio econômico (...). Com a diminuição da produção da borracha, o seringueiro passou a conhecer mais a floresta, o que aconteceu também devido à convivência com os índios e à mestiçagem da população local. (LEITE, 2004, p. 11)

Essa situação muda novamente a favor da Amazônia, durante a Segunda Guerra Mundial (1941-1945), época em que o Japão domina a Ásia, tomando posse dos seringais da Malásia e da Ceilândia, impedindo que a borracha produzida na região chegasse até às fábricas de pneumáticos dos países aliados. Justamente, por conta dessa invasão japonesa na Ásia, uma época em que, no dizer de Souza, “se dirigiram para o Acre milhares de nordestinos, conhecidos popularmente como ‘Soldados da Borracha’, para trabalharem nos seringais” (2009, p. 91).

O acontecimento da Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, tendo como países envolvidos, de um lado os Estados Unidos, Inglaterra e França, que lutavam juntos contra a Alemanha, a Itália e o Japão, fez com que o Acre voltasse a ser novamente um grande exportador de borracha, desta vez para atender aos interesses dos americanos, ingleses e franceses na guerra contra os alemães. O Japão, que lutava a favor da Alemanha e da Itália na Segunda Guerra Mundial, a partir de 1941 obteve importantes vitórias. Uma delas foi a tomada dos seringais ingleses na Malásia, deixando

os Estados Unidos, Inglaterra e França sem a matéria prima principal da guerra, que era a borracha. (SOUZA, 2009, p. 91)

Mas a produção da borracha amazônica volta a despencar logo após o encerramento do conflito. O então recente período de prosperidade proporcionado mais uma vez pelo extrativismo vegetal, tendo como produto principal a exploração do látex, foi deveras breve. Os países financiadores desse novo período, dado que o término do conflito fez com que novamente entrasse em cena a borracha produzida na Malásia, mais barata e de melhor qualidade, deixaram de enviar recursos, fazendo com que toda a cadeia produtiva fosse desmontada. Grande parte dos seringais foi outra vez abandonada, fazendo com que os seringueiros ficassem sem patrão, forçando-os a se estabelecerem de forma autônoma, tornando-se posseiros das áreas ocupadas. “O novo momento na Amazônia”, afirma Leite, “passou, então a ser influenciado pelas mudanças que ocorriam no Brasil nesse período” (2004, p. 12).

Dessa época, meados da década de 1940, até o início da década de 1970, a economia acreana, que sempre esteve baseada no extrativismo, ficou praticamente estagnada, com o Estado (Território Federal até 1962) dependendo quase que exclusivamente de repasses feitos pelo Governo Federal. Na tentativa de reverter o quadro de penúria econômica, a orientação das autoridades públicas locais passou a ser a do investimento na atividade pecuária. Como consequência imediata sobreveio a desativação da maioria dos seringais nativos, fazendo com que boa parte dos seringueiros levassem suas famílias para o ambiente estranho das periferias das cidades acreanas, desencadeando no Estado um penoso processo de desestabilização social.

Citando Rego (2002), Leite (2004) explica que a economia brasileira passou a ser internacionalizada na segunda metade dos anos de 1950, “com a internalização do capital estrangeiro em setores produtivos de ponta” (2004, p. 12). Nos anos seguintes, mais precisamente nas décadas de 1960 e 1970 esse quadro só se aprofundou.

O grande capital que se desloca para a Amazônia dirige-se principalmente para a pecuária, mineração e especulação de terras. Ele provocou um profundo efeito destruturador sobre as relações de produção extrativistas, potencializando os fatores de virtual falência do seringal e do seringalista, apropriando-se das terras a preços irrisórios, enfraquecendo os antigos fluxos de comércio, causando a expropriação, o desemprego e a migração rural-urbana do seringueiro e a urbanização precoce da região. (LEITE, 2004, p.12)

Foi um período no qual o governo militar resolveu empreender grandes obras na região Norte, abrindo estradas e estimulando a ocupação da Amazônia por grandes levas populacionais oriundas do centro-sul do país. “Ao longo desses eixos rodoviários foram, efetivamente, formando-se as frentes de expansão da agropecuária” (RODRIGUES, 2009, p. 69). Com essa iniciativa, o governo militar entendia que estava resolvendo dois grandes problemas que assolavam o referido espaço geográfico: a tensão social por terras nos estados mais densamente povoados e a ocupação de uma área de baixa densidade demográfica, uma vez que a Amazônia “era vista como um grande vazio, já que as populações tradicionais que moravam na região não eram levadas em conta” (LEITE, 2004, p. 12).

Como forma de apoio a toda a política traçada para a Amazônia e, também, para atender aos interesses das grandes construtoras e do grande capital nacional e multinacional, os estrategistas da ditadura, usando, sempre, o argumento da “segurança nacional”, providenciaram a abertura de grandes eixos rodoviários para “facilitar a ocupação da região”. Dessa época são as grandes rodovias: Transamazônica, Perimetral Norte, Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, BR 364, ligando Cuiabá, no Mato Grosso, a Cruzeiro do Sul, no Acre. (RODRIGUES, 2009, p. 69)

Para se ter uma ideia do quanto o novo modelo desenvolvimentista e sua consequente forma de ocupação afetou o Estado, entre 1971 e 1975, sob os auspícios do governador Francisco Wanderley Dantas, nomeado pela ditadura militar, cinco milhões de hectares, o equivalente a um terço das terras acreanas, foram vendidos pelo Governo local para empresas e pessoas do Centro-Sul do país, o que, de certa forma, veio a atender os interesses da classe dos patrões, no caso os “seringalistas”, não somente do Acre, mas de toda a região amazônica, a essa altura completamente falidos. Esse modelo de ocupação se revelou, posteriormente, profundamente danoso para a região amazônica, uma vez que além de causar a expulsão dos antigos habitantes para lugares onde eles não estavam acostumados a viver e nos quais não se adaptariam, também viria a causar danos ambientais irreversíveis ao ecossistema.

Uma intensa propaganda exaltava o potencial de fertilidade dos solos da região e sua adequação para questões ligadas à atividade agropecuária, cujo resultado se configurava na adoção de políticas públicas que acentuavam cada vez mais o declínio do extrativismo, fazendo com que o Estado nacional também se abastecesse da borracha fabricada na Ásia. Essas políticas públicas eram tão acentuadas que até o Banco da Amazônia S.A. (BASA),

criado com a missão primordial de incrementar a produção extrativista, fez desaparecer suas linhas de crédito para o setor em 1971.

Além do mais, a promessa de uma estrada ligando o Brasil ao Oceano Pacífico, via Acre, tornava ainda mais atrativa a migração dos fazendeiros “sulistas” para essa região da Amazônia. “Invista no Acre e exporte pelo Pacífico. Esse *slogan* aparecia nas rádios em cartazes espalhados em hotéis, aeroportos, rodoviárias e outros lugares públicos” (PAULA, 1991, p. 72). “Nessa época”, diz o governador Binho Marques (2007-2010), “a negligência do Estado era uma das formas de pressão para que as famílias dos seringueiros trocassem a floresta pela periferia das cidades, abrindo caminho para quem vinha desmatar” (MELLO, in www.ac.gov.br).

Essa negligência social era uma das faces da violência que o movimento dos seringueiros vinha enfrentando desde os anos 70. Nessa época o Brasil vivia sob um governo militar que tinha uma visão primária de ocupação territorial e vendia a Amazônia como “*uma terra sem homens para homens sem terra*”. Era um duplo equívoco. Primeiro, porque o maior bem da Amazônia não é a terra, mas a floresta que está em cima dela. Segundo, porque desconsiderava a existência das populações tradicionais, explica Binho Marques. (MELLO, in www.ac.gov.br)

Pequenos, médios e grandes latifundiários compraram terras no Acre, no intuito de instalar fazendas de gado e explorar recursos madeireiros ou então por pura especulação imobiliária. Como o valor das terras era muito baixo em relação aos valores praticados no restante do país, pequenos e médios proprietários viam no negócio a oportunidade de se tornarem grandes fazendeiros. “Para os pecuaristas, as grandes vantagens eram os financiamentos oferecidos e o preço da terra, quase vinte vezes mais barato que nas suas regiões (...)” (LEITE, 2004, p. 14). Enquanto isso, os grandes empresários aguçavam sua cobiça ante as ótimas vantagens, na forma de subsídios fiscais oferecidos pelos governos federal e estadual. “Os financiamentos foram dirigidos aos pecuaristas e especuladores, que em uma simples transação de terra ganhavam até 75% do valor investido em menos de um mês” (LEITE, 2004, p. 14).

No bojo desse caldeirão em que se misturavam os antagonismos entre novos e antigos donos da terra, extrativistas e pecuaristas, respectivamente, os conflitos armados não tardaram a acontecer, com vantagem para os fazendeiros, que contavam com a conivência do Estado e tinham o apoio de jagunços contratados exclusivamente para eliminar, da maneira que fosse necessária, qualquer tentativa de resistência dos seringueiros.

Tendo trazido jagunços de suas regiões de origem, travestidos de capatazes das fazendas, os empresários do sul procuravam logo retirar os posseiros de suas áreas e, para isso, valia tudo: a indenização irrisória das benfeitorias dos seringueiros, ou a expulsão pura e simples, inclusive, na maioria dos casos, tocando fogo na moradia do ocupante tradicional da terra, expulsando-o sob a mira de armas de pistoleiros e, até, da Polícia Militar, transformada em milícia privada que agia com ou sem o consentimento do Poder Judiciário, este provocado, normalmente, quando havia resistência dos ocupantes de determinada região. (RODRIGUES, 2009, p. 82)

Assassinatos se sucederam de parte a parte, sendo que as duas mortes consideradas mais emblemáticas recaíram sobre as figuras de Wilson Pinheiro, considerado o primeiro dos grandes mártires da causa dos povos da floresta acreana, assassinado em 21 de julho de 1980, na cidade de Brasiléia (fronteira com a cidade boliviana de Cobija, a 240 km da capital, Rio Branco); e Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri, distante 180 km de Rio Branco e vizinha de Brasiléia. Ambos assassinados eram presidentes de sindicatos rurais e em plena divergência com a classe dos pecuaristas.

Era óbvio que a resistência dos seringueiros, organizados em sindicatos, causava mal estar entre os fazendeiros, que embora desmatassem não o faziam como e, em muitos locais sequer conseguiam desmatar devido a grande mobilização dos trabalhadores. Com essa situação, os fazendeiros pensaram e executaram um plano para exemplar os seringueiros de Brasiléia e desestruturar a organização sindical emergente: no dia 21 de julho de 1980 foi assassinado, dentro da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Wilson Pinheiro, seu grande presidente. (RODRIGUES, 2009, p. 86)

Depois do assassinato de Wilson Pinheiro, desassistidos da proteção do estado e sem condições de fazer frente ao poder de fogo dos fazendeiros, os seringueiros intensificaram uma estratégia de luta denominada “empate”, que consistia em postar dezenas de famílias desarmadas na frente dos jagunços, quando estes se dirigiam de motosserra em punho para a derrubada da floresta. “Os empates foram criações genuinamente dos seringueiros acreanos. Não se tem notícia de outra organização que tenha desenvolvido, anteriormente, tal tática (...)” (RODRIGUES, 2009, p. 96). Por princípio a ação tinha sempre a proposta de ser pacífica, embora os seringueiros eventualmente também levassem consigo suas espingardas. Estas, entretanto, jamais chegaram a ser usadas.

Como funcionava o empate? Normalmente os seringueiros que seriam atingidos pelo desmatamento comunicavam ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ao mesmo tempo em que chamavam os seus vizinhos, que não seriam atingidos naquele ano. Juntavam algumas dezenas de trabalhadores

que, não raro, levavam suas esposas e filhos, formando um contingente considerável de seringueiros que, ao chegarem ao local do desmatamento, conversavam com os trabalhadores que estavam fazendo a ‘broca’, convencendo-os a paralisarem o trabalho (...). Desde o primeiro empate, em 1973, em Brasília, até o último, em 1994, em Xapuri, centenas deles foram realizados. (RODRIGUES, 2009, p. 97)

Era uma luta essencialmente de resistência, apoiada numa estratégia criativa e original, como bem explica Binho Marques: “Ela era criativa na forma de resistir, como mostra o surgimento dos ‘empates’. E era original e solidária para permitir a sobrevivência das famílias” (MELLO, *in* www.ac.gov.br). Foi dessa ação de solidariedade, ainda no dizer de Binho Marques, que “se originou a ideia do sócio-ambientalismo, e com ela Chico Mendes deu uma nova dimensão à luta ambiental, que só estava começando no Brasil” (MELLO, *in* www.ac.gov.br).

Chico Mendes, o líder maior dos “empates”, membro do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Foi homenageado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o Prêmio Global 500 e agraciado com uma medalha em Nova Iorque pela Sociedade para um Mundo Melhor, talvez por tudo isso, acabaria sendo vítima da própria luta. Jurado de morte, ele desconsiderou ou não avaliou corretamente a extensão do perigo e fez questão de permanecer na sua cidade de origem. Num início de noite, ao descer a escada da própria residência, tombou sem vida com o peito crivado de projéteis disparados da escuridão.

O pequeno município acreano de Xapuri tornou-se do dia para a noite centro de um mundo preocupado com a crescente devastação dos recursos ambientais e, então, pouco mais de um ano depois da morte de Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, premido pela obrigação de dar uma resposta a altura dos nefastos acontecimentos, finalmente o Governo Federal, em janeiro de 1990, tomou uma medida eficaz para a diminuição da violência na floresta acreana e, por extensão, em toda a Amazônia, criando, através do Decreto 98.897, o instituto das Reservas Extrativistas. Os principais objetivos eram promover a conservação do meio ambiente, a manutenção das populações locais que exerciam atividades econômicas tradicionais não degradadoras e o aumento das pesquisas científicas que visassem o aumento da produtividade e a melhoria das condições de vida da população. Esse instituto (o das Reservas Extrativistas), ressalte-se, foi criado a partir de uma proposta dos próprios homens da floresta, reunidos na capital federal, no I Encontro Nacional de Seringueiros, sob a liderança de Chico Mendes, realizado de 10 a 17 de outubro de 1985, no campus da Universidade de Brasília (UnB).

As Reservas Extrativistas apresentam-se como uma outra fase do entendimento de propriedade que seringueiros, Organizações Não Governamentais e Governo Federal passaram a incorporar como necessária. O modo de vida dos antigos seringais que formaram Reservas, baseados na propriedade temporária da Colocação de Seringa, tendo como suporte a produção de borracha, como fonte única de renda, tinha ficado para trás. (SOUZA, 2009, p. 109)

A criação das reservas extrativistas, no dizer do Conselho Nacional dos Seringueiros, de acordo com Souza, foi um salto qualitativo na vida dos habitantes da floresta. Um avanço essencial para que “continuassem a viver enquanto trabalhadores da floresta que não viveriam agora somente da exploração do látex” (2009, p. 109). Não obstante isso, ainda de acordo com Souza, os seringueiros “garantiram suas permanências nos seringais, sem que tivessem que conviver com fazendeiros e madeireiros ‘batendo’ às portas de suas barracas, atentando contra o seu viver” (2009, p. 109).

Do ponto de vista da ecologia, a proposta das reservas extrativistas ganhou o mundo porque era uma proposta de utilização da floresta amazônica, de desenvolvimento para a região a partir de suas populações tradicionais, ou seja, agora os ambientalistas brasileiros e estrangeiros tinham uma proposta para contrapor o modelo oficial, altamente predatório, do governo brasileiro. (RODRIGUES, 2009, p. 126)

E mais ainda: o modelo de reservas extrativistas proposto inicialmente pelos seringueiros ganhou tal repercussão que, pouco tempo depois, o conceito passou a ser aplicado “para qualquer área ambiental ocupada por populações tradicionais que a habitem, explorem, tornando-a produtiva sem destruí-la” (RODRIGUES, 2009, p. 128). Em seguida, esse modelo da floresta passou para colônias de pescadores, manguezais etc.

2.2 O desenvolvimento sustentável como movimento contra-hegemônico

Quem primeiro chamou a atenção para a questão ambiental, ainda que de forma empírica, foi o economista britânico Thomas Malthus, em 1798, chamando a atenção dos seus contemporâneos para o rápido crescimento da população, com o ritmo infinitamente menor de como cresciam os meios de subsistência. A Revolução Industrial teve o poder de acelerar, conjuntamente, tanto o crescimento demográfico quanto o processo de urbanização. As transformações, porém, que aconteciam no sistema industrial não se davam na mesma

proporção no meio rural. “O resultado – e foi isso que levou à advertência de Thomas Malthus – foi um desequilíbrio entre o aumento da demanda por mantimentos e a redução da oferta” (BURSZTYN, 2006, p. 56).

Thomas Malthus pertencia à tradição do naturalismo clerical protestante. Seu famoso ensaio de 1798 visava demonstrar que o princípio da população era um obstáculo à realização de uma sociedade mais igualitária. Argumentava que havia uma tendência ao equilíbrio entre população e os meios de subsistência. Não obstante, a população desprovida de limitações tendia naturalmente a crescer geometricamente, ao passo que a quantidade de alimentos aumentava na melhor das hipóteses aritmeticamente. Essas limitações necessárias ao equilíbrio, segundo Malthus, estavam todas associadas ao vício e à miséria. A seu ver, o problema não estava na capacidade produtiva como tal, mas na taxa de crescimento natural da população em relação à taxa de subsistência. A tese, em linha com Godwin e Condorcet, era que a população sempre havia se mantido em equilíbrio com os meios de subsistência por causa do vício e da miséria, limites naturais da taxa de crescimento populacional. (DUPAS, 2008, p. 32)

Meio século depois, entretanto, em meados do século XIX, a advertência de Malthus parecia absolutamente fora de propósito, uma vez que novas tecnologias foram incorporadas à produção agrícola, destacando-se entre elas o uso de máquinas a vapor (advento da mecanização) e de fertilizantes (salitre, mais especificamente). Sobreveio um período de otimismo e as profecias sombrias referentes ao crescimento populacional desproporcional foram deixadas de lado. Para a maioria das pessoas, era infinita a capacidade da técnica na busca de soluções para todos os problemas da humanidade. Na opinião geral, a natureza podia ser explorada sem restrições, uma vez que a ciência se mostrava capaz de superar quaisquer sinais de esgotamento e escassez. “Abria-se, então, uma era de confiança e triunfalismo, que marca a virada do século XIX para o século XX” (BURSZTYN, 2006, p. 56), permanecendo assim até o início dos anos de 1960.

Thomas Malthus volta à história nesta época (início dos anos de 1960) e continua bem vivo até hoje por causa do confirmamento das ideias de crescimento desproporcional da população e consequente esgotamento da capacidade produtiva do planeta Terra. Mas, agora, iniciando-se o que se convencionou chamar de “ambientalismo” existiam muitas outras preocupações. Entre elas, as questões levantadas pelos movimentos pacifistas, antinucleares, *hippie* e de contracultura, em contraposição ao posicionamento belicista e autoritário da política norte-americana, bem como a um estilo de vida baseado no consumo de mercadorias supérfluas e descartáveis. Este era o que se convencionou chamar “ambientalismo de recusa,

rechaçando a participação política, a felicidade consumista, o trabalho alienante, o desenvolvimento produtivista e o progresso armado” (LOUREIRO, 2003, p. 25).

Ainda nos anos sessenta, a descoberta dos efeitos nocivos dos pesticidas e inseticidas químicos, denunciados pela bióloga norte-americana Rachel Carson no seu famoso livro *Primavera Silenciosa*, publicado em 1962, a morte e a incapacitação de várias pessoas por contato com mercúrio, no acidente de Minamata (Japão) e o início da crise do petróleo acirram a crítica ao modelo de produção. Ainda neste contexto, Garret Hardin, em seu livro de 1967, *The tragedy of the commons*, e Paul Ehrlich, em seu livro de 1968, *The population bomb*, tecem severas críticas à superpopulação e à necessidade de controlar o crescimento populacional humano, em uma perspectiva assumidamente neomalthusiana. (LOUREIRO, 2003, p. 25-26)

Foi por essa época (década de 1960) que surgiu o que se convencionou chamar “ideologia verde”. Entendendo ideologia como a abrangência de todas as construções significativas, tais como estruturas de crenças, construções da realidade, das práticas discursivas etc., através das quais a realidade social é produzida, bem assim de como a ação humana adquire causa e direção dentro do princípio ideológico.

Para compreender melhor o que se entende por construções ideológicas da realidade, vale a pena recorrer ao pensamento de Laclau, quando ele explica que essas construções tentam fornecer uma simbolização final do mundo ao nosso redor e, portanto, articular-se “sobre a base de fechamentos, da fixação de sentidos” (1990, p. 92), pela repressão de algum reconhecimento de caráter precário de alguma positividade e da impossibilidade de alguma costura final.

Neste sentido das ideologias, convém explicar que estas se caracterizam pela tentativa de dominação do real e sutura de um deslocamento simbólico, articulando uma cadeia de significantes, que antes pertenciam a outra cadeia (deslocando o discurso, portanto), em torno de um novo ponto nodal. Encarnam, assim, outro sentido último e pleno. Ou seja, formando uma hegemonia adequada para um determinado campo discursivo e de “recurso (como um objeto de identificação) para a audiência respectiva a qual se destina (eleitorado, filiação partidária, opinião pública e assim por diante)” (STAVRAKAKIS, 2000, p. 101).

(...) Esta ideologia surgiu a partir das décadas de 1960 e 1970, como resultado da articulação de uma série de elementos sócio-políticos (descentralização, democracia direta, os princípios pós-patriarcais, e assim por diante) em torno de uma certa concepção da natureza. Seu caráter de novidade se dá devido à localização deste significante Verde que, talvez pela primeira vez, torna-se o ponto nodal de um quadro inteiro ideológico

(embora os vários elementos hegemonzados pela sua posição central tenham sempre existido em sua nova articulação). (STAVRAKAKIS, 2000, p. 101)

Dizendo de outra forma, pode-se entender que a ideologia verde surge no bojo de um conjunto de processos de significação com a intenção de “naturalizar” atitudes políticas “de dominação e a ocultar os processos econômicos de exploração provenientes das relações sociais de produção e das formas de poder que regem a expansão do capital” (LEFF, 2007, p. 69).

As formações ideológicas que cobrem o terreno ambiental geram práticas discursivas que tem por função neutralizar na consciência dos sujeitos o conflito dos diversos interesses que ali entram em jogo. Desta forma, consciência ideológica sobre os limites do crescimento, ao propor a responsabilidade compartilhada de “todos os homens que viajam na nave Terra”, encobre, sob o véu unitário do sujeito do enunciado, as relações de poder e de exploração, fonte de desigualdades entre os companheiros de viagem. (LEFF, 2007, p. 69).

Além disso, ainda de acordo com o raciocínio de Leff, o resultado desse novo modo de pensar seria o da indução a um “processo contraditório de avanço/retrocesso do saber para apreender os processos materiais que plasman o campo das relações sociedade-natureza” (2007, p. 69). A consequência disso seria o surgimento de “obstáculos e estímulos para a produção de conhecimentos pelo efeito de interesses sociais opostos, abrindo possibilidades alternativas para a reorganização produtiva da sociedade e o aproveitamento dos recursos” (LEFF, 2007, p. 69). Como as percepções sobre a problemática ambiental são múltiplas, variando desde as causas da crise de recursos até a distribuição dos custos ecológicos, passando pelas desigualdades do desenvolvimento econômico, então são geradas demandas também múltiplas de conhecimentos teóricos e práticos. Por conta disso, afirma Leff, a chamada crise ecológica “mobilizou um amplo processo ideológico e político de produção, apropriação utilização de conceitos ‘ambientais’, que se reflete nas estratégias para o aproveitamento exploração dos recursos” (2007, p. 70).

Assim, diante das explicações neomalthusianas desta crise a partir da pressão exercida pela explosão demográfica – sobretudo das populações pobres – sobre os recursos limitados do planeta, outros estudos demonstraram que a escassez e o esgotamento dos recursos deve-se, sobretudo, às formas de produção e aos padrões de consumo dos países industrializados e grupos privilegiados da sociedade. (LEFF, 2007, p. 70)

O que é interessante registrar, de acordo com o pensamento de Leff, é que, apesar desse dado, nem o discurso ambiental, nem suas aproximações metodológicas “expressam consistentemente os interesses dos grupos sociais em conflito” (2007, p. 70). O resultado disso, explica Leff (2007, p. 70), é um discurso que procura gerar “um consenso e uma solidariedade internacional sobre os problemas ambientais globais, apagando interesses opostos de nações e grupos sociais em relação ao usufruto e manejo dos recursos naturais (...)” (LEFF, 2007, p. 70).

Retornando ao pensamento de Stavrakakis (2000), para que se possa, efetivamente, compreender o surgimento da ideologia verde é preciso ter em mente dois deslocamentos simbólicos/discursivos: o deslocamento ambiental e o deslocamento de uma certa tradição política. O primeiro desses deslocamentos, explica Stavrakakis, é “basicamente um deslocamento de nossa construção imaginária/simbólica ou reflexo da nossa relação com a natureza e a construção concomitante da crise ambiental como um problema social premente” (2000, p. 107). Enquanto que o segundo deslocamento surge a partir de uma rearticulação política, a partir da premência da questão da degradação ambiental.

(...) A ideologia verde é articulada como um resultado da coincidência temporal e contingente de dois deslocamentos. Esses deslocamentos constituem suas condições de possibilidade. O primeiro é um deslocamento do nosso modo anteriormente hegemônico de simbolizar o real da natureza. Este deslocamento do que era chamado de ‘paradigma social dominante’, levou à articulação de um ‘novo paradigma ambiental’, investindo na natureza como o significante de maior importância. O segundo é um deslocamento da tradição ocidental radical. Por uma variedade de razões, em algum ponto no tempo as ideologias radicais deixaram de realizar as tarefas de todas as ideologias, isto é, de oferecer respostas hegemônicas críveis para ‘doenças sociais’ como o desemprego e a desigualdade. Esse deslocamento produziu uma falha no nível ideológico que fez com que o lado radical do espectro político se sentisse forçado a mudar seu enfoque para continuar aparecendo como força hegemônica e como administrador de deslocamentos sociais. A fim de fazer com que a tradição radical fosse mantida, foi necessário uma rearticulação, um novo investimento do seu potencial. Esta nova articulação foi realizada em torno da ‘natureza’, um significante altamente catexizado do discurso público do discurso e da discussão públicas; um significante com um potencial radical. O que emergiu foi a ideologia verde (...). (STAVRAKAKIS, 2000, p. 115)

Não obstante toda essa teorização sobre o ambientalismo, voltando para o caso do Acre, mais especificamente para os anos de 1970, época em que o Governo do Acre resolveu banir a economia extrativa, substituindo-a pela pecuária, com a venda de grande parte das terras acreanas a fazendeiros do sul do país, que um conjunto de eventos faria convergir um

sem número de ações em favor da causa ambiental, planetariamente falando. Eventos esses entre os quais se pode citar a Guerra Fria (1950-1989), o choque do petróleo (1973-1974) e a emergência da energia nuclear.

A questão ambiental não podia mais ficar em segundo plano, emergindo em toda a sua plenitude. Não poderia haver melhor momento e ambiente para o surgimento, politicamente falando, de políticas e instituições públicas voltadas para a regulação ambiental. Neste sentido, por mais que possa parecer paradoxal, foi nos Estados Unidos que surgiu, em 1970, a primeira agência governamental de proteção ambiental, a *Environmental Protection Agency* (EPA). Uma iniciativa que rapidamente foi copiada por outros países, após discussões levadas a efeito em 1972, na reunião que se convencionou chamar de Conferência de Estocolmo. No Brasil, por exemplo, já em 1973, o governo militar criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), instrumento institucional que lidou, por cerca de uma década, com os desdobramentos da crise ambiental.

Apesar de toda essa movimentação em torno da emergente preocupação com as questões ambientais, no entanto, esclareça-se que ainda havia certa ambiguidade, do ponto de vista das ações internacionais. “Se, por um lado”, explica Bursztyn, “ganhava vulto a pressão ambientalista aos governos nacionais, por outro, não se configurava ainda uma convergência de ações globais” (2006, p. 58).

Na prática, cada país buscava adotar políticas voltadas à regulação das atividades que degradassem o ambiente em escala nacional, mas não havia ainda uma preocupação com o ambiente fora das suas fronteiras. Não importava muito se os vizinhos não estivessem cuidando de seus próprios territórios. As iniciativas políticas eram, portanto, respostas a demandas locais pela qualidade de vida, muito mais do que ações voltadas à garantia de futuro do planeta. Num contexto de Guerra Fria, aliás, prevalecia até uma certa torcida para que as coisas dessem errado para os adversários. (BURSZTYN, 2006, p. 58)

Entre a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a Eco-92, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, entretanto, algo mudou. O foco das preocupações, que inicialmente era o “Meio Ambiente Humano”, passou para a questão do “Meio Ambiente e Desenvolvimento”, fazendo os debates convergirem para a relação entre qualidade ambiental e padrão de crescimento da economia. É nesse contexto, explicam Maria Augusta Almeida Bursztyn e Marcel Bursztyn, que surge efetivamente o conceito de desenvolvimento sustentável “– uma atualização do ecodesenvolvimento –, que já havia sido evocado em estudo da ONG União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) no início da década de 1980” (2006, p. 59). Um

conceito que obteve a imediata adesão da mídia, ganhando, conseqüentemente, uma rápida visibilidade, com desdobramentos que cresceram para além das fronteiras da diplomacia, da academia e do movimento ambientalista. “Mas, de certa forma, tornou-se uma panaceia, como se, ao ser evocado, todos os males do mundo se resolvessem” (BURSZTYN, 2006, p. 59).

Pela definição estabelecida na Comissão Brundtland, desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de *necessidades*, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade, e a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. (BURSZTYN, 2006, p. 59)

A Conferência de 1992 no Brasil, que reuniu o maior número de dirigentes políticos do mundo, até então, teve o poder de avançar em muitas questões a discussão sobre o desenvolvimento sustentável. Na ocasião foi lançado um documento denominado Agenda 21, com compromissos internacionais de amplo espectro no que diz respeito à questão. Mas os anos que se seguiram mostraram que toda a mobilização teve um caráter mais efêmero do que se poderia imaginar. Ficou evidente que todos os indivíduos pertencem ao mesmo (e estão envolvidos no) processo de degradação do planeta e que, portanto, se nada for feito num sentido oposto chegará um dia em que a vida na Terra se tornará inviável. Os interesses econômicos de alguns países hegemônicos, entretanto, falaram mais alto e os engajamentos diplomáticos para a reversão do problema ficaram aquém do esperado. Os Estados Unidos, por exemplo, se recusaram imediatamente a assinar um documento intitulado Convenção da Biodiversidade, alegando justamente questões que iriam de encontro aos seus interesses econômicos. “Foi preciso mais de uma década para que um compromisso internacional – o Protocolo de Kyoto – entrasse em operação e, mesmo assim, sem a adesão dos Estados Unidos, o país que mais polui” (BURSZTYN, 2006, p. 61).

A imprensa, que nas vésperas da Rio-92 dedicava amplo espaço a temas ambientais, voltou a veicular tais matérias apenas em âmbito de suas seções científicas o quando da ocorrência de acidentes. O papel de formação, mediante matérias e artigos de fundo educativo e de conscientização, retraiu-se rapidamente. (BURSZTYN, 2006, p. 62)

Com isso, parece evidente que muitas das nações que aderiram, num primeiro momento, aos princípios preconizados pelo desenvolvimento sustentável, o fizeram muito

mais (ou tão somente) por uma questão de retórica. Tanto é assim que múltiplas “Agendas 21” foram produzidas na década seguinte à Rio-92, sem resultado prático. “Expressar propósitos bem-intencionados em matéria de meio ambiente passou a ser prática recorrente” (BURSZTYN, 2006, p. 62).

Mas merece referência o fato de que a produção de tais documentos muitas vezes proporcionou inusitado processo de ausculta e participação social. Diferentemente de outros temas de interesse público, objeto de regulações e mesmo pactos políticos, no caso das agendas ambientais, a mobilização de segmentos da sociedade foi um ingrediente importante. Isso não significa, entretanto, que tenha prevalecido o interesse público geral em todos os aspectos: como em qualquer consulta não plebiscitária, algumas forças mais atuantes e presentes têm maior sucesso na inserção dos pontos de seu interesse do que outras, menos representadas. (BURSZTYN, 2006, p. 62)

Apesar de todas as discussões, a falta de ações eficazes de desenvolvimento sustentável continua tão grave que dados do Relatório Planeta Vivo, publicado a cada dois anos pela organização *World Wide Fund* (WWF), de 2010, dão conta que em 40 anos o mundo perdeu nada menos do que 30% de sua biodiversidade. O relatório produzido em parceria com a Sociedade Zoológica de Londres (ZSL) traz, entre outras observações, a de que os 33 países considerados mais desenvolvidos economicamente são responsáveis por 40 % da devastação ambiental, caracterizada pela emissão de poluentes e descontrole dos resíduos sólidos em contato com a natureza.

Falando de forma ainda mais específica, é preciso acrescentar, confirmando a distância entre a conscientização ambiental, a discussão e a efetivação de medidas práticas, que aumentam esses números devastadores (e desalentadores também), a informação de que as florestas do mundo estão se extinguindo em ritmo avassalador de vinte milhões de hectares por ano. Assim informa Leonardo Boff - um dos intelectuais brasileiros que mais tem demonstrado preocupação com o equilíbrio do planeta, autor de inúmeros trabalhos sobre o tema e defensor da causa da florestania -, em seu livro *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade* (2008, p. 32). Doze anos antes da virada para o século XXI, em 1988, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já informava que a Amazônia brasileira tinha 5% das suas florestas desmatadas. Em 1970, em pleno apogeu da expansão para a região oeste do “gigante continental”, quando os militares no poder exortavam a deixar o Brasil todos aqueles que não o amassem (“Brasil: ame-o ou deixe-o”), já estavam desmatados 5 milhões de hectares. “De 1970 a 1988 - portanto em 18 anos -”, diz Boff, “o desmatamento

foi de 20 milhões de hectares. A superfície atingida corresponde a toda a área de soja, milho e trigo plantados no Brasil” (2008, p. 32).

Do ponto de vista global, saindo agora do particular para o geral, ensina Boff (2008, p. 32), são cinco os principais problemas relativos ao meio ambiente: “a chuva ácida, o aquecimento da atmosfera, a destruição da camada de ozônio, o desflorestamento/desertificação e a superpopulação”. São fatores que, isoladamente e/ou em conjunto, tem causado profundos e preocupantes problemas sociais, em nível global.

O que causa a “chuva ácida” é o processo desenfreado de industrialização. As partículas resultantes do fenômeno se depositam “na vegetação, nos rios e lagos, produzindo a contaminação dos alimentos e as enfermidades respiratórias nos seres vivos” (BOFF, 2008, p. 32-33). O “aquecimento da atmosfera” ou “efeito estufa” é decorrente do processo de queima dos combustíveis fósseis. “Esses gases associados ao desflorestamento (pela fotossíntese dos vegetais se absorve o dióxido de carbono) produzem uma espécie de estufa que origina o aquecimento da atmosfera”. (BOFF, 2008, p. 33). A “destruição da camada de ozônio” é causada pela emissão de compostos químicos industriais. “Calcula-se que, para cada ponto percentual de diminuição de ozônio, surgem só nos EUA 10 mil novos casos de câncer de pele” (BOFF, 2008, p. 33). E quanto à “superpopulação”, o crescimento desta há muito superou a capacidade de suporte do planeta.

A população mundial está crescendo de forma assustadora. (...) A taxa de crescimento populacional no Terceiro Mundo é da ordem de 3 a 4% ao ano, e a alimentar é de apenas 1,3%. Dois terços da população mundial são pobres, e 60 milhões de pessoas morrem devido à fome e às doenças dela decorrentes, sendo 20 milhões de crianças. (...) Por esses dados podemos avaliar as dimensões da crise global de nosso sistema planetário. A Gaia (nome que os gregos davam à Terra, entendida como um imenso ser vivo) está doente e ferida. O ser humano, a partir da Revolução Industrial, revelou-se um anjo exterminador, um verdadeiro satã da Terra. Mas ele pode tornar-se um anjo da guarda, pode ajudar a salvá-la, pois é sua pátria e mãe terrenal. (BOFF, 2008, p. 34)

Apesar dos números desanimadores, entretanto, Leonardo Boff entende ser possível reverter a crise e aponta alguns caminhos para isso, a partir do entendimento de que a natureza não está apenas fora, mas igualmente dentro de cada ser humano. “Pertencemo-nos mutuamente. Qualquer agressão à Terra significa também uma agressão aos filhos e filhas da Terra” (BOFF, 2008, p. 35). Entre esses caminhos, os da “ecopolítica” e da “ecologia social”, que, entre outras peculiaridades, determinam que as políticas de desenvolvimento devam ser adequadas ao ecossistema regional.

No que diz respeito ao caminho denominado “ecopolítica”, BOFF (2008, p. 37) destaca que “a política está relacionada com o poder e o bem comum”. E que, continuando o seu raciocínio, é o poder que “determina o acesso aos bens necessários, o atendimento dos interesses de classe e a satisfação dos desejos em permanente estado de redefinição” (BOFF, 2008, p. 37). Consequentemente, o fato é que “vivemos e sofremos nos quadros de uma sociedade de classes que produz desigualdades e distribuição dissimétrica dos meios de poder e de vida” (BOFF, 2008, p. 38).

A classe dominante não impõe limites aos seus desejos, impedindo que os outros satisfaçam até as próprias necessidades. A pobreza, bem como a riqueza, produz desequilíbrios ecológicos. Os pobres, por necessidade, depredam a curto prazo, o que poderia ser e significar sua subsistência a longo prazo (desmatam, lançam dejetos em valas, caçam e pescam sem atenção ao equilíbrio etc.). Os ricos esbanjam recursos que farão falta aos pobres de hoje e às gerações de amanhã (...). (BOFF, 2008, p. 38)

No tocante ao caminho denominado “ecologia social”, o grande desafio aqui seria o de “estudar os sistemas sociais em interação com os ecossistemas” (BOFF, 2008, p. 43). Dentro desse desafio, algumas perguntas devem ser respondidas.

A forma como se organiza uma sociedade integra e protege ou fere e destrói a natureza? Como os seres humanos satisfazem suas necessidades: de forma solidária, sem produzir tensões e exclusões, respeitando os ciclos naturais e os tempos ecológicos? Como se trata a terra: como mercadoria e “recurso natural” a ser explorado, ou como realidade a ser respeitada tal qual como parte de nosso corpo, trabalhando com ela e nunca contra ela? (BOFF, 2008, p. 43)

Com um mínimo de bom senso, deduz-se que as respostas para esse primeiro bloco de perguntas propostas por Leonardo Boff apontam para uma direção diametralmente oposta à das práticas antropocêntricas. Mas ele não se limita a elas e propõe outros questionamentos importantes para a construção de um caminho que aponte para uma “ecologia social”.

De que educação necessitamos (ecologia mental) para refazer uma aliança de simpatia, reencantamento e veneração com a natureza? (...) Que tipo de ciência devemos desenvolver, que nos permitirá um diálogo fecundo com o mundo, sem criar desequilíbrios? Que tecnologia pode libertar a todos do cativeiro de velhas opressões históricas (doenças, distâncias, perigos da própria natureza) e, ao mesmo tempo, alimentar-nos espiritualmente, reequilibrar os ecossistemas de toda uma região e criar as condições para uma sociedade cujo eixo seja a vida e sua alegria, a humanidade concreta com suas buscas, acertos e descaminhos e a sua capacidade de sempre

aprender com tudo e, por fim, de transcender na direção do sonho maior do coração: uma absoluta integração pessoal, cósmica e divina? (BOFF, 2008, p. 45)

Em outras palavras, para Boff, no que diz respeito aos preceitos da “ecologia social”, é preciso que se mude o paradigma da economia ilimitada, “orientada pela acumulação” (2008, p. 44). A economia, diz Boff, deve ser a do suficiente, “centrada na vida das pessoas e da natureza; na participação de todos na produção dos meios de vida; na solidariedade para com as pessoas ou os seres da criação que têm menos vida ou que sofrem de patologias (...)” (2008, p. 44-45). E é preciso também, dentro dos mesmos princípios propostos por Boff (2008, p. 45) para a “ecologia social” que a tecnologia se volte para o social, produzindo “bens para todos e não somente para minorias”, ao mesmo tempo em que deve “propiciar formas de participação e de controle que escapem da alienação”. A um só tempo, explica Boff, a tecnologia deve “ser ecologicamente apropriada no sentido de não destruir o ecossistema regional e garantir o seu futuro por amor às gerações que ainda virão” (2008, p. 45).

Os dois caminhos apontados por Leonardo Boff, seja a partir das certezas ou dos questionamentos enunciados, estão contidos no cerne da proposta da florestania, conforme o próprio autor fará questão de dizer em argumentos que serão ressaltados em outro ponto deste capítulo.

É preciso, porém, apesar do que preconiza Leonardo Boff e da proposta contida na florestania, ressaltar as dificuldades implícitas no modelo, dadas as tensões geradas pelo capitalismo global nos últimos vinte anos e que agora convergem para um mesmo impasse estrutural, no dizer de Gilberto Dumas, no artigo “*O impasse ambiental e a lógica econômica*” (DUMAS, 2008), parte integrante do livro “*Meio ambiente e crescimento econômico*”, organizado pelo mesmo autor. As tais tensões, de acordo com Dumas seriam, de um lado a estagnação dos níveis de miséria e pobreza - e o agravamento na concentração de renda – “de muitos dos grandes países da periferia mundial que haviam sido deixados ao livre-arbítrio dos mercados e de sua lógica global, trazendo a imperiosa necessidade de retomada de seu crescimento” (DUMAS, 2008, p. 21). E do outro lado, uma enorme crise ambiental, que seria provocada por um modelo econômico esbanjador de energia e sucateador de todos os produtos, “agora agravada pela bem-sucedida opção e China e Índia por se associarem àquela própria lógica, crescendo a taxas elevadas” (DUMAS, 2008, p. 21). E embora existam os otimistas, para quem as forças do mercado e as novas tecnologias podem dar conta das referidas tensões, Dumas entende que a questão que se faz mais premente é a de como conseguir equilibrar “os benefícios dos novos vetores tecnológicos definidos pelo setor

privado, incluindo agora genética, robótica e nanotecnologia, com os seus riscos – que incluem graves alterações no clima e envenenamento ambiental – (...)” (DUPAS, 2008, p. 21).

Durante as últimas décadas, a crise ecológica foi se anunciando de maneira crescente, e mesmo assim a agenda necessária para evitá-la não se impôs. O fato científico central é que a espécie humana corre um sério risco de desestabilização, porque sua saúde e suas atividades dependem do bom funcionamento dos ecossistemas – que estão colapsando – e de recursos naturais abundantes, que passam a escassear. Os alertas da comunidade científica tinham sido até então classificados de catastrofistas, e as sociedades perderam muito tempo iludidas pelo discurso hegemônico dos atores econômicos que garantiam terem as novas tecnologias competência para ‘dar um jeito’. O poder econômico reagiu e continua a reagir com a tentativa de desmoralização e enfraquecimento das denúncias de um colapso provável. (DUPAS, 2008, p. 22)

Parece definitivo, portanto, a julgar pelas afirmações de Leonardo Boff e Gilberto Dupas, bem como por tudo que se pode ver a um simples olhar em volta de cada um dos habitantes do planeta Terra, que a era da abundância dos recursos naturais fica cada vez mais para trás. “Mais alguns passos na direção errada e o irreparável pode acontecer, tendo a humanidade como responsável e as gerações futuras como vítimas principais” (DUPAS, 2008, p. 23). E parece definitivo que a natureza se transformou num problema essencialmente ético. No dizer de Gilberto Dupas, a degradação da natureza por ações humanas está tão adiantada que nossa relação com ela transformou-se em questão decisiva, que afeta as condições de vidas sociais e a possibilidade de sobrevivência futura da espécie, clamando “por uma nova ética de responsabilidade, informada por um saber que ilumine as consequências deliberadas da ação humana” (DUPAS, 2008, p. 23).

O resultado imediato das tensões (provavelmente inevitáveis quando se trata de defender expansão econômica e conservação do meio ambiente) citadas é uma total e absoluta falta de unanimidade sobre o tema, o que implica numa série de correntes de pensamento, com as suas respectivas trincheiras. Todas em defesa renhida das suas convicções. Quatro seriam as principais tendências do pensamento sobre o tema, sendo que a “florestania” poder-se-ia dizer que abrange conceitos das três últimas. As tendências, no dizer de Gilberto Dupas, seriam a dos *antiecolologistas*, a dos *ecologistas profundos*, a dos *ecoeficientes*, e a dos *ecologistas sociais*.

Os *antiecolologistas* até já admitem o argumento de que a natureza não é fonte inesgotável de matéria-prima, mas defendem a ideia de que a ciência e os processos tecnológicos são capazes de reverter toda e qualquer ação danosa perpetrada pelas mãos

humanas. Para obter os seus objetivos trabalham em várias frentes, tanto do ponto de vista da disseminação de informações que descaracterizem as advertências dos defensores da natureza, quanto fazendo lobbies juntos aos governos de cada país, aproveitando-se do fato de que estes trabalham quase sempre são pressionados por metas de crescimento econômico de curto prazo.

Os *ecologistas profundos* se caracterizam pelo “culto à vida silvestre e pelo amor aos bosques primários e aos cursos d’água (...)” (DUPAS, 2008, p. 24). Para essa corrente de pensamento o problema não é, necessariamente, o crescimento econômico, mas a efetivação de ações preventivas que possam preservar os espaços que ainda existem da natureza original, cuja localização ainda não esteja dentro da influência direta do mercado. Entre as suas principais preocupações estão as espécies em perigo e a perda da biodiversidade. Até a agricultura incomoda os defensores desse tipo de pensamento, uma vez que eles entendem que a conquista do espaço do plantio incomoda a vida silvestre. “A proposta prática principal do grupo é preservar reservas naturais e parques naturais livres da interferência humana” (DUPAS, 2008, p. 24).

Os *ecoficientes* centram suas preocupações na dicotomia entre crescimento econômico e natureza, bem como no que diz respeito aos impactos ambientais que acarretam em riscos para a saúde das pessoas, decorrentes dos processos diretos da industrialização, da urbanização e dos novos mecanismos de produção agrícola. Não se insurgem contra o desenvolvimento econômico e até defendem a modernização ecológica, mas acreditam que isso não pode acontecer a qualquer preço. “Preocupam-se mais com os impactos da produção de bens e com o manejo sustentável dos recursos naturais do que com os atrativos da natureza ou seus valores intrínsecos” (DUPAS, 2008, p. 25). E quanto às propostas práticas dos ecoeficientes, relata novamente Dupas, “são ecoimpostos, mercados de licenças de emissões, novas tecnologias voltadas para a economia de energia e de matérias-primas e precificação com o intuito de um correto metabolismo industrial” (2008, p. 25). Acreditam que, dessa forma, estão convertendo a ecologia “numa ciência gerencial, almejando controlar ou minorar a degradação ambiental causada pela industrialização” (DUPAS, 2008, p. 25).

Os *ecologistas sociais* centram sua argumentação no problema dos impactos da degradação do meio ambiente nas camadas menos privilegiadas da sociedade, alertando para “o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos em direção aos países periféricos” (DUPAS, 2008, p. 26). O pensamento dos ecologistas sociais, ainda de acordo com Dupas “está crescendo em todo o mundo em razão da ampliação dos

conflitos ecológicos distributivos, e conta com o apoio da agroecologia, da etnoecologia, da ecologia política e da sociologia ambiental” (2008, p. 29). Acreditam que a expansão da economia global faz gerar mais resíduos, comprometendo os sistemas naturais e deteriorando os direitos das gerações futuras, bem como fazendo com que uma infinidade de recursos genéticos sejam perdidos. “As novas tecnologias eventualmente atenuam o problema, mas só depois de já terem causado muita destruição” (DUPAS, 2008, p. 29).

2.3 Um novo ciclo do poder acreano no limiar do século XXI

Depois de quase cem anos de existência sob a liderança de antigos coronéis, um novo ciclo político passou a se configurar no Acre, nos últimos anos da década de 1980, a partir da questão socioambiental. Uma questão que havia sido desprezada (ou cuja importância não foi percebida) pelos líderes dos partidos políticos então dominantes na cena acreana. PMDB, PDS/PPB/PP e PFL, defensores de uma política baseada num desenvolvimento de raízes antropocêntricas e de caráter predatório, assistiram atônitos os votos dos seus eleitores migrarem para os opositores da Frente Popular, formada por uma reunião de líderes de esquerda, encabeçados pelo emergente Partido dos Trabalhadores (PT), com o apoio essencial da Igreja Católica, em cujas Comunidades Eclesiais de Base muitos dos novos políticos deram os seus primeiros passos na luta pela retomada do poder local.

Nesse novo ciclo da história política do Acre, coube ao PT liderar um projeto de poder que fosse capaz de incluir de forma pacífica e democrática as demandas despertadas do sono profundo dos seringais. As reivindicações desses novos atores, somadas às outras questões que eram decorrentes da inércia de uma estrutura política fisiológica ultrapassada, passaram a compor esse “novo espectro político eleitoral” acriano. (SILVA, 2009, p. 121)

A preservação da natureza, a partir do eixo do desenvolvimento sustentável, é um discurso que ecoa por todo o planeta. E passa a ser uma pauta recorrente num mundo em que boa parte das pessoas se encontra desencantada ante as promessas não cumpridas da modernidade. A palavra ecologia em consonância com o que acontece no mundo, passa a fazer parte dos discursos cotidianos de movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e sindicatos sediados no Estado do Acre. “A luta pela sobrevivência das comunidades

seringueiras encontra no movimento ecológico a ressonância necessária, que a transforma em um discurso da humanidade” (SILVA, 2009, p. 117).

As dimensões políticas dessa nova força que já havia sido percebida por alguns movimentos e lideranças populares começam a se constituir como base dos discursos dos partidos de esquerda. Os partidos que historicamente militavam entre esses movimentos sociais e na defesa das causas populares como o PT, PV, PSB e PC do B passam a incluir nas suas discussões internas e nos discursos eleitorais essas novas demandas sociais que passaram a compor o novo ambiente político no estado. O discurso da “participação popular” que havia levado o quadro político acreano a uma hegemonia do PMDB é substituído por outro em que a palavra ecologia se funde com modelos e propostas dos partidos de oposição e nos discursos das novas lideranças políticas que passam a ascender. (SILVA, 2009, p. 118)

No final dos anos de 1980, seguindo a tendência mundial, o desenvolvimento sustentável é ingrediente indispensável nos discursos e projetos dos partidos de esquerda no Acre.

O conceito de “desenvolvimento sustentável” constituiu a base de formação da hegemonia petista no Acre e o discurso do *governo da floresta*, baseado nessa ideia, foi apresentado à população como um projeto que contemplava vários segmentos sociais. Esse foi um discurso habilidoso porque realizou, pela via política e institucional, questões historicamente antagônicas como a pecuária e as reservas extrativistas. Propôs assim, o diálogo com os grandes proprietários de terra e os movimentos de trabalhadores rurais e urbanos que desejavam trabalho e o sustento de suas famílias. (SILVA, 2009, p. 121)

As lideranças desses partidos políticos percebem a necessidade de aproximação com a história de lutas dos seringueiros, entendendo que muito mais do que uma estratégia de apoio à preservação da floresta, trata-se de uma luta política e ideológica.

Devidamente articulada com projetos que objetivam transformar o modo de vida seringueiro em uma atividade economicamente viável, harmônica e pacífica no interior das florestas, com as ideias de preservação dos recursos naturais da região e da sustentabilidade, viabilizou o diálogo entre o mundo dos seringais e as discussões e debates que ocorriam em outros espaços de discussões que foram abertos para se tratar desses temas no estado, no país e no mundo (...). Os conceitos de preservação, conservação e desenvolvimento sustentável, ao serem incluídos, mesmo que inicialmente de forma involuntária, nos discursos que emergiram das florestas acreanas, possibilitaram a articulação dos problemas locais com os nacionais e globais, dando um novo caráter à luta histórica das comunidades seringueiras no Acre. (SILVA, 2009, p. 118)

Nesse contexto passou a ganhar força o Partido dos Trabalhadores (PT), uma vez que em seus quadros de base militavam vários companheiros de luta da causa dos seringueiros. Os assassinatos dos dois líderes seringueiros Wilson Pinheiro (Brasiléia, em 1980) e Chico Mendes (Xapuri, em 1988), em vez de fazer arrefecer, tornou a luta destes ainda mais forte. A associação dessa luta em conjunto com a história dos indivíduos que deram a vida pela causa da preservação da floresta e a sua transformação em capital político eleitoral foi um grande *insight* do PT e da Frente Popular. Muitos dos militantes e candidatos da Frente Popular, inclusive, como é o caso da senadora e ex-candidata à Presidência da República Marina Silva, hoje sem partido, têm suas histórias visceralmente ligadas à causa dos povos da floresta. Tão ligadas à causa e ao modo de viver dos povos da floresta, a ponto de fazer Marina Silva se emocionar com cenas do filme *Avatar*, o mega sucesso do cineasta canadense James Cameron, vencedor de três premiações no Oscar 2010. O filme retrata a luta dos nativos do planeta Pandora contra o invasor imperialista.

A guerreira na'vi bebendo água na folha como a gente bebia. No período seco, quando os igarapés quase desapareciam, o cipó de ambé nos fornecia água. Esse cipó é uma espécie de touceira que cai lá do alto das árvores, de quase 35 metros, e vai endurecendo conforme o tempo passa. Mas os talos mais novos, ainda macios, podem ser cortados com facilidade. Então, a gente botava uma lata embaixo, aparando as gotas, e quando voltava da coleta do látex, a lata estava cheia. Era uma água pura, cristalina, que meu pai chamava de água de cipó. E aprendíamos também que se nos perdêssemos na mata, era importante procurar cipó de ambé, para garantir a sobrevivência. (SILVA, www.minhamarina.org.br/blog, 02 de março de 2010)

Por outro lado, é importante frisar que, além dessa natureza visceral dos militantes dos partidos de esquerda, outro fator foi determinante para essa inversão do eixo do poder, que foi o enfraquecimento substancial dos partidos que governavam o estado nos anos oitenta e início dos anos noventa, dada a incapacidade destes de evitarem o violento confronto entre os diversos grupos sociais. No dizer de Silva, foi a fragilidade na estrutura de dominação que esses grupos políticos haviam construído nesse período, principalmente a ausência de lideranças políticas, que “criaram as condições para o acirramento dos conflitos sociais e a inserção de nomes que compunham a esquerda acreana no embate político eleitoral” (2009, p. 120). E complementando o seu raciocínio, o mesmo autor explica que se deve somar ainda ao quadro descrito a inexistência de mecanismos políticos, por parte dos antigos governantes, capazes de mediar os conflitos sociais gravíssimos que permeavam a sociedade acreana, bem

como a incapacidade das respectivas siglas partidárias de “politizar os discursos que vinham da periferia das cidades, das florestas e dos seringais acreanos” (SILVA, 2009, p.120).

A incapacidade do poder público de administrar as questões relacionadas à causa ecológica e aos seus desdobramentos políticos e sociais virou pauta principal nos debates e discussões realizadas por participantes de instituições estatais, movimentos sociais e organizações não governamentais. O resultado desses debates e discussões sugere que não era assunto para ser resolvido unicamente pelo estado, mas sim, a partir de uma intensa participação popular. E é nesse exato momento que o discurso da preservação ambiental torna-se extremamente atrativo no que diz respeito à vinculação com o aspecto político. As demandas étnicas e sociais dos seringueiros, anteriormente postas em pauta pelas lutas dos líderes Wilson Pinheiro, num momento inicial, e Chico Mendes, num segundo momento, agregadas às demandas de igual teor das populações indígenas, até então restritas a uma configuração local, ganham contornos de debates planetários.

A preservação dos recursos naturais amazônicos e dos chamados povos da floresta, seguindo uma tendência planetária, entra na ordem do dia. A tal ponto que de repente a luta acreana ganha eco nas vozes dos mais diversos intelectuais.

É o caso, por exemplo, de Leonardo Boff, entusiasta da causa, cuja opinião fica evidenciada em vários dos seus escritos, como na argumentação contida no livro *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade* (2008).

A ecologia exige de nós, em primeiro lugar, a superação do antropocentrismo. Este se apresenta muito arraigado em nossa cultura ocidental. Sempre de novo vem reafirmado por certo tipo de interpretação da tradição religiosa judaico-cristã acerca do ser humano como senhor da criação e rei do Universo. Acredita-se que ele é o centro de tudo, que todos os seres se destinam aos humanos. Que por intermédio do ser humano as criaturas encontram sentido e louvam a Deus. Que todas as criaturas estão à mercê dos seres humanos, homens e mulheres, para serem usadas, dominadas e, eventualmente, exploradas. (BOFF, 2008, p. 109)

Todo esse projeto de dominação, ainda no dizer de Boff, é confirmado pelo projeto científico-técnico da modernidade. “Descartes, Galileu Galilei, Newton e Bacon ensinaram-nos que saber é poder e que poder é dominar, vale dizer, desenvolver a capacidade de colocar todos os seres e suas forças como escravas (...)” (BOFF, 2008, p. 109), para servir à espécie humana.

Essa compreensão consagrou e reforçou a violência e a agressão que, já nos primórdios da modernidade (ver a invasão da América Latina, em 1492), foram praticadas contra a natureza. Ela está presente no modelo de desenvolvimento que então se elaborou e que persiste até os dias de hoje. Ele é o maior e o mais poderoso mito do consciente e inconsciente coletivo da humanidade: o desenvolvimento econômico ilimitado, sem consideração dos custos ecológicos, tais como a quebra dos ecossistemas, a poluição da biosfera, a pilhagem dos recursos naturais não renováveis (combustíveis fósseis) etc. (BOFF, 2008, p. 109)

Palavras semelhantes às de Antônio Alves, um dos mentores da florestania, ao expressar o sentimento definidor do conceito (vide 1º capítulo deste trabalho). Ou então, como igualmente está expresso em um artigo publicado pelo mesmo Boff, em setembro de 2010, no site www.adital.org.br, em que ele argumenta que a democracia não pode ser antropocêntrica só pensando nos humanos como se estes vivessem nas nuvens e sozinhos, sem se dar conta de que comem, bebem, respiram e estão mergulhados na natureza da qual dependem.

No dizer de Boff, é importante articular tanto o contrato social quanto o natural. Tornar inclusivas a natureza, as águas as florestas, os solos, os animais como novos cidadãos que têm direitos de existir com os humanos, em especial os direitos do planeta. No caso, tratar-se-ia, sempre na ideia de Leonardo Boff, de uma democracia sócio-cósmica, na qual os seres humanos conviveriam harmonicamente com os demais seres, incluindo-os e não lhes fazendo mal.

(...) Vejo dois pontos básicos a serem conquistados: primeiro, a proposta de Boaventura de Souza Santos que é de forjar uma "democracia sem fim", em todos os campos, especialmente na economia, pois aqui se instalou a ditadura dos patrões. Ela é mais que delegatícia, é um movimento aberto de participação, a mais ampla possível. O segundo, é uma ideia que defendo há anos: a democracia não pode ser antropocêntrica, só pensando nos humanos como se vivêssemos nas nuvens e sozinhos, sem nos darmos conta de que comemos, bebemos, respiramos e estamos mergulhados na natureza da qual dependemos. Então, importa articular os dois contratos, o social com o natural; incluir a natureza, as águas as florestas, os solos, os animais como novos cidadãos que têm direitos de existir conosco, especialmente os direitos da Mãe Terra. Trata-se então de uma democracia sócio-cósmica, na qual os seres humanos convivem com os demais seres, incluindo-os e não lhes fazendo mal. O PT do Acre nos mostrou que isso é possível ao articular cidadania com florestania, quer dizer, a floresta respeitada e incluída no bem viver dos povos da floresta. (BOFF, www.adital.org.br, 7 de setembro de 2010)

Ainda falando de personalidades respeitáveis que não se furtam a publicizar a sua admiração pela política de desenvolvimento implantado no Acre nos últimos doze anos, do médico Adib Jatene, acreano de Xapuri (mesma cidade de Chico Mendes), professor emérito da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e ex-ministro da Saúde dos governos Collor e FHC, acredita que o modelo acreano precisa não somente ser conhecido, “(...) mas imitado pela geração que ascende ao poder, sem os vícios dos que utilizaram a política de forma degradante, dando aos jovens exemplos de comportamento que devem ser sepultados (...)”. (*Folha de São Paulo*, Tendências/Debates, p. A3, de 18 de outubro de 2010).

Como, em 12 anos, se conseguiu fazer renascer um Acre que, na década de 1920, atraía as atenções do país? Ao longo da minha vida, aprendi a distinguir diferentes grupos políticos. Alguns entram na política para enriquecer, acumular patrimônio, em nisso tem sucesso, em um país marcado pela impunidade. Outros almejam o poder e se realizam no seu exercício, seja autoritário, seja demagógico, pretendendo serem apreciados e reconhecidos como capazes de oferecer aos amigos benesses em prejuízo do erário público. Mas há pessoas que entram na política para servir, para trabalhar em benefício da população, sem pretender nada além do bom combate, sem esperar recompensa que não seja o respeito da comunidade. O Acre teve a sorte de contar com pessoas assim, que lhe devolvem a esperança de dias melhores, de recuperar a autoestima e, ao lado de desenvolvimento material, recuperar a confiança nas pessoas, não se envergonhar de atuar com comportamento ético e dar aos jovens o exemplo de postura e de convívio social saudável (...). Voltei do Acre com a esperança renovada e a certeza de que com competência, seriedade e vontade de servir, pelo prazer que isto proporciona, pode-se mudar a realidade e repor o privilégio dos princípios sobre os interesses. (*Folha de São Paulo*, Tendências/Debates, p. A3, de 18 de outubro de 2010)

A Frente Popular do Acre é formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Verde (PV) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Esse grupo político percebeu que os movimentos sociais extrapolavam a questão eleitoral, traduzindo-se numa luta de defesa da vida e de novas formas de sociabilidade, como viriam a constatar anos mais tarde o teólogo Leonardo Boff, ele mesmo um ardoroso militante da causa ecológica, e o médico Adib Jatene, publicamente confessando-se orgulhoso das suas origens. No limiar do século XXI estava pronto o pano de fundo para a ascensão dos partidos de esquerda no Acre.

2.4 A formação do PT acreano

O Partido dos Trabalhadores começou a ganhar contornos no Acre nos primeiros meses do ano de 1980, a partir da movimentação dos sindicatos rurais e das comunidades eclesiais de base. O sociólogo Marcos Inácio Fernandes, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Acre (UFAC), em dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 1999, esclarece que essa junção de sindicatos e comunidades eclesiais de base (Cebs) constituiu-se num fenômeno único, uma vez que era comum nessa época pessoas que se reuniam num mesmo espaço físico realizarem, sucessivamente, “uma reunião de ‘evangelização’, outra para tratar de assuntos do sindicato e, logo em seguida, uma outra para tratar da organização do PT” (FERNANDES, 1999, p. 62).

É interessante que se registre o surgimento em 1978 do que talvez se possa apresentar como o embrião da ideia fundadora do PT, no momento em que lideranças das comunidades eclesiais de base desencadearam um movimento político partidário, “em unidade com outras forças sociais, notadamente estudantes secundaristas e universitários, grupos de teatro, professores e alguns sindicalistas” (MOURÃO, 1998, p. 220). Tal movimento, na explicação de Mourão, não conseguiu um apoio mais expressivo, do ponto de vista da sociedade, mas que teve um caráter profundamente educativo.

O movimento surgiu em decorrência da preocupação que lideranças das Cebs tinham em relação ao processo eleitoral de 78, o qual, de certa forma, pelo seu caráter plebiscitário, “exigia” que se apoiasse o MDB. Entretanto, consideravam as lideranças das Cebs que, nem de longe, particularmente na região, o MDB expressava, politicamente, os movimentos populares que cresciam e se consolidavam. Era necessário, portanto, que se participasse do processo eleitoral, mas de modo a garantir uma certa autonomia e independência. Era imperioso que se demarcasse uma fronteira clara entre um apoio conjuntural ao MDB e a organização nascente dos movimentos populares. (MOURÃO, 1998, p. 220)

Esse movimento denominado Frente Popular (assim como mais tarde, em 1999, caracterizaria a coalizão de partidos de esquerda que assumiria o governo do Estado), passou por um profundo processo de discussão no ano seguinte, 1979, quando do advento da reformulação partidária proposta pelos altos escalões da República. Uma parte de militantes entendia que se devia permanecer integrando o MDB, outra parte achava que era preciso

deixar de ser um simples apêndice de um partido político e que era chegada a hora de fundar o próprio partido. No caso, o Partido dos Trabalhadores.

O “racha” foi inevitável e irreversível. A maioria esmagadora - mais de 90% - se definiu pela dissolução e pelo PT. A minoria permaneceu no MDB, ainda que essa minoria tivesse um raio de influência considerável. A assembleia de dezembro de 79 marcou o fim de uma experiência efêmera, mas positiva sob todos os sentidos. Para os membros das Cebts que dela participaram foi o “batismo” na vida partidária. A partir deste momento, lideranças formadas pelas Cebts do Acre passam a desenvolver atividades partidárias de modo permanente. (MOURÃO, 1998, p. 223)

Mas foram efetivamente, os sindicatos rurais, sob a liderança de João Maia, delegado no Acre da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), os responsáveis diretos pela organização do PT no estado. O lançamento como partido político aconteceu no dia 12 de março de 1980, numa reunião acontecida nas dependências do Colégio Nossa Senhora das Dores (META), escola de ensino fundamental ligada à Igreja Católica acreana.

Entre outras figuras presentes no ato de fundação do PT acreano, destaques para os nomes de Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (SP) e membro da Comissão Nacional do PT; Antônio Carlos de Oliveira, deputado federal de Mato Grosso; João Maia, delegado da CONTAG; e Chico Mendes, vereador da cidade de Xapuri. Participaram também os representantes dos sindicatos rurais dos municípios de Cruzeiro do Sul, Oséas Ferreira Lima; Tarauacá, Raimundo Soares de Araújo (de apelido Raimundo Trovoada); Feijó, Luís Monteiro de Aguiar; Sena Madureira, Adeli Bento da Silva; e Xapuri, Raimundo Mendes de Barros (Raimundão, primo de Chico Mendes). Além destes, houve ainda a participação de representantes da Associação das Lavadeiras de Rio Branco e da Associação dos Professores do Acre.

Pouco mais de um ano depois, o PT acreano cumpre todas as exigências da legislação partidária, organizando diretórios em dez (Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Plácido de Castro, Xapuri, Brasiléia, Senador Guiomard, Manoel Urbano, Assis Brasil e Mâncio Lima) dos doze municípios existentes no estado à época. Feijó e Tarauacá não conseguiram cumprir as formalidades legais de organização dos respectivos diretórios.

A exemplo do processo nacional de organização partidária, o PT nascia no Acre do polo mais combativo e organizado dos trabalhadores, no caso, os sindicatos rurais. A singularidade do PT acreano em relação ao PT nacional é que, no Acre, a formação inicial do partido não contou com o concurso de

militantes de organizações marxistas que participaram da luta armada, nem recebeu adesões de políticos com mandato, que atuavam na ‘tendência’ popular do MDB e nem contou com o polimento acadêmico de intelectuais de esquerda, salvo a honrosa exceção do sociólogo Nilson Mourão, que logo depois entraria para a Universidade Federal do Acre. (FERNANDES, 1999, p. 67)

Apesar do movimento avassalador e irreversível por parte dos sindicatos rurais e das comunidades eclesiais de base, entretanto, não foi sem sobressaltos que se deu essa formação inicial do PT. Ao contrário, foram muitas as pressões e os conflitos, principalmente por parte dos partidos hegemônicos da época, que taxavam os militantes do novo partido de “comunistas”, empregando a palavra com a maior dose de preconceito possível. Tais conflitos fizeram vários membros do partido serem processados com base na Lei de Segurança Nacional, a exemplo do que também aconteceu com a principal liderança do partido, o metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva, que viria a ser anos depois eleito presidente do Brasil. No Acre, o pretexto para o processo aberto contra as lideranças do PT foi o assassinato do fazendeiro Nilo Sérgio, nas imediações da cidade de Brasiléia, uma represália dos trabalhadores rurais pelo atentado anterior que vitimara dois “companheiros”: Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia, e João Eduardo, líder de uma comunidade de base na capital Rio Branco. “Foi através desse processo de lutas e mobilizações, além do sacrifício de algumas lideranças sindicais e populares, bem como da participação efetiva de centenas de trabalhadores anônimos, que o PT foi organizado no Acre” (FERNANDES, 1999, p. 69).

A despeito de todas essas pressões, porém, o Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), deferiu o registro definitivo do Partido dos Trabalhadores no estado no dia 27 de outubro de 1981, instaurando, em nível local, uma espécie de onda vermelha que levaria menos de vinte anos para assumir o Poder Executivo acreano e inaugurar um tipo de ação política apoiada nas premissas do desenvolvimento sustentável, mas sem relegar a um segundo plano as questões relativas ao crescimento econômico.

Para assumir o Governo do estado menos de vinte anos depois, não havia tempo a perder. E nesse mesmo semestre em que conseguiu o seu registro definitivo por parte do TRE-AC, o Partido dos Trabalhadores (PT) tratou de iniciar as discussões para lançamento dos seus primeiros candidatos aos diversos cargos eletivos. Seguindo as orientações que a Igreja católica estabelecera para o seu plano pastoral do biênio 1981/1982, que advertia para o fato de que a participação partidária não deveria ser simplesmente livre, mas boa e necessária para os cristãos, além do que estes deveriam optar pelo partido que proporcionasse “oportunidade

ao povo de participar de forma crescente até nos postos de liderança” (MOURÃO, 1988, p. 226), o PT anunciou os critérios considerados necessários para que os seus filiados pudessem ser candidatos: “(...) ser conhecido por sua luta em favor do povo; ser militante do PT; conhecer e defender o programa do partido; não se deixar vender; ser comprovadamente honesto; não pode pensar em mandar, não pode ser mandão” (FERNANDES, 1999, p. 87).

Assim, com essas diretrizes em vista, já em 1982, o PT acreano lançava mais de 200 candidatos aos cargos eletivos do estado e dos diversos municípios (as eleições municipais, previstas para 1980, foram transferidas para 1982), destacando-se figuras de realçada militância em nível local, como foram os casos do advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Pedro Marques, candidato ao Governo do estado; Abrahim Farhat, ao senado; João Maia, Nilson Mourão, Osmarino Amâncio e Valdir Nicácio à Câmara Federal; e vários outros candidatos à Assembleia Estadual, entre os quais Chico Mendes, Costa Campos e Leovigildo Pereira, respectivamente presidentes dos sindicatos rurais de Brasília, Xapuri e Rio Branco.

Fernandes, explica que “embora as condições gerais e a correlação de forças fossem muito desfavoráveis ao PT, as eleições possibilitavam um espaço privilegiado para se divulgar e fazer a propaganda do partido (...)” (1999, p. 89). E continua o mesmo autor afirmando que foi a partir dessa experiência eleitoral de 1982, tanto em termos de Acre quanto de Brasil, “que se forjaria a ‘mística’ sobre a militância do PT, cujo desempenho, nos processos eleitorais e participação nos movimentos sociais, se tornaram a marca registrada do partido” (FERNANDES, 1999, p. 89). “O que faltava em recursos materiais e financeiros”, ainda no dizer de Fernandes, “em experiência de campanha e em planejamento, sobrava, ao PT acreano em abnegação, desprendimento, voluntarismo, criatividade e uma boa dosagem de humor de seus militantes” (1999, p. 89).

O PT sai do seu primeiro embate eleitoral como a terceira força política do Estado, mas bem abaixo do PMDB e PDS. Nilson Mourão recebeu 4.637 votos (5,4% do total), elege Ivan de Castro Melo a deputado estadual com 968 votos, e um vereador em Xapuri, Osmar Facundo. As duas maiores expressões sindicais do PT, João Maia, candidato a deputado federal, e Chico Mendes, candidato a deputado estadual, apesar de bem votados não conseguiram se eleger. João Maia tirou 3.549 votos, mas o partido não conseguiu o quociente eleitoral, e Chico Mendes, com 857 votos, ficou na 1ª suplência do partido à Assembleia Legislativa do Estado. (FERNANDES, 1999, p. 95)

Quatro anos depois, em 1986, novamente o Partido dos Trabalhadores do Acre partiu para a tentativa de alçar seus simpatizantes aos cargos eletivos do Estado, mas mantendo a postura de não se coligar com nenhuma outra agremiação partidária. Seus militantes foram proibidos de participar de qualquer reunião que tivesse esse tipo de assunto como pauta. No mês de maio deste ano, após realizar sua convenção em abril, o PT escolhe os nomes de Hélio Pimenta e Antônio Manoel Camelo Rodrigues para concorrer aos cargos de governador e vice-governador, respectivamente. Para o cargo de senador foi escolhido o líder popular José Marques de Souza (conhecido por Matias), enquanto que para a Câmara Federal, foram lançados Biraci Brasil, índio da nação Iawanawa, e Francisco Augusto Vieira Nunes (conhecido como Bacurau), presidente do Movimento de Reintegração dos Hansenianos – MORHAN, além de dezesseis candidatos a deputado estadual. No dizer do professor Marcos Inácio Fernandes, “pela primeira vez na história do Acre, um índio e um hanseniano, através do PT, concorriam a um cargo eletivo” (FERNANDES, 1999, p. 111).

Extinta a vinculação do voto, os militantes do Partido dos Trabalhadores do Acre fizeram a sua campanha advogando a aplicação do chamado “voto salada”. Ou seja, o voto em candidatos de diversos partidos. Com bom humor, os militantes petistas diziam que a salada para ser boa deveria ter “pimenta”, em alusão ao nome do seu candidato a governador. Por conta disso, virou slogan de campanha a frase “Pimenta neles!”. O apelo petista, entretanto, mais uma vez não encontrou eco na população. “O ‘tempero’ recomendado pelo PT não empolgou o ‘paladar’ do eleitorado acreano e o ‘condimento eleitoral’ (os votos) fez a delícia gustativa do banquete do PMDB”, diz Fernandes (1999, p. 112). Como consequência disso, o PMDB elegeu Flaviano Melo para o cargo de governador, Nabor Júnior e Aluizio Bezerra para o Senado, cinco dos oito deputados federais constituintes e preencheu quatorze das vinte e quatro vagas que estavam sendo disputadas para a Assembleia Legislativa, o que resultou numa performance do PT inferior à campanha de 1982, com os seus candidatos majoritários não conseguindo sequer 3% dos votos depositados nas urnas acreanas.

Entre 1986 e 1990, muita coisa aconteceu. Isso, tanto no cenário político brasileiro, de modo geral, quanto no cenário político acreano, de modo particular. Ações que vieram a fortalecer a participação e a visibilidade do Partido dos Trabalhadores nos diversos patamares da política nacional e regional. Casos, por exemplo, das manifestações contra as reformas econômicas, em 1987, e do assassinato de Chico Mendes, em 1988. As mobilizações e manifestações que se sucedem, em 1987, contra o Governo Sarney, a ‘Nova República’ e os ‘pacotes econômicos’, “vão possibilitar ao PT sair do ‘porão do Lhé’ e a tornar mais visível e

mais respeitado pelas demais forças políticas e pela sociedade acreana em geral” (FERNANDES, 1999, p. 115).

Num movimento diametralmente oposto, enquanto o PT se solidificava no imaginário dos eleitores acreanos, o PMDB, partido que num primeiro momento pós-ditadura militar, havia encarnado as bandeiras da renovação e da esperança, no tocante aos procedimentos político-administrativos, enveredava por uma trajetória praticamente irreversível de declínio político-eleitoral. “As administrações peemedebistas”, diz Marcos Inácio Fernandes (1999, p. 115-116), “basicamente pelo empreguismo na máquina pública, pelo desmantelamento do setor público agrícola e por grandes esquemas de corrupção, principalmente no Governo Flaviano Melo (1987-1990)”. E ainda no dizer de Fernandes (1999, p. 116), “é nos contornos dessa moldura que iria se processar o pleito municipal de 1988, no qual começaria a brilhar a estrela pessoal de Marina Silva e, por extensão e consequência, a estrela do PT”.

Para as eleições majoritárias de 1990, seguindo o exemplo nacional da formação de uma ampla frente partidária, o PT acreano articula pela primeira vez a chamada Frente Popular, aglutinando os seguintes partidos: PCB, PC do B, PV e PDT. Contrapunha-se, assim, à coligação de direita denominada Renovação Democrática do Acre, formada por PL, PTB, PDC, PRN e PTR. Como candidato ao Governo, o PT apresentou o jovem engenheiro florestal Jorge Viana, que havia ocupado um cargo na Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC). Além dele, compôs a chapa majoritária da Frente Popular o médico Mário Maia, pleiteando a reeleição ao Senado, sendo que nas candidaturas proporcionais foram lançados dezesseis candidatos a deputado federal e trinta e sete candidatos a deputado estadual.

A Frente Popular, com Jorge Viana, apresentou um Plano de Ação de Governo, mostrando alternativas econômicas para a crise do extrativismo e, como slogan de campanha, cunhou a frase ‘O ACRE TEM JEITO’. O PT e a Frente resgataram o verde-amarelo da bandeira acreana, bem como o seu hino, onde o trecho que falava ‘*Mas se o audaz estrangeiro algum dia / Nossos brios de novo ofender ? Lutaremos com a mesma energia / Sem recuar, sem cair, sem temer...*’ era entoado com mais ênfase (...). A estrela vermelha da bandeira acreana que simbolizava o sangue dos heróis da ‘revolução acreana’ era confundida com a estrela, também vermelha, do PT que, naquela campanha, não perdia a oportunidade de reverenciar os seus mártires, como Chico Mendes, Wilson Pinheiro, símbolos da resistência aos pecuaristas forâneos que se instalaram no Acre com suas fazendas e que naquela oportunidade ousavam disputar, através de um dos seus representantes, o poder público local. (FERNANDES, 1999, p. 130)

Ao final do embate eleitoral, entretanto, apesar de todo o crescimento do PT, agora fazendo parte da Frente Popular do Acre, quem foi eleito para o Palácio Rio Branco, foi o candidato Edmundo Pinto de Almeida Neto, do PDS. Jorge Viana e Edmundo Pinto disputaram o segundo turno, quebrando uma antiga polarização entre PDS e PMDB. Com discursos parecidos, no sentido de moralizar os costumes político-administrativos e o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, Edmundo Pinto, que seria assassinado dois anos depois num hotel de São Paulo, em circunstâncias até hoje nebulosas, venceu as eleições, provavelmente por se proclamar mais experiente do ponto de vista administrativo do que aqueles que ele chamava de “meninos do PT”.

Apesar de mais essa derrota, o PT demonstrou nessas eleições de 1990 que estava pronto para se tornar hegemônico na política acreana. Tanto que nas eleições municipais seguintes, em 1992, o mesmo Jorge Viana derrotado para o Governo do Estado em 1990, elegeu-se prefeito da capital, Rio Branco, com 32,53% do total dos votos. Pela primeira vez na Amazônia, o PT assumia um cargo executivo. “Na pré-adolescência de seus onze anos no Estado, a população de Rio Branco deu a oportunidade ao partido de mostrar o jeito petista de governar” (FERNANDES, 1999, p.135).

Antes, porém, de assumir o Governo do Estado, em 1999, o PT sofreria ainda dois reveses eleitorais. O primeiro, novamente para o cargo de governador, em 1994, quando o candidato Tião Viana, eleito posteriormente, em 1998, para o mandato de senador, ficou em terceiro lugar. Quem ganhou essa eleição foi Orleir Cameli, do PDS. E o segundo revés foi na sucessão de Jorge Viana para a Prefeitura Municipal, em 1996. Foi nessa derrota à sucessão petista para a Prefeitura de Rio Branco que nasceu a estratégia que definiria a conquista do poder acreano pelo PT, como conta Maria de Jesus Moraes, em “*Acreanidade: invenção e reinvenção da identidade acreana*”, tese de doutorado defendida no ano de 2008, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Após a derrota do candidato da FPA à prefeitura de Rio Branco, em 1996, membros da FPA, juntamente com Jorge Viana, iniciaram um intenso trabalho de base que durou dois anos. Jorge Viana visitou todos os municípios acreanos, durante os quais manteve contato com lideranças de vários segmentos da sociedade local, na perspectiva de aglutinar forças para a eleição de 1998. Sibá Machado relembra aquele momento dizendo que Jorge Viana ‘cruzou do rio Juruá ao Jordão a pé. Cruzou de cavalo de Assis Brasil [cidade] ao Icuriá [rio]. Ele andou de canoa no rio Gregório, ele viveu na pele as comunidades mais distantes, conheceu o Estado de fato, isso interiorizou nele o desafio de governar o Acre para todo mundo (...). Nessas comunidades apresentou a plataforma da Frente Popular, discutiu-a, recebeu

propostas e documentos e se comprometeu com essas comunidades (...). (MORAIS, 2008, p. 164)

Essas andanças, com os candidatos da Frente Popular, liderados pelo Partido dos Trabalhadores, mostrando em cada canto isolado do Acre a proposta para um governo voltado para o bem-estar do homem da floresta, com a mais absoluta certeza ajudaram de forma decisiva na vitória do pleito de 1998. Tal vitória “encheu de esperança os movimentos sociais, que viam na eleição de Jorge Viana a concretização do movimento” (MORAIS, 2008, p. 164) e serviu para “expressar os interesses simbólicos dos ‘de baixo’ que até então eram deslocados do foco de ação do poder estatal” (MORAIS, 2008, p. 164). Dezoito anos depois de oficialmente criado, após todo o trabalho embrionário das Comunidades Eclesiais de Base e dos diversos sindicatos de trabalhadores rurais, na década de 1970, o Partido dos Trabalhadores alcançou o poder máximo do Executivo acreano.

2.5 O papel do território e da memória na construção da identidade

Por tudo o que foi dito (escrito) até aqui neste capítulo, resulta evidente o papel tanto do território (espaço geográfico) quanto da memória na construção identitária empreendida pelo discurso da florestania. Entretanto, apesar da nitidez desse sentimento, talvez valha a pena serem acrescentadas algumas linhas sobre os dois conceitos.

No que diz respeito ao território, pode-se dizer que três movimentos históricos se destacam para esse fim de construção identitária pela florestania: a anexação do espaço geográfico ao Brasil via Revolução Acreana, bem como via negociações diplomáticas (Tratado de Petrópolis); o movimento denominado “autonomista”, que visava transformar o Território em Estado, no intuito de diminuir a dependência do local dos ditames do governo federal; e o movimento social dos povos da floresta (seringueiros e índios, principalmente).

Para Moraes, “Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o território é o fundador da identidade territorial, o substrato espacial da unidade político administrativa e do povo, agora acreano”, (2008, p. 23). No que diz respeito à autonomia, “o território conquistado pelos acreanos e abandonado pelo Governo Federal é o estruturador em torno do qual se constrói o discurso acreanista” (MORAIS, 2008, p. 23). E quanto ao movimento de índios e seringueiros, é em torno deste que “é construído o discurso de defesa da floresta” (MORAIS, 2008, p. 23). Essa estruturação, ainda de acordo com Moraes (2008, p. 23), é perpassada pela

formação econômica do Acre. Em outras palavras, é uma estruturação calcada tanto pela ‘sociedade da borracha’, em seus altos e baixos, causados pelos diversos ciclos da produção gomífera, quanto pela tensão posterior, historicamente falando, materializada pela questão da exploração agropecuária.

Assim como a história do Acre começa com o extrativismo da borracha, o discurso identitário que inventa o Acre e os acreanos advém dessa relação da ‘sociedade da borracha’ com o território. A disputa entre ‘brasileiros do Acre’ e bolivianos foi uma disputa por território, tanto no sentido econômico, como no político, o dos recursos econômicos, as árvores de seringa e a terra de onde nascia à ‘árvore de leite’ e, também, nas argumentações dos ‘revolucionários do Acre’, em virtude do fato do território ser ocupado majoritariamente por brasileiros do rio Acre. O território em disputa é acionado como estruturador da identidade acreana. O território dos seringais foi ocupado, explorado e defendido durante quatro anos, sem que o governo brasileiro tomasse partido dos revolucionários. O território nesse sentido é o ‘lugar fundador’ da identidade, mas ele só se torna fundador porque o discurso identitário o investe desse papel. (MORAIS, 2008, p. 25)

Essa identidade relacionada ao território, ressalte-se, atua, seja na constituição do discurso da florestania ou de qualquer outra construção hegemônica, age no sentido de destacar o caráter único de um grupo, de um lugar, mas não mergulha unicamente nos fatos do passado. Ao contrário disso, grande parte da sua força reside nos desafios e nas lógicas sociais contemporâneas. “A identidade de um lugar”, garante Moraes (2008, p. 35), citando Gupta e Fergusson “surge da interseção entre seu desenvolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade” (2000, p. 34).

Em síntese, a importância maior do território para a formação da identidade de um povo está contida na apropriação simbólico-expressiva desse espaço, na plenitude do seu papel de portador de significações e relações simbólicas. A construção dessa identidade passa primordialmente pela construção de um imaginário cuja maior base é a dimensão histórica. Uma construção que “envolve relações de poder, como o poder de definir quem é incluído e quem é excluído, ou a escolha entre eventos e lugares do passado capazes de fazer sentido na atualidade” (MORAIS, 2008, p. 35).

Para Moraes existe uma relação direta entre memória e identidade. “A identidade recorre à memória com a finalidade de se definir e a memória fornece as referências históricas e geográficas para a reafirmação identitária” (MORAIS, 2008, p. 35). Mais do que um arquivo para a classificação de vivências, explica a autora, a memória se inscreve no reduto

dos fenômenos da construção histórica, sendo formada de imagens para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Um verdadeiro referencial norteador na construção de identidades.

O crescente interesse que a memória vem suscitando hoje entre os sujeitos sociais e o poder público decorre da busca pela diferenciação espacial em detrimento da mercantilização da cultura a fim de reafirmar identidades específicas de sujeitos sociais e também para justificar reivindicações territoriais. Nesse sentido se insere a luta empreendida pelos diversos movimentos sociais no intuito de reinvidicarem uma identidade política que significa, outrossim, reconhecimento por territórios, como também do ponto de vista das identidades regionais onde é produzida uma narrativa discursiva e se desenvolve um trabalho de 'patrimonialização dos territórios'. Daí o discurso de 'memória' alcançar tamanho significado hoje. (MORAIS, 2008, p. 36)

Nessa linha de raciocínio, pode-se garantir que o exercício de busca pela identidade dos lugares configura-se, fundamentalmente, numa busca de raízes, um mergulho no passado relacionado à importância da memória para manter o sujeito social e consolidar as identidades territoriais.

No caso do Acre, as bases da formação política e social do estado, seguindo o raciocínio de Moraes (2008, p. 25), foram gestadas nos seringais. Mais do que qualquer outro fator, o que se sobrepõe à vida nos seringais são duas questões: a defesa, primeiramente, e a posse, num segundo e imediato momento. São esses fatores os primordiais a fornecerem a matéria prima para a formação da identidade do Acre e dos acreanos. O significado da vida dos povos da floresta nas matas de seringa é construído por meio do discurso oficial, na sua tentativa de construir as bases de uma sociedade florestal.

Enquanto discurso identitário é construída uma ideia de 'convivência harmoniosa' na floresta entre índios e seringueiros, entre os povos da floresta, os verdadeiros acreanos, ao longo de mais de cem anos de Acre. E foi essa convivência 'harmoniosa' na floresta que respaldou as reivindicações territoriais destes a partir da década de 1970. (MORAIS, 2008, p. 25)

É possível afirmar, nesse sentido, que a memória coletiva dos acreanos, no limiar do século XX, com fins de sedimentação identitária, foi enquadrada através das narrativas oficiais, em grande parte por meio do discurso da florestania, tendo como uma das suas vertentes os acontecimentos envolvendo personagens históricos. Tais discursos acharam um excelente modo de sustentação na forma da construção e/ou fortalecimento de museus,

memoriais e símbolos cívicos, com a participação vital de dois militantes ligados tanto à causa política quanto ao binômio história/cultura: Marcos Vinícius Neves, diretor da fundação de cultura do município de Rio Branco, e Antônio Alves Leitão Neto, secretário de cultura no primeiro mandato (1999-2002) do governo petista.

Por último, para fechamento desse tópico, faremos referência a três elementos usados pelo discurso da florestania para a sua disseminação, no tocante à ligação entre identidade e memória: o “acontecimento”, o “personagem” e o “lugar”.

O “acontecimento” tanto pode ser vivido pelo sujeito quanto pela coletividade. De uma ou de outra forma, o sujeito é parte integrante do processo, a tal ponto que mesmo quando ele não participou diretamente do acontecimento, dada a amplitude deste, pode chegar um momento em que nem tem consciência da sua não participação. “Nesse caso as pessoas são inseridas no ‘enredo’ do acontecimento” (MORAIS, 2008, p. 39). Lembrados e frequentemente reconstituídos pela florestania, por meio de noções comuns ao coletivo, a memória dos acontecimentos da história do Acre tem sido uma ferramenta de suma importância para o nascer da nova “identidade acreana”.

Quanto ao “personagem”, novamente são evidenciadas duas categorias: a dos personagens realmente encontrados ao longo da vida e a dos personagens que pertenceram a outro fragmento de espaço e de tempo. É a mesma lógica do acontecimento. O discurso da florestania está recheado de personagens contemporâneos e de personagens históricas. Ambas reforçam o sentido da identidade proposta, seja pelas ações realizadas para conquista do território, seja pelas ações realizadas para tornar este território um lugar ideal para viver. No correr da narrativa, tanto faz se de personagens antigas ou atuais, surge sempre a figura do mito fundador: a revolução, a autonomia, a preservação etc.

No que diz respeito ao “lugar”, é nele que se condensa a memória, tanto no sentido material quanto simbólico e funcional, de acordo com o uso que faz dele a florestania.

CAPÍTULO III – SÍMBOLOS DA FLORESTA NAS ONDAS DO RÁDIO E NA TELA DA TV

“(...) suspirando de tédio, inquieto-me; sonolento, desperto de meu dogma; ao imitar, invento; de tronco, eu me transformo em ramo; enrolado na pele de asno, eu saio. Eu me converto. Morto, eu renasço”.

- Michel Serres -

3.1 A troca da ordem e do discurso

No dizer do pensador alemão Harry Pross, “o desgaste de uma antiga ordem se anuncia nos desgaste dos seus símbolos. No que se refere à dominação, seu ocaso é o ocaso dos seus símbolos: a ordem, que abriga a obediência, se esvazia” (PROSS, 1980, p. 82). Não se faz mais necessário o uso da força muscular ou de canhões por parte da política, ainda segundo esse autor, para se estabelecer a ideia de ordem. Basta o uso da simbologia. Por essa razão, explica o referido autor, partidos antagônicos sempre que chegam ao poder trabalham para obscurecer a imagem dos adversários. “Apenas com um fundo escuro aparece claro o próprio símbolo. Os nascimentos revolucionários pregam regularmente o nascimento de um novo dia” (PROSS, 1980, p. 83).

Em 1999, ao assumir o poder no Estado do Acre, o Partido dos Trabalhadores (PT) seguiu exatamente essa prática apontada por Pross, materializando um discurso no rumo totalmente oposto ao discurso da então elite dominante da política acreana. Para se opor à devastação indiscriminada aos recursos naturais do Estado, praticada em larga escala desde a época da colonização, tanto por fazendeiros como por madeireiros, com o devido apoio ou conivência dos governantes de outrora, o PT descobriu o filão a seguir e um bom caminho ideológico para o seu discurso. Na materialização do neologismo “florestania” estava a verbalização perfeita para a ideologia nascente.

A extração indiscriminada do látex, prática recorrente no território acreano desde o século XIX, quando o referido espaço ainda pertencia à Bolívia, simbolizava a fartura tida com inesgotável e legada pela natureza, bem como a riqueza dos denominados “coronéis de barranco” (os patrões), visceralmente ligados ao poder político. Histórias correntes na região dão conta de que os proprietários dos seringais (não somente os acreanos, mas os de toda a Amazônia), de tanto que ganhavam com a exploração da borracha, chegavam a acender

charutos com notas de dinheiro. Não havia limite para o desperdício. Para eles, não se colocava o problema da extinção dos recursos naturais. Mesmo na política do Governo Federal da época não há registro de preocupações com o meio ambiente. Impregnados por uma cultura voltada para o antropocentrismo, os mandatários da época de maneira alguma se importavam com o uso indevido dos recursos naturais. Os seringueiros, por sua vez, apesar de todo esse fausto relatado, viviam em condições desumanas, relegados à natureza e a toda espécie de animais e endemias, bem como ao jugo implacável dos patrões.

Nesse aspecto da relação entre patrões (coronéis de barranco) e subalternos (seringueiros), é emblemática a explicação de Ranzi, no sentido de que o poder do coronel adquiria “características absolutistas de um rei em seu palácio, lugar do qual emanavam as leis e decisões que regulavam, individualmente e nos mínimos detalhes, a vida econômica e social dos súditos” (2008, p. 141). Esse dito patrão, ainda no dizer de Ranzi, precisava, de acordo com os padrões trabalhistas vigentes no âmbito do seringal, de cunho escravocrata, “manter-se com roupagem de senhor absoluto” (2008, p. 141). Uma relação tão desproporcional a favor dos patrões que estes não permitiam sequer aos seringueiros cultivarem produtos de subsistência, de acordo com Moraes (2008, p. 270). Fato que obrigava os seringueiros a adquirir provisões do patrão, a preços superfaturados, tornando-os eternamente devedores.

Essa relação autoritária entre patrões e seringueiros já não existia quando da ascensão do PT ao poder. A condição desumana e de abandono, tanto de seringueiros quanto de indígenas, por conta das políticas equivocadas (tanto federal quanto estadual), continuava, mesmo e apesar de inúmeros esforços de líderes populares para superar suas adversidades, como foi o caso de um movimento denominado “Aliança dos Povos da Floresta”, lançado oficialmente no dia 12 de maio de 1989, em São Paulo, pelos representantes da União das Nações Indígenas (UNI) e do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Essa organização, no dizer de Pimenta (2004, p. 21), jamais conseguiu se materializar como uma organização conjunta, encerrando as suas atividades em 1993.

A “Aliança” surgiu e teve seu maior respaldo no Acre. Ela testemunha, não apenas a capacidade de resistência das populações indígenas frente às políticas integracionistas e assimilacionistas do Estado-nação, mas também a criatividade e o dinamismo das recomposições identitárias contemporâneas. A “Aliança dos Povos da Floresta” superou as fronteiras étnicas e fez dos temas ecológicos o seu pendão. Seu principal inspirador, o líder seringueiro Chico Mendes, conquistou notoriedade internacional com o apoio dos movimentos ambientalistas. As reivindicações eram ao mesmo tempo baseadas na expressão de uma situação de exploração comum aos índios e

aos seringueiros e alimentados pela retórica da ideologia ambientalista internacional, adaptada e modelada às circunstâncias locais. (PIMENTA, 2004, p. 21)

Ao denominar-se governo da floresta, expressão usada como *slogan* pelo PT, o Partido dos Trabalhadores assume essas lutas, bem como o discurso de que a preservação dos recursos naturais, associada à manutenção dos habitantes nos seus locais de origem e à melhoria da qualidade de vida destes, assim como a garantia da supressão de qualquer tipo de padrão, principalmente daquele “carrasco”, e faz de tudo isso os eixos fundamentais da sua ação. Quem garante essas premissas é o próprio secretário de Comunicação do Acre nos dois primeiros mandatos do Governo do PT (1999 – 2007), jornalista Aníbal Diniz. “A gente usou tudo que pudesse somar para fortalecer aquilo que é próprio e marcante na cultura acreana. O slogan ‘governo da floresta’ foi escolhido com esse fim” (PINHEIRO, 2005).

Nesse sentido, do projeto do PT de fortalecimento daquilo que é marcante na cultura acreana e, assim, disseminar os fundamentos ideológicos da florestania, voltamos ao pensamento de Harry Pross, para quem existe uma estreita dependência das ações do homem com as relações entre objeto, signo mediador e consciência interpretante. Além disso, ainda de acordo com Pross, a realidade dos signos é também a realidade das relações sociais. Há que se distinguir, porém, ainda usando Pross como referência, que os signos contêm uma ligação direta a um objeto individual ou representam esse objeto, mas também podem enlaçar uma modalidade, uma classe de objetos, com a consciência interpretante. “Os símbolos expressam algo conceitual, têm uma função designadora, a contrário da função operativa dos sinais, tal e como os conhecemos desde os reflexos” (PROSS, 1980, p. 23).

Foram exatamente esses recursos dos quais fala Pross os usados pelo PT no Acre para fazer germinar, cultivar e frutificar a ideia da “florestania”, se apropriando de símbolos e mitos da história antiga e recente do Estado, para transformá-los em conceitos reflexivos de uma função designadora que pudesse levar à consciência da população acreana a sua mensagem, a partir da noção de desenvolvimento sustentável, em contraposição ao movimento predatório empreendido pelos governos anteriores. “Ao invés de ocupar-se com as coisas, o que o homem faz é, de certo modo, dialogar continuamente consigo mesmo” (PROSS, 1980, p. 24).

As figuras de heróis antigos, como o gaúcho Plácido de Castro, o comandante da revolução que arrancou o Acre da Bolívia e o anexou ao Brasil, e mártires mais recentes, como Chico Mendes, o seringueiro conhecido mundialmente por sua luta pela preservação ambiental, foram usadas em larga escala pela Frente Popular para a demonstração de que a

florestania não se constituía somente numa figura de retórica, mas, de fato, propunha mudar para melhor a relação dos acreanos com o meio ambiente. Até D. Luís Gálvez de Arias, aventureiro espanhol que fundou um território independente, nas terras acreanas, nos últimos anos do século XIX, apoiado pelo interesse de agentes financiadores amazonenses, foi ressuscitado como figura simbólica, no intuito de dizer que o Acre sempre lutou pelos seus ideais, e que, por conta disso, tornou-se mais tarde, como se diz na região, “o único Estado brasileiro por opção”.

Tal estratégia é analisada por vários estudiosos do governo da floresta, como é o caso do argumento contido no trecho abaixo.

(...) o comandante Plácido de Castro – líder militar que conduziu o exército de seringueiros nas batalhas contra os bolivianos – e o picaresco Luiz Galvez – que chegara a decretar o Estado Independente do Acre, em julho de 1899 – ambos tidos como heróis acreanos, juntamente com os “mártires” que lutaram pelo direito à terra e pela preservação ambiental nas décadas de 1970 e 1980 são (re)postos como marcos da luta que só agora se completa, de acordo com as sugestões e significações construídas. Associativamente, era como se o combate (eleitoral) do presente irmanasse “os novos heróis” aos antigos, colocando-os numa mesma linhagem. (GUIMARÃES JÚNIOR, 2008, p. 97)

Ao longo dos últimos anos, a partir de 1999, na direção de proliferar o uso da figura dos supostos heróis acreanos, uma quantidade enorme de praças, logradouros e prédios públicos passou a ser denominada Plácido de Castro ou Chico Mendes. Filmes, institutos, livros, teatros, broches, seminários acadêmicos, reservas florestais, mercados. Chico Mendes e Plácido de Castro estão em todos os lugares, ao ponto de o aeroporto local até hoje não haver sido “batizado”, por conta de uma disputa em torno do nome: Plácido de Castro ou Chico Mendes. Essa disputa acaba ajudando a dar visibilidade aos dois mitos. Com essa visibilidade, como num jogo circular, o nome de ambos continuou também dando sustentação à ideia da “florestania”.

Antigos símbolos cívicos, como o hino (letra de Francisco Mangabeira e música de Mozart Donizetti) e a bandeira do Estado (criada originalmente por D. Luis Gálvez, no século XIX), também foram usados pelo PT para a criação dos sentidos da “florestania”, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável. A Frente Popular percebeu a força da linguagem expressa no hino e o valor imagético da bandeira para aglutinar em torno desses símbolos o sentimento nativista do povo da região. Nesse sentido, cabe citar novamente Harry Pross, quando ele diz que “junto com a linguagem como simbolismo discursivo aparecem (...)

símbolos representativos, que transmitem igualmente um conhecimento” (PROSS, 1980, p. 29).

O hino, recheado de sentimento de orgulho (como em geral são todos os hinos), tem sido repetido à exaustão nos últimos anos. Causam (mas não causavam há cerca de vinte anos atrás) arrepios no corpo e lágrimas nos olhos dos acreanos, frases como: “Fulge um astro na nossa bandeira/ Que foi tinto do sangue dos heróis/ Adoremos a estrela altaneira/ O mais belo e melhor dos faróis”. Tem-se multiplicado as versões desse hino em forma de canção, gravadas pelas mais variadas vozes nativas, nos mais diferentes arranjos, desde cantores iniciantes até artistas veteranos com vários trabalhos já lançados. E faz sucesso também, principalmente em solenidades, uma versão em filme desse hino, em que hino e bandeira se sincretizam com imagens de crianças, seringueiros, índios e animais.

Na capital Rio Branco, o Governo ainda construiu um gigantesco mastro no centro da cidade, onde o referido símbolo cívico acreano (também em tamanho gigante) permanece por dias e noites embalando-se ao vento e mantendo-se à vista por muitos quilômetros em redor, para constituir, pela acessibilidade aos signos, pertencentes ao simbolismo discursivo e de representação, “o ambiente em que o sujeito pode mover-se e em que se desenvolve e renova mediante a experiência de relações de signos” (PROSS, 1980, p. 30).

É preciso, no entanto, encerrando este tópico, esclarecer que toda essa construção do discurso da florestania, apoiada nos símbolos cívicos acreanos, com a consequente proposição de uma nova identidade para os habitantes do estado, só se tornou uma iniciativa de sucesso graças à utilização de duas ferramentas cruciais: a memória coletiva e os veículos de comunicação, de conformidade com o que vem sendo dito em diversos momentos deste trabalho.

No tocante à memória coletiva, por exemplo, elemento essencial para a sutura empreendida pela florestania, no sentido da sedimentação da cultura e da identidade já existentes no espaço geográfico acreano, foi crucial o uso pelos ideólogos petistas da comemoração de datas cívicas. Ao todo, durante os primeiros anos do governo do PT, nada menos do que seis centenários foram comemorados: quatro datas relativas à insurreições contra os bolivianos e duas datas alusivas aos 100 anos dos municípios de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul. Além destas, outra data (não cívica, no caso) foi comemorada efusivamente, também no intuito desse reforço da memória coletiva que apoia o novo discurso: o culto à memória do líder seringueiro Chico Mendes, com festividades que se estendiam por uma semana, entre os dias 15 (nascimento) e 22 (morte) de dezembro. São datas que ganharam

grande visibilidade durante os primeiros anos do governo petista, comemoradas com eventos públicos (shows, lançamentos de livros, exposições etc.) e homenagens a personagens de destaque no estado. Essas comemorações eram explicadas pelo governador Jorge Viana como maneira de dar “vida ao nosso passado, reafirmando nossos símbolos, nossos heróis e nossos mitos, unindo passado e presente” (MORAIS, 2008, p. 257).

Certamente, entretanto, pouco se avançaria na questão da difusão e sedimentação do discurso da florestania, mesmo com o uso da memória coletiva, via comemorações cívicas e proliferação de símbolos revolucionários, não fosse a participação maciça dos veículos de comunicação sediados no estado. Algumas vezes essa participação se deu inclusive em âmbito externo, por meio de publicações de circulação nacional. Por conta de uma série de peculiaridades de cunho local (na capital, Rio Branco, por exemplo, reside quase a metade dos poucos mais de setecentos mil habitantes do estado), sendo a maior delas a dependência financeira, o governo acaba sendo o maior patrocinador de verba publicitária dos veículos de comunicação, o que faz, naturalmente, com que seja determinante a influência deste no que diz respeito ao conteúdo veiculado. Além do apoio praticamente unânime dos veículos (exceção para o jornal *O Rio Branco*), o novo governo percebeu a necessidade de ser criado um sistema de rádio e televisão públicos capazes de fazer chegar o novo discurso em todos os municípios. E no segmento dos jornais impressos, um deles (são quatro os de periodicidade diária), o *Página 20*, de acordo com Guimarães Júnior, “foi criado pelas próprias lideranças petistas, em 1995, em sua estratégia para chegar ao governo” (2008, p. 42).

3.2 Portadores técnicos de símbolos: os meios audiovisuais

A partir de meados do século XX, os meios eletrônicos alcançaram um posto preferido entre os portadores técnicos de símbolos, de acordo com Pross (1980, p. 123). “Sua difusão se deve à possibilidade de transportar símbolos sem portadores visíveis, mediante ondas eletromagnéticas” (PROSS, 1980, p. 123).

Foi justamente esse transporte de símbolos via meios eletrônicos de que o Partido dos Trabalhadores do Acre lançou mão para potencializar a veiculação da sua mensagem ideológica da “florestania”, como bem explicou o secretário de Comunicação, Aníbal Diniz, para quem o Governo identificou de forma muito clara a necessidade de dar uma atenção

especial ao meio radiofônico, tão logo assumiu o controle do Estado, potencializando a capacidade de transmissão da Rádio Difusora Acreana (AM), mantida pelo poder público.

A Rádio Difusora Acreana foi inaugurada em 7 de agosto de 1944, quando o Acre ainda vivia sob a condição de Território Federal, com os destinos políticos dirigidos pelo governador Silvestre Coelho, bem antes do governo petista. A rádio foi, portanto, o primeiro grande “portador eletrônico de símbolos” local, prestando serviços inestimáveis de comunicação aos acreanos. Apelidada “Voz das Selvas”, explicam Pinheiro e Gonçalves (2008, p. 4), a rádio estatal, foi criada para iniciar o mais eficaz processo de integração de uma região onde predominavam as endemias, as condições inóspitas e o isolamento, justamente numa época em que o estado voltava a assumir “um papel estratégico na produção da borracha, em plena II Guerra Mundial, visto que a indústria bélica era baseada em três principais produtos: o aço, o petróleo e a borracha” (PINHEIRO e GONÇALVES, 2008, p. 6). Depois da criação dessa rádio, ainda no dizer de Pinheiro e Gonçalves (2008, p. 5), a comunicação no Acre nunca mais foi a mesma. A emissora, afirmam os dois autores, provocou uma revolução sem precedentes na vida daqueles brasileiros nordestinos que migraram para o meio da floresta.

Podia-se saber o que pensava o presidente Getúlio Vargas (os seringueiros eram heróis, soldados que não pegavam em armas que não precisavam matar outros homens). Ler e escrever era importante; ouvir era mais importante ainda. Ver uma revista ou um jornal, quando meses depois trouxessem as notícias da cidade ao barracão? Coisa do passado. O rádio era imediato e dizia tudo. Ler era um luxo, o rádio era a vida. A riqueza era só uma questão de tempo. (PINHEIRO e GONÇALVES, 2008, p. 6)

Um detalhe importante que merece ser destacado é o de que o rádio, em meados do século XX, nos confins da Amazônia, não era um portador técnico de símbolos de importância vital somente para os seringueiros. Também era de suma importância para a implantação de uma nova ordem social e urbana no meio de toda a floresta amazônica, que se traduzia em implantações de práticas tanto sociais quanto culturais dos lugares mais improváveis, como as grandes capitais europeias. No entendimento dos governantes do estado, era preciso um órgão difusor dos hábitos daquelas culturas, para que a vida na Amazônia se configurasse mais assemelhada aos padrões ditos da civilização. “Nada melhor do que empreender essa difusão de hábitos urbanos a partir do rádio” (PINHEIRO e GONÇALVES, 2008, p. 7). Foi justamente isso que veio a acontecer, entre os anos de 1946 e

1950, sob o governo de José Guimard dos Santos. Esse político mais tarde, no início dos anos de 1960, exerceria papel decisivo para que o Território Federal passasse à condição de estado.

Diante das peculiaridades do Território do Acre, o rádio tinha um papel preponderante, sendo por muito tempo o único meio que a população acreana dispunha de contato com o mundo exterior. Guimard Santos, consciente desse papel do rádio, priorizou esse setor do seu Governo, substituindo o transmissor do tempo da inauguração por um mais potente e construindo uma sede em alvenaria para a emissora. (PINHEIRO e GONÇALVES, 2008, p. 7)

Não obstante a experiência histórica (ou talvez, em grande parte, por isso mesmo) representada pela Rádio Difusora Acreana, percebendo que esse era o melhor caminho para portar os símbolos da nova ideologia, a Frente Popular, sob a liderança do PT, tratou de criar várias outras emissoras, tanto em Rio Branco (Rádio Aldeia FM) como no interior do Estado (todas FMs, de caráter educativo), para atuarem em cadeia, com a programação sendo gerada na capital.

Para compreender melhor a estratégia do Governo do Acre na disseminação do conceito de “florestania”, vale a pena ressaltar o poder dos meios eletrônicos como portadores de símbolos que, na opinião de Harry Pross (1980, p. 125-128), apresentam peculiaridades que os distinguem dos outros meios de comunicação de massa.

Primeiro: sendo móvel o aparelho receptor, este vincula o interno ao externo de modo incomparável. Enquanto o portador pessoal de símbolos deve, enquanto tal, passar pela porta existente entre o interno e o externo, antes de estar em condições de apresentar algo simbolicamente, os meios eletrônicos não precisam desse artifício. Nem o rádio nem a televisão precisam de portadores para ultrapassar pórticos ou umbrais. No caso desses dois veículos, assim como da internet, o aparelho que recebe as mensagens já se encontra no ambiente familiar ou individual. Pode-se mesmo dizer que a soma de todos esses aparelhos (um deles ou todos em conjunto) é um componente imprescindível da vida das pessoas no presente da humanidade.

(...) uma vez que passou o umbral existente entre o dentro e o fora, o mundo simbólico irradiado – ou televisionado – até o interior da casa se comunica como se fosse uma parte integrante do aparato familiar. Dito mundo simbólico se fundamenta no contexto de uma experiência predicativa de

dentro. Não se percebe a distância entre o portador simbólico que acaba de entrar na casa e o que já está lá dentro (...); o receptor destes simbolismos pode se imaginar que está olhando para fora, quando, na realidade, está olhando de fora, desde onde se irradia ou se televisa. (PROSS, 1980, p. 126)

Segundo: os meios eletrônicos não diluem tão somente a linha divisória entre dentro e fora, como também, ao mesmo tempo, fragmentam as representações sobre acima e abaixo, claro e escuro, características intrínsecas à formação do próprio sistema que os abrange. O aparelho receptor é uma espécie de cenário com uma invisível cruz reticular onde se decide, de antemão, com ajuda de sombras e luz, o que está dentro do mesmo.

(...) a tela da televisão (...) está em correspondência com a posição habitual dos símbolos representativos e, ao mesmo tempo, promete tornar possível o impossível: a presença do espectador em um lugar onde ele, de fato, não está. O paradoxo simbólico chega à plenitude de seus efeitos. A ilusão de poder estar, ao mesmo tempo, aqui e ali, une o espectador com o operador. (PROSS, 1980, p. 127)

Terceiro: o portador eletrônico de símbolos está caracterizado pela sua independência do claro e do escuro naturais. Nada o detém, nem o dia nem a noite. As emissoras de rádio e de televisão podem ser sintonizadas vinte e quatro horas por dia por causa de sua estrutura técnica. Essa circunstância confere a esses portadores uma atualidade a toda prova. A recepção estabelece uma relação constante entre comunicante e receptor. Além do mais, ainda no dizer de Pross (1980, p. 128), outro fator importante é o fato de que o ouvinte (ou espectador) só depende da própria vontade para conectar o aparelho quantas vezes desejar. Mas convém destacar, ainda no que diz respeito a essa portabilidade, que, apesar dessa onipotência do ouvinte/espectador para se conectar quando melhor lhe apraz, não existe, necessariamente, um diálogo entre comunicante e receptor, uma vez que a emissão vem de forma unilateral do produtor. O que existe, diz Pross, “é uma relação triádica, na qual a consciência interpretante do receptor toma o meio como símbolo do mundo representado por ele” (1980, p. 128).

Com esse arcabouço teórico descrito até aqui neste item, resulta evidente “as consequências diretas das novas tecnologias da informação no debate político e nas estratégias de busca de poder”, conforme explica Castells (1999, p. 366), tanto faz se na construção do discurso da florestania, no limiar do século XX, num remoto espaço geográfico amazônico, quanto na construção de qualquer outro discurso ideológico, em outro lugar. Essa dimensão da tecnologia, no entendimento de Castells (1999, p. 365), interage com as

tendências mais abrangentes, características da sociedade em rede, assim como, igualmente, interage com as reações das diversas comunidades aos processos dominantes criados a partir da respectiva estrutura social.

Assim, embora Bobbio esteja correto em apontar as diferenças entre a direita e a esquerda política em todo o mundo (sobretudo quanto ao seu modo de abordagem totalmente divergente do conceito de igualdade social), a direita, a esquerda e o centro precisam direcionar seus projetos e estratégias por um meio tecnológico semelhante se realmente tiverem a pretensão de atingir a sociedade, desta forma assegurando o apoio de um número suficiente de cidadãos para ganhar acesso ao Estado. (CASTELLS, 1999, p. 355-367)

O ponto principal da questão, no entendimento de Castells é o de que a mídia eletrônica como um todo (e não somente o rádio e a televisão) “passou a se tornar um espaço privilegiado da política” (1999, p. 367). Mas com um adendo: o de que não se deve compreender por isso que a política possa ou deva ser dimensionada como um mero jogo de manipulações simbólicas, sons e/ou imagens. Trata-se de compreender que “sem a mídia não há meios de adquirir ou exercer o poder” (CASTELLS, 1999, p. 366).

3.3 A sustentação do discurso nas peças radiofônicas

Coerentemente com a afirmação do secretário Aníbal Diniz, o Partido dos Trabalhadores criou no Acre um sistema de radiodifusão e televisão a serviço quase que exclusivamente da ideia da “florestania”, com base, principalmente, nos conceitos de desenvolvimento sustentável, na exaltação de mitos e lendas regionais. São inúmeras as peças radiofônicas veiculadas nos últimos anos pela Rádio Aldeia FM, 96.9 MHZ, emissora que foi ao ar pela primeira vez em 24 de junho de 2003, da capital Rio Branco e em cadeia com as outras cinco emissoras de rádio de caráter educativo sediadas no interior do Estado e mantidas pelo poder público.

As peças, todas realçando algum aspecto essencialmente regional, variam de trinta segundos a dez minutos. Entre as mais importantes, as que ficaram no ar durante muitos meses, podem ser citadas as que vão listadas a seguir.

Cantos e Encantos: lendas da floresta, apresentadas de forma dramatizada, com duração de, aproximadamente, dois minutos cada peça;

Jornal da Floresta: destacando algum fato considerado relevante para a vida do Estado, com duração de três minutos cada peça;

Ministério Público do Estado do Acre: spots educativos e programas temáticos sobre legislação, principalmente ambiental, com os *spots* tendo a duração de um minuto e os programas tendo a duração de dez minutos;

Secretaria de Meio Ambiente: *spots* e mensagens voltadas para educação e preservação ambiental, com cerca de um minuto e meio de duração;

Os Incríveis Causos de Zé Pretim: rádio-novela baseada em lendas populares, com sete minutos de duração;

Nosso Acre Tem Valor: destacando de forma ufanista aspectos da história, assim como perspectivas de futuro do Estado, com duração de um minuto;

Pró-Florestania: uma notícia positiva com relação ao tema, com um minuto e meio de duração;

Projeto Som da Floresta: utilidade pública e solidariedade é o foco, com duração de trinta segundos;

Projeto Cultura em Movimento: divulgação de oficinas culturais promovidas pelo Governo do Estado, com duração de um minuto e meio;

Turismo Responsável: divulgação de oficinas sobre o tema promovidas pelo Governo do Estado, com duração de quarenta segundos.

Como exemplo dos textos veiculados pelo Governo do Acre na Rádio Aldeia FM, seguem-se as transcrições e respectivas análises, de cinco das peças produzidas para o programa *Nosso Acre Tem Valor*. Ressalte-se que tanto as peças deste programa, assim como as demais que são analisadas neste trabalho (programas *Pró-Florestania* e *Secretaria de Meio Ambiente*), foram escolhidas dentro de um amplo conjunto de outras peças, pela sua relação mais visceral com a disseminação do ideário da florestania.

Programa um - Tema: *Estado. Canção estilo violeiro do Pantanal*: “Eu dou valor ao Aquiry verde e amarelo/ Sou guerreiro da floresta do Brasil/ Florestania é o nosso jeito de viver/ Cuidando bem dessa riqueza natural/ Diversidade é muito mais felicidade/ Na aldeia, na cidade, no campo, no seringal/ Viva as coisas da floresta onde a revolução brotou/ Chico falou e o mundo ouviu/ O nosso Acre tem valor/ O nosso Acre tem valor/ O mundo ouviu, Chico falou/ O nosso Acre tem valor”. *Encerra a música e entra a voz de um locutor*: “O nosso Governo mudou o Acre trabalhando honestamente, desde as obras de infraestrutura até

à valorização dos funcionários públicos. Agora, o nosso Estado tem valor”. *Muda a voz do locutor*: “Governo da Floresta. Nosso Acre valorizado”.

Já aqui nesse primeiro programa são múltiplos e variados os aspectos a destacar a respeito do uso dos elementos constitutivos do novo discurso, tanto no sentido da construção da hegemonia política petista quanto no sentido da criação de uma nova identidade para o povo acreano.

Na própria letra da canção, a citação do “guerreiro da floresta” pode ser traduzida como uma alusão direta às antigas lutas acreanas: a primeira delas para fazer parte da nação brasileira, e a segunda para se transformar em estado autônomo do jugo federal, ambos os fatos amplamente explorados com a comemoração de datas cívicas (os diversos centenários históricos, por exemplo, citados no item anterior deste capítulo). Além do mais, guerreiros são lutadores que não se rendem jamais, assim como fizeram os antepassados dos acreanos. Essa é a atitude que deve ser seguida no presente. Ainda na canção de abertura, aparece outro elemento fundamental para a constituição da “acrianidade”: a figura do herói, encarnada, no caso, por Chico Mendes, o seringueiro que deu sua vida pela causa da preservação da floresta amazônica.

O tema do programa é o Estado, justamente a entidade que representa e materializa o interesse dos seus cidadãos. A entidade que se afirma como uma representação de fins comuns, acima de eventuais particularidades e/ou interesses de classe. Por se afirmar dessa forma, mesmo que não consiga superar as contradições inerentes ao tecido social (ou talvez por isso mesmo), ao ser louvado como tal torna-se garantia da credibilidade do discurso, no sentido de que, de fato, como afirma o locutor da peça radiofônica, o Acre melhorou sob a égide dos novos governantes, tanto no tocante ao aspecto físico das cidades (“obras de infraestrutura”) quanto no que se refere ao fator humano (“valorização dos funcionários públicos”).

Outro aspecto a ressaltar nessa peça é a questão do antagonismo entre o Acre atual e o Acre antigo. Quando a peça diz que “(...) governo mudou o Acre trabalhando (...)”, deixa claro que os governos anteriores deixavam tudo como sempre fora. Além disso, afirma que esse trabalho referido foi feito “honestamente”. Ou seja, o governo anterior era “desonesto”. Fica implícito que a florestania é que proporcionou essa mudança para melhor, comparando tempos diametralmente opostos, a exemplo do que prega Laclau (1987, p. 195) quando afirma que “a prática articulatória em que a hegemonia consiste define sua identidade por oposição às práticas articulatórias antagônicas”.

Programa dois - Tema: *Futuro. Mesma canção de abertura. Voz feminina adulta*: “A gente só cresce na vida se tiver educação”. *Voz feminina infantil*: “Antes era difícil, mas hoje todo acreano pode ir pra escola. Na cidade, no campo e até nas aldeias”. *Volta a voz feminina adulta*: “Agora, o meu futuro tem valor”. *Encerramento igual ao do programa anterior, voz masculina*: “Governo da Floresta. Nosso Acre valorizado”.

Pelo menos duas ideias do pensamento de Gramsci, com respeito à hegemonia, trazidas a este trabalho pelas mãos de Barrett (2007, p. 238 e 239), se fazem presentes nesta peça. A ideia da formação escolar dos acreanos, entendendo aqui a escola como um lugar privilegiado onde se organiza o consentimento, através de “processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recurso à violência e à coerção”; e a ideia de valor como algo para além da produção capitalista, mas, isso sim, de toda uma forma de vida social. Ao tempo em que a peça enfatiza que “hoje todo acreano pode ir à escola”, igualmente ressalta o fato de que se alguém não proceder dessa forma, não o fez porque não quis fazê-lo, estabelecendo, pois, uma obrigação da frequência à escola formal, lugar onde os argumentos formadores da nova hegemonia chegarão mais facilmente aos formandos.

Além disso, duas outras ideias merecem destaque nesta peça. A ideia da igualdade para todos os acreanos, explicitada na frase “(...) hoje todo acreano pode ir à escola”, e completada pela frase “(...) na cidade, no campo e até nas aldeias”, demonstrando, como na peça anterior, o antagonismo entre tempos e formas de governar, bem como demonstrando que o Estado existe, agora, para tomar conta do interesse de todo indistintamente, e não como nos governos anteriores, em que apenas a elite é que tinha esses direitos; e a ideia do futuro expressa implicitamente nas vozes femininas, adulta (geradora de novas vidas) e infantil (o futuro que virá). Futuro esse, é preciso que se destaque, que somente poderá emergir de forma promissora se mantidas as premissas de preservação do meio ambiente, o que só será possível com a manutenção da florestania, uma vez que os políticos antigos pautavam suas decisões em sentido inverso. Aqui, como na primeira peça, permeia a questão do antagônico.

Programa três - Tema: *História. Mesma canção de abertura. Voz feminina*: “Hoje o Brasil respeita o Acre porque o nosso Governo é honesto. E é inspirado na Revolução Acreana, no Movimento Autonomista, na vida de Chico Mendes. Agora, a nossa história tem valor”. *Voz masculina*: “Governo da Floresta. Nosso Acre valorizado”.

Novamente entra em cena, com mais ênfase, os fatos históricos que servem de elementos motivadores do orgulho acreano de ter escolhido fazer parte do Brasil, assim como

da luta do “mártir” Chico Mendes, em consonância com o discurso do governador Jorge Viana, citado no item anterior deste capítulo, quando da explicação do motivo de tantas comemorações cívicas locais, da necessidade de “dar vida ao nosso passado, reafirmando nossos símbolos, nossos heróis e nossos mitos, unindo passado e presente” (MORAIS, 2008, p. 275). Todos aqueles fatos históricos vividos pelos antepassados dos acreanos devem ser realçados, para que ninguém esqueça os principais traços da identidade local, indissociavelmente ligados às disputas entre brasileiros e bolivianos pela posse do espaço geográfico e, conseqüentemente, pelo direito de exploração da árvore da seringueira. Trata-se de discurso de interesses históricos comuns, para harmonizar demandas coletivas. No subtexto, coloca-se a mensagem de que são esses os exemplos a serem seguidos. Os desafios e a lógica inseridos na contemporaneidade, guardadas as proporções, são os mesmos, e a florestania, ao reforçar esses laços identitários realçados pelo discurso, garante que é possível o advento de novas conquistas ou, no mínimo, da manutenção das conquistas anteriores.

Assim como o “Estado”, da primeira peça, e como o “futuro”, da segunda peça, o que tem valor agora é a “história”. Antes, no tempo da exploração desenfreada e predatória, nada disso era valorizado. Agora, face às novas práticas políticas adotadas a partir do discurso da florestania, tudo isso passa a ser respeitado e valorizado, em benefício de todos os acreanos. Mais uma vez surge o antagônico como força motriz do discurso e as palavras “valor” e “honesto”, que vão aparecer em todas as peças seguintes, como significantes privilegiados e encarregados de uma fixação de sentido na cadeia maior.

Programa quatro - Tema: *Povo. Mesma canção de abertura. Voz feminina*: “O Acre mudou nesses sete anos porque o Governo faz um trabalho honesto. E a gente sente sinceridade nessa vontade de cuidar bem das pessoas. Agora, o nosso povo tem valor”. *Voz masculina*: “Governo da Floresta. Nosso Acre valorizado”.

O que tem “valor” nessa peça, também por conta da “honestidade” do novo governo, é o “povo”. Não adiantaria praticamente nada se apenas houvesse o “Estado” (elemento de unificação, mas de caráter abstrato), o “futuro” (que ainda precisa chegar) e a “história” (importante como memória e traço de pertencimento comum, mas, evidentemente, que já ficou para trás na linha do tempo) e se o “povo” (novo significante privilegiado para ajudar à fixação do sentido da florestania) do presente não tivesse a sua importância reconhecida. Um “valor” que pode ser aferido, dado o sentimento de “sinceridade” de “cuidar bem das pessoas” realçado na peça. O “povo”, evidentemente, ao mesmo tempo destinatário e objeto legítimo

do discurso, precisa ser reunido sob uma identidade comum (embora não absolutamente fechada ou fixa).

Na prática da florestania, diz o subtexto da mensagem, embora os parâmetros não sejam mais os de caráter antropocêntrico, o fator humano é o que mais interessa, tanto que a proposta é a da “valorização” coletiva (o “povo”) e não mais a de um grupo de privilegiados, como anteriormente.

Programa cinco - Tema: *Trabalho. Mesma canção de abertura. Voz feminina*: “Só com honestidade, os recursos do Estado podem render tantas obras. E isso também faz o dinheiro circular, anima a economia e gera mais empregos. Agora, o nosso trabalho tem valor”. *Voz masculina*: “Governo da Floresta. Nosso Acre valorizado”.

“Honestidade”, “Estado”, “trabalho” e “valor” repetem-se enquanto palavras de ordem, ou seja, significantes (alguns deles) privilegiados que ajudam a dar o sentido da florestania, na peça cujo tema é o “trabalho”. Esse “trabalho” realça a questão da ocupação produtiva que pode melhorar a vida de todos.

No subtexto aparece novamente a questão do antagonismo de um tempo passado versus um tempo presente. No tempo passado, o povo da floresta, expulso dos seus locais de origens, migrava para a periferia das cidades para viver de pequenas ocupações, ou ficar ocioso, uma vez que lhe faltava habilidade para exercer os ofícios urbanos. Eram considerados “Párias sociais”, como é dito em outra parte deste trabalho, pois viviam num local onde sua cultura tradicional nada significava, chegando, inclusive, a ser ridicularizada em diversas oportunidades.

A florestania, explicam as entrelinhas do texto, faz com que o fantasma do desemprego e, por conseguinte, da falta de recursos para o povo se manter, seja relegada a um fantasma do passado, quando as políticas de Estado não se interessavam por esse tipo de problema.

De acordo com a mensagem, o Estado sempre teve recursos suficientes para promover o bem estar social e empreender as “obras” necessárias. A “desonestidade” dos que o dirigiam, entretanto, não permitia que isso acontecesse. O enunciado “Governo da Floresta, nosso Acre valorizado” é um indicador de que a luta política e a luta dos trabalhadores, como explicam Laclau e Mouffe (1985, p. 203) “estão unificadas pelo agente social concreto (...) que as leva ao fim”.

Outro detalhe que merece atenção no texto nessa referência às “obras” é o de que o governo do PT empreendeu uma série de melhorias estéticas nas cidades acreanas. Com isso, ao referir-se à possibilidade de empreendê-las, por conta da “honestidade”, o texto não se materializa somente como uma figura de retórica. As obras existem e estão bem presentes aos olhos de todos, tanto faz se acreanos ou visitantes. Ou seja, mesmo que toda relação de representação se fundamente em uma ficção (LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 294), no sentido de criação da imaginação, o fato de que as obras se materializaram garante a dissolução desse caráter inicialmente fabuloso e dá credibilidade ao enunciado no texto.

No programa *Pró-Florestania*, por sua vez, ocorre um exemplo expressivo da massificação da nova ideologia através do sistema de rádio criado pelo Governo acreano do PT.

Voz feminina - locutor: “Notícia do Acre”.

Voz masculina - locutor: “Parceria do Governo do Acre com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, apoia produção sustentável com o Programa Pró-Florestania. Ouça o que diz a assessora-técnica do programa, Sandra Melo”.

Voz da assessora: “O programa é uma parceria do Estado com o BID, totalizando um volume de recursos da ordem de quinze milhões e meio de dólares, sendo que o banco entra com treze milhões e cem mil dólares, e o Estado com dois milhões e quatrocentos mil dólares de contrapartida”.

Voz masculina - locutor: “O Pró-Florestania contribui com o desenvolvimento baseado na sustentabilidade, e exercício da Florestania, reduzindo a degradação ambiental. Pequenos produtores e populações tradicionais podem acessar o Pró-Florestania através de associações e cooperativas que recebem apoio para a promoção da cadeia produtiva, extração sustentável de recursos naturais e recuperação de áreas alteradas, como confirma o produtor rural Caled Pereira”.

Voz do produtor rural: “Através da adubação orgânica, principalmente, e de outras técnicas que são plenamente cabíveis na nossa região, sem agredir a natureza...”.

Voz masculina - locutor: “Pró-Florestania: mais uma ação para o desenvolvimento sustentável. Governo do Acre”.

O simples fato de que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) “apoia” a “produção sustentável”, já denota um enorme tom de credibilidade à florestania e ao Governo do Partido dos Trabalhadores. Primeiro, por conta de uma antiga pendência do Estado com a referida instituição, que, alertada pelas denúncias de depredação da natureza feitas pelo líder

dos seringueiros, Chico Mendes, na década de 1980, havia suspenso os financiamentos para que o Acre construísse e asfaltasse as estradas que cortam o seu espaço geográfico. Novamente, entra em ação a questão do antagonismo entre a prática dos políticos antigos e a prática dos políticos atuais, usada pelo novo discurso para estabelecer a sua hegemonia. Os governos anteriores, por conta, entre outros fatores, do seu descaso no trato com a natureza, não tinham credibilidade para conseguir financiamentos em organismos internacionais. Tudo mudou. Agora existe a florestania, que é uma “boa marca” e um exemplo de como se deve tratar a floresta. Um exemplo da mudança do pensamento político que, doravante, age em consonância com os postulados da ideologia verde. O BID garante isso ao destinar dinheiro para os programas da florestania. Tanto que um dos criadores da florestania, o ex-secretário de Cultura Antônio Alves, explica que quando os representantes acreanos se deparavam com os executivos de agências financiadoras e estes lhes perguntavam sobre aspectos da cidadania em território acreano, a resposta era: “Nós lá nem temos cidadania; lá nós temos é florestania” (PINHEIRO, 2009).

Outro detalhe a ser ressaltado nessa peça radiofônica é o recurso da autoridade. O locutor, ao chamar a voz de uma “assessora” para dar o seu depoimento, implicitamente diz para o ouvinte que ali está alguém que acompanha o projeto, sendo, portanto, absolutamente capaz de dar um testemunho abalizado e cabal. A assessora repete a informação de que o BID e o Acre firmaram um convênio e acrescenta um dado fundamental: o valor que será repassado pelo agente financiador. Entra em cena, então, outro componente persuasivo: o da transparência. É como se a autoridade estivesse dizendo que são treze milhões de dólares que serão recebidos pelo Estado para aplicação específica em programas de desenvolvimento sustentável e que, caso nada aconteça, a sociedade pode cobrar por isso no futuro.

Por último, depois de o locutor anunciar os benefícios do desenvolvimento sustentável em execução no Acre graças à florestania, a voz de um produtor rural, com nome e sobrenome (para que não se diga que um ator é que seria o dono do depoimento) veiculado, vai ao ar para dar também o seu testemunho dos avanços que a ação trará para o conjunto da sociedade acreana, dando ênfase à questão da preservação, explicando “(...) técnicas que são plenamente cabíveis em nossa região, sem agredir a natureza”.

Em outras palavras, três discursos (locutor, assessora e produtor) convergentes e uma ênfase: a de que o Acre é agora um lugar diferente (para melhor) graças ao abandono de práticas políticas antigas e a adoção de novas, a partir de uma nova ideologia, expressa ou traduzida pelo ponto nodal florestania.

No programa da *Secretaria de Meio Ambiente*, são dadas lições para a reafirmação do conceito básico de sustentação da ideologia proposta sob o nome de florestania, expressas nos exemplos seguintes.

O significado do ZEE

Música incidental onde se sobressai uma flauta andina.

Voz masculina – locutor: “Olá amigos e amigas. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente vai estar levando até você, que acompanha a programação desta emissora, informações importantes para uma vida de qualidade na nossa floresta. E vamos à primeira novelinha de hoje. Vamos falar pra você o que significa ZEE. Fala, dona Maria”.

Voz feminina – atriz: “Ô Zé, quem é esse seu xará chamado ZEE?”

Voz masculina – ator: “Maria, não é xará nenhum não, minha filha. O ZEE é o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre. É um estudo que os cientistas do Governo e a comunidade estão fazendo. Eu mesmo participei da reunião na associação sobre o ZEE”.

Voz feminina – atriz: “Ah, então quer dizer que Z, de Zé, é o zoneamento; E, de estrela, é o ecológico; e o outro E é o econômico. É mesmo”.

Voz de criança – ator: “É, mãe, a professora já falou ZEE lá na escola. Ela ensinou que a mata é rica e nós podemos viver muito bem se a gente tratar bem dela”.

Voz feminina – atriz: “Então é por isso que o presidente da associação explicou que nessa comunidade a gente tinha muito açaí e unha-de-gato”.

Voz masculina – ator: “É verdade. Foi com a ajuda desse zoneamento que a comunidade enxergou o futuro e se organizou no manejo da floresta”.

Voz masculina – locutor: “Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Governo do Estado do Acre”.

Zezinho novidades

Música incidental onde se sobressai uma flauta andina.

Voz masculina – locutor: “Olá, estamos de volta. E vamos a mais informações, pra você, amigo, ter uma vida de qualidade na nossa floresta. E lá vem o Zezinho trazendo as novidades. Corre menino!”

Voz de criança – ator: “Mãe, pai, o seu Chico e os cientistas do Governo chegaram no batelão. Eles trouxeram um mapa estão apontando lá pra mata na beira do rio”.

Voz feminina – atriz: Ih, é mesmo filho. Olha lá, Zé”.

Voz masculina – ator 1: “Ah, Maria, vou aproveitar pra saber o que é esse tal de Seamp. S-E-A-M-P, Seamp”.

Voz masculina – ator 2: “Boa tarde, seu Zé. Tudo bem, dona Maria? Puxa, como o Zezinho cresceu”.

Voz masculina – ator 1: “É... Mas, seu Chico, explica pra nós o que quer dizer Seamp...”.

Voz masculina – ator 2: “Olha, seu Zé, Seamp é mais um instrumento de gestão do Governo estadual. Significa Sistema Estadual de Áreas Ambientais Protegidas. Essas áreas ambientais protegidas podem ser áreas com florestas, rios e lagos, que uma vez demarcadas pelo Estado passam a ser protegidas, para que comunidades como a sua possam usufruir de maneira sustentável”.

Voz masculina – locutor: “Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Governo do Estado do Acre”.

Tanto na peça “Significado da ZEE” quanto na peça “Zezinho novidades”, o tom é o didático/professoral. Os idealizadores das duas peças explicam para as pessoas, tanto as da zona rural quanto da zona urbana, com pequenas histórias dialogadas, o significado de siglas adotadas pelo Governo do Estado para as ações de proteção ambiental. São exemplos cabais tanto da “organização do consentimento” quanto a “subordinação da consciência” do público ouvinte sem a necessidade do uso da força. A hegemonia é estabelecida sem coerção, usando-se o recurso do convencimento pelo discurso. A flauta andina da música de abertura, na forma de doce melodia, atua para potencializar a produção dos sentidos propostos pelas mensagens contidas nas peças.

Na primeira peça, destaque-se a ênfase para o trabalho integrado entre “cientistas” e “comunidade”. Nenhuma das categorias se sobrepõe uma à outra, mas, apreende os conhecimentos uma da outra. O reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos resulta evidente. A própria busca da convergência entre conhecimentos múltiplos, como nos postulados da “ecologia dos saberes”, faz com se eliminem as desigualdades, perpetradas até então pelo chamado “saber dominante” sobre o “saber subalterno”, que implicava no estabelecimento de limites da ciência na intervenção do real.

“O uso contra-hegemônico da ciência assenta no reconhecimento desses limites e, por isso, na necessidade de, para os superar, recorrer a outros conhecimentos”, diz Santos (2006, p. 58).

E quando a personagem Maria soletra as letras da sigla ZEE, (“Z, de Zé, é o zoneamento; E, de estrela, é o ecológico; e ou outro E é o econômico”), nada mais o faz do que usar um recurso retórico para proporcionar a memorização da sigla proposta pelo Governo, no sentido relacional entre coisas/substantivos comuns (“estrela”, “ecológico”, “econômico”) e substantivo próprio (ZEE).

É dada ênfase também na peça para a “vida de qualidade na floresta”, ao contrário do que acontecia antes da florestania; para o “econômico”, sem o qual não seria possível a melhoria das condições de vida, igualmente ao contrário das preocupações dos políticos de outrora; e para o “futuro”, dado o trato com as questões da sustentabilidade, também ao contrário da depredação empreendida antes da florestania.

Na segunda peça, algumas marcas textuais revelam intimidade do locutor com os ouvintes (“Olá, estamos de volta”, “amigo”, “vamos a mais informações...”). Quanto aos personagens, o “Seu Chico” é um velho amigo da família que mora no meio da floresta (a família o reconhece no meio “dos cientistas do Governo”). O uso de termos regionais (“batelão” – pequeno barco a motor, usado pelas comunidades amazônicas) reforça essa comunicação entre locutor e ouvintes. E novamente soletra-se a sigla (S-E-A-M-P) do órgão governamental que se propõe a ajudar a melhorar a vida dos povos da floresta, no intuito de estabelecer o processo de memorização.

Por último, destaque-se a intervenção do Estado como instituição que trabalha pelo bem comum, sem interesse em manter ou dar privilégios para os poderosos, objetivo que cumpre ao proteger a área contra práticas predatórias, garantindo, dessa forma, o usufruto “sustentável” por parte da comunidade.

Ganhar dinheiro

Música incidental, sobressaindo-se uma flauta andina.

Voz masculina – locutor: “Agora nós vamos saber como explorar de forma sustentável a nossa floresta e ganhar dinheiro sem destruir. Fique atento”.

Voz feminina – atriz: “Seu Chico, a conservação, onde que a gente tira sem destruir a floresta? Como o senhor mesmo explicou, é só para a nossa comunidade?”

Voz masculina – ator 2: “Não. Em todo o Estado, agora, tem unidades de conservação. Um monte de comunidade do Acre já percebeu que usar a floresta sem destruir, é melhor para o nosso futuro. É isso mesmo. As unidades de conservação ajudam o Governo e os moradores a proteger os rios, as nascentes e as matas, melhorando assim a forma de extrair as riquezas da nossa floresta”.

Voz masculina – ator 1: “Ah, então é por isso que a associação fez certo de aprovar o projeto da certificação da castanha na associação, com a ajuda do Governo”.

Voz masculina – ator 2: “É isso mesmo, seu Zé. Assim, o Estado e a comunidade estão seguros de que os seus costumes e os seus investimentos sejam sempre ampliados e preservados”.

Voz masculina – locutor: “Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Governo do Estado do Acre”.

A floresta só tem valor, no sentido de utilidade, assim como os seus habitantes só podem permanecer nela com dignidade, se puderem tirar dela o seu sustento. Os conhecimentos científico e comum já convergiram para um mesmo ponto na florestania, mas é preciso que as pessoas saibam o que fazer com esse novo conhecimento.

Assim, a peça “Ganhar dinheiro” adota, como as duas peças anteriores, o tom do didatismo: “Agora nós vamos saber como explorar de forma sustentável a nossa floresta e ganhar dinheiro sem destruir”, diz o locutor. E arremata com um “Fique atento” (“preste atenção”). Volta o personagem do “Seu Chico”, nome próprio extremamente comum nas regiões Norte e Nordeste do país (assim como o “Seu Zé”, o outro personagem), para responder à dúvida da mulher. Ela quer saber se os benefícios anunciados valem apenas para a localidade onde ela mora. A resposta negativa do personagem “Seu Chico” explica tudo: em todo o Estado existem unidades de conservação. Ou seja, não há privilégios, o Estado, a partir do discurso da florestania, trabalha em benefício de todos.

No bojo do diálogo, coloca-se um fator importante da preocupação do Governo com a riqueza regional e mostra-se como é possível a mudança a partir de alguns cuidados, que haviam sido deixados de lado pelos políticos anteriores (o antagonismo é realçado em todos os momentos do novo discurso): o do aproveitamento da castanha, um produto fundamental da economia extrativa acreana, mas que estava em vias de extinção pelo descaso das antigas autoridades. Na essência da mensagem, afirma-se que a floresta é rica, que ninguém precisa abandoná-la em busca de melhores condições de vida, que é possível ganhar dinheiro com as

riquezas naturais sem esgotá-las, e que isso não seria possível não fossem os esforços dos novos gestores, via florestania.

3.4 O agendamento pelos sons

Tradicionalmente oral, por estar circunscrito essencialmente num conjunto de voz, sons, música e ruído, sem o acompanhamento de nenhum tipo de representação cênica ou imagética, diz-se que o rádio produz uma comunicação absolutamente peculiar. “Produz-se uma magia particular através da ausência da encarnação, e da onipresença de uma pura voz, chegando-se a identificar o tom que deixa aflorar o mistério da sedução” (CHARAUDEAU, 2006, p. 106).

Apenas se referindo à voz, deixando de lado, portanto, quaisquer outros efeitos sonoros (aspectos que serão realçados um pouco mais à frente, ainda neste item), igualmente importantes numa transmissão radiofônica, as características daquela (a voz), no que diz respeito a timbre, à entonação, à fluência e à acentuação podem revelar o estado de espírito de quem fala, ou seja, “dos movimentos que perpassam sua afetividade, sua interioridade oculta ou pelo menos invisível, a imagem que faz de si mesmo (e eventualmente dos outros) e até sua posição social” (CHARAUDEAU, 2006, p. 107).

Assim, o locutor poderá assumir, de acordo com a sua habilidade para proferir o seu discurso, variados tons: em um momento autoritário, em outro poderoso, emotivo em uma hora, em outra hora humilde, às vezes guardando distanciamento do fato narrado, às vezes senhor de si, frágil. Enfim, capaz de representar variados papéis que lhes sejam designados por quem lhe confere a tarefa de comunicar a mensagem, tanto fazendo que estes sejam políticos ou profissionais da mídia.

A oralidade, além disso, é um tipo de troca linguageira e particular: trata-se da interação verbal, que é mais ou menos regulada de acordo com as situações, e é reveladora do tipo de relação que os interlocutores instauram entre si, de paixão (calor humano) ou razão (distância), de polêmica ou convivência; do tipo de relação que mantém com o mundo que os cerca, e mesmo do tipo de contato que pode estabelecer-se entre a instância de emissão e a instância de recepção (...). (CHARAUDEAU, 2006, p. 107)

Voltando aos outros elementos que contemplam a mensagem radiofônica (conforme foi prometido no segundo parágrafo deste item), tão importante quanto a voz e seus

respectivos tons do locutor para estabelecer uma comunicação persuasiva são os efeitos sonoros incluídos na peça radiofônica. Nesse caso, três “artifícios” merecem ser citados aqui: a “vinheta”, a “música incidental” e os “efeitos sonoros”.

A vinheta, explica Hernandes, é “uma unidade em si mesma sincrética, que relaciona o discurso oral, os ruídos e a música” (2006, p. 111), servindo para impor discontinuidades na programação, “dentro da estratégia de impedir qualquer possibilidade de monotonia discursiva” (HERNANDES, 2006, p. 112). Por conta disso, sua função é fazer com que os ouvintes não dispersem a atenção. De modo geral, as vinhetas caracterizam o começo e/ou o fim dos programas. A canção no estilo “violeta do pantanal” na abertura do programa *Nosso Acre Tem Valor*, descrito e analisado no item anterior, é um exemplo disso.

Já a música, qualquer que seja ela, mas principalmente a que se costuma chamar “incidental” (aquela que inicia alta, antes da fala do locutor, e depois é reduzida, fazendo uma espécie de som de fundo), tem o poder de reforçar e/ou modificar o conteúdo, através da manipulação sensorial do ouvinte. A flauta andina que se ouve durante a totalidade da duração do programa da *Secretaria do Meio Ambiente* do Acre (vide neste capítulo, item anterior, a descrição e a análise das peças “O significado do ZEE”, “Zezinho novidades” e “Ganhar dinheiro”).

Com relação aos “efeitos sonoros”, eles além de aparecer em vinhetas, nas quais se ouvem sons que enfatizam a mensagem que está por vir, eles também são de suma importância para a criação de discontinuidades, para chamar a atenção do ouvinte. O que será tratado no próximo segmento, via de regra, é apresentado ao ouvinte pelos efeitos sonoros, ou seja, a existência do som indica que as coisas estão se movendo, se modificando, jamais paradas. “O imparável movimento dos sons estabelece, para as linguagens estritamente auditivas, uma forma espaço-temporal que é única” (MEDITSCH, 2001, p. 157). E, sendo assim, o que a percepção sonora de cada um de nós diz quando ouvimos um som é que alguma coisa está em transformação.

Os sons transmitem principalmente a ideia de ações em plena execução. No rádio, esse efeito se adiciona à locução jornalística - em maior altura e intensidade, com emissão rápida -, ação em si mesma que remete à outra ação, a exposta pela própria notícia. Essa inter-relação de diferentes unidades sonoras (fala, música, efeitos sonoros e ruídos), capitaneada pela locução, é manejada para que o ouvinte, nesse ataque sensorial, se posicione diante do que o enunciador valoriza e quer também que seja valorizado pelo enunciatário. Esse adensamento sonoro fisga a atenção do ouvinte para as “notícias mais importantes”. (HERNANDES, 2006, p. 114)

No caso das peças da “florestania”, dado todo o arcabouço simbólico envolvido na construção da ideia, na maioria das vezes, as vozes, as vinhetas, as músicas e os efeitos sonoros realçam a emoção e a magia, peculiar no imaginário da maioria das pessoas quando o assunto em pauta é a preservação da floresta amazônica. Não fosse assim, com um locutor que encarna o seu personagem, bem como se não houvesse vinhetas, músicas e efeitos sonoros para realçar o tom do discurso, certamente a mensagem não teria o mesmo efeito, uma vez que os ouvintes não podem ser considerados elementos passivos.

Além disso, nas peças destacadas no item anterior, é possível observar uma perfeita construção no que concerne a três elementos primordiais do rádio, quais sejam: o tempo, o espaço e as condições de recepção.

No que diz respeito ao “tempo”, as peças sobre a “florestania” são produzidas numa temporalidade imediata ao desenrolar da construção da ideia, obedecendo ao critério de que o rádio é a melhor das mídias para sustentar essa proximidade entre fato e emissão da notícia. A co-temporalidade é “tratada diferentemente segundo o suporte midiático que a põe em cena, e o rádio é, das três mídias, a que melhor pode fazer coincidir o tempo do acontecimento e o tempo da escuta” (CHARAUDEAU, 2006. p. 107). O rádio, ainda no dizer de Charaudeau (2006, p. 107), “é, por excelência, a mídia da transmissão direta e do tempo presente”.

Quanto ao “espaço”, pode-se dizer que também foi bastante eficaz a adoção da mensagem radiofônica pelo Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) para levar o discurso da “florestania” aos mais diferentes recantos do espaço territorial acreano, levando em conta que os quatro jornais em circulação no Estado, todos produzidos a partir da capital Rio Branco, têm uma tiragem diminuta, só chegando a um número de pessoas muito pequeno. Com relação ao espaço, ensina Charaudeau, falando do veículo rádio, “cria-se um contato ou uma distância entre a instância de produção e a instância de recepção” (2006, p. 108). Se a recepção está distante da mídia impressa e da televisão, em contrapartida, a distância no rádio está praticamente abolida, por conta, naturalmente, de uma característica objetiva do som: a propagação.

Esta característica é ainda mais pronunciada pela condição estritamente temporal do som. Ao ocorrer na mesma duração da atividade mental que o percebe, sem fixação espacial que relativize essa simultaneidade, a possibilidade de distanciamento é bastante restringida. O organismo é estimulado, ininterruptamente, pela vibração sonora e reage também ininterruptamente. Em consequência, a excitação é inevitável, e a audição é o sentido hiperestésico por excelência. (MEDITSCH, 2001, p. 258)

E no tocante às “condições de recepção”, o uso do rádio, também em perfeita consonância com a invenção da “florestania”, num lugar como o Acre, em plena floresta amazônica, revelou-se um veículo de extrema valia, dado que, com suas características singulares de oralidade, portabilidade, sonoridade e transmissão direta, pode descrever e explicar os novos conceitos ideológicos postos em vigor a partir da ascensão do PT ao poder local. O rádio, explica Charaudeau, no que diz respeito a descrição dos acontecimentos, por não possuir suporte visual, faz com que o ouvinte os reconstitua graças ao seu poder de sugestão, “de evocação, favorecendo uma reconstrução imaginada livre, com o auxílio de associações pessoais (...)” (2006, p. 108).

(...) Enquanto a visão, de certa forma, provoca uma oposição entre o organismo e o ambiente – o sujeito está em face de alguma coisa que vê, enquanto não vê a si próprio – a audição, pelo contrário, provoca uma integração entre a percepção do ambiente e a auto-percepção – ouve-se a si mesmo e ao entorno, num único cenário auditivo. A audição é mais interativa por não isolar, espacialmente, o sujeito do objeto da percepção. Percebemos o visto como algo externo ao corpo, enquanto o que ouvimos ressoa dentro de nós. (MEDITSCH, 2001, p. 258)

Tomando-se, então, como verdadeira a afirmação de que o rádio tem um poder de penetração maior do que o das outras mídias, em se tratando de espaço territorial acreano, levando-se em conta tanto a utilização pelos receptores do sentido da audição, tido como aquele no qual as coisas calam mais fundo, quanto as especificidades da floresta amazônica (baixa densidade demográfica, longas distâncias entre moradores e, em muitos casos, ausência de outro veículo de comunicação), pode-se afirmar que o agendamento da florestania por esse veículo foi um dos que mais surtiram efeito na disseminação e consolidação da ideologia petista.

3.5 A sustentação do discurso nas peças televisivas

Entre as inúmeras peças da TV Aldeia voltadas para a disseminação do discurso da florestania com ênfase no discurso contra-hegemônico do desenvolvimento sustentável, destaca-se o programa de entrevistas denominado *Programa Identidade – O Acre tem muito mais*, apresentado pela cientista social Elisângela Pontes.

No formato de um *talk show*, o programa foi ao ar nos anos de 2002 e 2003, o último do primeiro mandato e o primeiro do segundo mandato do governador Jorge Viana. Durava uma hora, dividido em três blocos de, aproximadamente, 15 minutos, com intervalos publicitários (propaganda política do governo do Acre, no caso) constituídos de peças voltadas para a questão da valorização dos povos da floresta, sempre com base na ideia de que o Acre é o melhor lugar do mundo para se viver e que este é um momento de um novo tempo para as pessoas do lugar, graças ao advento da florestania.

A peça levada ao ar nos intervalos entre os blocos mostra imagens de floresta, cidades do interior do Acre, sítios históricos, ações de desenvolvimento sustentável empreendidas pelo Governo do PT, ações diretamente ligadas à florestania; imagens do líder seringueiro Chico Mendes caminhando na floresta, fotografias do comandante da Revolução Acreana, Plácido de Castro; e imagens de coisas boas do Acre da primeira metade do século XX. Conduzindo as cenas, um locutor de voz grave dizendo o texto que segue transcrito abaixo.

Florestania é o que o mundo inteiro precisa. É cultivar a terra e viver em harmonia com o meio ambiente. O Governo da Floresta busca isso. Devolver a floresta ao homem, com o nosso povo desfrutando da melhor qualidade de vida do nosso milênio. O desafio é mostrar ao Brasil e ao mundo que toda essa riqueza pode ser compartilhada, desde que o façamos com sabedoria e criatividade. Acre: Governo da Floresta! (PROGRAMA IDENTIDADE – O ACRE TEM MUITO MAIS, Arquivo Audiovisual, 2002/2003)

Trata-se de uma peça imagético/musical intermediária, que serve de reforço à fala dos entrevistados, todos eles defensores da proposta da florestania (caso contrário, não seriam convidados para a entrevista), estabelecendo uma “estrutura de mediação” de onde emerge o discurso do Governo, via oralidade e imagens, sobre o modelo vencedor que, ao mesmo tempo em que segue os preceitos da ideologia verde, serve também de exemplo de como se pode sair do mero discurso para a prática. “Florestania é o que o mundo precisa. É cultivar a terra e viver em harmonia com o meio ambiente”. E mais um pouco à frente: “(...) O desafio é mostrar ao Brasil e ao mundo que toda essa riqueza pode ser compartilhada, desde que o façamos com sabedoria e criatividade (...)”. Fica implícita na peça a mensagem de que apesar de a ideologia verde não ter sido criada no Acre, os acreanos inventaram a florestania, que segue os preceitos daquela e pode servir de modelo para evitar a destruição do planeta. Fica implícito, também, o fato de que tudo isso ocorreu graças ao Estado que, como nas peças do

rádio, já comentadas neste trabalho, é elemento central de unificação das classes sociais, no que diz respeito à criação de uma nova ideologia.

Por outro lado, percebe-se que o próprio nome do programa, “*Identidade – O Acre tem muito mais*”, já fornece elementos para a comprovação de uma afirmação feita no primeiro capítulo deste trabalho (“Uma nova identidade construída pelo discurso” – item 1.6), de que “a florestania propõe, de fato, essa nova identidade para o povo acreano, através de um discurso ideológico que sustenta o limiar de um também novo processo hegemônico”. Além do mais, como se pode comprovar pelo perfil das pessoas escolhidas para serem entrevistadas (vide listagem um pouco mais para frente neste item), no caso, historiadores, militares, políticos, educadores, ativistas culturais, no conjunto das suas falas são encontrados todos os elementos usados quando do processo de uma construção identitária. O papel do território, por exemplo, que é expresso por muitos personagens quando eles discorrem sobre a Revolução Acreana e sobre, num momento posterior, o movimento pela passagem do Território a Estado. Assim como, o papel da memória, que é ressaltado quando os entrevistados relembram de fatos que eles vivenciaram ou que leram e passaram a louvá-los. Da mesma forma há o papel do mito, no momento em que os entrevistados falam dos heróis que deram o sangue, seja num passado próximo ou distante, para que o Acre pudesse chegar nesse momento como uma suposta referência de desenvolvimento sustentável. Ou, por último, também se percebe o papel de um elemento importante na formação identitária quando os entrevistados evidenciam o próprio papel enquanto personagens dessa história no tempo presente.

Não bastassem essas pistas, o discurso da apresentadora no programa de estreia garante essa busca da florestania por uma nova identidade para os acreanos, conforme se pode comprovar nas palavras dela, transcritas abaixo.

Olá, sou Elizângela Pontes e a partir de hoje nós vamos estar juntos no Programa Identidade. Este programa nasceu para debater temas que não encontram espaço na televisão comercial. Temas como cultura, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, o nosso jeito acreano de ser e o nosso ritmo de levar a vida. Identidade, isso o povo acreano tem de sobra. E, apesar das pressões sofridas nas duas últimas décadas para renunciá-la, o povo permanece firme na defesa da sua cultura. Identidade começa debatendo um tema novo, que veio para fortalecer ainda mais os nossos traços culturais. Nessa série de entrevistas nós vamos conversar sobre florestania (...). (PROGRAMA IDENTIDADE – O ACRE TEM MUITO MAIS, Arquivo Audiovisual, 2002/2003)

Quanto à figura dos entrevistados, trata-se de pessoas profundamente identificadas com o Acre e que, de alguma maneira, apoiam as ações e a ideologia do novo Governo. Para

cada entrevistado o programa produz um cenário adequado (apenas uma entrevista, a do Frei Leonardo Boff, foi realizada em estúdio), de acordo com o tema específico da conversa, as características da sua personalidade, a área de interesse e/ou a origem de cada um.

Para música de abertura do programa foi escolhida a canção “Acre, rio estranho”, dos compositores Pia Villa, Felipe Jardim e Romerito Aquino (todos acreanos e, de alguma forma, entusiastas da causa da florestania), falando das curvas do rio de águas barrentas que corta a capital dos acreanos, Rio Branco, em duas metades (1º e 2º distritos), palco de batalhas históricas contra os bolivianos pela posse da terra das seringueiras.

Entre os entrevistados pelo *Programa Identidade – O Acre tem muito mais*, os nomes das pessoas listadas a seguir.

Arnóbio (Binho) Marques, ex-secretário municipal (Rio Branco) e estadual de educação, além de vice-governador na época da entrevista;

Ruyter Colin, coronel reformado do Exército Brasileiro, ex-comandante do 4º Batalhão de Infantaria e Selva (4º BIS), sediado em Rio Branco, especialista na história do gaúcho Plácido de Castro, herói da Revolução Acreana;

Antônio Alves, mentor intelectual da ideia da florestania, secretário de Cultura no primeiro mandato do governador Jorge Viana, diretor da Biblioteca da Floresta num momento posterior e militante histórico do PT acreano;

Gerson Albuquerque, professor da Universidade Federal do Acre (UFAC), doutor em História Social e especialista em História do Acre;

José Fernandes do Rêgo, professor da Universidade Federal do Acre, mestre em Economia, secretário de Produção do Acre, no primeiro mandato (1999-2002) do governador Jorge Viana;

Elson Martins, 62 anos na época da gravação do programa, 40 anos de jornalismo, 35 desses anos na Amazônia (parte no Amapá e outra parte no Acre);

Carlos Vicente, engenheiro florestal, mestre em Administração de Negócios, secretário de Floresta e Extrativismo do Acre, no primeiro mandato do governador Jorge Viana;

Paolino Baldassari, padre, 72 anos na época da entrevista, 46 dos quais morando no Acre, grande parte destes no meio da floresta, dedicando-se à realização de atividades eclesiais (casamentos, batizados, missas, confissões etc.);

Marcos Vinícius, historiador, estudioso e conhecedor profundo da história do Acre, diretor de Patrimônio e História da Fundação de Cultura Elias Mansour (AC) à época da entrevista;

Océlio de Medeiros, escritor e advogado acreano que migrou para o Pará na infância, estado por onde acabou se tornando deputado federal, cargo que lhe deu oportunidade de defender, no fim dos anos de 1950 e início da década de 1970, a passagem do Acre da categoria de Território para Estado;

Benedita Esteves, professora da Universidade Federal do Acre (UFAC), doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade;

Dalmir Ferreira, artista plástico, licenciado em História, cujo pai trabalhou como gerente de um seringal onde se deu uma das principais batalhas da Revolução Acreana;

Agnaldo Moreno da Silva, um dos primeiros técnicos agrícolas acreanos, apaixonado pela história do Acre e colecionador de objetos e documentos relacionados ao tema.

Como seria impossível trazer para este trabalho a fala completa de cada um dos entrevistados, optou-se por trazer os fragmentos das entrevistas de dois deles, como representativos do conjunto. Mas tal foi uma escolha aleatória. Os dois foram escolhidos em virtude da sua representatividade enquanto personalidades mundiais: o frei Leonardo Boff, homem profundamente identificado com a causa da ecologia planetária, com inúmeros artigos e livros escritos sobre o assunto, e entusiasta confesso da ideia da florestania (ele diz isso explicitamente em um artigo publicado no site www.adital.org.br, em setembro de 2010) ; e a senadora (a época da entrevista) Marina Silva, uma acreana de aparência frágil que nasceu no meio da floresta, só conseguiu se alfabetizar depois de adulta, mas que chegou a ser Ministra de Estado do Meio Ambiente (no primeiro e em parte do segundo mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, 2003-2010), igualmente entusiasta da ideia da florestania.

3.5.1 Leonardo Boff

A entrevista do frei Leonardo Boff foi realizada em um cenário simples, de fundo totalmente azul, com a apresentadora e o entrevistado sentados em cadeiras feitas de cipó, com assentos e encostos vermelhos. Logo após a apresentação do entrevistado, ao responder às boas vindas da apresentadora, Leonardo Boff estabelece o seu “conhecimento de causa”, ao afirmar seu prazer por estar no Acre, após muito tempo de ausência. “Tô feliz de estar aqui

depois de muitos anos, já que nos anos de 1970 e 1980 eu vinha com frequência ao Acre”. Em outras palavras, o entrevistado viveu o Acre de dois tempos distintos: o Acre da “pata do boi”, da devastação indiscriminada da natureza, da expulsão dos povos da floresta e dos assassinatos no campo, e agora vive o Acre da sustentabilidade e do respeito pelos direitos humanos.

Já na primeira pergunta, a entrevistadora vai direto ao assunto que interessa, querendo saber o que significa o conceito de florestania para Leonardo Boff. A resposta está transcrita abaixo.

Em primeiro lugar, eu acho que é um conceito altamente interessante para um governo. Porque a aceitabilidade de um governo depende muito da metáfora que ele usa, metáfora que mobiliza as populações. Por exemplo, Governo da Floresta, florestania... Quer dizer, uma nova visão de governo, incluindo a floresta, os povos da floresta e aquilo que significam. Eu considero o conceito altamente rico, pra entender dimensões novas da realidade. Um conceito econômico, porque desloca o conceito de desenvolvimento para a indústria e do desenvolvimento convencional, para um novo sentido de desenvolvimento, ligado ao ecossistema daqui. E é a floresta. A floresta na Amazônia, no Acre, é um grande ator, um grande ator social, está presente aí, junto com os povos da floresta, os ribeirinhos, os indígenas, os seringueiros. Então, um governo que capta essa singularidade, que monta uma política que atenda a isso, enraíza aqui e ganha um perfil que se mostra pra fora. Então, isso é extremamente inteligente. Eu entendo que como vocês entendam seja muito profundo. Mas, aquilo que eu pude colher em conversas e observações é o sentido de prolongar as lições básicas de Chico Mendes. Chico Mendes queria o desenvolvimento dessa região, mas um desenvolvimento que respeitasse o ecossistema. Isto é, respeitasse a floresta. E visse a floresta como um não empecilho ao desenvolvimento e, por isso devesse ser derrubada. Mas que visse a floresta como a fonte principal do desenvolvimento. Porque a floresta é extremamente rica. Primeiro, rica das pessoas que estão aí, os povos da floresta. Eles têm uma sabedoria ancestral, das ervas, das frutas, dos conhecimentos, dos animais. Isto é, de todos aqueles elementos dos quais nós podemos montar o desenvolvimento. E a própria floresta mesmo, a sua imensa riqueza, a biodiversidade, as frutas, os animais, a madeira, que uma vez bem remanejadas são uma fonte fantástica de desenvolvimento. Então, eu considero isso fundamental. Mas eu acrescentaria algo que talvez esteja presente no conceito, mas convém alargar, que é um conceito extremamente contemporâneo, quase na ponta da reflexão mundial da ecologia, que parte do seguinte: o novo conceito de cidadania não deve se restringir só aos seres humanos, mas incluir a natureza. Então, o grande projeto político hoje mundial é como inventar uma sociedade que todos cabem, a natureza incluída. Então, a natureza deve ser incluída como novo cidadão. Por que isso? Porque os fundadores do pacto social, isto é, os clássicos, Locke, Rousseau, Kant diziam que os seres humanos devem criar um pacto entre eles para viver em harmonia. Eles deixavam a Terra de fora, porque o pressuposto era que a Terra estava garantida. Hoje, a Terra e a natureza não estão garantidas. Tal é a agressão que a humanidade, que o processo industrialista fizeram contra a natureza, que ela tem que ser preservada,

senão nós vamos ao encontro de um stress ecológico, de um cataclismo, até, da natureza, seja da poluição do ar, seja da falta da água, seja da destruição das florestas e daí de todo o equilíbrio da natureza. Então, a natureza deve ser incluída no pacto social. Em outras palavras: a planta, o animal, o pássaro, a paisagem, o nosso verde, têm que ser considerados como cidadãos, que têm direitos, devem ser respeitados, uma legislação dura, que proteja essas realidades. E nós aprendermos a tratar a natureza como se fosse companheira, cidadão de verdade. (PROGRAMA IDENTIDADE – O ACRE TEM MUITO MAIS, Arquivo Audiovisual, 2002/2003)

Múltiplas e variadas são as reflexões que podem ser feitas a partir das palavras do entrevistado Leonardo Boff nesta pergunta sobre o significado do conceito florestania. Quatro, entretanto, serão ressaltadas neste momento, em consonância com a proposta deste trabalho: a hegemonia que se faz necessária para as ações desencadeadas por um sistema de governo; as estratégias discursivas para a obtenção dessa hegemonia; a aprovação por parte do entrevistado para a proposta do governo e a construção de uma nova identidade local a partir desse discurso.

No que concerne ao estabelecimento de uma hegemonia, entendendo-a, conforme já foi dito em outros momentos deste trabalho, como “a organização do consentimento: os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recursos à violência ou à coerção” (BARRET, 2007, p. 238), as palavras de Leonardo Boff já sinalizam para tal evidência logo no início da entrevista quando ele diz que “(...) a aceitabilidade de um governo depende muito da metáfora que ele usa, metáfora que mobiliza as populações (...)”. Ou seja, se o Governo usa a metáfora adequada no convencimento das populações sobre a sua maneira de agir, além de atrair para si a simpatia popular, não precisará forçar as pessoas a aceitá-lo. A florestania aparece como essa metáfora eficiente, tanto em um mundo cada vez mais preocupado com a causa ecológica, quanto em uma região do planeta (a Amazônia) conhecida pela sua exuberância natural.

Quanto às estratégias discursivas para obtenção dessa hegemonia, considerando-se o conceito de que um sujeito que comunica “concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante, para levá-lo a se identificar (...)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 56), um trecho da fala de Boff traz essa dimensão de forma clara, quando ele explica tratar-se a florestania de “(...) uma nova visão de Governo, incluindo a floresta, os povos da floresta e aquilo que significam (...)”. Ao proferir o discurso da inclusão dos sempre excluídos povos da floresta, de forma natural o agente desse discurso os seduz e persuade a aceitá-lo e, doravante, lutar pela manutenção dele.

O discurso de Boff, no que diz respeito às ações do Governo do PT, é de total aprovação. Uma atitude que se deve considerar como importante, por conta de sua autoridade enquanto defensor planetário da causa da preservação. A resposta de Boff está toda direcionada neste sentido de aprovação e apoio. “(...) conceito altamente interessante para um Governo (...)”, “(...) conceito altamente rico, pra entender dimensões novas da realidade (...)”, em ambos os casos referindo-se à florestania; “(...) a planta, o animal, o pássaro, a paisagem, o nosso verde, têm que ser considerados como cidadãos, que têm direitos, devem ser respeitados, uma legislação dura, que proteja essas realidades (...)”, referendando a ideia de que a cidadania não deve ser mais restrita ao urbano, inerente às práticas antropocêntricas etc.

No tocante à construção de uma nova identidade local a partir desse discurso, Boff sinaliza para esse fato ao falar da floresta amazônica, de modo geral, e da floresta acreana, de maneira peculiar, como “um grande ator social”, junto com “os povos da floresta, os ribeirinhos, os indígenas, os seringueiros (...)” e ao afirmar que o governo do Acre captou essa singularidade, montando uma política que “(...) enraíza aqui e ganha um perfil que se mostra para fora (...)”. A nova identidade do Acre, em outras palavras, não existe em outro local do mundo, porque nasceu e ganhou força a partir da convicção de políticos que resolveram contrariar o discurso hegemônico de então e conseguiram convencer a população de que este é o melhor caminho.

Essa questão da identidade local, aliás, vai aparecer em outros momentos da entrevista, como no instante em que a apresentadora fala da tendência de uma globalização econômica, perguntando a Boff como preservar essa identidade, dado que esse é um dos traços da florestania. Boff responde que o jeito de preservar a identidade acreana é enriquecê-la, “primeiro guardar as raízes, a memória de quem morou aqui, os documentos, ir continuamente à opinião pública lembrar isso, recriando (...) o orgulho de ser acreano, porque temos (...) uma história que muitos estados não têm (...)”. A resposta de Boff evidencia com exatidão o que acontece na prática da florestania.

Além dessa primeira pergunta, pelo menos outras duas questões ajudam a compreender o pensamento do entrevistado, bem como o seu engajamento na construção do discurso da florestania. Primeiro, a questão do fortalecimento da ideologia proposta pelos novos dirigentes políticos do Acre. Segundo, no tocante ao respeito pelo conhecimento dos povos da floresta. Quanto ao fortalecimento da ideologia proposta, explica Boff:

Eu acho importante aquilo que vocês já começaram. Isto é, tudo começa com um novo estado de consciência. Então, que haja escolas de florestania.

Desde a criança pequena já estar imbuída desse novo conceito da florestania. Começar a apreciar a floresta, porque às vezes tem preconceito. Começar a ver com um conceito positivo indígena, com o habitante da floresta, com sua sabedoria, suas tradições. Os povos da floresta, os ribeirinhos, os seringueiros, tem grande sabedoria. Então, vê-los com outros olhos. Habituá-los à escola, à sociedade, pela mídia. E na medida em que o governo vai realizando esses projetos de florestania, esse desenvolvimento, e mostrando os seus bons resultados, outros dessa região amazônica, outras partes... Eu posso imaginar as cidades que estão na floresta atlântica, que podem fazer o mesmo processo, naquela região, com aquele ecossistema. Então, eu acho que aqui é uma semente, que bem tratada e manejada, ela pode dar uma árvore de frutos que vão ser consumidos por outros. (PROGRAMA IDENTIDADE – O ACRE TEM MUITO MAIS, Arquivo Audiovisual, 2002/2003)

Ao falar sobre a criação de escolas de florestania, Boff volta aqui a outras duas importantes estratégias de convencimento na construção de um processo hegemônico: a escola e a mídia, ambas como instrumentos de persuasão e não de força. “(...) Então, que haja escolas de florestania. Desde pequena a criança já estará imbuída desse novo conceito da florestania, de modo a começar a apreciar a floresta, porque às vezes tem preconceito (...)”; “Habituá-los à escola, à sociedade, pela mídia (...)”. Estratégias, ademais, que são plenamente usadas pelos idealizadores da florestania, vide a própria entrevista concedida por Leonardo Boff.

Quanto ao respeito pelo conhecimento dos povos da floresta, o entrevistado entende que o que precisa acontecer é que se escute o que eles têm a dizer.

Eles têm voz. O que nós precisamos é ter ouvidos a eles. Isto é, convocá-los, para que eles falem. E pessoas que sistematizem o saber deles. Então, reconhecer que eles são fontes de conhecimento. Não são ignorantes. Eles têm a sabedoria deles, só que num outro nível. Não é uma sabedoria acadêmico científica. É uma sabedoria montada em cima da experiência, uma sabedoria da vida, em cima da observação. Então, ignorante é aquele que considera o povo ignorante. O povo não é ignorante, ele tem outro tipo de sabedoria, que deve ser somada, articulada com a sabedoria da universidade e dos técnicos. (PROGRAMA IDENTIDADE – O ACRE TEM MUITO MAIS, Arquivo Audiovisual, 2002/2003)

Neste último trecho da fala de Boff sobressaem os conceitos da florestania relativos à ecologia dos saberes, teorizada por Boaventura Souza Santos. Evidencia-se em múltiplos pontos deste trabalho, de que não é mais possível, no atual estágio da humanidade, seguir as premissas de um “pensamento abissal”, que era representado pelo pilar do conhecimento científico e pelo estatuto do direito, causando monopólios capazes de distinguir situações ou conceitos absolutos e universais, assim como afiançar outros como falsos e irreais. “Em cada

um dos dois grandes domínios – a ciência e o direito – as divisões levadas a cabo pelas linhas globais são abissais no sentido em que eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontrem do outro lado”, (SANTOS, 2010, p. 34). Embora o pensamento abissal continue existindo, Santos ressalta as suas diretrizes nefastas para a humanidade e estabelece um novo modelo de ação, que de certo modo o discurso da florestania incorpora e se propõe a materializar.

Para Boff, os povos da floresta: “não são ignorantes. Eles tem a sabedoria deles, só que num outro nível (...). O povo não é ignorante, ele tem outro tipo de sabedoria, que deve ser somada, articulada com a sabedoria da universidade e dos técnicos”. O discurso da florestania, como também já foi dito neste trabalho, propõe o reconhecimento da pluralidade dos saberes heterogêneos e exercita isso nas suas peças midiáticas, juntando em um mesmo recipiente ciência e senso comum.

3.5.2 Marina Silva

A senadora Marina Silva foi entrevistada ao ar livre, num cenário rodeado de árvores. Já na apresentação da entrevistada, a apresentadora diz que Marina é uma das pessoas mais respeitadas do país e de que o simples pronunciar do nome dela remete à ética e à solidariedade.

A florestania, enquanto palavra de ordem, somente vai aparecer mais para o final da entrevista, mas em praticamente todas as respostas aparecem os pressupostos formadores da nova ideologia. É o caso, por exemplo, de quando a entrevistadora pede para Marina Silva analisar os avanços da conscientização ecológica nos últimos vinte anos.

Marina responde que percebe um sentimento de preservação da natureza entre as pessoas, de um modo geral, mas que sente existir um distanciamento disso na prática cotidiana. Entretanto, numa outra resposta, Marina diz que no Acre essa consciência tem surgido com uma força muito grande.

Nas palavras da senadora,

(...) essa consciência tem surgido com uma força muito grande e nós aqui do Acre e da Amazônia demos uma contribuição muito grande com relação a isso. Porque a gente não só falou... Eu acho que a gente até viveu muito mais do que falou... Nós não temos muita teoria sobre o que é o desenvolvimento sustentável, nós não temos, digamos assim,

muitos pressupostos filosóficos nem teóricos sobre o que é a ideia mesmo de uma relação sustentável dos recursos naturais. E essa sustentabilidade, como ela se traduz em todas as dimensões da esfera social, cultural e política. O que nós temos é uma prática. Quando eu digo nós, me refiro a um grupo de pessoas, e aí nós temos que ser honestos... Os seringueiros, os índios, os caboclos, as pessoas dessa Amazônia inteira, elas é que nos ensinaram tudo isso (...). Enfim, os meios de comunicação, que nos dão uma atenção maior (...). (PROGRAMA IDENTIDADE – O ACRE TEM MUITO MAIS, Arquivo Audiovisual, 2002/2003)

A florestania, no dizer de Marina Silva, não é somente uma figura de retórica inventada pelos novos dirigentes políticos acreanos. Os envolvidos no processo, políticos profissionais ou técnicos a serviço do Governo, falam e agem da mesma forma. E sabem que estão no caminho certo e que, portanto, podem servir de modelo para outros, porque aprenderam com as práticas dos “(...) seringueiros, os índios, os caboclos, as pessoas dessa Amazônia inteira, elas é que nos ensinaram tudo isso (...)”. Tudo isso sem ter “(...) muita teoria sobre o que é o desenvolvimento sustentável (...)” ou “(...) muitos pressupostos filosóficos nem teóricos sobre o que é a ideia mesmo de uma relação sustentável dos recursos naturais. E essa sustentabilidade, como ela se traduz em todas as dimensões da esfera social, cultural e política (...)”. Palavras que poderiam conduzir a um raciocínio apressado de negação dos pressupostos da ecologia dos saberes, dado que Marina confessa, em princípio, apoiar-se apenas em um saber prático, mas que, no entanto, sugere uma estratégia discursiva de não querer estabelecer uma autoridade sobre o homem comum. Uma espécie de estratégia que inverte a relação da “autoridade” (afinal, no dizer da apresentadora, só a menção do nome dela, Marina, já remete às mais nobres intenções), prática comum em se tratando de discurso político com a intenção de seduzir pelo argumento o ouvinte/telespectador/interlocutor. O discurso argumentativo sedutor surte sempre mais efeito do que o da imposição. Além de estar legitimada pela apresentadora, Marina também se legitima pela estratégia de se dizer ignorante das coisas da filosofia e de se dizer aprendiz do saber cujo domínio encontra-se nas mãos dos povos da floresta. Por último, nesse trecho, destaque-se que Marina faz uma alusão aos meios de comunicação, que [agora] “(...) nos dão uma atenção maior”. As palavras de Marina remetem à questão dos meios de comunicação como portadores técnicos de símbolos (PROSS, 1980, p. 123), que se configuram em ferramentas essenciais para a obtenção de uma hegemonia, a partir da disseminação de uma nova ideologia, como teorizam Laclau e Mouffe.

Mas há muito mais a se extrair das palavras de Marina Silva, a respeito do seu apoio aos pressupostos da florestania. A resposta dela à questão das alternativas para o modo errado

de como a floresta era explorada é esclarecedora no sentido de que a florestania criou várias restrições ao modelo predatório. De acordo com a então senadora,

A forma de apresentar essas alternativas, eu acho que tem de ser da forma mais democrática possível. Porque é assim que você gera consciência, é assim que você gera compromisso... A lei, ela tem um caráter impositivo, mas eu acredito muito mais nos processos que são pactados... Eu acredito nisso, eu aposto nisso... É por isso que eu acredito que o Zoneamento Ecológico Econômico é um instrumento importante... E eu acho que aqui o processo foi muito rico... O empenho do Edgar à frente da nossa Secretaria de Meio Ambiente, e toda a equipe, e as reuniões que foram feitas com os diversos segmentos... Isso gera arestas, lidar com pessoas é muito dolorido, mas eu tenho certeza que as pessoas que participaram desse processo, elas geraram um produto que não é fruto nem só da visão dos ambientalistas nem só fruto da visão dos desenvolvimentistas... Então, eu acredito que esses processos devem ser feitos de forma muito participativa. Por outro lado, nós já temos muitas experiências, pulverizadas, pontuais... Mas se essas experiências forem transformadas em políticas públicas de desenvolvimento, tanto no plano federal quanto no nível estadual e no municipal, nós já teríamos resposta para um monte de coisas (...). Agora, eu acho que uma coisa que é anterior, tanto ao como fazer, como ao que fazer, é no terreno dos propósitos. Eu acredito muito nisso... Porque se nós tivermos o propósito de nos desenvolver preservando o meio ambiente, se nós tivermos o propósito ético de que o nosso desenvolvimento, preservando o meio ambiente, é também para a inclusão social, e não será para a apropriação de um pequeno grupo que fica cada vez mais rico, enquanto uma boa parte ficará pobre, nós vamos encontrar as respostas (...). (PROGRAMA IDENTIDADE – O ACRE TEM MUITO MAIS, Arquivo Audiovisual, 2002/2003)

O primeiro elemento a ser considerado nesta resposta de Marina Silva é o da citação do processo “democrático” para apresentar as alternativas às práticas antigas. Não existe alguém que determine o que haverá de ser. Da decisão coletiva é que serão tomadas as iniciativas. A decisão será fruto do convencimento ou, no mínimo, da vontade da maioria. Porque é assim, diz Marina, “(...) que você gera consciência. Que você gera compromisso (...)”. Ao gerar consciência nos indivíduos, mediante uma prática articulatória, sinalizam Laclau e Mouffe, modificam-se as suas identidades e estabelece-se um processo hegemônico. A decisão coletiva, conduzida pelo discurso, cria um elo comum entre os envolvidos, que passam a se sentir corresponsáveis pelo que vier a acontecer. A decisão não é mais uma imposição do poder.

Além dessa questão do convencimento pela participação coletiva, outro aspecto da fala da senadora apoia de forma explícita uma das ações da florestania: a iniciativa de realizar um Zoneamento Ecológico Econômico, motivo, inclusive, de uma peça de rádio analisada anteriormente neste trabalho. É desta iniciativa que se vai determinar o que vai ser produzido

nos vários sítios do Estado. Marina declara o seu apoio, ao tempo em que diz ter consciência de que existirão arestas a serem aparadas, mas o importante é que as ações não saíram da cabeça de nenhum grupo eleito como privilegiado, além do que, no final das contas, trata-se de atingir um propósito essencial, que o do desenvolvimento sem depredação. Ao totalizar a ação pelas expressões “preservação” e “meio ambiente”, surge outro vértice apontado por Laclau e Mouffe para uma conveniente análise social: a construção de um discurso, que é resultante da prática articulatória anterior.

Por último, no que diz respeito a essa resposta da senadora Marina Silva, vale a pena um comentário sobre todas essas ações propostas pela florestania, baseadas na preservação ambiental, que servirão também, segundo ela (Marina), para estabelecer um processo de “(...) inclusão social, e não será para um pequeno grupo que fica cada vez mais rico, enquanto uma boa parte focará pobre (...)”. Entra em cena, portanto, o Estado (que é o proponente da ação, através dos políticos que o dirigem), como entidade representativa de todos, e não apenas de um pequeno grupo de privilegiados. Entra em cena, igualmente, o confronto (“antagonismo” - recurso para a proposição de uma nova hegemonia, já citado em outro ponto deste trabalho) entre uma situação antiga, em que os benefícios do poder público eram carreados somente para uns poucos que transitavam pelas altas esferas sociais, políticas e econômicas, e uma situação nova, baseada em princípios éticos e de respeito aos direitos da cidadania (melhor dizendo, da “florestania”).

Em outro ponto da entrevista, Marina fala com a perspectiva do outro que ela foi um dia (habitante da floresta) para, dessa forma, estabelecer um raciocínio sobre a construção da nova identidade acreana. A entrevistadora pede uma análise de como os povos da floresta percebem as mudanças depois de tantos anos de luta; qual é o comportamento deles a partir das ações empreendidas pelo Governo?

Marina responde:

Eu acho até que eles hoje vivem uma segunda injustiça. Durante muito tempo, os índios, os seringueiros, os nossos caboclos, como a gente chama, né, foram muito marginalizados, a ponto até de negar a sua identidade, porque senão seriam, digamos assim, tratados com preconceito. E até eu lembro de algumas histórias que aconteceram comigo, na minha infância, que são bem interessantes, com relação a isso. Essas pessoas hoje adquiriram uma visibilidade adquiriram respeito, mas ainda existe o preconceito de querer dizer que o que elas estão contribuindo como modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia é aquilo que os padrões fizeram. E é muito diferente. O que os seringueiros, o que os índios estão contribuindo para que seja o nosso novo desenvolvimento, não tem nada a ver com o que foi feito há trinta, quarenta, cinquenta anos atrás pelo modelo

da antiga empresa extrativista. E o professor Rego tem teorizado muito sobre isso, com relação à ideia do novo extrativismo... Mas hoje o que nós defendemos é uma economia diversificada, que nós possamos estar usando aquilo que de mais moderno existe em termos de tecnologia, aproveitando da forma mais correta possível os nossos recursos naturais... Só para você ter uma ideia, nós temos uma biodiversidade que está calculada em quatro trilhões de dólares. Isso é uma riqueza que nós, lamentavelmente, não conseguimos nem dimensionar... E que nós estamos tocando fogo naquilo que poderia ser uma espécie de redenção econômica para o nosso país e, particularmente, para o nosso povo, na Amazônia. (PROGRAMA IDENTIDADE – O ACRE TEM MUITO MAIS, Arquivo Audiovisual, 2002/2003)

Nessa resposta da senadora Marina Silva, nascida o meio da floresta amazônica (primeira grande garantia de autoridade para alguém discorrer sobre a florestania), retorna com força a questão da identidade acreana resgatada (ou reinventada) pela florestania. Houve uma injustiça histórica com os povos da floresta, sacrificados pela ganância do capital internacional desde os primórdios da ocupação do espaço territorial acreano. “(...) Durante muito tempo, os índios, os seringueiros, os nossos caboclos, como a gente chama, foram muito marginalizados, a ponto até de negar a sua identidade, porque senão seriam, digamos assim, tratados com preconceito (...)”. A posição ocupada no cenário político brasileiro (senadora ligada às causas ambientais e ministra do Meio Ambiente), bem como a condição de ter sido uma integrante dos povos da floresta (ela faz questão de dizer que continua no mesmo lugar de origem) dá à entrevistada a autoridade suficiente para afirmar que a florestania trata de reparar as distorções, valorizando as práticas e os saberes das comunidades nativas. “(...) Essas pessoas hoje adquiriram uma visibilidade adquiriram respeito (...)”, reconhece Marina, deixando subentendido que foi a nova orientação política acreana que proporcionou isso. No dizer dela, apesar desse respeito conquistado, entretanto, ainda há a desconfiança (ela diz “eu acho”) de que o modelo atual, de certa forma, reproduz o atraso de uma economia orientada unicamente para o extrativismo que, naturalmente, não se sustentaria como única fonte de riquezas de um povo. No dizer dela isso é um equívoco que precisa ser desfeito: “(...) o que nós defendemos é uma economia diversificada, que nós possamos estar usando aquilo que de mais moderno existe em termos de tecnologia, aproveitando da forma mais correta possível os nossos recursos naturais (...)”. Completando o raciocínio, Marina explica: “(...) Só para você ter uma ideia, nós temos uma biodiversidade que está calculada em quatro trilhões de dólares. Isso é uma riqueza que nós, lamentavelmente, não conseguimos nem dimensionar (...)”. Nas respostas de Marina se configura claramente o fato de que identidade dos povos da floresta acreana não é mais aquela do passado. Os povos da floresta

são valorizados, continuam e pertencem ao mesmo lugar, mas não são os mesmos. Devem ter orgulho de suas raízes, de suas lutas, dos seus símbolos, dos seus saberes, mas são outros, a sua identidade é nova. Uma identidade calcada nas suas riquezas naturais. Em termos gerais pode-se dizer que a prática discursiva de Marina Silva, no que diz respeito, principalmente, a essa última resposta, conseguiu estabelecer uma relação entre os elementos constitutivos de um contexto social, reproduzindo variáveis da proposta da florestania, cujo resultado aponta para a modificação de uma identidade.

3.6 O agendamento pela imagem

A imagem mostrada na tela e a fala dos entrevistados e/ou do apresentador se completam em sincronia para a potencialização da mensagem televisiva. São solidárias e da sua perfeita junção depende a estruturação do sentido. Naturalmente, cada um desses elementos (imagem e fala) significantes organiza-se internamente, constituindo um sistema semiológico peculiar, cujo “funcionamento discursivo constrói universos de sentidos particulares, podendo a imagem jogar mais como representação do sensível, enquanto a palavra usa a evocação que passa pelo conceitual”, (CHARAUDEAU, 2006, p. 109). Mas é certo também que, dentro dessas características de cada uma dessas vertentes, uma potencializa a outra na obtenção do equilíbrio ótimo da mensagem.

No que diz respeito à imagem, que é a primeira ideia que surge no pensamento da maioria das pessoas quando se fala do veículo televisão, convém definir três dos seus tipos de efeitos: o da *realidade*, que é quando se entende que ela incide de forma direta naquilo que surge no mundo; o efeito da *ficção*, “quando tende a representar de maneira analógica um acontecimento que já passou (reconstituição)” (CHARAUDEAU, 2006, p. 111); e o efeito de *verdade*, “quando torna visível o que não era a olho nu (...)” (CHARAUDEAU, 2006, p. 111). Com todos esses atributos e levando-se em conta o conceito de ser a mídia do visível, a televisão proporciona dois tipos de olhar: o de *transparência*, “quando pretende desvelar, mostrar o oculto, mostrar o outro lado do espelho” (CHARAUDEAU, 2006, p. 112); e o de *opacidade*, quando faz impor uma semiologização peculiar do mundo, sua intriga e sua dramatização próprias.

A imagem televisual é ‘a-contemplativa’, pois, para que a contemplação seja possível, é preciso que o objeto olhado se fixe ou se desdobre na espessura

do tempo e que o sujeito que olha esteja livre para orientar o seu olhar. Ora, a televisão se inscreve numa sequenciação temporal breve, que se impõe à instância que olha, orientando-a em seu olhar sobre os dramas do mundo. Assim, pode-se dizer que a televisão cumpre um papel social e psíquico de reconhecimento de si através de um mudo que se fez visível. (CHARAUDEAU, 2006, p. 112)

Já no que diz respeito à fala, embora ela possa adotar posturas diversas (descritiva, narrativa, argumentativa), o que de verdade se espera dela enquanto componente da mensagem televisiva é que seja uma espécie de condutora da história que se propõe a contar e que, evidentemente e/ou por isso mesmo, não contrarie o objeto da imagem. No caso da entrevista, é a voz do apresentador que vai conduzir ou tentar conduzir o fio condutor do diálogo, na busca de extrair do entrevistado as informações pertinentes para o esclarecimento do tema abordado.

Porém, independentemente, desses atributos inerentes à televisão explicitados por Charaudeau, e para efeito de estabelecer mais elementos de reflexão a respeito da disseminação do discurso da florestania, vale a pena ser observada outra das faces do veículo, que é justamente o da imbricação deste com algumas das instituições basilares da civilização ocidental, no caso o capital, a família, a democracia e a política.

Neste sentido, afirma Sodré, a televisão “é o mais recente e mais bem acabado momento técnico do panoptismo na comunicação social” (2001, p. 17). E continua, garantindo que a “ideia de um sistema de televisão (...) encontra pleno apoio na teoria econômica” (SODRÉ, 2001, p. 18), além de afiançar o conceito de que “os meios de informação (os *media*) constituem em seu conjunto um aparelho que realiza ideologicamente o poder do estado” (SODRÉ, 2001, p. 21). Mas a televisão parece sobrepor-se aos outros meios. Como diz Sodré, “o *medium* tecnológico ganha, de fato, tamanha autonomia com relação à situação vivida, humana, dos sujeitos, que consegue mesmo impor-lhes suas razões técnicas” (2001, p. 28). O *medium*, continua Sodré, “não é aí um simples mediador entre informante e público, mas um espaço autônomo capaz de criar modelos próprios, que neutralizam o sentido político das ações e dos discursos” (2001, p. 28).

Sobre a importância do veículo televisão no que se refere ao fator político, especificamente em se tratando da disseminação do discurso da florestania, é interessante conhecer o que diz Castells (1999, p. 378), para quem os programas de entrevistas na televisão (assim como no rádio) segmentada permitem que os políticos visualizem melhor o alvo da sua mensagem, uma vez que têm informações prévias sobre o perfil do público telespectador/ouvinte, e também que grupos de interesse e eleitores partidários de

determinada ideologia tenham condições de expor os seus argumentos sem passar pelo crivo da atenção heterogênea dos consumidores da mídia aberta. Castells se refere aqui à TV a cabo. Mas as afirmações servem para o fenômeno da disseminação da florestania, uma vez que as entrevistas do *Programa Identidade – O Acre tem muito mais* foram veiculadas numa televisão pública e, dessa forma, a sua audiência foi a de um público específico (formadores de opinião, técnicos, estudantes e professores universitários, intelectuais, políticos, militantes do PT e simpatizantes da causa da florestania), sendo que no dia da primeira apresentação, a própria entrevistadora, na sua fala de abertura explica que aquele será um local “(...) para debater temas que não encontram espaço na televisão comercial (...)”.

No caso do *Programa Identidade – O Acre tem muito mais*, um agendamento do tema florestania por meio de entrevistas com pessoas públicas e de notório carisma popular, registre-se neste capítulo o uso de dois artifícios teóricos para o efetivo convencimento da certeza e retidão do novo momento ideológico pelo qual passava o Acre nos primeiros quatro anos do Governo da Floresta, em se tratando do veículo televisão: a *entrevista política*, cujo personagem, Marina Silva, detém uma aura de credibilidade praticamente intocável entre os acreanos; e a *entrevista de especialista*, cujo personagem, Leonardo Boff, há anos se debruça sobre temas que dizem respeito à questão ecológica, constituindo-se num ardoroso defensor da natureza planetária.

Sobre a *entrevista política*, explica Charaudeau, ela “se define pelo propósito de concernir à vida cidadã, e pela identidade do entrevistado” (2006, p. 215). Quando convidado, o entrevistado “é um ator representante de si mesmo ou de um grupo que participa da vida política ou cidadã, e que tem um certo poder de decisão ou de pressão” (CHARAUDEAU, 2006, p. 215). E ainda mais, ainda com respeito ao entrevistado político, explica Charaudeau, “ele sabe que o que disser será interpretado de maneiras diversas, razão pela qual não pode se permitir dizer as coisas como ele pensa” (2006, p. 215).

Sobre a *entrevista de especialista*, a definição é a de que o convidado é alguém que conhece profundamente algum aspecto da vida, seja econômico, social ou científico. Nesse caso, explica Charaudeau (2006, P. 215), normalmente, o apresentador “representa o papel de questionador ingênuo, como se ocupasse o lugar do cidadão de base, de tradutor (através de reformulações), para simplificar ainda mais a exposição”. Esse tipo de entrevista tem por principal objetivo resumir e fornecer ao público “um conjunto de análises objetivas, trazendo a prova de sua legitimidade pelo saber e pelo saber dizer” (CHARAUDEAU, 2006, p. 215).

Tanto o discurso de Leonardo Boff, o especialista, quanto o de Marina Silva, a figura de destaque político, veiculado pela televisão, em defesa do novo modelo de desenvolvimento regional proposto pelo Partido dos Trabalhadores, cuja base é o aproveitamento dos recursos naturais com o mínimo prejuízo para a floresta, ajudaram sobremaneira a mudar a noção dos acreanos no que diz respeito às possibilidades de progresso. Não era somente um discurso. Na prática, o Partido dos Trabalhadores já agia para mudar a realidade local, adotando uma maneira de atuar em absoluta consonância com os anseios da população mundial de respeito à ecologia e aos ecossistemas. Mas, além do que se fazia de novo em termos de ação política, era preciso que figuras representativas da luta pela preservação ambiental entrassem em cena para ratificar a proposta. Certamente, as ações por si só fossem capazes de gerar o convencimento ao longo do tempo, na medida em que as pessoas percebessem que as mudanças tornava melhor a vida de todas elas. O discurso dos especialistas, entretanto, veiculado pela mídia televisiva, onipresente na esmagadora maioria dos lares acreanos, certamente teve o poder de fazer com que esse convencimento se estabelecesse de forma mais rápida.

Nos dois discursos, a ênfase às mudanças da filosofia exploratória pelas quais o Acre passou desde o começo do século XX, quando da anexação do território ao Brasil, após um conflito armado com a Bolívia, e até os dias que correm. Mudanças essas que podem ser divididas em três fases: a do extrativismo empírico, quando se entendia que a natureza, dada a exuberância da selva amazônica, parecia inesgotável; a da mudança do extrativismo empírico, nos anos de 1970, por conta da falta de competitividade dos produtos locais com aqueles produzidos em outras regiões do mundo, para um modelo que desprezava as relações do homem com a natureza; e, finalmente, o novo modelo, baseado no desenvolvimento sustentável, em que a relação do homem com a natureza devem ser harmônicas e pautadas num respeito profundo.

Sobre a primeira fase - ressalte-se aqui para efeito de melhor compreensão da dinâmica discursiva da florestania, presentes nas entrevistas do *Programa Identidade – O Acre tem muito mais* -, Schimink e Cordeiro (2008) afirmam que a capital acreana, começou na virada do século XX como um centro mercantil para fornecimento de bens e serviços à vasta área rural em sua volta, onde o extrativismo da borracha se expandia e, posteriormente, entrou em declínio.

Num outro ponto, os mesmos autores explicam os eventos que aconteceram na segunda fase, que acabaram contribuindo decisivamente para transformar o campo acreano num palco de enfrentamentos sangrentos.

Na década de 70, aconteceu uma ruptura na base econômica e social do Acre. Foi a chegada do capitalismo do Sul do país, na figura do ‘paulista’ que comprava as terras ‘ociosas’ dos antigos seringais, livrando-as das matas e dos seringueiros que porventura se encontravam ali, em nome do ‘progresso’ e da ‘modernização’. Porém a destruição final do antigo sistema do seringal serviu, apenas, para um breve episódio de especulação fundiária, sem deixar uma base econômica sólida para sustentar o crescimento urbano, o qual se deu em função do êxodo rural provocado por estas mudanças. (SCHIMINK e CORDEIRO, 2008, p. 19)

No que diz respeito ao início da terceira fase, Schimink e Cordeiro (2008) são incisivos.

Nos anos que se seguiram a esta invasão dos capitalistas de fora, uma resposta foi surgindo de dentro dos redutos remotos dos seringueiros do Acre. Aproveitando-se da democratização do país e da crescente preocupação com o desmatamento na Amazônia, conseguiram desenvolver uma proposta alternativa para a região. Nos anos 1980 e depois, o Acre surgiu como foco de novas propostas políticas e econômicas para a Região Amazônica, reafirmando as tradições extrativistas dos seringueiros como a base para um desenvolvimento sustentável. (SCHIMINK e CORDEIRO, 2008, p. 19)

As vozes do *Programa Identidade – O Acre tem muito mais*, como as de Leonardo Boff e Marina Silva, levadas ao ar pela TV Aldeia, falam dessa mudança de tempos no Acre e ajudam a estabelecer o convencimento, principalmente daqueles recalcitrantes, de que o estado vive um novo e melhor tempo, dando um exemplo para o mundo de que desenvolver sem depredar é possível e plenamente viável.

CAPÍTULO IV – PÁGINAS A SERVIÇO DA FLORESTANIA

“(...) compreendemos a linguagem não porque ela corresponda à realidade, e sim porque ela obedece a regras de utilização (...)”.

- Felipe Fernández-Armesto -

4.1 O texto no contexto

A produção de jornais no espaço territorial onde hoje se localiza o Estado do Acre é anterior à anexação da referida região ao Brasil, fato que aconteceu em 24 de janeiro de 1903. O primeiro jornal em terras acreanas foi fundado no primeiro semestre de 1902, em Xapuri, a mesma cidade onde 86 anos depois seria assassinado o líder seringueiro Chico Mendes. Esse primeiro jornal chamava-se *El Acre* e era produzido pelos bolivianos que moravam na localidade que, à época, era denominada Mariscal Sucre. Tanto o jornal quanto Mariscal Sucre deixaram de existir quando, na madrugada de 6 de agosto de 1902, o coronel José Plácido de Castro, liderando uma tropa de seringueiros, tomou a localidade, iniciando o que viria a se chamar posteriormente pelos historiadores de Revolução Acreana.

Durante os seis anos seguintes, enquanto se organizava o novo território, Xapuri ficou sem um jornal. Em 1907, como que para suprir com abundância essa lacuna, surgiram de uma só vez dois periódicos: *O Acre* e *Acreano*. Foi uma espécie de salto nas comunicações locais, uma vez que a cidade não dispunha, então, de nenhum outro meio de informação, “além de cartas bilhetes, ou recados que eram confiados aos comandantes de navios cargueiros, aos regatões, comboieiros ou aos membros da antiga Guarda Nacional” (ASSMAR, 2002, p. 120). Estes últimos, ainda no dizer de Assmar, “só exerciam a função de carteiros quando a mensagem dizia respeito à comunicação oficial” (2002, p. 121).

Depois de 1907, o que os anos seguintes presenciaram no novo espaço territorial brasileiro foi uma abundância de iniciativas jornalísticas em Xapuri, que, dessa forma, passou à história como o berço da revolução dos acreanos e da imprensa regional. Três anos depois, surgiu outro jornal na cidade. Chamava-se *Correio do Acre* e o seu primeiro número circulou ao mesmo tempo em que foi lançada a pedra fundamental do templo maçônico Loja Acre. O novo jornal tratou desde o seu primeiro número de reservar um espaço para a divulgação dos interesses da Maçonaria, sob o título de Coluna Maçônica. Coincidência ou não, explica

Assmar, “uma boa parcela dos escritores e colaboradores dos jornais de Xapuri eram maçons” (2002, p. 121).

A estes três jornais sucederam-se vários outros em Xapuri, nos primeiros anos do século XX. Casos de *O Alto Acre* (1913), *O Paladino* (1913) (quando a cidade contava com apenas 19.500 habitantes, dos quais somente 2.010 na zona urbana), *Commercio do Acre* (1915), *Gazeta do Acre* (1917), *Fitas* (1919), *A Coisa* (1919), *Talisman* (1919), *O Sporte* (1921), *A Ordem* (1923), *Boletim Oficial* (1932), *Gazetilhas Xapurienses* (1937) e *O Oeste* (1949).

Em Rio Branco, capital do Estado, o primeiro jornal de que se tem notícia data de 1908. Chamava-se *O Rio Acre* e circulou até 1929, quando surgiu *O Acre*, primeiro veículo de divulgação das atividades oficiais, idealizado pelo governador Hugo Carneiro. No lapso de tempo entre as criações de *O Rio Acre* (1908) e *O Acre* (1929) circularam os seguintes jornais: *Cidade da Empresa* (1910), *Folha do Acre* (1910-1931), *Acreano* (1911-1912), *O Rebate* (1912-1913), *O Pium* (1913), *O Autonomista* (1914-1915), *Boletim Oficial* (1915-1918), *O Prego* (1915), *Jornal do Acre* (1916), *O Inseto* (1916-1917), *Reforma* (1916-1917), *O Futuro* (1919-1921), *Noroeste* (1917), *O Foguetão* (1917), *A Notícia* (1918-1919), *O Norte* (1921), *A Capital* (1921-1922) e o *Jornal Oficial* (1925-1926).

De 1929 até 1962, quando o Acre passou à categoria de Estado, explica Assmar, “os jornais apresentam forte caráter apelativo, revelado em textos, ora a defender causas ditas como coletivas, como no caso da autonomia, ora a ocultar os reais problemas da sociedade da época” (2007, p. 44-45). Iniciada com a Revolução de 1930, essa não foi uma fase de criação de muitos periódicos. Apenas seis merecem algum destaque: *Jornal do Povo* (1952-1955), *O Esportivo* (1953), *O Bandeirante* (1953), *Renovação* (1953-1956), *O Liberal* (1956-1965) e *O Estado* (1958-1965).

De 1963 até 1984, os múltiplos veículos que surgiram adotaram outro tipo de fazer jornalístico, com a produção de textos mais concisos e mais voltados para a apuração da notícia. “O padrão em vigor nesse momento (...) são as matérias mais concisas e diretas, com menos adjetivação e maior grau de precisão” (ASSMAR, 2007, p. 45). “Essa fase”, ainda segundo Assmar (2007, p. 45) “inicia-se após a emancipação política acreana e estende-se até a consolidação da República Nova, que marcou o fim da ditadura militar no Brasil”.

Foi mais um período de profunda ebulição no fazer jornalístico acreano, com a circulação de quarenta e dois veículos diferentes: *Vanguarda* (1963), *O Grêmio* (1964), *O Estudante* (1965), *Jornal do Acre* (1966), *Correio do Oeste* (1966), *A Folha Acadêmica*

(1967-1968), *Notícias do Acre* (1967-1968), *Boletim da Associação Comercial do Acre* (1967), *A Bola* (1967-1968), *Jornal do Servidor* (1968), *O Imparcial* (1968), *O Normalista* (1969), *A Folha* (1969), *O Rio Branco* (1969 até os dias presentes), *O Acre em Revista* (1971), *Nós Irmãos* (1971-1983), *O Acre* (1972), *O Pop* (1973), *O Chute* (1973), *Educação* (1974), *O Jornal* (1974-1981), *Boletim da Assessoria de Comunicação Social* (1976), *Terra* (1976), *O Berracão* (1977), *Acre Rotário* (1977), *Varadouro* (1977-1981), *Envelope* (1977-1978), *Jornal 3 de Março* (1978), *A Gazeta do Acre* (1978-1983), *O Estado do Acre* (1978), *Alternativa* (1978), *O Manifesto* (1982), *Diário do Acre* (1982-1984), *O Gafanhoto* (1982), *Folha do Acre* (1983-1986), *O Cipó* (1984), *Acre Hoje* (1984), *O Hidrômetro* (1984), *Tribuna do Povo* (1984), *Informativo Municipal* (1984), *Repique* (1984-1985) e *Informativo Voz do Campo* (1984).

De 1985 até os dias atuais, os recursos da informatização produziram grandes mudanças gráficas nos jornais, além de uma mudança acentuada no conteúdo ideológico das matérias, percebendo-se “um caráter mais voltado para a defesa das causas sociais, engajando-se nos embates políticos de forma mais latente” (ASSMAR, 2007, p. 45). Do ponto de vista da elaboração do texto, afirma Assmar, passa a predominar “a dessacralização da linguagem, revelada na adoção de termos populares, com o intuito de fazer chegar com maior rapidez a mensagem ao público visado” (2007, p. 45). Quatro são os jornais que circulam no Acre hoje, todos produzidos a partir da capital Rio Branco: *O Rio Branco* (1969), *A Gazeta* (1986), *A Tribuna* (1994) e *Página 20* (1995).

Em linhas gerais, dividindo-se a história da imprensa no Acre em dois momentos distintos, percebe-se que a produção jornalística local ganhou um incremento significativo após a mudança político-administrativa de Território Federal a Estado. Assmar (2007, p. 89) explica esse fenômeno.

Comparando a produção jornalística do Acre Território com a do Acre Estado, nota-se que este segundo período é marcado por um crescimento significativo no tocante ao número de jornais existentes (...). Dado o grande número de jornais que surgem após o advento da autonomia, conclui-se que o jornalismo riobranquense se finca como atividade profissional a partir de 1963, recebendo influências diretas do contexto histórico em sua configuração. (ASSMAR, 2007, p. 89)

Entretanto, a produção jornalística somente atingiu seu auge a partir de 1970, devido ao enorme, “contingente de pessoas que vieram para Rio Branco, impulsionados tanto pela

implantação da agropecuária e o consequente êxodo rural quanto pela perspectiva de melhoria de vida, com a oportunidade de os filhos estudarem” (ASSMAR, 2007, p. 89-90).

4.2 A imprensa alternativa acreana

Com o recrudescimento da censura imposta pela ditadura militar que governava o Brasil, a partir do Decreto do Ato Institucional Número 5 (AI-5), a imprensa nacional viu tolhida como nunca a sua liberdade de expressão. Somente o que passava pelo crivo dos censores militares é que podia ser publicado. A situação chegou a tal ponto que o jornal *O Estado de São Paulo*, assim como o *Jornal da Tarde*, ambos pertencentes à mesma empresa, durante muito tempo usaram receitas de bolo ou versos de Camões nos espaços destinados originalmente às matérias que haviam sido vetadas pelos funcionários do regime. Por conta principalmente (mas não somente) disso, surgiu no espaço territorial brasileiro um grande número de jornais chamados “alternativos”.

Durante a ditadura militar, a censura à imprensa teve diversos momentos e se implantou segundo diferentes modelos. Deve-se assinalar que como quase toda a grande imprensa apoiou o golpe de 1964, com alguns dos jornais e seus proprietários participando ativamente da conspiração para derrubar João Goulart, houve um momento em que os próprios jornais, rádios e televisões praticavam uma espécie de autocensura, procurando construir versões das informações favoráveis ao regime autoritário, seguidamente apontado como o “salvador da democracia” contra o perigo comunista. (MARTINS e LUCA, 2012, p. 238)

Produzidos de forma “não convencional”, o conjunto dos jornais “alternativos” também passou à história como “imprensa nanica”. O primeiro deles foi fundado em 1964, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Millôr Fernandes, logo depois da tomada do poder pelos militares e chamava-se *Pif-Paf*. Depois vieram muitos outros (mais de uma centena), entre os quais alguns que ficaram famosos e marcaram época. Casos de *O Sol*, *Em Tempo*, *Coojornal*, *Opinião*, *Versus*, *Movimento*, *De Fato*, *Repórter*, *Bondinho* e *Pasquim*.

No Acre, dois desses jornais ditos “alternativos”, ambos de iniciativa da Igreja Católica, marcaram época: *Nós Irmãos* (1971) e *Varadouro* (1977). Sobre a criação destes dois jornais, vale à pena conhecer a explicação dada por Tatiana Costa (2007, p. 65).

Os governos militares queriam, através de políticas e medidas estratégicas, integrar a Amazônia à economia e sociedade nacional, derrubando a floresta e promovendo a expansão da fronteira agropastoril. Milhares de trabalhadores seringueiros e extrativistas foram expulsos de suas terras, ocupadas há várias gerações, muitas vezes de forma violenta. Surgiram então movimentos de resistência à bovinização, invasão e tomada de terras pelos ‘paulistas’, termo pelo qual ficaram conhecidos os fazendeiros de outras regiões do país que vinham ao Acre em busca de terras, protagonizados por índios, ribeirinhos e seringueiros. Neste contexto de violência, perseguição e censura surge e a imprensa alternativa, ligada às transformações sociais desencadeadas pelos acontecimentos iniciados na década de 1970. (COSTA, 2007, p.65)

O jornal *Nós Irmãos* era um boletim diocesano, editado pela Igreja Católica acreana, na gestão do bispo D. Moacyr Grechi, a partir de 1971. O principal objetivo era ser usado como veículo de comunicação entre a Igreja e os fiéis reconhecidos como pobres e oprimidos. Inicialmente era publicado com seis páginas (três folhas de papel A4 dobradas ao meio e grampeadas), com uma tiragem de duzentos exemplares. Alguns anos depois, esse jornal chegou a circular com 36 páginas e mil exemplares por edição, sendo distribuído em todos os Centros Comunitários e em centenas de grupos católicos de evangelização, ambos ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEB’S). De circulação marcada pela descontinuidade, *Nós Irmãos* parou de circular em 1983, mas voltou às mãos dos fiéis em 1984, permanecendo em circulação até 1986. Depois disso, ganhou ainda uma sobrevida, circulando por algum tempo no ano 2000. De acordo com Assmar (2007, p. 102), esse boletim defendia as ideias da teologia da libertação, servindo como uma espécie de órgão de resistência contra as atitudes de violência tão frequentemente desencadeadas no Acre, em função dos conflitos de terras, bem como tratava de dar visibilidade aos direitos dos trabalhadores rurais, discorrendo sobre todos os pontos do Estatuto da Terra.

A contribuição das Comunidades Eclesiais de Base, as CEB’S, encontrava-se no fato de ser este um movimento de suporte para outras lutas populares, atuando como forma de conscientização do povo frente às desigualdades impostas pelas condições precárias de sobrevivência encontradas pelas pessoas que chegavam às cidades oriundas da zona rural. Lançadas com o intuito de deter o avanço das Igrejas Evangélicas, as CEB’S funcionavam, ainda, como abrigo que o povo encontrou para defender-se do Estado cada vez mais opressor. (ASSMAR, 2007, p. 102 e 103)

No dizer de Costa Sobrinho, sintetizando a importância do boletim *Nós Irmãos*, este acabou se tornando “o escoadouro natural de todas as denúncias contra a opressão dos pobres, orientador dos movimentos e porta-voz de suas reivindicações” (2001, p. 153). Quanto ao

trabalho de evangelização propriamente dito, elemento, em tese, primordial das ações da Igreja, a este, explica Costa Sobrinho, “sobrava pouco espaço, mesmo levando-se em consideração que as novas práticas pastorais não dissociavam a religião da vida quotidiana das comunidades cristãs” (2001, p. 153).

Chegou um momento, porém, por volta de meados de 1975, que os criadores do boletim *Nós Irmãos*, mais especificamente o bispo D. Moacir Grechi, entendeu que o jornal já não atendia à demanda por espaço dos movimentos sociais. E então o bispo católico passou a pensar na criação de outro periódico, com formato diferente, impresso em gráfica e distribuído em bancas de revistas, que ficasse disponível a toda a comunidade. Começava a germinar o jornal *Varadouro*, cujo primeiro número viria à lume em 1977, permanecendo vivo e marcando sua passagem pelo povo do Acre como um veículo que divulgava o que os demais jornais do período excluía das suas páginas.

Diferente de qualquer outro jornal que já havia desde sempre circulado no espaço geográfico do Acre (Território ou Estado), o *Varadouro* ampliou as possibilidades de divulgação das lutas populares iniciada com o *Nós Irmãos*. Para os editores do novo jornal, explica Costa Sobrinho (2001, p. 160), apenas a versão de posseiros, seringueiros e índios (os povos oprimidos) era merecedora de credibilidade, isso tanto no que diz respeito à cidade quanto à floresta.

No projeto editorial do *Varadouro* ficou evidenciada claramente a sua opção por índios, posseiros e seringueiros. Esses três personagens centrais estavam intimamente ligados à questão da terra, pois dela eram despossuídos na ótica das classes dominantes agrárias: seringalistas e fazendeiros (...). Ao dar voz à gente da floresta, *Varadouro* informava ao público local dos conflitos que estavam acontecendo ao seu redor, denunciava a violência de fazendeiros e seringalistas e apoiava o movimento de resistência dos oprimidos. Os editores do alternativo já contavam com a cobertura da imprensa nacional para uma parte dos conflitos que vinham ocorrendo, todavia a circulação dessa imprensa era mínima em Rio Branco, e quase nula no resto do Estado. Diante disso, coube ao jornal combater a desinformação veiculada pelos jornais locais, e atrair o apoio de parcela importante do público acreano para a causa dos deserdados: índios, posseiros e seringueiros (...). (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 179)

Graficamente, pode-se dizer que o *Varadouro* era um jornal despojado de maiores recursos estéticos, primando por um estilo rústico e artesanal. Quanto à linguagem, os redatores procuravam evitar rebuscamentos, prevalecendo a linguagem do conflito em algumas ocasiões; em outras a linguagem era a da indignação. Além disso, segundo Costa

Sobrinho (2001, p. 160), procurava-se redigir textos usando uma linguagem compromissada com a cidadania, a ética, o respeito às etnias etc.

O texto era direto, simples, coloquial. Muitas vezes os depoimentos foram transcritos do gravador, passados a limpo e jogados no jornal, sem que houvesse maior preocupação com a elaboração da escrita. Um estilo jornalístico bastante experimental, que obteve uma boa repercussão, e daí por diante foi melhor elaborado, passando a ser a marca registrada do jornal. (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 160)

Foram quatro anos de existência e 24 edições do *Varadouro*. Jamais a periodicidade mensal proposta foi conseguida. As dificuldades eram inúmeras, no final dos anos de 1970 e início da década de 1980, para se fazer um jornal no formato tabloide, com vinte páginas, e uma tiragem de cinco mil exemplares no Acre (os outros jornais circulavam com tiragens mínimas de 300 a 500 exemplares). Além do mais, para aumentar as dificuldades, o *Varadouro* jamais teve oficinas próprias, dependendo sempre do serviço de terceiros para a respectiva impressão. “Até o papel se constituía um problema, pois era necessária a formação de estoques para o consumo de pelo menos cinco meses” (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 161). Esses cinco meses aludidos por Costa Sobrinho referem-se a um período de tempo em que acontece a estação das chuvas na Amazônia, sendo que na época não havia asfalto na BR 364, ligação rodoviária com o centro-sul do país, o que impedia o tráfego dos veículos de transporte de cargas pesadas. “No caso do *Varadouro*, suas edições exigiam um estoque de aproximadamente 200 resmas de papel plano 96 x 66 cm., para aguentar com folga o período” (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 161 e 162).

Na última edição do mais emblemático dos alternativos acreanos, em dezembro de 1981, uma estranha coincidência. Como se anunciasse a sua própria extinção, o jornal abriu a seguinte manchete: “Movimento Morreu! Viva Movimento”. A matéria anunciava o fim da circulação do semanário alternativo *Movimento*, depois de 334 edições. “Por força do destino ou mera coincidência”, diz Costa Sobrinho, “o réquiem do *Varadouro* para o alternativo *Movimento* bem que poderia ser tomado como seu próprio necrológio” (2001, p. 164).

Como causas da morte do tradicional semanário brasileiro, evidenciam-se as de que o jornal já não conseguia sustentar os níveis de venda dos primeiros tempos e os atentados à bomba, sofridos pelas bancas que o vendiam. A notícia publicada pelo *Varadouro*, como se este falasse de si mesmo, transmutando uma realidade nacional para uma configuração regional, explicava o importante papel que o alternativo havia cumprido com sua linha editorial: “defesa intransigente das liberdades democráticas, independência nacional, e da

elevação do padrão de vida material e cultural dos trabalhadores” (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 164).

O jornal acreano, à semelhança do que aconteceu com editores e repórteres de congêneres de outros estados brasileiros, recebeu muitas ameaças e sofreu constrangimentos sofridos. Mas nenhuma das suas edições foi censurada, muito menos bancas foram explodidas em represália pela venda. “Contudo, o nº 24, de dezembro, foi a última edição do jornal das selvas, que desapareceu em silêncio, sem uma explicação pública aos seus leitores” (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 164).

4.3 Página 20, o “Galinho Bom de Briga”

Mesmo não sendo considerado um jornal da categoria dos alternativos, o *Página 20* (periódico em cujas páginas foram publicadas preferencialmente as matérias sobre a florestania, objeto deste trabalho) veio à luz, inicialmente como semanário, em 5 de março de 1995, com o perfil daqueles periódicos que tanto incomodaram a ditadura militar. Desta vez, os denunciados e incomodados eram as autoridades públicas do Acre. Para se ter ideia, já no número inicial duas matérias de capa desnudavam as atitudes dos mandatários do Estado: “Empresários lesam o Estado em mais de R\$ 10 milhões” e “Deputado acusa Orleir de devastar a Amazônia e proteger assassinos de Chico Mendes”. Detalhe: o Orleir, de sobrenome Cameli, a quem a manchete se referia, era nada menos do que o governador dos acreanos (1995-1999), eleito pelo Partido Social Democrático (PSD).



Figura 1 – Capa do primeiro número do jornal *Página 20*, publicado no dia 5 de março de 1995.

Logo à primeira vista o leitor percebia que aquele era um jornal diferente por não seguir a mesma linha oficialista que os demais adotavam (*O Rio Branco*, *A Gazeta*, *A Tribuna*, este último ainda semanário) e pelo formato tabloide, uma tendência europeia adotada pelos idealizadores do projeto, pela facilidade de manuseio e pela simpatia por este formato. A publicação nasceu semanal e surgiu no cenário acreano sem festa de lançamento ou *outdoors* de propaganda. Como a data da primeira tiragem foi adiada algumas vezes, os responsáveis pela publicação decidiram que a estratégia de divulgação seria diferente e qualquer publicidade seria feita apenas com os exemplares nas mãos. E assim foi feito. Diretores, editores, repórteres e colaboradores saíram às ruas com os jornais a tiracolo abordando as pessoas e oferecendo a publicação, na época vendida ao preço de R\$ 1. Dois grandes eventos foram aproveitados para a divulgação do novo veículo: a Flora (Feira de Produtos da Floresta) e a Expoacre. (COSTA, 2007, p. 85)

Os dois sócios fundadores do *Página 20* foram Antônio Stélio, um acreano de Rio Branco que migrou para Ribeirão Preto (SP) na adolescência, onde começou um curso de Direito, mas não chegou a concluir, por se interessar muito mais por literatura e jornalismo, e Elson Dantas, um também acreano, de Brasília (um dos epicentros da luta pela posse da terra nas décadas de 1970 e 1980), ex-funcionário do Banco do Brasil que havia aderido ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) oferecido pela instituição bancária. Embora não tivesse nenhuma ligação anterior com o jornalismo, Elson Dantas investiu sua indenização na ideia do novo jornal.

O batismo do novo tabloide foi inspirado no jornal argentino *Página 12*, por indicação do sócio Elson Dantas, e fazia alusão ao número de páginas com as quais iria às

bancas, número esse que permanece até a atualidade. O slogan “Página 20, o Galinho Bom de Briga” só surgiu num momento posterior, provavelmente pelas inúmeras confusões em que a nova publicação se meteu, dado o caráter de denúncia pelo qual optaram os seus idealizadores. Quanto ao público leitor, aconteceu um fenômeno interessante: interessavam-se pelas notícias veiculadas pelo jornal tanto os oposicionistas quanto os situacionistas. Os primeiros, para verem publicado o que havia de mais podre dos poderosos de então; os outros, para, principalmente, achar algo que pudesse calar a voz do “Galinho”, tanto faz se por meio de processos ou da força bruta.

Por conta da linha editorial agressiva, ninguém queria anunciar no novo jornal. Num Estado onde o maior investidor é o poder público, anunciar num jornal que denunciava os “mal feitos” do Governo era uma declaração de inimizade ao poder. Assim, nos seus primeiros números o jornal *Página 20* não exibia comerciais nas suas páginas. Para sobreviver, o jornal arrecadava doações de pessoas ligadas à esquerda acreana, que também ajudavam vendendo assinaturas do jornal para amigos, colegas de profissão e conhecidos. Entre esses colaboradores estavam figuras proeminentes do Estado como o médico Tião Viana, que depois viria a se eleger para os cargos de senador e governador, a deputada estadual Naluh Gouveia (hoje conselheira do Tribunal de Contas do Estado), o advogado Fernando Melo, que depois se elegeria deputado federal, e o procurador federal Luiz Francisco. “Para rodar o jornal, a direção do *Página 20* utilizava a oficina do jornal *A Tribuna*, que apoiava o governo Cameli e rodava o *Diário Oficial*. O parque gráfico do Eli Assem imprimiu o *Página 20* por (...) um ano” (COSTA, 2007, p. 89).

Em depoimento à estudante de jornalismo Tatiana Costa, o fundador Antônio Stélio explica que esses primeiros tempos foram extremamente difíceis, por falta de coragem dos possíveis anunciantes: “Nenhum anunciante tinha coragem para anunciar com a gente. O pessoal que apoiava o projeto ajudava da forma que podia. O próprio Jorge Viana, que era tido como mão de vaca, sempre trazia um dinheirinho” (COSTA, 2007, p. 88). Costa explica, em seguida, um dos artifícios usados pelos donos do jornal *Página 20* para viabilizar a estrutura do jornal.

Para levantar os recursos necessários para a oficina do jornal, o jornalista Antônio Stélio fez um livro de ouro e apresentou o projeto para empresários, políticos e simpatizantes da causa. Com a iniciativa, conseguiu angariar R\$ 39,5 mil. A primeira máquina impressora custou R\$ 40 mil e foi comprada em São Paulo com os recursos obtidos através do livro de ouro (...). Os demais equipamentos necessários para a fundação do jornal, entre móveis, computadores e outros itens foram adquiridos com os recursos investidos

pelo sócio Élson Dantas, que utilizou a indenização recebida com a rescisão de seu contrato trabalhista como bancário do Banco do Brasil. (COSTA, 2007, p. 89)

Criado com o intuito de lutar por procedimentos éticos na política acreana, o jornal deixou de ser semanário para se tornar diário, em agosto de 1996, na tentativa de, assim, proporcionar ao público mais elementos de reflexão sobre as ações nefastas dos então governantes (Orleir Cameli, no governo, e Mauri Sérgio na Prefeitura de Rio Branco). Por conta dessa linha denunciadora, de acordo com o diretor Antônio Stélio, em entrevista à Tatiana Campos, o jornal acabou virando referência para a imprensa nacional. “O jornal adotou a linha de denunciar os escândalos políticos da época por entender que havia uma dose concentrada de corrupção na condução da máquina estatal” (COSTA, 2007, p. 91). Como o Partido dos Trabalhadores estava fora do Governo, tanto estadual quanto municipal, esta característica do *Página 20*, ao tempo em que mostrava os desmandos dos adversários políticos, acabou servindo à perfeição como instrumento de propaganda da agremiação.

A partir de 1999, com a ascensão da Frente Popular, capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores, ao poder, a linha editorial do jornal sofreu uma mudança radical. E nem poderia ser diferente. Agora no poder, o Partido dos Trabalhadores, que sempre apoiou o *Página 20*, contribui com verbas publicitárias para a saúde financeira do jornal. Verbas essas que eram impossíveis de ser obtidas nos primeiros anos do jornal, dada a opção por uma linha editorial de oposição aos governantes da época. Na explanação de Costa (2007, p. 93), uma ótima explicação sobre essa mudança.

O grupo político que apoiava o veículo na luta contra os políticos que governavam o Estado nos primeiros anos de jornal agora deixou de ser oposição e virou situação. Os colaboradores do projeto, que antes eram apenas militantes esquerdistas, hoje ocupam cargos políticos nos mais diversos escalões do poder. Jorge Viana, que não tinha cargo político quando começou a apoiar o *Página 20*, mesmo com modestas contribuições que giravam em torno de R\$ 150, segundo o diretor e fundador do jornal Antônio Stélio, tornou-se prefeito de Rio Branco e governador do Acre, este último cargo assumido em duas gestões consecutivas. Hoje ele é um político de expressão nacional e preside o Fórum de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Acre. (COSTA, 2007, p. 93)

Por conta dessa mudança do eixo do poder, o objetivo do jornal passou a ser o de mostrar o que existe de melhor no Estado. Imagens de violência, por exemplo, deixaram de ser estampadas na capa do jornal. Nesse sentido, levando em conta, principalmente, a opção do poder público pela valorização dos homens e dos produtos da floresta, é muito comum

constituir pauta do jornal os temas relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. “O desenvolvimento sustentável e o meio ambiente sempre foram assuntos para discussão no jornal e as reportagens especiais os têm como tema prioritário (...)”, explicou o editor Tião Vítor a Tatiana Costa (2007, p. 94). Entretanto, não foi somente o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável que ganharam destaque nas páginas do jornal. À moda dos antigos jornais alternativos que circularam no Acre nas décadas de 1970 e 1980, o jornal *Página 20* também passou a conceder generosos espaços a temas indígenas, culturais, assuntos estudantis e movimentos populares.

Provavelmente por causa dessas linhas temáticas, bem como devido a uma declarada paixão dos seus repórteres pelo fazer jornalístico (“... esse sentimento é demonstrado no cotidiano da redação...”, diz Costa (2007, p. 94), o *Página 20* tenha acumulado premiações ao longo do tempo. O jornal é o maior vencedor do Prêmio de Jornalismo José Chalub Leite, um certame regional anual que existe desde o ano 2000, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas do Acre (Sinjac). Tais prêmios não se fundamentaram unicamente nos temas abordados. No dizer de Costa há outro fator que contribui essencialmente para isso: “(...) é que o jornal incentiva a produção de reportagens especiais e, embora não custeie a produção de pautas mais elaboradas, dá um tratamento diferenciado para esse tipo de matéria (...)” (2007, p. 115).

Com uma tiragem de mil e quinhentos exemplares nos dias de semana (terça-feira a sábado) e dois mil exemplares aos domingos, cerca de mil assinaturas, chegando diariamente à maioria dos municípios do Estado e com mais de seis mil acessos diários pela internet (foi o primeiro jornal acreano online), o *Página 20*, embora opte por deixar de fustigar o poder como nos seus primeiros anos de existência, trata de se manter fiel às suas origens, seguindo uma linha editorial de esquerda, claramente apoiando o projeto político dos partidos componentes da Frente Popular, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores.

4.4 Texto, prática discursiva e prática social na florestania

Antes de entrar nos conceitos de “texto”, “prática discursiva” e “prática social”, bem como de estabelecer os vínculos de cada um desses tópicos com a disseminação da florestania, é preciso deixar claro o que significa o termo “discurso”, o que será feito sob o amparo de Norman Fairclough, para quem o discurso tem duas implicações. Primeiramente, segundo o referido autor, trata-se de um *modo de ação*, uma maneira pela qual é possível agir

sobre o mundo e sobre outras pessoas, além de se constituir também em um *modo de representação*. Em segundo lugar, traduz uma intrínseca *relação entre ele (o discurso) e a estrutura social*, “existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição quanto um efeito da primeira” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 91). De acordo com a definição do autor:

(...) o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas ou convenções, tanto de natureza discursiva como não discursiva (...). Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo. (...) O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 91)

Tanto a primeira quanto a segunda implicação evidencia a maneira como o Partido dos Trabalhadores do Acre teceu sua estratégia de poder ao criar a ideia da florestania e estruturá-la através de um discurso reproduzido por todos os integrantes do Executivo acreano, tendo como elemento principal o governador Jorge Viana, e disseminado-a pelos diversos meios de comunicação sediados no Estado. O discurso da florestania, apoiado na emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, chegou aos acreanos como a melhor maneira de mudar a sua relação com o mundo, fazendo com que todos acreditassem que uma vida melhor era possível, desde que as ações propostas pudessem ser, de fato, efetivadas, o que somente seria factível mediante um pacto coletivo. Com o passado predatório, refletido aos olhos de todos pelos inúmeros conflitos rurais, com assassinatos de antigos e novos donos da terra, a esperança embutida no novo discurso verde, como a pigmentação das árvores amazônicas, não poderia ser rejeitado pela população, principalmente no caso de seringueiros, índios, posseiros e ribeirinhos, que eram excluídos socialmente.

Do ponto de vista dos efeitos construtivos do discurso, três aspectos merecem distinção, de acordo com Fairclough (2008, p. 91). Primeiro, no que diz respeito à construção do que se convencionou chamar de “identidades sociais” e “posições do sujeito” para os “sujeitos” sociais e os tipos de “eu”. Segundo, o discurso ajuda a estabelecer um conjunto de relações sociais entre as pessoas. E terceiro, o discurso ajuda na construção de sistemas de

conhecimento, criação e propagação de dogmas e/ou crenças. A esses três aspectos (ou efeitos) correspondem “três funções de linguagem e as dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo o discurso” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 92): “identitária”, “relacional” e “ideacional”. A primeira diz respeito à maneira como as identidades se estabelecem no discurso. A segunda refere-se ao modo como as relações sociais entre os personagens do discurso são representadas e negociadas. E a terceira é a função ideacional. Refere-se às maneiras pelas quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. Dentro desses parâmetros, outro conceito faz-se necessário para que se estabeleça melhor compreensão dos efeitos da prática discursiva: esta se constitui a um só tempo tanto de maneira convencional quanto criativa. Ao mesmo tempo os efeitos da prática discursiva contribuem tanto para reproduzir a sociedade quanto para transformá-la.

É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida: de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social no discurso. No primeiro caso, o discurso é mero reflexo de uma realidade social mais profunda; no último, é representado idealizadamente como fonte do social. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 92)

Consoante à teoria, é possível afirmar, neste ponto, que os três aspectos construtivos do discurso citados por Fairclough (2008, p. 91) estão presentes na florestania enquanto elemento ideológico norteador da política do PT acreano, a partir da primeira gestão do governador Jorge Viana.

Primeiramente, é certo que a partir desse discurso se criou uma identidade social para os chamados “povos da floresta”. O próprio neologismo “florestania”, ao juntar numa mesma palavra os vocábulos “floresta” e “cidadania”, já denota força suficiente para que os integrantes da população-alvo se sintam reconhecidos pelos novos governantes, o que não costumava acontecer em todos os governos anteriores que estiveram no comando do destino dos acreanos. É certo, igualmente, que depois da inserção do discurso da florestania como padrão ideológico marca-se a posição do sujeito até então excluído. Os povos da floresta, a partir disso (as múltiplas fotografias e depoimentos deles que são veiculados na mídia atestam esse fato), passam a se sentir valorizados, sem a necessidade de sair do seu lugar de origem e/ou, muito menos, imitar o modo de vida dos outros sujeitos sociais, aqueles que habitam a urbe. O mundo passa a ser sentido numa dicotomia do “eu” (os povos da floresta) e os “outros” (aqueles que não comungam ou acreditam nos novos ideais). Em segundo lugar, a partir do discurso da florestania, uma vez estabelecidos os interesses comuns, as pessoas as

quais o discurso afeta passam a se sentir semelhantes e, assim, firma-se uma espécie de pacto social entre elas. Por último, ainda com respeito aos três aspectos mencionados por Fairclough, o sistema de conhecimento que lhes era comum, bem como suas crenças e seus dogmas, por conta do discurso da florestania passam a ter um valor que não tinham para o mundo da época anterior. A partir desses parâmetros, por conta do novo discurso, depreende-se que são plenamente estabelecidas pela linguagem as funções “identitária”, “relacional” e “ideacional”.

No tocante à interseção entre prática social e discurso, pode-se dizer que este está implicado nas várias orientações daquela, sem que qualquer uma dessas orientações possa ser reduzida. É certo, entretanto, que o discurso como modo de prática política “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder”, (FAIRCLOUGH, 2008, p. 94). Além disso, ainda no dizer de (FAIRCLOUGH, 2008, p. 94), os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder são constituídos, naturalizados, mantidos e transformados pelo discurso como prática ideológica.

(...) a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta pelo poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta. (FAIRCLOUGH, 2008, pp. 94 e 95)

Depois desse preâmbulo desenvolvido para o esclarecimento do que se convencionou chamar “discurso”, é preciso retornar ao(s) tema(s) principal(is) deste tópico, no caso os elementos constitutivos para a análise de um “discurso como texto”, da “prática discursiva” e da “prática social”.

Duas distinções importantes para a análise textual são listadas por Fairclough (2008, p. 103). A primeira delas diz respeito à compreensão de que os signos são socialmente motivados. Dizendo de outra forma: “há razões sociais para combinar significantes particulares e significados particulares” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 103). A segunda, diz respeito ao significado potencial de um texto e sua respectiva interpretação. Os textos “são feitos de formas às quais a prática discursiva passada, condensada em convenções dota de significado potencial” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 103). Da mesma forma, “o significado

potencial de uma forma é geralmente heterogêneo, um complexo de significados diversos, sobrepostos e algumas vezes contraditórios” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 103). Assim, “os textos são em geral ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 103). Tal ambivalência faz os intérpretes optarem por um sentido particular, ou por sentidos alternativos reduzidos: “Uma vez que tenhamos em mente a dependência que o sentido tem da interpretação, podemos usar ‘sentido’ tanto para os potenciais das formas como para os sentidos atribuídos na interpretação” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 103).

A razão social do Partido dos Trabalhadores acreano para combinar significantes e significados particulares, centrados, um e outro na questão do desenvolvimento sustentável, ainda que se possa atribuir a um projeto de poder, pode-se também interpretá-la como a necessidade de acabar com o atraso legado ao Estado pela escolha equivocada dos governantes dos anos de 1970, quando a economia local enveredou pelo caminho da exploração pecuária, sem levar em conta a vocação extrativista que sempre esteve presente na região, desde uma época em que o espaço territorial acreano ainda pertencia à Bolívia. A prática discursiva de um passado calcado na exploração predatória serviu de contra-elemento para que os novos dirigentes forjassem um novo discurso e, assim, acenassem com um futuro melhor para os acreanos, principalmente para aqueles que praticamente já não tinham como sobreviver no seu meio ambiente.

Quanto aos elementos da análise textual propriamente ditos, eles podem ser divididos em quatro categorias: “vocabulário”, “gramática”, “coesão” e “estrutura textual”.

Esses itens podem ser imaginados em escala ascendente: o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos. Além disso, distingo três outros itens principais que não serão usados na análise textual, mas na análise da prática discursiva, embora certamente envolvam aspectos formais dos textos: a ‘força’ dos enunciados, isto é, os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças etc.) por eles constituídos; a ‘coerência’ dos textos; e a ‘intertextualidade’ dos textos. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 103-104)

No que diz respeito à “prática discursiva”, esta “envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 106-107). Todos esses processos são fragmentados pelas mais diversas condições, o que significa que é preciso estudar cada contexto isoladamente para que se possa atingir um mínimo de segurança ao

longo da análise. No processo de produção, por exemplo, falando desses condicionantes, é preciso saber quem produz o texto, qual a fonte e qual a intenção de quem está produzindo esse texto. No processo de distribuição, certamente, quem o faz precisa saber previamente aonde e para quem o texto chegará. Dependendo do contexto social, os textos são consumidos de forma diferente, sendo que esse consumo, assim como a produção, pode ser individual e coletivo.

(...) há dimensões ‘sociocognitivas’ específicas de produção e interpretação textual que se centralizam na inter-relação entre os recursos dos membros, que os participantes do discurso tem interiorizados e trazem consigo para o processamento textual, e o próprio texto. Este é considerado como um conjunto de traços do processo de produção, ou um conjunto de ‘pistas’ para o processo de interpretação. Tais processos geralmente procedem de maneira não consciente e automática, o que é um importante fator na determinação de sua eficácia ideológica (...). (FAIRCLOUGH, 2008, p. 109)

Também é importante considerar que os processos de produção e interpretação textual tem uma dupla restrição, do ponto de vista social.

Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens de discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos do tipo já referido e que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada. Segundo, pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa, criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre. Um aspecto fundamental do quadro tridimensional para a análise de discurso é a tentativa de exploração dessas restrições, especialmente a segunda – fazer conexões exploratórias entre a natureza dos processos discursivos em instâncias particulares e a natureza das práticas sociais de que fazem parte. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 109)

Em se tratando da produção dos textos jornalísticos alusivos à florestania, a maioria deles nasce dos profissionais ligados à Assessoria de Comunicação do Governo do Acre ou, no caso de textos opinativos, de técnicos de alguma maneira ligados a secretarias de Estado. Isso é fácil de ser constatado, tanto quando os textos são assinados quanto em momentos que não o são, uma vez que estes últimos, às vezes, são publicados em mais de um jornal com o mesmíssimo teor, o que caracteriza um *release* que foi integralmente aproveitado pelo órgão que o publicou. Nos quatro primeiros anos do governo do PT, muitas vezes estes textos de divulgação dos preceitos da florestania foram, inclusive, publicados em forma de editoriais. Muitos engenheiros agrônomos, engenheiros florestais e até jornalistas simpatizantes da causa

ambientalista/florestania tiveram ao longo do primeiro mandato do governador Jorge Viana espaço cativo nas páginas de opinião do jornal *Página 20*. São os casos, para citar alguns, do engenheiro agrônomo, advogado e professor universitário Edson Ferreira de Carvalho (“Os ecologistas e o desenvolvimento sustentável”, edição de 17 de julho de 1999); do engenheiro agrônomo Judson Ferreira Valentim (“Recursos naturais e desenvolvimento humano no Acre”, texto assinado conjuntamente com Stephen A. Vosti, edição de 25 de abril de 2000); do engenheiro agrônomo Sérvulo Casas Furtado (“Desenvolvimento agroflorestal na Amazônia”, edição de 19 de setembro de 2000); da senadora Marina Silva (“Vida, morte e o futuro na Amazônia, edição de 14 de janeiro de 2001); do engenheiro florestal José de Arimatéia Silva (“Desenvolvimento sustentável e tecnologia”, edição de 13 de março de 2001 e “As funções do Estado na área florestal”, edição de 27 de março de 2001 etc.); do engenheiro agrônomo e economista Idésio Luis Franke (“Sistemas silvipastoris: pecuária sustentável para o Acre” - texto assinado conjuntamente com Sérvulo Casas Furtado, edição de 17 de janeiro de 2002); do jornalista Elson Martins (“O Acre dividido”, edição de 10 de fevereiro de 2002, e “A florestania vai às urnas”, edição de 21 de abril de 2002); e do teólogo Leonardo Boff (“Florestania: cidadania na floresta”, edição de 1º de junho de 2002) e outros.

Como a distribuição do jornal é feita tanto em bancas quanto para assinantes, subtede-se que quem o adquire, sabedor da linha editorial seguida, o faz por conveniência interpretativa e concordância com os textos publicados. Além de tudo isso que foi citado anteriormente, três variáveis não podem ser desprezadas quando do processo de interpretação: a força dos enunciados, o contexto e a coerência dos temas tratados. Como “força” entenda-se o seu componente acional, “parte do seu significado interpessoal, a ação social que realiza (dar uma ordem, fazer uma pergunta, ameaçar, prometer etc.)” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 111); “força” contrasta com “proposição”. “O componente proposicional”, explica FAIRCLOUGH (2008, p. 111), “que é parte do significado ideacional, é o processo ou a relação que é predicado das entidades”.

Quanto ao “contexto”, apontá-lo, tanto no que diz respeito à questão situacional quanto ao social faz reduzir a ambivalência.

Apontar o contexto de situação em termos de mapa mental fornece dois grupos de informações relevantes para determinar como o contexto afeta a interpretação do texto em qualquer caso particular: uma leitura da situação que ressalta certos elementos, diminuindo a importância dos outros, relacionando os elementos entre si de determinada maneira, e uma especificação dos tipos de discurso que provavelmente serão relevantes. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 112)

E como “coerência” textual entenda-se um texto no qual as partes que o constituem estejam relacionadas com um único sentido, mesmo que essa “coerência” não se apresente aos olhos de todos os leitores, mas somente de alguns especificamente.

Um texto coerente é um texto cujas partes constituintes (episódios, frases) são relacionadas com um sentido, de forma que o texto como um todo ‘faça sentido’, mesmo que haja relativamente poucos marcadores formais dessas relações de sentido – isto é, relativamente pouca coesão explícita (...). Entretanto, o ponto em foco é que um texto só faz sentido para alguém que nele vê sentido, alguém que é capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de marcadores explícitos. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 113)

Sobre essa questão da “coerência”, é importante ainda esclarecer que o modo particular em que é gerada uma leitura coerente de um texto depende da natureza dos princípios interpretativos à qual o intérprete recorre. “Princípios interpretativos particulares associam-se de maneira naturalizada a tipos de discursos particulares (...)” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 113). Dizendo de outra forma: os intérpretes recebem posições determinadas pelos textos que os fazem estabelecer conexões e inferências específicas, gerando leituras coerentes. “Tais conexões e inferências podem apoiar-se em pressupostos de tipo ideológico” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 113).

Considerando-se o que foi dito antes, de que o jornal *Página 20* circula entre assinantes e populares que o comprem em bancas, escolhendo-o entre outros três jornais de circulação diária na capital acreana, mesmo não tendo sido realizada uma pesquisa de recepção para o desenvolvimento desse trabalho, é de se supor que as conexões e inferências procedidas por esses consumidores (assinantes e compradores nas bancas) se apoiam nos pressupostos ideológicos da florestania.

No tocante à questão do “discurso como prática social”, de acordo com os ensinamentos de Fairclough (2008, p. 116), é preciso dividir o tema em dois subitens: “ideologia” e “hegemonia”. Três inserções são listadas por Fairclough (2008, pp. 113 e 114) para servirem de base à sua compreensão sobre “ideologia”: a de que ela tem existência material nas práticas institucionais, o que, diz Fairclough (p. 113), “abre caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia”; a de que a ideologia interpela os sujeitos; e a de que os aparelhos ideológicos (entre os quais, instituições tais como a educação e a mídia) são “ambos locais e marcos delimitadores” nos conflitos sociais, que apontam para as disputas de poder entre discursos e subjacentes a eles “como foco para

uma análise de discurso orientada ideologicamente” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 117). No dizer desse autor:

(...) as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (Tal posição é semelhante à de Thompson (1984, 1990), de que determinados usos da linguagem e de outras ‘formas simbólicas’ são ideológicos, isto é, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação). As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’ (...). (FAIRCLOUGH, 2008, p. 117)

Isso, porém, não é tudo o que se pode dizer sobre a questão da “ideologia” ligada ao “discurso como prática social”. Pelo menos dois outros conceitos precisam ser acrescentados para efeito deste trabalho. Um deles, ainda segundo Fairclough, é o de que a ideologia está instaurada tanto nas ordens de discurso “que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras” (2008, p. 119). O outro conceito se refere aos aspectos ou níveis do texto que podem ser investidos ideologicamente. Fairclough explica que, neste aspecto, “uma alegação comum é de que são os ‘sentidos’, e especialmente os sentidos das palavras (algumas vezes especificadas como ‘conteúdo’, em oposição à forma), é que são ideológicos” (2008, p. 119). Mas é preciso que se compreenda que não são apenas os sentidos das palavras que determinam o ideológico. “Os sentidos das palavras são importantes, naturalmente, mas também o são outros aspectos semânticos, tais como as pressuposições, as metáforas e a coerência”, (FAIRCLOUGH, 2008, p. 119).

Quanto à hegemonia, o outro dos itens mencionados por Fairclough (2008, p. 116) para a exata compreensão do “discurso como prática social”, nada melhor do que uma referência textual à conceituação exarada pelo citado autor.

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação,

que assume formas econômicas, políticas e ideológicas”. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 122)

Os dirigentes do Partido dos Trabalhadores do Acre não se limitaram à instauração e disseminação do discurso da florestania para o exercício da sua liderança. Ao mesmo tempo em que instauraram e disseminaram esse discurso, também trataram de estabelecer ações que lhes permitissem o controle das vertentes econômica, cultural e ideológica da sociedade acreana, construindo alianças com forças contrárias (os madeireiros, por exemplo, que antes não se preocupavam com a preservação do meio ambiente) e mantendo, durante os oito anos do mandato do governador Jorge Viana, constante atenção nos pontos de instabilidade que surgiam entre as diversas classes e blocos adversários.

Por último, é pertinente salientar, ainda com relação à hegemonia que, apesar de esta ser a forma organizacional de poder predominante na sociedade atual, ela não é a única. Existem ainda fragmentos de uma outra forma de poder, que é aquela baseada na dominação pela imposição rígida e inflexível de regras, normas e convenções sociais. Do ponto de vista teórico/conceitual, cada um desses modelos tem uma denominação. O primeiro, relativo à dominação hegemônica, denomina-se “modelo articulação”, enquanto que o segundo, relativo à inflexibilidade das regras, denomina-se “modelo código”. “Os modelos ‘código’ são altamente orientados para a instituição, enquanto os modelos ‘articulação’ são mais orientados para o(a) cliente/público”. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 125).

Ideologicamente, a florestania vive tanto no nível do discurso quanto nas práticas institucionais acreanas. Esses dois níveis atuam em consonância, convergindo para um mesmo fim. Não se pode dizer que a florestania se limite apenas a um discurso ideológico. As ações do governo do Acre não destoam do discurso reproduzido pela mídia. Nos dois mandatos do governo do engenheiro florestal Jorge Viana, muitas das matérias veiculadas na mídia local, conforme se pode constatar no item 4.6 deste capítulo, diziam respeito a atividades voltadas (executadas e/ou planejadas) para os povos da floresta, o que, por extensão, reflete-se na melhoria da qualidade de vida das populações urbanas, uma vez que os primeiros, ao se verem com apoio oficial, acabavam deixando as periferias das cidades, voltando para os seus lugares de origem, o que produz, conseqüentemente, algumas mazelas sociais, próprias de quem não consegue se adaptar aos centros urbanos, por total desconhecimento desse tipo de ambiente.

4.5 Ação, poder, comunicação e agendamento

A avalanche de matérias publicadas nos dois primeiros mandatos do governo da Frente Popular do Acre, tendo como governador um representante do Partido dos Trabalhadores, sobre a questão da preservação ambiental, sobre a valorização dos povos da floresta e, mais especificamente, no que diz respeito à questão da florestania, pode encontrar uma explicação interessante na suposição de que “os fenômenos sociais podem ser vistos como ações intencionais levadas a cabo em contextos sociais estruturados” (THOMPSON, 1998, p.21). Os indivíduos, ao concentrarem o seu esforço na perseguição dos mais variados fins e objetivos, é que fazem a vida social. Procedendo dessa forma, esses indivíduos agem dentro de um conjunto de circunstâncias antecipadamente dadas, que proporcionam a eles diferentes perspectivas de ação e oportunidades. Esse conjunto de circunstâncias pode ser conceituado, no dizer de Thompson (1998, p. 21), como ‘campos de interação’.

Os indivíduos se situam em diferentes posições dentro destes campos, dependendo do tipo e da quantidade de recursos disponíveis para eles. Em alguns casos estas posições, quando institucionalizadas, adquirem uma certa estabilidade – isto é, tornam-se parte de um conjunto relativamente estável de regras, recursos e relações sociais. As instituições podem ser vistas como determinados conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais. As instituições definem a configuração dos campos de interação preexistentes e, ao mesmo tempo, criam novas posições dentro deles, bem como novos conjuntos de trajetórias de vida para os indivíduos que os ocupam. (THOMPSON, 1998, p. 21)

Dentro de um campo ou instituição, a posição ocupada por um indivíduo está estreitamente ligada ao poder no qual esse indivíduo está investido. Entendendo-se poder como a capacidade de mobilização (ou ação) para a conquista de objetivos e interesses, pode-se dizer também que ao exercitá-lo os indivíduos empregam os recursos à sua disposição para alcançar os fins almejados. Ressalte-se que a acumulação de recursos faz aumentar o poder dos indivíduos. Ressalte-se, igualmente, que tanto existem recursos sob controle pessoal quanto recursos acumulados no interior de organizações institucionais. Dentro de grandes instituições indivíduos que ocupam posições dominantes podem dispor de vastos recursos que os tornem capazes de tomar decisões e perseguir objetivos que têm consequências de longo alcance.

Entendido assim de modo genérico, o poder é um fenômeno social penetrante, característico de diferentes tipos de ação e de encontro, desde as ações reconhecidamente políticas dos funcionários públicos até os encontros mais prosaicos entre indivíduos na rua. Se hoje comumente associamos poder à política, isto é, às ações de indivíduos agindo em nome do estado, isto é porque os estados se tornaram particularmente centros importantes de concentração de poder no mundo moderno. Mas a importância das instituições estatais não nos deveria ocultar o fato de que o poder manifestamente político é somente uma forma mais especializada de poder, e de que os indivíduos normalmente exercem poder em muitos contextos que pouco ou nada tem a ver com o estado. Assim fazendo, eles exprimem e ajudam a tornar relativamente estáveis as relações ou redes de poder e dominação entre os indivíduos, e entre grupos de indivíduos, que ocupam diferentes posições nos campos de interação. (THOMPSON, 1998, p. 21-22)

O poder, entretanto, não se pode dizer dele absoluto, concentrado num único ponto. São múltiplas as fontes de poder; dentre elas, ou dentro das formas de manifestação de poder, Thompson (1998, p. 22) distingue quatro, que situa como sendo as principais: “econômica”, “política”, “coercitiva” e “simbólica”. Todas interagem e se sobrepõem, de forma complexa e variada. Segundo Thompson, essas distinções são de caráter essencialmente analítico. “Elas refletem os diferentes tipos de atividades das quais os seres humanos se ocupam, e os diversos tipos de recursos de que se servem no exercício do poder” (1998, p. 22).

No caso do “poder econômico”, é a atividade humana produtiva que o fomenta. “A atividade produtiva implica o uso e a criação de vários tipos de recursos materiais e financeiros, que incluem matéria-prima, meios de produção (...), produtos de consumo e capital financeiro” (THOMPSON, 1998, p. 22). A acumulação desses recursos, tanto faz se por indivíduos ou organizações, faz aumentar o poder econômico respectivo.

Já o “poder político” deriva da atividade de coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões de sua interação. “Todas as organizações”, explica Thompson, “implicam algum grau de coordenação e de regulamentação, e por isso também certo grau de poder político nesse sentido” (1998, p. 22). Algumas instituições, entretanto, dedicam-se exclusivamente à coordenação e à regulamentação, tratando de desempenhar suas atividades dentro de um espaço delimitado e de maneira centralizada. “Estas instituições abrangem o que geralmente é conhecido como estado – a instituição paradigmática do poder político” (THOMPSON, 1998, p. 23). Todos os estados, ou instituições paraestatais, ainda no dizer de Thompson, “são essencialmente sistemas de autoridade. Implicam um complexo sistema de regras e procedimentos que autorizam certos indivíduos a agirem de determinadas maneiras”

(1998, p. 23). Leis promulgadas por instituições denominadas judiciais dentro do estado é que legitimam os procedimentos através de codificações.

O “poder coercitivo” se materializa no uso da força física ou ameaça para que um adversário seja subjugado. Essa força física, que não precisa ser, necessariamente, humana (armas, equipamentos, táticas, planejamento e estratégias podem ser usadas), pode ser aplicada de diversas maneiras, sendo que, do ponto de vista histórico, quem mais faz uso dessa força são os militares. “Tradicionalmente”, explica Thompson, “o poder militar tem sido usado tanto para a defesa e conquistas externas, quanto para a pacificação e o controle internos” (1998, p. 24).

O último dos poderes é o “simbólico”. Também chamado de “cultural”, ele “nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p. 24). Fundamental na vida social, a atividade simbólica interage em um mesmo nível com as forças da economia, da coerção e da política.

Os indivíduos se ocupam constantemente com as atividades de expressão de si mesmos em formas simbólicas ou de interpretação das expressões usadas pelos outros; eles são continuamente envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informações de conteúdo simbólico. Assim fazendo, se servem de toda sorte de recursos (...). Estes recursos incluem os meios técnicos de fixação e transmissão; as habilidades, competências e formas de conhecimento empregadas na produção, transmissão e recepção da informação e do conteúdo simbólico (que Bourdieu chama de ‘capital cultural’); e o prestígio acumulado, o reconhecimento e o respeito tributados a alguns produtores ou instituições (‘capital simbólico’). Na produção de formas simbólicas, os indivíduos se servem destas e de outras fontes para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com consequências as mais diversas. (THOMPSON, 1998, p. 24).

Por manifestação do “poder simbólico” é possível influenciar no comportamento das pessoas, sugerindo alternativas, decisões coletivas, assim como induzi-las a crenças e/ou descrenças etc., sendo vasto o número de instituições que assumem esse papel de transmissão dos simbolismos, como as instituições religiosas, encarregadas da produção de formas simbólicas relativas ao plano espiritual; instituições educacionais, encarregadas da transmissão de conhecimento, bem como do treinamento de habilidades e competências; e instituições de mídia, “que se orientam para a produção em larga escala e a difusão generalizada de formas simbólicas no espaço e no tempo” (THOMPSON, 1998, p. 24).

Para produzir e transmitir as formas simbólicas, o indivíduo que pretende efetivar essa transmissão pode se valer de vários meios; aquele do qual mais se lança mão é o meio

técnico, justamente por atingir mais pessoas a um só tempo, bem como por sua capacidade de fixação; ele é o substrato material das formas simbólicas. Por intermédio dele, enquanto elemento material, a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor para o receptor. Segundo Thompson:

Em virtude da capacidade de fixação, os meios técnicos podem armazenar informações ou conteúdo simbólico, e por isso são considerados como diferentes tipos de ‘mecanismos de armazenamento de informação’, preparados, em diferentes graus, para preservar informações ou conteúdo simbólico e torná-los disponíveis para uso subsequente. Os meios técnicos, e as informações ou conteúdo simbólicos neles armazenados, podem servir assim de fonte para o exercício de diferentes formas de poder. (THOMPSON, 1998, p. 26)

A capacidade de “fixação”, entretanto, é somente um dos grandes atributos dos meios técnicos. Dois outros merecem ser citados como de suma importância para a produção e transmissão das formas simbólicas que determinam uma estrutura de poder: a “reproduzibilidade” e o “distanciamento espaço-temporal”. Por “reproduzibilidade” entenda-se a capacidade de multiplicar as cópias de uma forma simbólica. O momento crucial dessa capacidade de reprodução das formas simbólicas emergiu com a invenção da imprensa. Esse momento foi sucedido pela invenção de aparelhos igualmente importantes como o gramofone, a máquina fotográfica e o gravador, todos entendidos como de suma importância porque, além de permitir a reprodução e a transmissão de fenômenos visuais e acústicos em meios técnicos duráveis, também permitem que os referidos fenômenos sejam fixados pelos agentes receptores da mensagem.

A reproduzibilidade das formas simbólicas é uma das características que estão na base da exploração comercial dos meios de comunicação. As formas simbólicas podem ser ‘mercantilizadas’, isto é, transformadas em mercadorias para serem vendidas e compradas no mercado; e os meios principais de ‘mercantilização’ das formas simbólicas estão justamente no aumento e no controle da sua capacidade de reprodução (...). (THOMPSON, 1998, p. 27)

O “distanciamento espaço-temporal” se refere ao processo de intercâmbio simbólico que, geralmente, diz respeito a uma lacuna, tanto de espaço quanto de tempo, entre o contexto de produção e a respectiva forma simbólica. “Ela é afastada de seu contexto, tanto no espaço quanto no tempo, e replantada em novos contextos que podem estar situados em tempos e lugares diferentes” (THOMPSON, 1998, p. 28). Assim, ao se alterarem as condições de

espaço e tempo da comunicação, os meios técnicos alteram igualmente tanto o espaço quanto o tempo nos quais os indivíduos exercem o seu poder. Esses indivíduos ganham a capacidade de intervir e influenciar nos acontecimentos à distância, tanto do ponto de vista espacial quanto temporal. “O uso dos meios técnicos dá aos indivíduos novas maneiras de organizar e controlar o espaço e o tempo, e novas maneiras de usar o tempo e o espaço para os próprios fins” (THOMPSON, 1998, p. 29).

Na questão da disseminação do discurso da florestania pelo governo acreano do Partido dos Trabalhadores, configura-se evidente o uso dos veículos (rádio, televisão e jornal) para a construção e transmissão de sentidos (ou simbolismos, no termo de Thompson) que fez os indivíduos investidos nos cargos públicos exercerem e aumentarem o seu poder, pela intervenção e influência de acontecimentos à distância, como na teoria proposta por Thompson.

De forma complementar ao preconizado por Thompson, na sua teoria social da mídia, a análise de como o discurso da florestania chegou às pessoas pode ser pautada ainda por outro viés teórico. No caso, o viés da teoria do agendamento (*agenda setting*), proposta, ainda que sem o estatuto de teoria propriamente dita, em 1922, por Walter Lippmann, cuja tese central era a de que “os veículos noticiosos, nossas janelas ao vasto mundo além de nossa experiência direta, determinam nossos mapas cognitivos daquele mundo” (McCOMBS, 2009, p. 19). De acordo com Lippmann, a opinião pública “responde não ao ambiente, mas ao pseudoambiente construído pelos veículos noticiosos” (McCOMBS, 2009, p. 19). Fazendo eco ao pensamento de Lippmann, um pouco depois, a palavra de William Safire, colunista do *New York Times*, para quem “(...) em política o que é amplamente percebido pela imprensa e o público é o que vale” (McCOMBS, 2009, p. 19). Quem trouxe, porém, a hipótese do agendamento de forma definitiva para a seara acadêmica foram Maxwell McCombs e Donald Shaw, no início da década de 1970. Segundo estes autores, porém, para além dos *insights* de Lippmann e Safire, o agendamento é “a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá” (BARROS FILHO, 1995, p. 169).

A mídia, ao nos impor um menu seletivo de informações como sendo ‘o que aconteceu’, impede que outros temas sejam conhecidos e, portanto, comentados. Ao decretar seu desconhecimento pela sociedade, condena-os à inexistência social. Neste sentido, o menu da mídia, porque é o único temário comum de agentes sociais em comunicação, é o que apresenta maior incidência nas comunicações interpessoais (...). (BARROS FILHO, 1995, p. 170)

Três características nos permitem adotar a teoria do agendamento para a compreensão do discurso da florestania nos meios de comunicação do Acre no limiar do século XXI, principalmente no que se refere ao jornalismo impresso: a possibilidade de personalização do conteúdo; a possibilidade de dramatização da mensagem, quase sempre por intermédio de um conflito; e a possibilidade de dinamização do tema exposto.

A “possibilidade de personalização do conteúdo”, no dizer de Barros Filho (1995, p. 186), “não só permite à audiência uma identificação com o tema através do sujeito envolvido, como também torna temas complexos mais compreensíveis”. No caso da florestania, ao ter seus postulados divulgados à exaustão nos primeiros quatro anos do governo do Partido dos Trabalhadores (1999 a 2002), de maneira personificada nas figuras dos diversos povos da floresta, a nova ideologia, bem como na memória dos muitos heróis que se forjaram ao longo da história acreana, tornou-a próxima dos habitantes do estado. Além disso, levando em conta os elementos da preservação ambiental contidos nas linhas e entrelinhas do novo discurso, mesmo que a discussão pormenorizada do tema pudesse conter aspectos de alta complexidade, esses detalhes acabaram se tornando pouco relevantes por conta da proximidade e da abordagem simples, na maioria das vezes, que as matérias jornalísticas proporcionaram.

No tocante à “possibilidade de dramatização da mensagem”, as campanhas eleitorais constituem momentos privilegiados para se constatar esse critério. Se os temas não envolverem conflitos entre os candidatos, explica Barros Filho, serão considerados mornos, não atraindo a atenção da audiência. “Mesmo em debates televisivos, os temas que não trazem viva polêmica fazem com que os jornalistas mediadores, cada vez mais ostensivamente, interrompam o participante” (1995, p. 186-187). Foi justamente o que aconteceu com o tema da florestania, que, ao quebrar um antigo paradigma de desenvolvimento antropocêntrico, baseado na premissa de que a natureza deveria estar ao dispor do homem, sem respeito aos seus ciclos, provocou a grande polêmica em torno do modelo de desenvolvimento que se pretendia para o Acre nos anos seguintes. Esse discurso continuou sendo estimulado nas páginas dos jornais acreanos enquanto durou o primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores.

No que diz respeito à “possibilidade de dinamização do tema”, leva-se em conta a oportunidade de o receptor constatar uma ação ou acontecimento. No caso do discurso da florestania, com base em ações de desenvolvimento sustentável, disseminado nas páginas do jornal *Página 20*, em forma da publicização das ações do governo do estado, fica evidente

essa participação do leitor/receptor como testemunha ocular e, até mesmo, personagem dos fatos narrados. O tema agendado, por estar perto do destinatário da mensagem, pela comprovação do fato de maneira testemunhal, faz com que seja ressaltada a credibilidade e a confiabilidade do discurso. O tema agendado da florestania, portanto, mesmo se contestado por alguns, no que diz respeito aos fins propostos pelo governo, não poderia deixar de ser conhecido por todos.

Além dessas três características mencionadas do agendamento da mídia, deve-se levar em conta na análise do discurso da florestania enquanto tema exaustivamente difundido pelos meios de comunicação acreanos, principalmente entre 1999 e 2002, pelo menos duas outras questões: as “fontes” e o “conteúdo”. “O papel das fontes”, explica Barros Filho, “relativiza sobremaneira a prerrogativa dos meios na construção da realidade social” (1995, p. 189). Em parte, diz Barros Filho num outro trecho da sua argumentação, “os efeitos atribuídos à mídia são tributários do papel desempenhado pelas fontes” (1995, p. 189). No caso da disseminação do discurso da florestania pelos veículos de comunicação localizados no Acre (mas não somente, dado que foram produzidas matérias, bem como peças de propaganda, também para veículos de circulação nacional), invariavelmente as fontes da informação eram oriundas do poder constituído: ora as informações procediam da própria Assessoria de Comunicação do Estado, ora de secretarias ligadas, de alguma forma, à questão ambiental. Com isso, naturalmente, era produzido um discurso único, absoluta e totalmente sem nenhum espaço para um eventual discurso contraditório.

A respeito desse papel das fontes e da participação do poder político na definição do agendamento, o que vem a ser o caso da divulgação da florestania, via mídia acreana impressa, é pertinente conhecer o que diz Barros Filho, citando o professor italiano Giorgio Grossi.

A canalização operada por agentes externos aos meios é particularmente destacada no trabalho político de imposição de temas e enfoques (*framing*) politicamente interessados, visando a construção ou a manutenção de um eleitorado. As fontes políticas fornecem informações já ‘objetivadas’, dispensando, por vezes quase integralmente, um tratamento jornalístico. Para isso os assessores em comunicação e assessores de imprensa buscam adequar o conteúdo mais interessante para seus clientes às exigências dos meios. A essa capacidade de adequação acresce-se a ativação do capital relacional objetivado no conhecimento de pessoas que possam decidir sobre a canalização de notícias. (BARROS FILHO, 1995, p. 190)

No que diz respeito à divulgação da florestania, talvez não seja exagero afirmar que a matéria prima da informação, na sua totalidade, no que diz respeito a essa questão das fontes, fluía dessa relação entre política e mídia. Nesse sentido, faz-se necessário usar mais uma vez os ensinamentos de Barros Filho, quando ele esclarece que a “seleção prévia das informações, operada pelos profissionais da política (...), visa num primeiro momento o agendamento da mídia e num segundo momento o agendamento dos consumidores de produtos políticos (...)” (1995, p. 191). Em consequência disso, a representação do mundo social ideal, ditada pelo poder político, por conta do agendamento do tema escolhido, passa a ser vista como o produto semioticamente configurado de modo a ser adquirido pelo consumidor/receptor, independente de este ser, de fato, a melhor escolha.

Já o fator “conteúdo”, também crucial no que se refere à mensagem para o sucesso do agendamento, o que se postula, teoricamente falando, é uma influência variável na audiência/recepção, de acordo com o tema tratado. Assim existiriam dois conjuntos de temas: os de caráter “abstrato” e os de caráter “factual” (acontecimentos). Os que se referem a temas abstratos agrupam reflexões sobre questões de fundo mais ou menos polêmicas sobre problemas sociais e preocupações públicas, enquanto que os temas relativos a acontecimentos tratam dos fatos ocorridos no mundo social em si. O advento da florestania enquanto agenda temática dos jornais acreanos, mais particularmente e com total ênfase o *Página 20*, se enquadra nos dois sentidos. Num primeiro momento, enquanto recurso ideológico criado para a disseminação de uma simbologia ou semiose específica e politicamente relevante, pode-se dizer que a florestania surgiu na mídia como um tema abstrato. Em seguida, com as ações do governo fluindo no sentido de dar suporte a atitudes ecologicamente corretas, o conteúdo agendado passou a agrupar notícias sobre o que a imprensa costuma chamar a “realidade dos fatos”. Em matéria de agendamento, do ponto de vista do conteúdo, portanto, não poderia haver ambiente mais propício para a divulgação da florestania: abstrações e fatos concorrendo para um só fim.

4.6 O agendamento impresso

No primeiro ano do Governo da Floresta, 1999, não foi veiculada nenhuma matéria no jornal *Página 20* sobre o explícito tema da florestania. As questões ambientais e as primeiras ações do governador Jorge Viana no sentido de preservar a floresta, através de

projetos de sustentabilidade começaram a ser “agendadas” nas páginas do jornal a partir do dia 1º de maio deste ano de 1999. Foram 13 matérias publicadas até o fim do ano, a última delas veiculada no dia 11 de dezembro, já dando conta de uma ação concreta do Governo, no sentido da criação de um polo agroflorestal.

Sob o título “Ecumenismo Ambiental”, em texto de página dupla (páginas 10 e 11, centrais do jornal), na primeira matéria do ano de 1999, o jornalista Jorge Natal lembrou os conflitos no campo acreano, iniciados na década de 1970, que culminaram com o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, levantando a hipótese de que tais conflitos poderiam se tornar, apenas episódios de triste memória. O que levou o jornalista a acreditar nisso foi uma atitude do Governo, no sentido de fiscalizar as ações de fazendeiros, madeireiros, pecuaristas, colonos e seringueiros, para que estes passassem a explorar os recursos naturais do Acre de forma harmoniosa, respeitando os direitos de cada segmento social e o meio ambiente. Para o jornalista, essa existência pacífica, de integração de interesses antagônicos - uma espécie de ecumenismo ambiental -, por mais difícil que pudesse parecer, estaria muito perto de acontecer.

A exploração racional dos recursos naturais, considerado o setor mais estratégico da economia acreana, tem por base a geração de empregos, com agregação de renda que pode levar à mudança na qualidade de vida das populações tradicionais, sobretudo dos setores tidos como excluídos (...). Sob o tema *A Nova Legislação Florestal Federal e a Exploração de Madeira no Acre*, o debate se pauta nas possíveis alternativas de utilização racional do potencial madeireiro no Acre. Esse processo de discussão e negociação, denominado ‘agenda positiva’, tem por objetivo tirar ‘posicionamentos comuns’ visando a realização, no início deste mês, de uma audiência pública em Rio Branco, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (...). Essa atividade faz parte de um roteiro de audiências nos Estados da Região Norte, depois da polêmica causada pela portaria que impede por 120 dias os desmatamentos na Amazônia. (NATAL, 1999, p. 10)



Figura 2 – Primeira matéria sobre o tema meio ambiente publicada no *Página 20*, após a chegada do PT ao Governo do Estado, em 1º de maio de 1999.

Com o subtítulo “Desenvolvimento sustentado integrado: convergência entre rivais”, a matéria prosseguiu com quatro retrancas (“Exploração da madeira é ilegal”; “Proposta do Governo do Estado”; “Seringueiros e colonos propõem manejo comunitário”; e “Fazendeiros prometem ignorar Medida Provisória”) e três fotografias: a fotografia de um homem operando um motosserra, acompanhada da legenda “Fora da Lei - Cerca de 90% da madeira extraída do Estado é irregular”; a fotografia de um velho caminhão carregado de toras de madeira (foto principal da matéria), acompanhada da legenda “Garimpagem - Madeiras nobres da região constituem fonte de lucro alto”; e a fotografia de autoridades do Estado participando de uma mesa-redonda sobre “A nova legislação florestal e a exploração de madeira no Acre”.

Nesse primeiro “agendamento” já fica evidente o que viria a ser a divulgação posterior da florestania nas páginas do jornal *Página 20*. São várias as considerações a se fazer, no que diz respeito ao processo de estabelecimento de uma nova hegemonia e consequente construção de uma nova identidade no Acre. O próprio título da matéria, “Ecumenismo Ambiental”, remete para a ideia da construção de uma “universalidade”, levando-se em conta que o ecumênico sugere a convergência das diferenças para um princípio único. O texto/discurso em evidência, assim como a proposta do ecumênico, não tem o poder de dissolver as diferenças sociais expressas na matéria, ou a subordiná-las a um projeto maior. Serve, porém, para “limpar” um caminho rumo a demandas praticamente impossíveis de

serem contestadas pelo conjunto da sociedade, no caso a preservação do meio ambiente. Embora não dissolva as diferenças, tenta deter o fluxo delas, através do domínio do campo da discursividade, a partir da construção de um centro articulado com a criação de pontos nodais, estabelecendo uma aparente imagem de unidade ao real, bem a propósito da teorização proposta por Laclau e Mouffe (1987).

Outro aspecto a ser considerado, levando-se em conta o que está expresso na matéria e na articulação discursiva, diz respeito ao fato de que esta se dá em face de processos de mobilização social, pelo englobamento de duas lógicas: a da equivalência e a da diferença. Essa equivalência, ensinam Laclau e Mouffe (1987), acontece por conta de um processo de identificação, construído na exterioridade. A equivalência atua de forma a redefinir as diferenças, encontrando algo que seja idêntico a elas, ou seja, ela aplaina as diferenças aproximando o que era antes pura diferença. Em outras palavras, o sistema (cadeia de equivalência) se fecha momentaneamente, sendo que os seus elementos diferenciais ficam articulados durante um período de tempo de forma não diferencial. Pelo fato de a totalização discursiva ser impossível, o que faz com que o campo da significação permaneça mutável, num segundo momento volta a se estabelecer a lógica da diferença.

No texto que Natal (1999) publicou no jornal *Página 20* é patente a proposta, a partir da construção discursiva, de mobilização social, em prol do bem comum e sob a direção do Estado. Ao lembrar os crimes cometidos contra o homem do campo, cujo líder maior foi Chico Mendes, bem como ao dizer que esses são episódios que ficarão no passado, o jornalista estabelece uma lógica de raciocínio favorável às novas políticas públicas. Ou alguém gostaria de voltar a viver aqueles fatos? Seguindo na mesma linha de raciocínio, o jornalista escreve uma “retranca” falando da proposta de seringueiros e colonos para o “manejo comunitário”. Ao mesmo tempo, ao longo da matéria, o jornalista estabelece o antagonico, lembrando o modelo ultrapassado de exploração predatória que alguns ainda teimam em manter (retranca “Fazendeiros prometem ignorar Medida Provisória”) e lembra o caráter ilegal destas ações (retranca “Exploração de madeira é ilegal”). Em síntese: os fazendeiros, representantes no discurso do antagonismo necessário para o estabelecimento da luta, resistem, não permitindo dessa forma que o discurso se totalize. A maioria das pessoas, os explorados, entretanto, está unida em torno do bem comum. A equivalência não implicou na anulação da diferença, mas proporcionou a sua possibilidade.

A segunda matéria sobre o tema meio ambiente foi publicada mais de um mês depois, em 23 de junho (página 8), dando conta de como as ações do Governo do Acre

sensibilizaram o Governo Federal, a ponto de este assinar seis convênios de liberação de recursos, no montante de R\$ 643 mil reais, destinados ao financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável no Estado. Os seis convênios, de acordo com a matéria, assinada pela Assessoria de Comunicação do Governo do Estado, que terão dinheiro para o seu respectivo desenvolvimento, contemplam um projeto denominado “Cidadão”, a ser realizado pelo Tribunal de Justiça do Acre nas reservas extrativistas Chico Mendes e Alto Juruá; a adequação de um parque (Chico Mendes) florestal em Rio Branco; a adaptação de tecnologia para exploração sustentável de óleo de copaíba em cinco municípios do Acre; a execução de um plano estratégico para o desenvolvimento da produção da castanha no Estado; a execução do projeto de elaboração de uma política para o setor madeireiro acreano; e a execução do projeto de manejo e comercialização da palmeira de murmuru no vale do Alto Juruá.

Em 1999, explica o texto da matéria, mesmo já se desenrolando o último mês do primeiro semestre, o Acre foi o primeiro Estado da Amazônia a receber recursos do Ministério do Meio Ambiente para aplicação em projetos econômicos sustentáveis com intuito de preservar a grande floresta da região. “O Acre foi o primeiro Estado a mudar o modelo de exploração de seus recursos naturais (...)”, explicou Mary Helena Alegretti, secretária nacional da Amazônia (ASSECOM, 1999, p. 8). “E é por isso que o Ministério do Meio Ambiente resolveu se aliar a ele para consolidar o desenvolvimento sustentável como alternativa ao desmatamento predatório da Amazônia”. (ASSECOM, 1999, p. 8).

As questões do antagonismo e da busca da convergência continuam presentes no texto da segunda reportagem. O setor madeireiro, o inimigo a ser combatido na luta pela preservação ambiental, apesar dessa condição de conflito, não deve ser deixado de lado ou demonizado, de acordo com o discurso subjacente na matéria. Deve ser trazido para o lado do emissor do discurso, face à adesão à nova ideologia. A sinalização no rumo desse raciocínio é clara, uma vez que entre os projetos a serem executados com o dinheiro adquirido pelo Governo do Estado junto ao Governo Federal está o da “elaboração de uma política para o setor madeireiro acreano”.

Além disso, cinco aspectos devem ser destacados no enunciado da matéria: o cuidado dos novos governantes com o bem estar do homem do campo, ponto nodal que atravessa toda a construção do discurso da florestania, expresso na proposta de ações de valorização dos produtos nativos; o referendo de uma autoridade no assunto, no caso a secretária Nacional da Amazônia, Mary Helena Alegretti; a construção de uma identidade social que reúne num mesmo conjunto todos os que vivem (ou que pretendem viver) da cultura do extrativismo; o

discurso que nitidamente busca estabelecer um conjunto de relações sociais entre as pessoas envolvidas; e a percepção de que o texto atende aos fins discursivos de ajudar na construção de um novo sistema de conhecimento, criação de dogmas e/ou crenças, em consonância com o que diz Fairclough (2008, p. 106). Esses três últimos aspectos estão diretamente ligados as dimensões de sentido “identitária”, “relacional” e “ideacional” coexistentes no discurso fundador da florestania (assim como em qualquer discurso hegemônico).

Por último, um fator deve ser ressaltado na análise deste texto: o de que a matéria é assinada pela Assessoria de Comunicação do Estado. Tal constatação remete imediatamente ao papel das fontes e do conteúdo na construção de uma matéria jornalística. A fonte é o Governo Federal, parceiro do Acre na política de valorização do meio ambiente. O conteúdo é produzido pelo agente mais interessado na disseminação da mensagem, que o constrói de forma a aliar em doses exatas a abstração proposta pela ideologia nascente e pelo factual materializado na forma dos convênios assinados.

Seguem-se a essas duas primeiras matérias, outras de caráter educativo: “*Aprenda a desmatar*”, dia 2 de julho, escrita por Tião Maia; “*Os ecologistas e o desenvolvimento sustentável*”, dia 17 de julho, escrita por Edson Ferreira de Carvalho; e “*A solução está aqui – Reservas extrativistas podem ser modelo de preservação ambiental para todo mundo*”, dia 25 de agosto, novamente escrita por Tião Maia.

Tião Maia, na época da produção da matéria, era jornalista ligado à Assessoria de Comunicação do Estado, o que remete à questão da fonte interessada na divulgação do discurso preparatório ao advento da florestania, fato que, por si só, já se caracteriza em um dado revelador do tom adotado pelo texto. Já Edson Ferreira de Carvalho, engenheiro agrônomo e professor da Universidade Federal do Acre (UFAC), emerge na cena como portador do discurso do saber científico, falando de um lugar de difícil contestação. O que deve ser destacado no conjunto das três matérias citadas é o seu cunho “educativo”, em consonância com o preceito de formação de um pensamento hegemônico, no sentido da organização do consentimento (e a educação, formal ou informal, é uma essencial ferramenta para tal fim). Barrett, nesse sentido, cita o pensamento de Gramsci sobre a política e a ideologia, para quem a melhor maneira de entender a hegemonia é exatamente o exercício desse consentimento, fruto de uma organização que resulta nos “processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recursos à violência ou à coerção” (2007, p. 238).

Segue-se também às duas primeiras matérias uma reportagem de convergência de interesses entre a ideia do governo e o setor privado: “*Madeira de lei – Sindicato dos Madeireiros afirma que reflorestamento no Acre é viável*”, dia 4 de julho, atribuída à Redação do jornal.

Pouco mais de dois meses depois da primeira matéria, em que num determinado trecho era dito que os fazendeiros não estavam dispostos a obedecer a Medida Provisória que restringia os desmatamentos na Amazônia, eis que um importante setor da exploração da riqueza da floresta, no caso os madeireiros, surge como elemento de coalizão das propostas do Governo do Acre. O discurso apresentado no texto, portanto, já indica o começo de um agir sobre o mundo e a demonstrar uma relação intrínseca com a prática social. O discurso, ensina Fairclough (2008), estabelece um conjunto de relações sociais entre as pessoas. A demonstração disso que resulta subjacente na matéria, está no convencimento dos madeireiros, a partir do argumento oficial, de que é possível lucrar sem destruir. O discurso apresentado no texto referido indica também outra coisa, ainda a respeito do que preconiza Fairclough (2008), dentro da sua perspectiva de ambivalência e multiplicidade de interpretação: a transformação dos significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. O desenvolvimento sustentável, antes um princípio maldito para os madeireiros (muitos dos quais são também fazendeiros), passou a ser, segundo o texto da matéria, perfeitamente factível.

Matéria de cunho alarmista ganha espaço no agendamento dos temas ambientais: “*Verde ameaçado – Para organizações não governamentais, acordo da OMC põe em risco as florestas*”, dia 4 de julho, de responsabilidade da Assecom do Estado.

Embora a luta do PT seja pela preservação ambiental no âmbito do Acre, a falta originária que determina o elemento propulsor da ideologia proposta está além dos limites do Estado. Entenda-se “falta originária” como aquela que precisa ser preenchida pela prática hegemônica, como ensinam Laclau e Mouffe (2007). Ao mesmo tempo, garante o discurso veiculado pela matéria, serão combatidos inimigos internos e externos. Na medida em que a proposta der certo, o Acre poderá servir de exemplo para o mundo. Assim, é preciso, diz o subentendido do discurso, que os acreanos se unam (mais uma vez, tal como em outras oportunidades ao longo da história) na luta contra-hegemônica global. Em outras palavras, se a Organização Mundial do Comércio (OMC), órgão de uma entidade criada com a proposta de unir as nações do planeta (ONU), faz um acordo deste tipo, de cunho danoso, a luta dos

acreanos passa a ser uma luta do “eu” (o que acredita no novo ideal) contra todos os “outros” (aqueles que não acreditam em nenhum ideal novo).

O discurso do interesse comum está instaurado, na intenção de fazer com que as pessoas para as quais esse discurso é direcionado sintam-se “semelhantes”. É o primeiro passo para uma “nova identidade social” dos povos da floresta. Fundem-se, então, dois elementos da prática discursiva, explicitados por Fairclough (2008): a determinação social do discurso e a construção do social no discurso, ou seja, o discurso como “reflexo” da realidade social mais profunda dos acreanos ou “amazônidas” e a representação idealizante como fonte do social.

Igualmente ganha espaço na imprensa escrita matérias de advertência para os recalitrantes: “*Meio ambiente – Pena maior para crime ecológico*”, dia 14 de setembro, não assinada; e “*É fogo – Governo do Estado passa a controlar as queimadas*”, dia 15 de setembro, não assinada.

Apesar da crise generalizada de todos os meios de confinamento e repressão característicos da sociedade disciplinar, bem como das técnicas de persuasão características do surgimento de um novo processo hegemônico, é certo que muitos indivíduos resistem ao novo argumento. Assim, dada a necessidade premente da adoção de um novo comportamento, não é possível abrir mão completamente da sanção. Nesse momento entra em cena uma legislação punitiva que pode, inclusive, jamais ser usada, desde que os potenciais infratores se submetam à lei. Daí a matéria: “*Meio ambiente – Pena maior para crime ecológico*”, do dia 14 de setembro. No dia seguinte, 15 de setembro de 1999, é publicada uma espécie de complemento da matéria anterior: “*É fogo – Governo do Estado passa a controlar as queimadas*”. Em outras palavras, vigiar e punir! A própria junção das fontes de poder ditas “coercitivas” (a força da legislação), “política” (foi o parlamento que propôs a lei) e “econômica” (não queimar o tesouro natural ao redor), mediante o momentâneo fracasso da fonte dita “simbólica” (transmissão de valores culturais), como explica Thompson (1998).

Seguem-se matérias dando conta das ações do poder público com referência ao tema: “*Agenda positiva – Seminário discute alternativas de desenvolvimento de atividades sustentáveis*”, do dia 2 de julho, de responsabilidade da Redação do jornal; “*Terra fértil – Imac vai diagnosticar áreas produtivas do Estado*”, do dia 20 de julho, igualmente da Redação do jornal; “*Polo agroflorestal – Secretaria de Produção vai assentar as primeiras 40 famílias em Mâncio Lima*”, do dia 17 de outubro, assinada por Flaviano Schneider; e “*Reconhecimento – Wilson Pinheiro dá nome ao primeiro polo agroflorestal do governo Jorge Viana*”, do dia 11 de dezembro, sem assinatura.

São matérias que remetem à ideia de que o Estado, acima e alheio aos interesses particulares de quem quer que seja, zela pelo bem comum. Além disso, dentro do princípio da construção identitária contido na ideia da florestania, outro elemento chama atenção numa das matérias. Trata-se do uso da memória pelo “reconhecimento” de um personagem da história recente local, menos “conhecido” (do que Chico Mendes, por exemplo) em nível mundial: Wilson Pinheiro, o sindicalista tido como o primeiro grande mártir da luta dos povos da floresta contra o capital predatório. Lembrar (e louvar) a figura de um lutador pela preservação da floresta acreana foi um dos artifícios usados pelo discurso da florestania.

No texto desta última matéria (*“Reconhecimento – Wilson Pinheiro dá nome ao primeiro polo agroflorestal do governo Jorge Viana”*), além do “reconhecimento” a Wilson Pinheiro, são muitos os fragmentos emblemáticos da sementeira do que viria a ser a disseminação do ideário da florestania, no sentido de dizer à sociedade acreana que o homem do campo, ao lhe serem dadas condições de vida digna no seu lugar de origem (um cidadão da/na floresta) não precisaria mais abandonar o seu *habitat* para a aventura na periferia da cidade grande.

O primeiro polo agroflorestal criado na gestão do governador Jorge Viana foi lançado ontem pela manhã no Colégio Agrícola em um café da manhã, no qual compareceram, além do governador, o presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, a senadora Marina Silva, o deputado federal Nilson Mourão, e Isamar Pinheiro, filha do ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, Wilson Pinheiro, morto há 19 anos. (...) O governo assegura às famílias assentadas nos polos agroflorestais a assistência técnica, infraestrutura básica, sementes, escolas, açudes e escoamento da produção. Esta é uma experiência de reforma agrária implantada em Rio Branco quando Jorge Viana era prefeito da cidade e que agora está sendo estendida a todo o Estado. (*Página 20*, 11 de dezembro de 1999, p. 6)

Falando especificamente sobre a meta dos polos agroflorestais de fixação do homem no campo, a partir das melhores condições de vida proporcionadas pelo Estado, o trecho seguinte revela-se emblemático.

(...) Sua meta principal é proporcionar a inversão do êxodo rural no Estado, buscando manter as famílias nas áreas de assentamento, favorecendo a geração de emprego e renda (...). Os polos de produção agroflorestal englobam uma gama de fatores referentes ao aspecto organizacional, financeiro, tecnológico, produtivo e mercadológico (...). Estes aspectos, quando relacionados de forma planejada, constituem uma nova alternativa de desenvolvimento sustentável, alicerçando na relação homem/natureza/mercado, capaz de oferecer ao público consumidor

produtos de qualidade e baixo custo e elevar o nível socioeconômico do produtor (...). Os polos de produção agroflorestal visam ainda a substituição do atual modelo de desenvolvimento assegurando às gerações futuras a sustentabilidade necessária e uma melhor qualidade de vida para quem neles vivem e trabalham (...). (Jornal *Página 20*, 11 de dezembro de 1999, p. 6)

Depois dessa espécie de preparação do imaginário popular, pela veiculação de matérias sobre as ações do Governo do Acre, em 1999, no sentido de preservar e valorizar os recursos naturais, para uma efetiva melhoria da qualidade de vida dos habitantes da floresta acreana, é que aparece no jornal *Página 20* a primeira matéria sobre a florestania, assinada pela jornalista Cristina Ávila (texto publicado originalmente no jornal *Correio Braziliense*), em 16 de fevereiro de 2000.



Figura 3 – Primeira matéria publicada no *Página 20* onde é mencionada a palavra florestania, em 16 de fevereiro de 2000.

Antes, porém, neste mesmo ano de 2000, duas outras matérias haviam dado prosseguimento ao processo de germinação do sentimento da florestania. A primeira delas data de 18 de janeiro, sem assinatura, sob o título “*Ocupação desordenada*”, tratando de como o IBAMA local estava agindo para conter a depredação perpetrada pelos madeireiros. Numa das retransmissões da matéria faz-se alusão à participação do ex-governador e empresário Orleir Cameli no processo de retirada ilegal de madeira das florestas acreanas, com o uso de

tratores Skidder, considerados de última geração para esse tipo de atividade. “(...) Somente o grupo empresarial ligado ao ex-governador Orleir Cameli possui quatro desses tratores, que são usados em derrubadas nas florestas do Vale do Juruá (...)” (*Página 20*, 18 de janeiro de 2000, p. 7).

Voltam à cena os mesmos madeireiros dos quais se dizia, em uma das matérias publicadas no dia 4 de julho de 1999 (“*Madeira de lei – Sindicato dos Madeireiros afirma que reflorestamento Acre é viável*”), que estavam dispostos a aderir à nova ideologia. Voltam como elementos de discórdia, mas já não necessariamente como inimigos. Agora, de acordo com o discurso implícito na matéria, são somente adversários. Essa situação nos leva outra vez ao pensamento de Laclau e Mouffe sobre antagonismo (a lógica do inimigo) e agonismo (a lógica do adversário), o que remete à reflexão de que são, de fato, as relações de poder e seu enfrentamento que constroem a política. Ainda nessa linha de reflexão, não sendo possível eliminar o poder, o que se pode fazer é empreender uma ação política compatível com os valores humanos e que seja capaz de promover a transformação deste poder.

O caráter do antagônico explícito na matéria do dia 18 de janeiro, do inimigo, a ser combatido, passa a ser encarnado na figura do empresário Orleir Cameli, ex-governador do Estado, no período imediatamente anterior à ascensão da Frente Popular (1995 – 1999), que continua, de acordo com o texto, retirando ilegalmente a madeira da floresta.

A segunda reportagem, publicada no dia 28 de janeiro, também sem assinatura, materializada num pequeno texto sobre uma fotografia de $\frac{3}{4}$ de página mostra a exuberância da floresta e dos rios regionais, discorrendo sobre certa “Operação Amazônia II”, de responsabilidade do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), e relata o monitoramento e a fiscalização de atividades licenciadas pelo órgão. De acordo com o texto, o coordenador do Departamento de Licenciamento Ambiental do IMAC, Arnaldo Braga Júnior, “disse que os rios, igarapés e florestas serão fiscalizados e que tudo o que for nocivo para manutenção das boas condições do Estado será coibido (...)” (*Jornal Página 20*, 28 de janeiro de 2000, p. 12). Como a matéria do dia 14 de setembro do ano anterior, destaca-se o fator da coerção, uma das fontes constitutivas do poder. Igualmente, como no caso antes comentado, sob o princípio da vigilância e da punição.

Voltando à primeira matéria em que se fala explicitamente sobre a florestania, foram duas as páginas (16 e 17) destinadas pelo jornal para a reprodução do texto de Cristina Ávila, originalmente publicado no *Correio Braziliense*. Um texto denso (duas páginas e somente um intertítulo), sob o título “Florestania” e o subtítulo “Política do governo do Estado resgata a

cidadania dos habitantes da floresta”, ilustrado por apenas duas fotografias. Numa das fotografias um homem caminha por uma estrada no meio da selva, com uma foice às costas. Embaixo há a legenda: “Ser seringueiro é necessidade. Quando a necessidade não está em um sintoma, está em outro”, define Francisco Pereira da Silva”. Na outra fotografia, aparece um homem trabalhando no processo de defumação da p  la de seringueira e embaixo a legenda: “A usina da Cooperativa de Xapuri vende 25 toneladas de borracha beneficiada por mês”.

A reportagem inicia falando do esquecimento em que viviam os povos da floresta e do nascimento de um novo Brasil, a partir dos estados do Acre e do Amapá, e lembra que para chegar nesse ponto foi preciso se descobrir o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como necessário correr o sangue de muitos mártires, entre os quais Chico Mendes, o maior deles.

Não muitos anos atrás, falar de “desenvolvimento sustentável” era moda, enquanto os seringueiros e coletores de castanha ou açaí viviam esquecidos no meio da Amazônia, brigando para evitar a substitui  o da floresta por planta  es de soja ou pela destrutiva extra  o da madeira. A luta rendeu mártires, Chico Mendes    o mais famoso deles. Mas t  mb  m mudou mentalidades. Hoje. Com apoio de governos estaduais e federal, muitas vezes com dinheiro doado por países ricos, estes mesmos extrativistas estão organizando projetos inovadores em plena selva. São pequenas fábricas de borracha semimanufaturada ou de óleo da castanha, que garantem renda familiar digna e atraem investimentos públicos raros em meio às matas – como simples escolas ou postos de saúde. Nessas comunidades remotas, protegidas por reservas extrativistas, começa a se resgatar a cidadania dos habitantes das florestas, a chamada florestania. A reportagem foi conferir o nascimento desse novo Brasil no Acre e no Amapá, dois estados governados por partidos de esquerda e pioneiros na aplica  o de políticas que respeitam pessoas e meio ambiente (...). (ÁVILA, 2000, p. 16)

Em tom didático, a reportagem de Cristina   vila fala da base da riqueza acreana, centrada no extrativismo e explica como nos anos 1970, por conta da crise dos preços da borracha e da expansão da pecuária grande parte dos seringueiros precisaram migrar de suas terras para a periferia das cidades, “especialmente a capital, Rio Branco, onde vivem 50% dos 500 mil habitantes do estado” (ÁVILA, 2000, pp. 16 e 17). Com as novas políticas públicas, entretanto, essas pessoas estão voltando novamente para os seus locais de origem, acrescenta a repórter.

O governo ainda não tem números para comprovar o movimento populacional, que aumentou de intensidade desde o ano passado, mas sabe-se o que atrai os seringueiros de volta para casa. Eles estão sendo estimulados pelos bons preços da borracha no mercado internacional e pelos

incentivos estaduais à extração de látex e castanha, associada ao cultivo de frutas e resinas nativas (...). (ÁVILA, 2000, p. 17)

Francisco Pereira da Silva, o seringueiro usado como personagem central da reportagem de Cristina Ávila, é a voz de milhões de outros seringueiros. Ele conta como foram difíceis os oito anos em que morou na periferia de Rio Branco e como a sua vida mudou para melhor quatro meses antes da reportagem, depois que ele se mudou para o seringal Rio Novo, no município de Acrelândia, divisa dos estados do Acre e de Rondônia. Do depoimento do seringueiro Francisco Pereira da Silva, a repórter tira as suas conclusões.

A virada na vida de Francisco, uma decorrência das medidas do governo e das boas novas do mercado internacional, deu origem ao resgate da dignidade e da cidadania de populações antes expulsas da floresta e marginalizadas na cidade. É a chamada florestania: a cidadania para os habitantes da floresta, fenômeno que também começa a ocorrer no Amapá. No Acre, a mudança não é mero fruto dos ventos do mercado financeiro internacional. O governador Jorge Viana, petista formado em engenharia florestal, apoiado em três décadas de estudos sobre desenvolvimento sustentável e experiências de sindicatos e organizações não governamentais, resolveu olhar para a floresta (...). (ÁVILA, 2000, p. 17)

A jornalista usa a parte final da sua reportagem para esclarecer que a economia do Acre, bem como a consequente melhoria da vida dos povos da floresta, não se baseia somente no incentivo à produção da borracha, o que sinalizaria para uma volta pura e simples a um modelo passado. “Além da borracha, o governo está investindo nas ‘ilhas de produção’, nome dado às pequenas áreas de plantio de espécies nativas dentro da floresta (...)” (ÁVILA, 2000, p. 17). O autor segue o texto dizendo que é o Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado, conhecido como Reca, que “desde 1988 dá frutos nativos, como cupuaçu e pupunha, usando financiamento de uma entidade de bispos da Holanda” (ÁVILA, 2000, p. 17). Além das “ilhas de produção”, existe ainda, de acordo com Cristina Ávila, a atenção do governo para a exploração da castanha. “Entre janeiro e março, é ela que movimenta os seringueiros da região do Vale do Acre, situada nos arredores de Rio Branco. Ali se produz, em média, 10 mil toneladas de castanha por ano (...)” (ÁVILA, 2000, p. 17). Tal produto, esclarece a repórter, é vendido para Estados Unidos, Europa e Ásia, e que proporciona um lucro anual de quase U\$ 10 milhões.

É um texto pródigo no uso de um vocabulário cheio de expressões de negação, de maneira absolutamente coesa (o texto é todo marcado por este tipo de expressão), como forma de marcar um antagonismo entre a antiga e a nova proposta de desenvolvimento do Acre,

desde a primeira linha, onde se encontra a afirmação: “Não muitos anos atrás, falar de desenvolvimento sustentável era moda, enquanto seringueiros e coletores de castanha ou açaí viviam esquecidos no meio da Amazônia (...)”. Mais à frente, outra expressão de negação servindo de contraponto entre o velho e o novo discurso: “(...) Para o Acre, é uma sorte não ter minério, não reluzir a riqueza do ouro que atrai garimpos e destrói florestas (...)”. Um pouco além, falando dos seringueiros que começavam a voltar para casa após o advento da florestania, encontra-se mais uma expressão de afirmação do novo ideário pelo viés do discurso de negação: “(...) O governo ainda não tem números para comprovar o movimento populacional, que aumentou de intensidade desde o ano passado, mas sabe-se o que atrai os seringueiros de volta para casa (...)”. Igualmente, nessa linha de construção discursiva pelo viés da negação, isso é mais uma vez demonstrado nas palavras do secretário de Extrativismo, Carlos Esteves, sobre as novas relações entre povos da floresta e governo: “(...) Não adianta fazer projetos em gabinete e empurrar para os seringueiros. Se a gente faz isso, quando vira as costas eles voltam a fazer do jeito que estão acostumados (...)”.

Como exemplo dos novos tempos enfatizados na matéria e dando tanto coesão quanto coerência ao assunto evidenciado (os benefícios da florestania, no caso), é determinante a inserção do personagem Francisco Pereira da Silva, morador de um dos seringais acreanos: “A virada na vida de Francisco, uma decorrência das medidas do governo e das boas novas do mercado internacional, deu origem ao resgate da dignidade e da cidadania de populações antes expulsas da floresta e marginalizadas na cidade”.

Produzido por uma profissional de um jornal de fora do Estado, não sendo possível determinar a origem da pauta, a primeira matéria sobre a florestania serviu à perfeição para os propósitos de disseminação do novo ideário, com um componente que deve ser ressaltado: o de ser produzida por alguém supostamente com um olhar à distância, o que, pode-se inferir, dá um ar de maior credibilidade ao texto. Mais ou menos como se os interessados sobre a disseminação das novas políticas públicas dissessem: “Não somos nós que estamos dizendo. Quem diz não tem nada a ver com a gente, mas a ideia já ultrapassa fronteiras e é reconhecida por quem começa a conhecê-la”.

A essa primeira matéria, sucederam-se mais três, até o fim do ano 2000, abordando o tema da florestania, enquanto dezenas de outras abordaram temas relativos ao desenvolvimento sustentável, ao homem da floresta e até matérias relativas aos atrativos do turismo ecológico.

Em 20 de fevereiro de 2000, quatro dias depois de veiculada a primeira matéria sobre a florestania, o jornal *Página 20* publicou outro relato sobre o tema. Sem assinatura, o título da matéria era o mesmo do tema: “Florestania”. Como subtítulo, falava-se de uma espécie de diário de uma viagem do governador Jorge Viana ao meio da floresta: “Viajando a pé, de cavalo e de barco, Jorge Viana visita as populações tradicionais”. Além do texto principal, mais duas retrancas faziam parte da matéria: “Comunidades recebem incentivo” e “Organização social no seringal Icuriã surpreende”. Duas fotografias ilustravam a matéria. Na primeira, o governador, acompanhado de um assessor, percorre uma trilha. Ambos montam em cavalos. Legenda: “O governador passou cinco dias percorrendo seringais e varadouros do município de Assis Brasil”. Na segunda fotografia, o governador aparece dentro de uma residência característica de um seringueiro, com quatro pessoas. Legenda: “Jorge Viana ao lado de pessoas simples da zona rural”. O sentimento latente da florestania surge como essência da matéria.

De Assis Brasil, onde iniciou a viagem, até o seringal Bom Destino, no Iaco, o governador Jorge Viana, na semana passada, conviveu cerca de 70 horas diretamente com o povo simples da floresta. Foram cinco dias, onde ele percorreu seringais, estradas de seringa, varadouros, rios, igarapés e açudes no interior do Acre. A viagem foi feita a pé, de cavalo e de barco. Nunca antes o conceito de ‘florestania’, ou seja, resgatar a dignidade dos povos da floresta, esteve tão em voga. (...). No contato direto, o governador percebeu que as populações tradicionais hoje voltaram a ter um sentimento de esperança, em razão dos incentivos que vêm sendo dados pelo governo do Estado (...). O sentimento de florestania começa a florescer em todos aqueles que durante anos foram esquecidos pelo poder público. Isso, na opinião do governador, é reflexo de uma política voltada para a utilização das riquezas da floresta com sabedoria e respeitando as populações tradicionais. (Jornal *Página 20*, 20 de fevereiro de 2000, p. 4)

Essa é uma matéria em que resultam claros os postulados de Fairclough (2008) no que diz respeito à interseção da prática social e do discurso. Este discurso está implicado nas diversas variações da prática social, emerge sem que nenhuma das implicações se configure reduzida. Não é possível à prática política, sob pena de não estabelecer ou perder a hegemonia, demonstrar procedimentos independentes e/ou diversos da prática ideológica.

Neste sentido da interseção entre prática político-social e discurso, para a materialização do processo ideológico, a matéria é bastante reveladora ao narrar a viagem do governador Jorge Viana ao encontro das populações tradicionais, habitantes da floresta acreana, feito que, deve-se ressaltar, o referido político já havia empreendido quando em campanha para o Governo do Estado. Ao contrário do que faziam os políticos anteriores, que,

depois de eleitos, pouco ou nunca visitavam os eleitores mais distantes, a ação de Jorge Viana tentava garantir que o novo discurso (meio ambiente, desenvolvimento sustentável, cidadania para todos, respeito às tradições e aos povos da floresta) não pretendia ser tão somente uma figura de retórica. Aquela era uma ação de aproximação e de garantia. Para quem não sabia ou duvidava da empreitada, tudo foi divulgado nos mínimos detalhes pelas diversas mídias (rádio, jornais e televisão), como bem atesta a reportagem aludida, ocupando uma página inteira, sem assinatura (mas com o crédito das fotografias dado à “Assessoria”).

Depois disso, a florestania como tema específico somente vai aparecer em duas matérias publicadas no último mês do ano. Sob o título “Lucrar sem destruir”, e tendo como subtítulo “*Governador do Acre defende manejo florestal em seminário*”, a reportagem, datada de 6 de dezembro e assinada pela “Redação”, ocupando três quartos de página, divide-se em duas retrans. No texto principal, a explicação de que o seminário do qual participaram os governadores Jorge Viana (Acre) e João Capiberibe (Amapá), foi uma iniciativa da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, com o objetivo de mostrar políticas públicas vitoriosas que aliassem desenvolvimento e preservação ambiental. Na segunda parte desse texto principal, um intertítulo (“Do sonho à realidade”) publiciza uma ação concreta do governo do Acre, no sentido objetivo das suas intenções.

Projetos sustentáveis no Acre hoje já são realidade. A elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) pelo governo do Estado é um marco das boas intenções do poder público neste sentido (...). O estudo, patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente, envolve o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza. Ele servirá de subsídio para definir políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, já que mostrou a riqueza da biodiversidade do Estado (...). O relatório final do ZEE mostra que na fauna de vertebrados destacam-se os mamíferos e as aves. Cerca de 40% dos mamíferos do Brasil e 5% do mundo podem ser encontrados no Acre. No caso das aves, cerca de 45% das espécies existentes no país estão em território acreano. Com relação aos peixes catalogados no estado, o estudo verificou que eles representam 10% da riqueza ictiológica nacional (...). O Zoneamento inclui também o combate à pobreza e a outras formas de marginalização social, o respeito à diversidade cultural, à eficiência das atividades econômicas, ao uso duradouro dos recursos naturais e à conservação dos ecossistemas e da biodiversidade”. (Página 20, 6 de dezembro de 2000, p. 4)

Na segunda retrans, sob o título “Política de florestania”, ilustrada pela fotografia de um pneu de automóvel batizado com o nome “Xapuri”, cidade do interior do Acre, onde, convém lembrar, viveu Chico Mendes, aparecem com mais ênfase os argumentos em favor da florestania. O texto chama a atenção para as polêmicas em torno do novo ideário, arrisca a

opinião de que a oposição ao governo do PT provavelmente não entenda o seu significado e traz a palavra do governador Jorge Viana, na condição de seu maior defensor. “Somos um povo da floresta e sabemos que a Amazônia é a vantagem comparativa em relação a outros países de que o Brasil dispõe. É isso que diferencia o Brasil (...)” (*Página 20*, 6 de dezembro de 2000, p. 4).

Para provar que a teoria do governador está correta, o texto continua a sua argumentação a favor das ações do poder público, afirmando que já existem benefícios palpáveis no Acre. O principal exemplo usado no relato é o de uma companhia denominada Couro Vegetal da Amazônia (CVA), que após nove anos fabricando bolsas e calçados utilizando látex produzido no Vale do Alto rio Juruá, estaria começando a render bons frutos. “A empresa, que beneficia 220 famílias de índios e seringueiros, faturou este ano R\$ 1 milhão até setembro” (*Página 20*, 6 de dezembro de 2000, p. 4). Em seguida, a matéria enfatiza a existência de outras atividades, que não apenas de desenvolvimento sustentável ou de retirada de madeira com técnicas de manejo para impulsionar a economia acreana: “O lançamento do pneu Xapuri, produzido pela Pirelli, com látex vindo de seringueiras acreanas e a provável utilização de óleos produzidos em reservas extrativistas do Acre pela Natura Cosméticos são exemplos disso”, explica a reportagem (*Página 20*, 6 de dezembro de 2000, p. 4).

Um componente significativo da teoria do discurso proposta por Laclau serve de elemento para uma reflexão sobre os enunciados desta matéria: o componente do espaço social como discurso, cujo postulado básico é o de que “toda configuração social é uma configuração significativa” (GIACAGLIA, 2006, p. 101). O látex oriundo das seringueiras acreanas transforma-se em produtos industrializados (pneus e óleos). A transformação da matéria prima em produto é garantia da configuração social apropriada pelo discurso (seja do texto escrito ou do texto falado pelos palestrantes do seminário – os governadores do Acre e do Amapá), revestindo-se de uma significação plena de benefícios para os povos da floresta até então esquecidos. A identidade proposta pela florestania passou a ser objeto da ação.

No dia 23 de dezembro, antevéspera do Natal, publicou-se a última matéria de louvor à florestania do ano 2000. Um longo texto ocupa as páginas 6 e 7, de autoria do jornalista Romerito Aquino, sob o título “*Destaque*” (subtítulo: “Em reportagem de capa, revista da Vasp diz que o Acre é modelo para o turismo e o desenvolvimento sustentável”), chama a atenção para a matéria publicada na revista de bordo da companhia aérea citada no subtítulo. Cinco fotografias ilustram o texto, quatro de paisagens da natureza amazônica e uma da própria capa da revista. “O Acre, definitivamente, está se consolidando como opção de

turismo ecológico e como modelo de desenvolvimento sustentável para a grande Amazônia brasileira”, afirma Romerito Aquino no início da matéria (*Página 20*, 23 de dezembro de 2000, p. 6). O referido jornalista, na continuação imediata do seu texto, explica ser isto o que demonstra “a edição deste mês da revista ‘Viaje Bem’, da Vasp, que dedica ampla reportagem sobre a potencialidade do ecoturismo do Acre e a opção que o estado tomou em consolidar a cidadania dos habitantes da sua floresta (a florestania)” (*Jornal Página 20*, 23 de dezembro de 2000, p. 6).

A palavra florestania é recorrente na matéria, incluindo uma breve explicação sobre o seu significado.

A revista relata a história do sindicalista Chico Mendes, assassinado por defender a preservação da floresta e o desenvolvimento social de seu povo, e traz duas páginas sobre a florestania, um termo que se usa hoje no Acre para classificar as ações que consolidam a cidadania para índios, seringueiros, ribeirinhos, pequenos agricultores e outros habitantes da floresta. (AQUINO, 2000, p. 6)

A reportagem encaminha-se para o seu desfecho com a afirmação de que o “governo do Acre tem demonstrado grande interesse na melhoria da qualidade dos produtos do estado (...)”, (*Página 20*, 23 de dezembro de 2000, p. 7), enumerando a valorização de produtos da floresta, como borracha, castanha, óleo de castanha, cápsulas de copaíba, pomadas, sabonetes e xampus com essências da floresta. Como assertiva final da reportagem, afirma o enunciador a certeza de que “o estado caminha para o desenvolvimento econômico, mas com respeito à floresta” (*Página 20*, 23 de dezembro de 2000, p. 7).

Novamente vista a partir de um ponto fora do Estado, assim como a primeira matéria sobre a florestania (a de 16 de fevereiro deste mesmo ano, assinada por Cristina Ávila), mais uma vez a legitimação vem de quem, aparentemente, não está envolvido diretamente com o processo. O jornalista local, Romerito Aquino, tão somente faz eco ao que outra pessoa disse. Juntando-se essa voz de um enunciador distante, que garante o Acre como um lugar consolidado para a prática do turismo ecológico, com a assertiva final de que “o estado caminha para o desenvolvimento econômico, mas com respeito à floresta”. A matéria sugere estar em curso (ou já ter se realizado) a conquista da hegemonia pelo poder político local. Sugestão que o faz repetindo, inclusive, através de palavras como “produtos da floresta”, “desenvolvimento sustentável”, “cidadania para habitantes da floresta”, dentro de um discurso fixador de significados parciais em torno de pontos nodais característicos do discurso da florestania. Já não se trata mais de um simples consenso passivo por parte das pessoas

envolvidas/afetadas diretamente pelo discurso, por conta da sua localização geográfica. Assim como na matéria do começo do ano, nesta já está plenamente caracterizada a expansão do discurso das normas, dos valores e dos pontos de vista da florestania, através de descrições persuasivas do mundo.

Em 2001 foram dezenas de matérias tratando de temas relacionados com os povos da floresta. Entretanto, apenas duas delas trataram especificamente da florestania. A primeira matéria, no dia 27 de janeiro, sob o título “Geração de empregos” e subtítulo “Florestania aponta bons resultados na geração de empregos por ocupação produtiva”, assinada pela redação do jornal, ocupou o espaço de duas páginas (8 e 9) e era ilustrada por três fotografias, sendo a principal delas dos secretários de Planejamento (Gilberto Siqueira) e de Produção (José Fernandes do Rêgo). Nas outras duas fotografias, mostra o enunciador uma reunião de técnicos e a de uma funcionária pública (Eliana Valente) recém-contratada. Um pequeno tópico no canto inferior esquerdo da página 9 traz uma explicação do secretário Gilberto Siqueira de que “a florestania, defendida pelo Governo do Estado como uma bandeira de administração, já mostra resultados: 9.394 empregos foram gerados por meio da ocupação produtiva” (*Página 20*, 27 de janeiro de 2001, p. 9). No complemento da sua argumentação positiva a respeito do modelo, Gilberto Siqueira usa como exemplo os polos florestais e as reservas onde são desenvolvidos programas de manejo sustentável. Referindo-se ao rio Antimary e ao seringal Cachoeira, em Xapuri, Siqueira firma que “dezenas de famílias executam o manejo florestal que vai gerar renda e garantir a preservação da floresta, gerando lucros e meio ambiente saudável. Este é o espírito da florestania como meio de vida” (*Página 20*, 27 de janeiro de 2001, p. 9).

O espírito da florestania ressaltado na matéria, traduzido pelos avanços sociais (criação de empregos, ocupação produtiva, famílias estáveis por conta da geração de renda em seus ambientes nativos etc.), é uma conquista empreendida pela política. As vozes que falam no texto são as dos secretários de Planejamento e Produção do Estado. No dizer de Laclau, trata-se da própria instituição de uma ordem num lugar de conflito que ameaçava o social, resultado da articulação hegemônica empreendida pelo advento do discurso da florestania. Ressalte-se, a título de esclarecimento, que essa é uma ordem provisória e parcial, dado que nenhuma hegemonia pode “fechar o jogo irreduzível entre o movimento instituidor e o cenário instituído” (GIACAGLIA, 2006, p. 109).

A segunda matéria, identificada como sendo um *release* da Assessoria de Comunicação do Estado, sob o título “Florestania”, e com o subtítulo “Jorge Viana diz que

seu governo colocou o Acre no rumo certo” foi publicada no dia 26 de agosto. Duas partes compõem a referida matéria. Na parte inferior, aparece o seguinte título: “Ataques não vão me afastar do compromisso de melhorar a vida do povo do nosso Estado”. A matéria é ilustrada pela fotografia de um homem com uma foice às costas caminhando por uma trilha na floresta, com uma castanheira (árvore emblemática do desenvolvimento rural acreano, usada, inclusive, como logomarca do “Governo da Floresta”) ao lado da respectiva trilha.



Figura 4 – Matéria sobre a florestania, publicada no dia 26 de agosto de 2001.

No texto principal da matéria, aparece a alusão à árvore símbolo e à opção pela melhoria das condições de vida dos acreanos humildes.

A castanheira estilizada e as cores verde e amarela, que identificam a atual administração do Estado, não representam a principal marca do governo de Jorge Viana. Sua principal característica é o caminhar junto com o povo, ouvindo e atendendo suas reivindicações, realizando e fiscalizando obras (...). O trabalho definido pelo governador e sua equipe se dá em parceria com a sociedade para garantir um futuro melhor a cada um dos acreanos, principalmente aos mais humildes – aqueles que moram em locais antes inacessíveis, como o distante município de Santa Rosa do Purus, no Vale do Yaco, uma das regiões mais isoladas da Amazônia (...). (Página 20, 26 de agosto de 2001, p. 5)

Na opinião do governador, ressalta a matéria, a logomarca do governo está bem fixada nos olhos da sociedade não exatamente pelas obras que são realizadas, mas, principalmente, pelo fato de o governo ir aos locais mais distantes, ouvindo as aspirações das pessoas e tornando reais essas aspirações. Por tudo isso, o governador explica, em dado momento do texto, que os adversários atacam tanto o governo do PT. Na segunda parte da matéria, o enunciador afirma que os ataques dos adversários não terão o poder de intimidar o governador.

Apesar dos constantes ataques que sofre dos adversários - ofensas maldosas, outras pessoais, agredindo até mesmo a honra de sua família -, o governador Jorge Viana tem se mostrado disposto a enfrentar cada um dos ataques sem desistir da sua maior luta: tornar o Acre um estado viável, tirando-o das páginas policiais do noticiário nacional, para as páginas de economia, de política, com boas notícias. Notícias de que neste pedaço de Brasil, a cidadania vem sendo exercida não apenas na cidade, mas também – e principalmente – dentro da floresta, nos seus mais distantes rincões (...). (Página 20, 26 de agosto de 2001)



Figura 5 – Logomarca do Governo da Floresta

Duas considerações merecem destaque no que diz respeito ao teor dessa matéria. A primeira consideração é a da construção do simbólico ressaltada pela logomarca (uma castanheira - árvore emblemática do desenvolvimento regional - estilizada), presente em todas as placas indicativas de obras públicas nos dois primeiros mandatos do PT (1999 – 2006), mas cuja força, diz o próprio governador, só se justifica pelas ações realizadas. A segunda consideração é a da alusão aos “constantes ataques” que o governador “sofre dos adversários”, o que remete ao conflito, em última (ou em primeira) instância a própria

condição do político. Domesticar esse conflito, via processo hegemônico, mesmo que de forma transitória, é a essência da política. Mas o que importa, explica a matéria, é que o governador está “disposto a enfrentar cada um dos ataques sem desistir da sua maior luta: tornar o Acre um estado viável (...)”.



Figura 6 – Peça publicitária alusiva à florestania, publicada em junho de 2001.

Além dessas duas matérias, um anúncio publicitário veiculado durante os primeiros dias do mês de junho teve o poder de dar alta visibilidade à florestania. Ocupando uma página inteira, a peça de propaganda oficial tencionava dar a conhecer a programação da Semana do Meio Ambiente. Essas informações, entretanto, ocupavam um pequeno canto (inferior direito) da página. Como uma espécie de ponto final, aparecia a logomarca do Governo: uma arvorezinha estilizada, simbolizando a castanheira, uma das riquezas (a outra era a seringueira) do Estado desde os antigos e áureos tempos do extrativismo. Todo o resto do espaço era dedicado à florestania. Na metade superior da página, havia uma figura lembrando um quebra-cabeça, composto por peças que formavam cenas e personagens de atividades florestais. Na parte de baixo, um texto com o título “*Florestania*” e com o subtítulo complementar “Uma peça importante no desenvolvimento do Acre”.

No texto, são explicitadas as ações desencadeadas pelas políticas públicas voltadas para o homem da floresta.

Cuidar do meio ambiente sempre fez parte da nossa natureza. Por isso, o Acre é considerado no Ministério do Meio Ambiente um modelo de desenvolvimento sustentável. Com 90% de sua área preservada, o Estado vem desenvolvendo programas alternativos para a exploração da floresta, sem causar danos ao meio ambiente. E o melhor: com todos esses cuidados, o Acre ainda conseguiu aumentar sua produção graças ao esforço conjunto do governo e dos setores agropecuário, extrativista e madeireiro, através da criação de cooperativas, da mecanização da agricultura, dos subsídios e incentivos para fixar o homem na floresta. Além disso, o Estado vem controlando de maneira eficaz as queimadas e o desmatamento, chegando mesmo a reduzi-los. Essas ações fizeram do Acre um modelo a ser seguido na exploração racional dos recursos naturais e estão proporcionando o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida em todo o Estado. (*Página 20*, 1º de junho de 2001).

“Meio ambiente”, “natureza”, “desenvolvimento sustentável”, “exploração da floresta”, “produção”, “setor agropecuário”, “setor extrativista”, “setor madeireiro”, “homem da floresta”, “desmatamento”, “queimadas”, “exploração racional dos recursos naturais”, são significantes que mostram a profusão de pontos nodais, agregados por um discurso fixador das significações propostas pela florestania.

No ano seguinte, 2002, último do primeiro mandato do governador Jorge Viana, candidato à reeleição, cerca de 150 matérias sobre os povos e as peculiaridades da floresta foram publicadas no jornal *Página 20*. Desse conjunto, oito (três artigos, quatro reportagens e um editorial) falam especificamente sobre o tema florestania.

O primeiro texto publicado em 2002 (dia 10 de fevereiro) sobre a florestania foi um artigo assinado pelo jornalista Elson Martins, sob o título “*O Acre dividido*”, fazendo alusão a dois tempos distintos na vida do Estado: antes e depois do governo da Frente Popular. O Acre mais recente, afirmou o articulista, “se inspira na tradição cultural do povo, no respeito à natureza, nos objetivos da cidadania (ou florestania)” (MARTINS, 2002, p. 3). Já o Acre de antigamente, na visão do jornalista, “se articula com o que há de pior, procurando manter ou retomar vantagens criadas com a apropriação indébita da coisa pública” (MARTINS, 2002, p. 3). O conjunto do texto é fortemente marcado pelo viés do argumento comparativo entre dois tempos de um mesmo espaço geográfico, em desfavor do passado, como se pode constatar no trecho abaixo.

Antes do governo da floresta, iniciado em 1998, a vida (e a morte) estava nas mãos do Acre que recua. Inclusive o semblante triste das pessoas, o salário atrasado do funcionalismo, o comércio com cara de falência, o desânimo do homem do rio e da floresta. Tudo que representava o Acre que avança, na época, recolhia-se impotente como se não houvesse saída. Enquanto o Acre do qual o Brasil ouvia falar era anedótico, ou satânico, ou corrupto e sem

jeito (...). Apenas uma minoria constituída de chefes administrativos, políticos carreiristas e empresários gananciosos se dava bem naqueles tempos, se apossando do orçamento do Estado, acumulando fortuna num mar de lama apoiado pelo crime organizado. Enquanto o Acre de Chico Mendes e das lutas ambientalistas recolhia-se como fogo de monturo, esperando a hora de reacender (...). O Acre que o Brasil reconhece hoje é o das lutas ambientais encabeçadas por Chico Mendes. O Acre das reservas extrativistas. O Acre dos povos da floresta, do Santo Daime, dos empates, das mulheres mães e guerreiras, do couro vegetal, da castanha virando produto de exportação, da economia da floresta gerando o desenvolvimento sustentável (...). (MARTINS, 2002, p. 3)

Em 21 de abril de 2002, foi publicado um novo artigo do mesmo Elson Martins. Sob o título “*A florestania vai às urnas*”, o jornalista estabelece comparações entre os programas de desenvolvimento sustentável realizados pelos governos do Acre e do Amapá. Martins esclarece que as ações relativas ao meio ambiente levadas a efeito no Acre aconteceram primeiro no Amapá, mas, na visão dele, o chamado Governo da Floresta teria mais preparo popular para crescer e se afirmar junto a uma sociedade que plantou as bases da sustentabilidade na Amazônia. O Governo da Floresta nasceu nos embates dos anos setenta/oitenta e conquistou espaço político nos anos noventa. “Comparando um e outro (Amapá e Acre), é visível que aqui a florestania avança mais rápido” (MARTINS, 2002, p. 3). No fim do artigo, o jornalista deu um conselho e fez uma observação. O conselho: “(...) o marketing do Governo da Floresta deve clarear o significado de governo da floresta. É mais simples e indestrutível do que parece (...)” (MARTINS, 2002, p. 3). A observação: “(...) O Governo da Floresta é uma obra coletiva em que cada cidadão tem que dar uma mãozinha, mantendo para as atuais e futuras gerações uma sociedade que se quer acreana e sustentável” (MARTINS, 2002, p. 3). Estava dado um recado direto aos eleitores acreanos sobre o que seria melhor para o Estado no pleito que se aproximava: o da recondução ao cargo de governador de Jorge Viana, como sendo a única maneira de ser continuada uma política que vinha dando certo.

No dia 1º de junho de 2002, o *Página 20* publicou o artigo mais contundente, do ponto de vista da autoridade de quem o escreveu. Sob o título “*Florestania: cidadania na floresta*”, ninguém menos do que o conhecidíssimo teólogo Leonardo Boff é quem deu o recado, dizendo também, tal como Elson Martins, o que ele achava melhor para o futuro da política acreana e aproveitando para fazer uma didática explanação sobre os conceitos de florestania.

Na Amazônia assim se pensava e assim se agia: desmatar é desenvolver. Nesta lógica se têm desmatado 15 hectares por minuto. Este floresticídio está sendo sustado pela florestania, política proposta pelo governo do Acre sob os cuidados do jovem governador Jorge Viana (PT). Seu lema: ‘Governo da Floresta’. Meta visada: ‘florestania’. Que significam esses valores inovadores? (...). Entender a floresta amazônica como base para um novo modelo sócio-econômico fundado no extrativismo sem depredar a floresta. Tal proposta rasga caminho novo, dando visibilidade ao que alguns teóricos chamam de ‘modo de produção amazônico’ (...) Tão importante quanto o plano ecológico-econômico é o plano político-social que vem sob o nome de Florestania. Trata-se de uma palavra que combina ‘floresta’ com ‘cidadania’. Significa então realizar a cidadania na floresta através de uma nova consciência de que as populações rurais, ribeirinhas, indígenas e extrativistas só tem vantagens em ficarem na floresta. Aí dentro de seu meio ecológico serão assistidas com saúde, educação, formação profissional e lazer (...). (BOFF, 2002, p. 5)

A própria opinião do jornal destacou a florestania no ano eleitoral de 2002, que foi tema do editorial do dia 10 de novembro, sob o título “*Cidadania florestal*”. O texto alude ao modelo de desenvolvimento calcado na expansão tecnológica, entendendo que este conduziu a humanidade até a beira de um abismo existencial. Por conta disso, explicou o editorial, sabendo-se que na Amazônia se concentra a maior reserva biológica do mundo, o governo brasileiro enfrenta dificuldades para manter afastados dela os interesses estrangeiros. Com um problema de tal dimensão, ainda no dizer do editorial, é necessário que os países que primam pelo bem estar de seus cidadãos criem mecanismos de desenvolvimento socioeconômicos independentes. “Uma identidade local. Uma indústria nacional, capaz de gerar empregos e circular muito mais dólares do que todos os especuladores internacionais juntos.” (Página 20, Editorial, 2002, p. 3). É nesse ponto, de acordo com o editorial, que o Acre pode servir de modelo.

(...) O projeto de desenvolvimento sustentável – que não é apenas da natureza, mas também do ser humano – criado no Acre, na fronteira da Amazônia com o MERCOSUL, pode não ter a menor pretensão de surgir como mola propulsora da economia nacional. Mas bem que poderia. Potencial para isso tem. Basta os outros estados amazônicos aderirem à ideia (...). O resgate da metodologia indígena de convivência com a natureza, consumindo e perpetuando seus recursos, mostra uma alternativa que o Brasil deveria tentar. Não os rumos fatídicos de uma industrialização separatista, segregadora – urbano e rural, rico e pobre, empregado e desempregado, branco e índio - que só provocou dores, genocídios e ambições nos últimos 213 anos. (Página 20, Editorial, 2002, p. 3)



Figura 7 – Editorial do *Página 20* sobre os benefícios da florestania, publicado em 10 de novembro de 2002.

Os três artigos, assim como o editorial, são reveladores de vários componentes da estruturação de um discurso hegemônico. Todas as peças destacam a oposição entre um Acre antigo, perpassado pelo atraso, pela depredação das suas riquezas e pela corrupção de parte significativa dos seus homens públicos, e um Acre atual, onde tudo de ruim foi substituído por ações que, a um só tempo, tratam de cuidar da natureza, sem descuidar do ser humano. Ficar contra a florestania, portanto, é ficar ao lado do que há de mais nefasto para a vida dos acreanos. A discursividade da florestania, repetida nos textos dos articulistas, reafirma a constituição proposta dos sujeitos como agentes da história.

Do ponto de vista da teoria do agendamento, ainda no que diz respeito à disseminação e fixação de um discurso hegemônico, também se pode perceber no conjunto dos artigos (assim como no editorial) a presença de três componentes básicos: a “personalização do conteúdo”, que estabelece uma identificação do tema pela audiência, por conta dos sujeitos envolvidos - casos de Chico Mendes, seringueiros, ribeirinhos e indígenas que são citados nos textos; a “dramatização da mensagem”, que faculta a instalação de um conflito entre os blocos divergentes – florestania x antropocentrismo, no caso; e a “dinamização do tema”, pela constatação do que está sendo dito (escrito) por parte dos

leitores – as ações relativas às propostas da florestania estão ao redor (e na publicadas na mídia) para todo mundo ver.

O editorial discorreu também sobre a construção de uma identidade local, em contraponto com o universal. A construção textual está baseada nas condições e na história do espaço geográfico em evidência, significando constituição ao longo do processo, com a participação de todos. O ato político instaurado pela florestania, dizem os textos, trata de restituir o lugar do acontecimento no devir histórico. Como se trata de ano eleitoral, lembram os textos, qualquer deslize pode destruir o que levou tanto tempo para ser construído. É preciso manter o que é bom para todos. Dizendo de outra forma: ainda que impossível um fechamento definitivo, do ponto de vista discursivo, é preciso prolongar o fechamento provisório da estrutura.

As quatro reportagens do ano de 2002 falando da florestania foram publicadas, respectivamente, em 11 de maio (“*BID aprova empréstimo para desenvolver o Acre*”), 12 de maio (“*Florestania trará novo ciclo de prosperidade*”), 14 de maio (“*Jorge Viana reafirma discurso da florestania*”) e 2 de outubro (“*Florestania: a saga acreana e o Governo da Floresta*”).

A primeira das reportagens, assinada pelo jornalista Altino Machado, anuncia um empréstimo de U\$ 64 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no intuito de financiar “o programa de florestania do governador Jorge Viana, para promover o crescimento econômico, diversificar a produção, melhorar a qualidade de vida da população” (MACHADO, 2002, p. 4) e, em longo prazo, ajudar a preservar o patrimônio natural do Acre. Dividida em três inter-títulos, a reportagem explica que o dinheiro deverá ser usado para obras de infraestrutura (asfaltamento, aperfeiçoamento de hidrovias etc.), incremento da atividade econômica e desenvolvimento produtivo sustentável de emprego. Por conta do empréstimo, diz o jornalista, no Acre passará a haver geração e transferência de tecnologia, bem como a “criação de um fundo de florestania, defesa e inspeção sanitária, manejo de recursos florestais, além da criação de um fundo para promoção de negócios” (MACHADO, 2002, p. 4). Em uma retranca, ao lado da matéria principal, é o próprio governador que dá o tom da importância da participação do BID nas suas ações enquanto dirigente acreano, afirmando ser um momento histórico para o Estado a aprovação por parte do referido banco do programa de florestania.

Os empréstimos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (PID) ao Acre foram objeto de agendamento em todos os segmentos da mídia acreana (vide neste

trabalho o comentário sobre o programa de rádio Pró-Florestania) durante o primeiro mandato do PT frente ao governo do Acre.

Conforme foi comentado na peça anterior, o BID, anos atrás, quando o Estado era governado por políticos com orientação diversa à questão da preservação e do desenvolvimento sustentado, havia suspenso os financiamentos que permitiriam o asfaltamento de rodovias em território acreano, depois de denúncias feitas àquela entidade pelo líder seringueiro Chico Mendes. Assim, a obtenção atual dos financiamentos significa um tratamento diverso da entidade financiadora para com o Estado, dirigido agora (é essa a mensagem subliminar) por políticos confiáveis e que não procederiam a obras que venham acarretar nenhum tipo de prejuízo para a natureza.

Uma diferença crucial, entretanto, se faz notar entre a peça do rádio (Programa Pró-Florestania) e o texto da reportagem. Naquela, o dinheiro do financiamento deveria ser usado em medidas de contenção da degradação ambiental, promoção da cadeia produtiva da floresta, recuperação de áreas alteradas e extração sustentável de recursos naturais. Na reportagem impressa, o recurso destina-se a obras de infraestrutura, entre as quais aperfeiçoamento de rodovias e “asfaltamento”.

Os elementos envolvidos na prática discursiva (floresta, seringueiros, índios, progresso, asfaltamento etc.) são os mesmos (ou praticamente isso) de antes da proposição da nova ideologia. No momento anterior a essa nova articulação proposta pelo PT, porém, esses elementos estavam aleatoriamente dispersos no campo da discursividade. O que dá a credibilidade para a relação entre o Estado e o agente financiador passa pela articulação do novo discurso que, por sua vez, resulta na modificação das identidades dos elementos envolvidos. Como bem afirma o governador no texto da matéria (embora o sentido das suas palavras seja outro), trata-se, a partir dessa articulação discursiva, de um momento histórico para o Estado.

Um dia depois, em uma espécie de desdobramento da primeira reportagem, outra vez a florestania é destacada nas páginas do jornal, em matéria assinada pelo mesmo jornalista Altino Machado. Desta vez, o tom da reportagem combina três elementos: o que pretende a florestania; a inovação contida no bojo do programa; e a denúncia de que adversários políticos do PT tentaram impedir o programa da florestania. Quanto às pretensões do novo ideário acreano, o texto é direto, explicando que “o programa de florestania combina proteção e gestão ambiental, investimento em infraestrutura, estímulo econômico, novas tecnologias e a preservação do patrimônio cultural” (MACHADO, 2002, p. 12). Sobre a inovação contida no

programa, diz o texto: “No Acre nunca existiu programa com um perfil tão ambientalista e inovador, com possibilidade de organizar a base produtiva da economia” (MACHADO, 2002, p. 12). Quanto à tentativa dos adversários para tentar impedir o empréstimo do BID que viabilizaria as ações do governo do PT, a editoria do jornal abriu uma retranca, com o título “Nabor e Flaviano tentaram impedir programa de florestania”. Nabor e Flaviano, explique-se, são ex-governadores do Acre, filiados a um partido adversário político do PT.

O governador Jorge Viana pode contabilizar a aprovação do programa de florestania pelo BID como a maior vitória no embate entre Frente Popular e MDA, que antecede a disputa eleitoral pelo controle administrativo do Acre. (...) As lideranças do MDA, especialmente o senador Nabor Júnior e o pré-candidato ao governo Flaviano Melo, se dedicaram com firmeza a criar embaraços para que os U\$ 108 milhões não fossem viabilizados em benefício da população. (...) Em meados de março, o MDA se reuniu e decidiu que era necessário que era necessário criar situações que levassem o BID a desistir do empréstimo. A interpretação era que Jorge Viana sairia fortalecido eleitoralmente caso o programa fosse aprovado. (...) Nabor e Flaviano decidiram atuar em duas frentes. Ambos mantiveram reuniões reservadas com vários congressistas, tentando convencê-los de que o empréstimo do BID significaria um golpe na oposição, agravando a incapacidade de se contrapor com um projeto de desenvolvimento melhor para a região (...). (MACHADO, 2002, p. 12)

Dois dias depois, em 14 de maio, sai a terceira matéria especificamente sobre a florestania do ano de 2002. Assinada pelo jornalista Tião Maia e sob o título “*Jorge Viana reafirma o discurso da florestania*”, o texto, ocupando uma página inteira, dá publicidade sobre um encontro do governador com lideranças indígenas. O governador, escreveu Tião Maia, “utilizou-se da ciência para reafirmar o discurso da ‘florestania’, um conceito criado por seu Governo para dizer ao Brasil e ao mundo que o Acre quer seguir uma vocação própria de desenvolvimento (...)”. E acrescentou o jornalista:

Governar o Acre, segundo revelou Jorge Viana, é ser guardião de um sonho e dos valores de povos de sabedoria milenar que os governos anteriores, até o início dos anos 80, não só renegavam como queriam esconder (...). O conceito de seu Governo de que é preciso preservar para explorar, segundo Jorge Viana, não ocorre por acaso. É que o mundo moderno, assim como a ciência, começa a observar a natureza para melhor bem industrial (...). Se o mundo hoje busca exemplos de modernização na natureza, por que nós, da Amazônia, que temos a natureza ao nosso inteiro dispor vamos destruí-la, indagou (...). (MAIA, 2002, p. 5)

Em uma retranca diagramada no canto superior direito da página, o repórter explica os motivos do encontro do governador com os índios. Tratava-se da Reunião Anual da Rede

de Cooperação Alternativa (RCA), entidade que congrega movimentos indígenas dos Estados Unidos, Nicarágua, Honduras, México, Costa Rica e outros países da América Central. Maia (2002, p. 5) informa que a reunião ocorreu no Acre, “porque o movimento indígena internacional passou a reconhecer que, pela primeira vez na história deste Estado, os direitos dos povos tradicionais estão sendo considerados”. Seguem-se na matéria, depoimentos elogiosos ao governador Jorge Viana de três lideranças indígenas: Joaquim Tashka, da etnia Yanawá; Moisés Pianko Ashaninka, da etnia Ashaninka; e Miguel Zelaya, deputado em Honduras.

O conjunto das duas matérias reforça o antagonismo entre os antigos e novos dirigentes políticos do Acre, na medida em que fala dos novos conceitos postos em prática pelos dirigentes do PT, ao mesmo tempo em que divulga o fato de duas pessoas (Nabor Júnior e Flaviano Melo) que já governaram o Estado tentarem atrapalhar o trabalho do governo à época. Igualmente, ao se referir a um encontro do governador Jorge Viana com lideranças indígenas dá o recado de que este, mesmo depois de quase quatro anos de mandato, continua fiel ao discurso inicialmente proposto. Como se trata de ano eleitoral e como o governador Jorge Viana é candidato à reeleição, cabia ao leitor/eleitor decidir se continua apostando em um projeto que respeitava a cultura e a tradição dos acreanos ou se iria preferir romper com isso e devolver o Estado ao atraso anterior.

As matérias indicam também, ao lembrar os postulados do novo ideário e demonstrar as atividades do governador Jorge Viana, que a florestania não é apenas uma palavra de ordem desprovida de sentido de realidade. A articulação discursiva provê esse sentido que, embora flutuante e não eterno, configura-as pleno durante um lapso temporal. E as ações do governo ajudam a referendar o discurso.

A quarta e última matéria sobre a florestania no ano de 2002 foi publicada no dia 2 de outubro, na capa do caderno destinado às novidades culturais. Matéria de página inteira, ilustrada por duas fotografias. Na fotografia principal, na parte superior do texto, aparece o tronco riscado de uma seringueira; e na segunda, na parte de baixo da página, aparece um seringueiro no exercício do seu ofício. Assinado por Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, o texto, intitulado “*Florestania: a saga acreana e o Governo da Floresta*”, é uma síntese da tese de doutorado do autor, cujo foco, ainda de acordo com o mesmo, é “o governo estadual do Acre, empossado em janeiro de 1999, enfatizando suas posições socioambientais e suas políticas governamentais voltadas para este setor (...)” (SANT’ANA JÚNIOR, 2002, p. 15).

Um detalhe chama atenção nessa última matéria publicada sobre a florestania no jornal *Página 20*, no ano de 2002. Justamente a mudança de uma locução no título da matéria, em relação ao título da tese do autor. A locução “os povos”, que constam no título da tese, é substituída por “o Governo”, o que remete à entidade proponente do discurso, em última ou em primeira instância o detentor do poder que paira acima dos interesses particulares e que, assim sendo, trabalha em prol da unificação social. “Os povos” do título da tese são os sujeitos sociais. Por terem interesses diversos, porém, eles precisam de uma entidade que lhes dê unidade. Precisam de uma figura “unificada e unificadora para conseguirem tolerar a existência de divisões sociais (...)” (CHAUI, 2006, p. 66). Um poder que não pertence a ninguém.

Vale destacar outro viés bastante explorado pelo jornal *Página 20*, além da questão da florestania, talvez para maior valorização desta. Trata-se da relação entre a preservação e o poder de cura da floresta, através das suas plantas medicinais, muitas das quais ainda desconhecidas da ciência e dos laboratórios farmacêuticos. Ao longo de 2002, foram nada menos do que seis as matérias que abordaram o referido tema: “*Farmácia Verde – Remédios com ingredientes amazônicos invadem o mercado alternativo*” (30 de janeiro); “*Renascimento – Lideranças debatem os princípios da medicina da floresta*” (21 de fevereiro); “*O santo da floresta – Padre Paolino traz em seu livro Medicina da Floresta receitas naturais para cura e prevenção de doenças*” (22 de março); “*O médico da floresta – Padre Paolino planta a semente da solidariedade em prol da saúde das populações carentes utilizando a sabedoria dos povos da floresta*” (14 de abril); “*Unha-de-gato: um recurso com potencial de exploração no Acre*” (19 de junho); e “*Voluntária cura doentes com remédios da floresta – Cabeleireira diz curar qualquer doença usando bioenergia e recursos naturais*” (17 de julho).

Tal agendamento, ao dar ênfase à sabedoria popular, remete aos pressupostos da ecologia dos saberes, fazendo alusão ao conjunto de epistemologias que, no dizer de Santos (2006, p. 54), parte “da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas”, no intuito de contribuir para as credibilizar e fortalecer. Um conjunto de epistemologias que deve ser produzida ecologicamente, com a participação de diferentes saberes e sujeitos. Ao valorizar, em forma de pautas recorrentes, os produtos da floresta, a maioria dos quais ainda desconhecidos pela indústria farmacêutica, os editores do jornal *Página 20*, o periódico acreano mais empenhado na divulgação do ideário da florestania, acabaram ressaltando essa interseção de conhecimentos propostos pela ecologia dos saberes.

No segundo mandato do governador Jorge Viana (2003 – 2006), o quadro do agendamento no *Página 20*, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, aos povos e aos produtos da floresta, bem como à florestania, não se alterou, como pode ser comprovado pelo número de textos publicados e que vão especificados abaixo, com as respectivas datas de publicação.

Em 2003 foram publicadas 157 matérias (editoriais, reportagens, artigos) voltadas para essa temática, sendo nove delas especificamente sobre a florestania, com os seguintes títulos e respectivas datas:

- “*Povos da floresta discutirão futuro sustentável em encontro no Juruá*” (subtítulo: “Fortalecimento da florestania na região é resultado de medidas implementadas a partir de encontro realizado em 1996”), dia 17 de janeiro;
- “*Emancipar com a Florestania*”, dia 9 de fevereiro;
- “*Acre vai receber Lula e os governadores da Amazônia durante encontro regional*” (subtítulo: “Presidente quer discutir em Rio Branco as questões específicas da área e conhecer melhor a florestania”), dia 26 de fevereiro;
- “*Novos tempos de florestania*” (subtítulo: “Alguns passos da educação escolar indígena no Acre”), dia 23 de março;
- “*A prática da florestania*”, dia 23 de março;
- “*José de Alencar elogia a florestania e a ação dos juízes federais no Acre*” (subtítulo: “Vice-presidente da República disse que o Governo estadual fez opção certa pelo desenvolvimento sustentável”), dia 12 de abril;
- “*Estudantes alemães conhecem a florestania*” (subtítulo: “Palestras expõem a política pública de desenvolvimento sustentável do Acre”), dia 13 de setembro;
- “*Seprof lança adjunto da florestania*” (subtítulo: “Mais de 600 ribeirinhos de Tarauacá tiveram acesso à documentação na primeira etapa do projeto”), dia 17 de setembro;
- “*Oficiais do EB vem conhecer a florestania*” (subtítulo: “Governador faz palestra a candidatos ao posto de general em viagem de estudos à Amazônia”), dia 23 de outubro.

Em 2004, foram 129 as matérias voltadas para o tema do desenvolvimento sustentável, e dos povos e produtos da floresta. Quatro dessas matérias sobre a questão específica da florestania:

- “*Centros de florestania recebem barcos*” (subtítulo: “Embarcações de médio porte para escoamento da produção foram entregues pelo governador Jorge Viana”), dia 22 de janeiro;

- “*Cidadania na floresta*” (subtítulo: “Fundação Nacional de Saúde e DEAS possibilitam consumo de água potável nas reservas extrativistas”), dia 4 de maio;

- “*Homenagem pelo Dia da Amazônia*” (subtítulo: “Governador concede a Ordem do Estado do Acre a seringueiros e manejadores e mantém vivos os ideais de Chico Mendes” – Retranca: “Florestania, o nosso jeito de viver”), dia 7 de setembro;

- “*Os caminhos da florestania*”, dia 14 de novembro.

No ano de 2005, seis matérias sobre a florestania entre as 157 publicadas sobre questões relativas a meio ambiente, desenvolvimento sustentável, povos e produtos da floresta:

- “*Inaugurado outro centro de florestania num dos pontos mais isolados do Acre*” (subtítulo: “Vila Vitória, uma comunidade no Alto Juruá, recebe benefícios e sua população passa a ter acesso à rede mundial de computadores”), dia 03 de maio;

- “*Florestania com liberdade e aprendizado*”, dia 03 de julho;

- “*A escola da florestania*” (subtítulo: “Governo reabre Colégio Agrícola como Escola da Floresta para jovens interessados em aprender técnicas de produção sob o conceito de desenvolvimento sustentável”), dia 13 de setembro;

- “*A utopia possível*” (subtítulo: “Área da Bonal, uma antiga área de produção de borracha, palmito e exploração madeireira, vai virar projeto de assentamento sob inspiração da florestania, o sonho de criação de cidades no meio da floresta e em harmonia com a natureza”), dia 12 de outubro;

- “*Centros de cultura e florestania*” (subtítulo: “Onze municípios acreanos ganham espaços para o desenvolvimento de diversas linguagens artísticas e culturais”), dia 21 de outubro;

- “*Prêmio aos cultivadores da florestania*” (subtítulo: “Uma grande obra vai abrigar a história e os restos mortais de Chico Mendes, que sonhava com áreas de proteção ambiental”), dia 26 de dezembro.

Finalmente, em 2006, último ano do segundo mandato do governador Jorge Viana, 82 matérias foram publicadas sobre questões relacionadas à floresta, seis das quais especificamente sobre a florestania:

- “*Técnicos recebem treinamento para a elaboração de projetos ao Pró-Florestania*” (subtítulo: “Cem técnicos deverão ser qualificados nos próximos dias”), dia 04 de maio;

- “*Florestania e cidadania não são temas antagônicos*”, dia 26 de maio;

- “*Jorge Viana e a florestania*” (subtítulo: “‘Não adianta dizer que a Amazônia é rica e o povo vive na miséria’, diz o governador em entrevista ao Amazonsat”), dia 27 de junho;
- “*Florestania em evolução*” (subtítulo: “Trajetória de vida de Binho Marques mostra sua preocupação com o ser humano e a produção”), dia 02 de outubro;
- “*Agroflorestania em destaque*” (subtítulo: “Conceito de trabalho que concilia a produção agropecuária e florestal será apresentada ao Brasil”), dia 11 de outubro;
- “*Prêmio Chico Mendes de Florestania*” (subtítulo: “José Roberto Marinho, Saboaria Xapuri e Cia. Garatuja são os grandes vencedores”), dia 22 de dezembro.

No total, nos oito anos em que o engenheiro florestal Jorge Viana esteve à frente do Poder Executivo acreano (1999 – 2006) foram publicadas 800 matérias no jornal *Página 20* tendo como tema o desenvolvimento sustentável, os produtos e os povos da floresta. Deste total, 39 matérias (artigos, editoriais, entrevistas e reportagens) especificamente relacionadas à florestania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A antiga patologia do pensamento dava uma vida independente aos mitos e aos deuses que criava. A patologia moderna da mente está na hipersimplificação que não deixa ver a complexidade do real (...)”.

- Edgar Morin -

Para qualquer lado que um estudioso das questões amazônicas dirija o seu olhar vai se deparar com dados grandiosos, a começar pelo número de países pelos quais a região se estende: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. De todos estes países, porém, a maior porção territorial da Amazônia se encontra no Brasil. Do total de 5.500.000 Km² da sua área, 4.500.000 Km², de acordo com Loureiro (2009, p. 149), situam-se em território brasileiro. Além disso, também no dizer de Loureiro (2009, p. 149), é na referida região que se localiza a maior bacia hidrográfica mundial, composta de 1.100 cursos d'água de diversos tamanhos, somando uma rede fluvial de 20.000 km de extensão. No que diz respeito à vegetação (LOUREIRO, 2009, p. 149), são 3.8000.000 Km² de vários tipos de florestas.

O que caracteriza mais expressivamente a região amazônica, entretanto, levando-se em conta a questão da natureza, é a evidência de que nela está contida a mais rica biodiversidade do mundo. “Trata-se de uma mega-biodiversidade” (LOUREIRO, 2009, p. 149). Uma afirmação que pode ser constatada pelo fato de que na Amazônia, além da maior variedade de espécies animais e florestais da Terra, aí também se encontra a “maior concentração dessas espécies por km²” (LOUREIRO, 2009, p. 149). De acordo ainda com Loureiro (2009, p. 150), são cerca de 4.000 as espécies florestais encontradas na região; quase 3.000 espécies de peixes; em torno de 360 espécies de mamíferos, “dos quais 300 na Amazônia brasileira” (LOUREIRO, 2009, p. 150); mais de 1.500 tipos de pássaros; e, aproximadamente, 15 milhões de insetos.

Toda a importância dessa riqueza, porém, só passou a receber a devida atenção da comunidade mundial, de acordo com Loureiro (2009, p. 150), a partir dos anos de 1970, quando o Clube de Roma (entidade criada em 1960, reunindo chefes de Estado, ecologistas, economistas, humanistas, industriais, cientistas etc.) publicou um relatório sobre os comprometimentos ambientais do planeta. Depois disso, a biodiversidade tornou-se um

assunto de interesse científico, e então, ainda segundo Loureiro (2009, p. 150), cada vez que a devastação da floresta, principalmente para fins de criação de gado, avançava sobre algumas centenas ou milhares de hectares, apoiada pelos paradigmas da razão e da modernidade, “numerosos estudos começaram a contrapor-se às formas predatórias de exploração da natureza” (LOUREIRO, 2009, p. 150).

Paralelamente, em parte também por conta dessa tomada de consciência planetária a respeito da depredação dos recursos naturais, mais do que um assunto de interesse científico, a defesa da natureza ganhou *status* de ideologia, a partir do que Stavrakakis (2000, p. 115) convencionou chamar de “dois deslocamentos”: um deslocamento da maneira como a espécie humana hegemonizava simbolicamente o real da natureza, no qual o paradigma social dominante a tratava como um significante de menor importância; e um deslocamento da tradição ocidental radical, ainda de acordo com Stavrakakis (2000, p. 115), mediante a constatação de que as ideologias radicais não tinham o poder de oferecer, como era prometido, respostas hegemônicas cabais para o conjunto das doenças sociais, principalmente o desemprego e a desigualdade.

Chamada desde o seu surgimento de “ideologia verde”, denominação que remete a um ponto nodal constitutivo de vasto discurso hegemônico, esse modo de pensar a nova relação entre homem e natureza emerge a partir de um arcabouço recheado de processos de significação, cuja pretensão maior é a de fornecer uma simbolização final do mundo, a partir, explica Laclau (1990, p. 92), de uma articulação à base de “fechamentos” e da “fixação de sentidos”, que, para isso, usa a repressão de algum reconhecimento de caráter precário de alguma positividade. Isso significa a articulação de uma cadeia de significantes, que antes pertenciam a outra cadeia (o discurso foi propositadamente deslocado, portanto), em torno de um novo ponto nodal, cujo sentido final e pleno passou a ser outro, segundo a explicação de Stavrakakis (2000, p. 101).

Apesar da consistência de todos os argumentos preservacionistas, bem como da emergência da “ideologia verde”, nem os estudos realizados por cientistas e pesquisadores das mais variadas origens (ligados à academia ou não), nem as reiteradas denúncias perpetradas pelos militantes da causa preservacionista (boa parte dessas denúncias veiculada nos órgãos de comunicação de massa) serviu para criar uma consciência planetária plena, do ponto de vista da sensibilização das autoridades constituídas, para a mudança total dos modelos de desenvolvimento vigentes, segundo Loureiro (2009, p. 150). A demonstração dada pelos citados estudos, no sentido de que os ganhos econômicos seriam maiores com o manejo

florestal do que com a queima da madeira para fazer pasto, foi incapaz de mudar as coisas (LOUREIRO, 2009, p. 151).

É preciso que se registre, no entanto, que as populações tradicionais da Amazônia (ribeirinhos, seringueiros, colonos e índios), na contramão das propostas desenvolvimentistas oficiais de uso (abuso) indiscriminado da floresta amazônica, sempre pautaram sua prática com base nos conhecimentos acumulados secularmente sobre a biodiversidade do seu *habitat*. Tais populações, como explica Loureiro, “desenvolveram um amplo conhecimento a partir da vivência e da ampla relação com a natureza, com a qual se sentem integrados, sem considerá-la como um simples recurso natural a ser explorado economicamente” (2009, p. 151). O resultado disso é que eles têm conseguido, através do uso sustentável dos recursos naturais, inerente à sua prática tradicional, fazer com que os solos permaneçam férteis e a serviço de outras gerações.

Esse conhecimento das populações tradicionais da Amazônia não passou despercebido de determinados setores da sociedade civil organizada (movimentos sindicais, comunidades eclesiais de base, cooperativas de trabalhadores da floresta, setores da imprensa alternativa etc.), incluindo-se aí uma parte do pensamento acadêmico (são inúmeras as teses e os artigos publicados em revistas científicas ou apresentados em congressos dos mais variados campos do conhecimento defendendo o modelo de exploração sustentável da natureza e condenando as práticas pautadas no antropocentrismo). É uma percepção que ganhou força ao longo do tempo e que ocasionou, no limiar do século XXI, uma nova tomada de consciência, bem como uma nova forma de ação pública de alguns partidos de esquerda da política brasileira.

No caso da gênese do Partido dos Trabalhadores do Acre, muito mais do que incorporar dos hábitos e práticas dos povos amazônidas uma postura política e um modelo de ação pública, é importante frisar ter sido esta uma agremiação que nasceu da própria luta popular, num momento em que se juntaram sob uma bandeira comum os sindicatos rurais, liderados por seringueiros que defendiam o seu direito de permanecer na terra onde sempre estiveram, e as comunidades eclesiais de base, sob a égide de líderes da Igreja Católica. Uma junção que começou a tomar forma na segunda metade dos anos de 1970, quando vigorava no Acre a ideia de que o Estado deveria se transformar num enorme pasto para rebanhos bovinos. A Igreja promovia, então, reuniões para a apreciação de três pautas: evangelização, assuntos do sindicato e organização do PT (FERNANDES, 1999, p. 62).

Um registro que não se pode deixar de fazer no que concerne a esse hiato histórico dos momentos precedentes à formação do PT acreano foi a percepção dos líderes do movimento em defesa dos oprimidos povos da floresta em detectar que era preciso criar algum tipo de veículo que pudesse, ao mesmo tempo, registrar as suas lutas e fazer as suas vozes chegarem o mais longe possível. Esta percepção deu origem a dois periódicos, segundo Costa (2007, p. 65): primeiro, o jornal *Nós Irmãos*, um boletim diocesano sob a responsabilidade da Igreja Católica, publicado na forma de folhas de papel A4 dobradas ao meio; e depois, quando se entendeu que o referido boletim caminhava para a obsolescência, dada a sua forma pouco atrativa, o jornal *Varadouro* (semelhante em forma e conteúdo aos jornais alternativos que circulavam no país no período da ditadura militar), de caráter totalmente denunciador dos desmandos perpetrados contra índios, seringueiros, colonos e ribeirinhos, sob a responsabilidade de uma empresa denominada Macauã e com a direção do jornalista Elson Martins (BONIFÁCIO, 2007, p. 55).

Dessa forma, levando-se em conta toda essa genealogia, nada era mais coerente como proposta de políticas públicas do que a postura adotada pelo Partido dos Trabalhadores do Acre (numa associação com outros partidos de esquerda, denominada Frente Popular), quando da sua ascensão ao Governo do Estado (1999), da execução de práticas voltadas para a defesa dos povos da floresta. Uma defesa que não seria possível se não fosse levado em conta o respeito pelo desenvolvimento sustentável, cujo preceito fundamental é a exploração dos recursos naturais de forma equilibrada, sem prejuízo para o ecossistema. O saber das populações tradicionais ganhou o *status* de política de governo pelas mãos do PT acreano, política cujo conjunto de diretrizes propostas foi denominado *florestania* pelos ideólogos do partido.

O primeiro passo dado pelos novos dirigentes acreanos para que esse conjunto de diretrizes da florestania pudesse ganhar vida foi a elaboração teórica dos seus pressupostos. Um conjunto de pensadores petistas, liderados pelo jornalista Antônio Alves Leitão Neto, que exerceu o cargo de secretário de Cultura do Acre no primeiro mandato do governador Jorge Viana (1999-2002), cuja paixão pelas coisas da floresta podia ser mensurada pelas suas frequentes andanças nos seringais do Estado, é que foi encarregado de proceder a essa elaboração. Como ponto básico para o início da construção conceitual ficou definido o deslocamento do centro de atenções até então vigente do urbano para o rural. Em outras palavras: ao habitante da floresta seria preciso estender-lhes os direitos de todos os cidadãos,

através de algum tipo de intercessão entre os benefícios inerentes aos moradores das cidades e a ausência destes benefícios no espaço da floresta.

Não se deve entender, entretanto, que o conceito de florestania se restringisse a uma mera e eventual transposição de direitos de um lugar para o outro (da cidade para a floresta, no caso). Isso não seria possível, dadas as características tanto da origem quanto do conceito e/ou do exercício do que se convencionou chamar cidadania, um termo oriundo do surgimento da vida na cidade, assim como relativo ao direito de os homens exercitarem benefícios e deveres de cidadãos, segundo Cerquier-Manzini (2010, p. 22). Os cidadãos que convivem no espaço da cidade é que exercitam a cidadania. A floresta, não sendo cidade, precisava de um tratamento diferente. Precisava do mesmo respeito inerente aos cidadãos, mas não do mesmo modelo. Precisava de florestania, no entender dos líderes do Partido dos Trabalhadores do Acre.

Assim, permeando os novos valores foi proposta pelo PT acreano uma nova relação da espécie humana com a floresta, em que os pertencimentos pudessem ser invertidos, caracterizando uma ideia cuja tradução seria, no dizer de Antônio Alves (2010), a de que os homens pertencem à floresta e não o contrário. Essa ideia é portadora da mensagem, ainda de acordo com Alves (2010), de que a partir daquele momento os governantes petistas propunham estabelecer “um novo pacto natural”, baseado no equilíbrio das ações e relações humanas em relação à natureza e que pudesse servir de orientador das escolhas econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais, transcendendo, portanto, a questão da simples preocupação com os direitos inerentes à cidadania.

Dentro dessas premissas de fortalecer o sentimento de afeto e preocupação pelos povos da floresta, a partir da ênfase e do respeito aos conhecimentos tradicionais e às formas de vida dos amazônidas, o discurso da florestania acabou por se configurar como uma construção de sentido diametralmente oposto àquela preconizada pelo pensamento antropocêntrico. Este, embora ainda prevalecente em muitos lugares do mundo, passou a ser mostrado pela florestania como o discurso do atraso e do nocivo, sem mais lugar, portanto, a não ser na prática daqueles que não se importavam com o futuro da humanidade. O pensamento antropocêntrico não tinha mais razão de ser e a florestania demonstrava isso. O ritmo tanto para as decisões quanto para as ações políticas dos acreanos, nas esferas sociais, econômicas, ecológicas ou culturais passava a ser definido pela lógica da natureza.

É importante salientar, nesse ponto, o quanto a proposta da florestania encontra pontos convergentes com os conceitos da ecologia dos saberes, explicitados por Boaventura

Souza Santos (1995, p. 104), para quem não era possível mais que a humanidade continuasse convivendo com os pressupostos da ciência moderna, no que diz respeito à ruptura desta com o senso comum. Embora no momento da referida ruptura isso tenha representado um ato revolucionário, continua Santos, o mais importante a se fazer no tempo presente seria se desvincular da ruptura anterior, fazendo com que o “conhecimento científico se transforme num novo senso comum” (1995, p. 104). Para que isso pudesse acontecer, diz ainda Santos (1995, p. 104), seria preciso que se criassem saberes contra o saber, assim como contra-saberes que pudessem opor-se aos saberes.

Ao contrário do pensamento dominante no mundo da modernidade, assentado em representações que criavam distanciamentos e, em consequência disso, tratava de tornar objetivo o conhecimento, o que prevalece na era da pós-modernidade, no dizer de Santos (1995, p. 105), consoante a ecologia dos saberes, é a constatação de realidades plenas de multiplicidades, sejam elas emergentes, testemunhais, transplantadas e/ou residuais. Não existe ou não deve existir mais um conhecimento que prevaleça sobre o outro. Sendo assim, se dá a convergência dos conceitos acadêmicos ditados pela ciência moderna com os conhecimentos empíricos adquiridos na vivência cotidiana dos povos da Amazônia, cuja eficácia, explica Loureiro (2009, p. 151) funcionavam desde há muito tempo para boa parte dos fins a que se destinavam.

A florestania passou, então, a partir dessa nova lógica, ao *status* de construção ideológica, com vistas à efetivação de estímulos sociais mobilizadores, no intuito de proporcionar o direcionamento dos sujeitos coletivos reais, a partir de um ponto nodal que, mesmo não totalizando o discurso de forma absoluta (isso não é possível em nenhuma circunstância), atua como elemento de convencimento, graças à ação constante das esferas governamentais. A junção das bordas do ferimento social, como na metáfora usada por Laclau e Mouffe para falar da sutura necessária para que a hegemonia de fato se concretize (BARRETT, 2007, p. 249), passou a ser realizada em plantão ininterrupto pelos cirurgiões petistas. A falta originária oriunda no conflito do homem/natureza passou a ser preenchida pela proposta de ação contida no novo ideário.

Com isso, é possível afirmar que a hegemonia do Partido dos Trabalhadores do Acre, para além da vitória eleitoral sobre uma estrutura de poder retrógrada, que não tinha mais espaço para exercitar as suas práticas políticas, se estabeleceu em torno desse discurso de respeito ao meio ambiente e ao modo de viver do homem da floresta. A vitória eleitoral poderia ser revertida no pleito seguinte caso, uma vez chegado ao poder, o PT não fosse capaz

de propor uma espécie de novo pacto social. Essa situação, levando em conta a proposição contida no discurso emergente, aliada à coerência das ações do novo governo, ajudou ou determinou um estado de hegemonia política sem a necessidade do uso de quaisquer meios de coerção. Pode-se dizer, então, com base em tudo o que foi escrito até aqui, que foi a partir de elementos diferenciais articulados por um novo discurso que sobreveio a hegemonia petista.

É importante ressaltar que os elementos diferenciais do discurso petista, extraídos dessa proposta de respeito aos recursos naturais, mas sem o ranço dos chamados ecologistas profundos - aqueles cuja prática principal é preservar reservas e parques naturais livres da interferência humana, segundo Dupas (2008, p. 24) -, encontram-se realçados a partir de três funções da linguagem explicitados por Fairclough (2008, p. 92): identitária, relacional e ideacional. Os textos oral e escrito produzidos em torno da ideologia proposta pelo Partido dos Trabalhadores idealizaram uma representação de mundo a partir de uma apresentação peculiar dos personagens do discurso e estabelecendo, ao mesmo tempo, novas identidades para estes personagens.

Os habitantes da floresta, “marginalizados” num passado recente pelos antigos detentores do poder, passam à condição de protagonistas de um novo tempo, sem a necessidade de migrar do seu *habitat* para algum lugar de estranhamento, caso da periferia das cidades, como na época (anos de 1970, principalmente) em que a pata do boi valia mais do que a biodiversidade. O seu conhecimento e os seus saberes encontram eco nos parâmetros preconizados para a sobrevivência da espécie. O discurso da florestania, assim como a atenção da mídia planetária (num tempo anterior, a eventual visibilidade obtida só era concedida aos acreanos, principalmente aqueles radicados na floresta, pelo exótico, pela miséria ou pelo ridículo) é que lhes garante esse novo lugar. Como são muitas as pessoas que são contempladas e, conseqüentemente, as que se reconhecem nesse discurso, firma-se um pacto social entre elas.

Para que este pacto social, que em grande parte foi construído através das práticas discursivas realizadas pela florestania, pudesse emergir e sedimentar-se, porém, é preciso destacar outra construção simbólica empreendida pelo Partido dos Trabalhadores, já citada em outro ponto destas “considerações finais”: a nova identidade assumida pelos povos da floresta, fato facilmente percebido por qualquer estudioso que venha a se deter nos sinais de mudança do comportamento deles (povos da floresta), agora, depois das ações valorativas empreendidas pelo novo governo, dotados de consciência da sua importância em um mundo cada vez mais preocupado com a depredação ambiental.

Convertidos numa espécie de guardiões avançados das riquezas naturais da Amazônia, onde convergem as atenções do planeta quando se fala em ecologia e biodiversidade, o povo agora valorizado, antes não recebia nenhuma importância. Muito pelo contrário, nos tempos da ditadura militar (e mesmo ainda durante alguns anos depois, já quando o poder político estava nas mãos de civis ligados a partidos de direita), quando a opção para os brasileiros que resistiam à sanha dos generais era a tortura, a morte ou o exílio, ao contrário dessa valorização dos povos da floresta, o que de fato lhes cabia era o rótulo de párias sociais, submetidos a todo o tipo de execração pelo poder público.

Neste aspecto de construção da nova identidade dos povos da floresta, em particular, a dos acreanos foi fundamental o recurso usado pelos propositores da florestania do pertencimento territorial, pelo reavivamento da memória. Ao realçar, num primeiro momento, a luta dos nordestinos brasileiros pela posse da terra onde hoje se localiza o Estado do Acre, tomando-a dos bolivianos, legalmente os seus originais detentores, primeiro pelas armas e depois pela diplomacia, lembrando que essa luta se deu, basicamente, pelo direito de explorar a árvore do látex, a florestania estabelece um traço de união (o primeiro, certamente) entre os antepassados dos acreanos. Um traço de união que se estendeu, lembra igualmente a florestania, para um segundo momento, quando, anos depois da anexação do espaço geográfico ao Brasil, os acreanos empreenderam uma nova luta: a da autonomia político-administrativa, uma vez que até o início dos anos de 1960 os destinos do Estado permaneceram sob a direção direta do Governo Federal.

Para Moraes (2008, p. 25), o discurso identitário que inventa o novo Acre e os acreanos advém dessa relação da ‘sociedade da borracha’ com o território. Assim, pela releitura memorialística da florestania, o lugar fundador da identidade acreana, além de ser esse território conquistado é, também, esse lugar que, não satisfeito em pertencer à nação brasileira, luta posteriormente para ter o direito de gerir o próprio caminho, através das decisões tomadas pelos seus dirigentes. Mas esse território só se torna fundador, de acordo com o que explicita Moraes, “porque o discurso identitário o investe deste papel” (2008, p. 25). Uma investidura que garante, por via do discurso da florestania, que esse traço comum de pertencimento territorial resulte (ou possa resultar) na perspectiva (ou na efetivação real) de uma convivência harmoniosa entre os povos da floresta, cujos fins, sempre de acordo com o referido discurso, são os mesmos.

Subjacentes a essas questões do território e da memória, duas outras vertentes merecem ser enfatizadas no discurso da florestania para a formação da nova identidade

acreana: o “acontecimento” e o “personagem”. A primeira vertente se expressa pelo discurso da supervalorização dos fatos históricos que foram vividos pelos antepassados, seja nos combates revolucionários, seja nas batalhas políticas. Tendo o acontecimento histórico uma amplitude que transcende a sua época, de acordo com o discurso, mesmo os homens do tempo presente, embora não o tenham vivido, são partícipes do acontecimento. O enredo do acontecimento absorve as pessoas, de acordo com Moraes (2008, p. 39). A segunda vertente, a do “personagem”, que no discurso da florestania tanto foi resgatado do passado quanto evidenciado no presente, é usada como um reforço essencial para dar sentido à nova identidade proposta, uma vez que serve de exemplo e/ou modelo a ser seguido.

O uso de personagens pelo discurso da florestania, nessa junção de pertencimento territorial, memória e acontecimento, é evidente quando da citação reiterada de figuras como Plácido de Castro, o herói da Revolução acreana; Chico Mendes, o líder sindical rural que se transformou em mártir da causa dos povos da floresta; Leonardo Boff, intelectual de expressão mundial, cuja principal bandeira de luta tem sido a da convivência harmoniosa entre os seres vivos; e Marina Silva, a seringueira acreana que só conseguiu se alfabetizar na adolescência, tornando-se, posteriormente, senadora da República e ministra do Meio Ambiente. São personagens do passado e do presente. Os dois primeiros, Plácido e Chico, personagens do passado, são sujeitos do discurso atuando como exemplos tanto de altruísmo quanto de prova de que o combate dos justos sempre será vitorioso. Leonardo Boff e Marina Silva, personagens do presente, são exemplos de respeitadas personalidades públicas que, a um só tempo, referendam e atuam como porta vozes do ideário da florestania.

Todas essas estratégias discursivas surtiriam pouco efeito, ou demandariam um enorme lapso de tempo para se tornar do conhecimento público, caso não houvesse uma estrutura de comunicação que as suportasse. Assim, conforme foi sinalizado nas referências iniciais deste trabalho, o governo do PT tratou de criar um eficaz aparato de comunicação para ser usado quase que integralmente a serviço da divulgação da florestania. Durante os oito anos relativos aos dois primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores à frente do governo do Estado, tanto as propostas contidas na nova ideologia quanto os signos flutuantes usados para dar-lhe sustentação foram divulgados à exaustão. Tão massiva foi essa divulgação que, provavelmente, nenhum acreano (ou até mesmo alguém com um mínimo conhecimento das coisas do Acre) deixou de ouvir, em algum momento da sua vida entre 1999 e 2006 a palavra florestania, da mesma forma é pouco provável que algum acreano, ao ouvi-la, tenha deixado de identificá-la com o PT local.

Para os habitantes das cidades acreanas em geral, igualmente como já foi sinalizado nas referências iniciais deste trabalho, o principal veículo portador das teses da florestania foi a televisão, a partir de uma cadeia de emissoras de caráter educativo criada pelo governo do Estado. Programas de entrevistas, noticiários e peças de propaganda ocuparam horas da grade da TV Aldeia na missão de divulgar o novo ideário. Todos os municípios acreanos tiveram os seus atrativos filmados e mostrados em rede estadual. Pessoas proeminentes da política e da cultura local foram convocadas a dar os seus depoimentos sobre os benefícios da florestania, mas não somente eles. Rostos anônimos que sequer sonharam um dia em “aparecer” na televisão também ganharam *status* de estrelas midiáticas. No discurso ideológico do Acre no século XXI todas as camadas da população ganharam tal importância.

Para os habitantes do campo, das colônias, dos seringais e das aldeias o veículo escolhido para levar a mensagem da florestania foi o rádio que, como no caso da televisão, teve também o conteúdo gerado por técnicos e jornalistas a serviço do Governo do Estado, a partir de uma espécie de central de produção, sediada em Rio Branco e distribuída em cadeia para todo o interior. No caso desse veículo, duas emissoras tiveram importância vital para a disseminação do novo ideário: a Rádio Aldeia, operada em Frequência Modulada (FM), criada nos primeiros anos do governo petista, especificamente para esse fim; e a Rádio Difusora Acreana, operada em Amplitude Modulada (AM), também de caráter público, que já existia desde meados da década de 1940, mas cujo alcance era precário. Uma das primeiras medidas do novo Governo, explicou o então secretário de Comunicação Social, jornalista Aníbal Diniz (PINHEIRO, 2005), foi multiplicar por dez a potência da referida emissora.

Denominados por Harry Pross (1980, p. 123) de portadores técnicos de símbolos, os meios eletrônicos de comunicação de massa se configuraram em ferramentas perfeitas para ajudar o Partido dos Trabalhadores a executar o seu projeto de dizer ao público acreano de todos os quadrantes territoriais o que pretendiam fazer no Estado, quais os meios para a execução das ações propostas, assim como a partir de quais fundamentos e/ou conceitos eles se justificavam. Como os aparelhos de rádio e de televisão já se encontravam em cada residência, é correto dizer que a vinculação entre o emissor externo (o Governo) e o receptor interno (a população acreana) já estava definida num momento anterior à mensagem. Nesse caso, então, basicamente a mensagem governamental precisava ser bem construída, de modo a instar o ouvinte/espectador a permanecer conectado ao aparelho o maior tempo possível.

Não se compreenda, entretanto, que a divulgação da florestania se “limitou” aos meios eletrônicos de comunicação. Muito embora o jornalismo impresso seja aquele de menor

alcance, em se tratando de realidade acreana, dadas as pequenas tiragens dos quatro jornais diários (*O Rio Branco*, *A Gazeta*, *A Tribuna* e *Página 20*) que circulam no Estado, a partir da capital Rio Branco, o governo do PT tratou de fechar o círculo das possibilidades de informação, produzindo, distribuindo e incentivando a produção de centenas de matérias alusivas à florestania ou aos seus suportes conceituais. Destes, apenas o jornal *O Rio Branco* ensaiou durante algum tempo fazer as vezes de porta-voz da oposição. Mas desistiu quando compreendeu que sem a verba oficial destinada aos periódicos não conseguiria sobreviver. Em contrapartida, o jornal *Página 20*, o veículo impresso escolhido para análise neste trabalho, se colocou desde sempre como aliado do governo, abrindo suas páginas tanto para peças informativas quanto promocionais.

Respondendo aos questionamentos formulados no projeto que deu origem a esta tese de doutorado (questionamentos esses enfatizados nas considerações iniciais), e a partir de todas as considerações contidas nas linhas precedentes, em consonância com tudo o que foi escrito neste trabalho, são várias as afirmações conclusivas que podem ser feitas a respeito do movimento político/partidário/ideológico, conhecido pelo neologismo *florestania*, que surgiu e ganhou corpo no extremo ocidente da Amazônia brasileira, no limiar do século XXI, empreendido por uma coalizão de partidos de esquerda, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores.

Primeira: embora a florestania tenha, de fato, como proposta conceitual, vindo à luz no governo do Partido dos Trabalhadores, as condições para o surgimento de uma ideologia marcada pelos pressupostos do respeito ao meio ambiente tem sua origem, no Acre, em um tempo bem mais remoto. Os conflitos sangrentos no campo acreano entre fazendeiros e trabalhadores rurais, cujo ápice se deu nos anos 1970 e 1980, criaram as condições de um antagonismo irreversível e inconciliável, fornecendo a matéria prima para um convincente discurso de defesa dos oprimidos. A Igreja Católica, ao perceber isso, mesmo numa época em que o apoio oficial era todo destinado aos novos donos da terra, ficou ao lado dos vilipendiados, contribuindo para o fomento de uma resistência eficiente e organizada.

Segunda: aproveitando os ruídos do discurso sobre a preservação ambiental, que desde os anos de 1960 ecoavam pelo planeta, a florestania surgiu como uma forma de se contrapor ao discurso hegemônico da modernidade, que estipulava o homem como o senhor absoluto de todas as coisas, inclusive (ou principalmente) da natureza, as quais deveriam servi-lo, independentemente da sua eventual finitude ou dos danos legados às futuras gerações. Por ser assim, o caráter do antagônico perpassa todo o novo discurso, a partir da

ênfase reiterada em peças de propaganda ou matérias informativas, veiculadas pelos diversos meios de comunicação sediados no Acre, a respeito de como se dava a condução da política acreana nos governos anteriores e de como essa política passou a ser conduzida depois de o Partido dos Trabalhadores ser alçado ao poder local.

Terceira: o tema florestania começou a ser veiculado na mídia acreana de forma velada. Antes de se falar explicitamente sobre o tema, os criadores da nova ideologia trataram de enfatizar assuntos relacionados à sua fundamentação. Assim, durante o primeiro ano do governo petista (1999), praticamente não se ouviu falar a palavra florestania nos meios de comunicação. O que ganhou destaque foram as lutas dos povos da floresta, bem como a valorização da sua cultura e dos seus saberes; os benefícios do respeito ao meio ambiente; os embates políticos empreendidos pelos novos governantes nas mais diversas instâncias para a implantação no Estado de práticas relativas ao desenvolvimento sustentável; o exemplo de vida dos principais líderes rurais, assassinados por sua luta em prol da defesa dos recursos naturais etc.

A partir desse primeiro momento, certamente considerando que os ouvintes/telespectadores/leitores se encontravam suficientemente preparados para a absorção da ideologia como tal, houve no espaço geográfico acreano (e até fora do Estado, dado que esporadicamente foram veiculadas peças de propaganda referentes ao tema em publicações de circulação nacional) uma avalanche de informações (notícias, opiniões, publicidade, depoimentos, entrevistas com simpatizantes da causa) sobre a florestania. Grande parte desse material de divulgação, levando em conta que foi criado um amplo sistema de rádio e teledifusão (rádios FM e AM e TV Educativa) pelo governo, foi produzida pela própria Assessoria de Comunicação do Estado. Outra parte desse material foi produzida pelos jornalistas atuantes nos veículos privados, obedecendo a pautas emanadas da mesma Assessoria de Comunicação.

Quarta: partindo-se da definição de Fairclough de que “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (2008, p. 91), pode-se concluir que os principais contratos de comunicação propostos nos veículos de comunicação do Acre, no que diz respeito à florestania, levaram em conta duas premissas básicas: as regularidades comportamentais prévias dos indivíduos envolvidos na troca comunicacional, característicos do que Charaudeau chama de “dados externos” (2006, p. 69); e os comportamentos linguajeiros dos

receptores da mensagem, detectados pelos produtores/criadores do discurso, após a emissão desta, característicos do que o mesmo Charaudeau (2006, p. 70) chama de “dados internos”.

O discurso da florestania ao mesmo tempo em que representou e significou o mundo dos povos da floresta, também construiu esse mundo em significado, a partir tanto das práticas culturais quanto discursivas e/ou sociais desse contingente humano. Simultaneamente, os ideólogos do novo discurso trataram de socializá-lo disseminando-o para o grupo constituído pelos moradores da cidade e por parte do mundo rural, estabelecendo um domínio de saber comum em torno de um mesmo tema. Sujeitos falantes na relação com o destinatário da mensagem, os proponentes do discurso justificaram sua posição pela relação de convivência harmoniosa com os interlocutores que, por sua vez, foram tratados como fonte da construção desse discurso. Nascido a partir de uma prática política, o discurso da florestania faz questão de afirmar que sua grande fonte de inspiração é a tradição popular, dando a entender que os meios de comunicação entram na equação apenas como ferramentas. Ao estabelecer esse convencimento, o discurso da florestania tornou-se hegemônico e passou a ser reconhecido pela maioria como o melhor caminho para o Acre e para os acreanos.

Quinta: os pressupostos do desenvolvimento sustentável foram fundamentais para a invenção da florestania, não apenas no que diz respeito às referências ecológicas, mas a tudo o que concerne ao equilíbrio das atividades humanas. O depoimento do então militante petista Antônio Alves Leitão Neto, reproduzido por Sant’Ana Júnior é emblemático e definitivo neste aspecto quando ele diz que o projeto privilegiava também a sustentabilidade econômica, “para que a gente possa viver”; a sustentabilidade social, porque não adianta ser um projeto ecologicamente sustentável, economicamente viável, “mas que expulsa as populações e as manda serem periféricas nas cidades (...); e a sustentabilidade política, para que todo mundo possa participar, tornando-o “um projeto não de um governo mas de um povo inteiro (...)”(2004, p. 289).

Por último, há uma afirmação conclusiva que, em princípio, não constava entre os questionamentos e/ou possibilidades de trilhas investigativas presentes no projeto. A de que a florestania, ao contrário do que dizem e/ou pensam muitos outros pesquisadores das mais variadas correntes teóricas e ramos do conhecimento que já se debruçaram sobre o referido tema, não pode ser compreendida tão somente como um neologismo saído de um laboratório intelectual, com fins ao estabelecimento puro e simples de uma hegemonia política. Mesmo que o discurso não tenha se materializado na sua plenitude, e que o tecido social suturado pelos cirurgões da ideologia petista tenha se dilacerado num intercurso temporal mais rápido

do que era pretensão do Partido dos Trabalhadores do Acre, é possível dizer que a florestania teve o poder de legar uma nova identidade para os acreanos. Trata-se de uma identidade nova, composta por elementos e/ou características positivas, a partir da qual o discurso que a sustenta suporta uma nova forma de viver e de se relacionar com o mundo, em direção oposta ao que estabeleciam os elementos da identidade antiga. Essa é uma afirmação fácil de ser constatada, bastando para isso comparar como os acreanos se viam antes da florestania e como se veem depois dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Preconceito Contra a Origem Geográfica e de Lugar*. São Paulo : Cortez, 2007.

ALMEIDA NETO, Domingos José de. *Aos Trancos e Barrancos – Identidade, Cultura e Resistência Seringueira na Periferia de Rio Branco-AC (1970-1980)*. Rio Branco : Edufac, 2004.

ALVES, Antônio. *Artigos em Geral – Arqueologia do Recente (Livro Três)*. Rio Branco: Valcir, 2004.

_____, *Florestania*. Artigo. Disponível em: <www.bibliotecaflorresta.ac.gov.br/colaboradores> 2 de novembro de 2010.

AQUINO, Romerito. *Destaque*, in *Página 20*, 23 de dezembro de 2000.

ASSMAR, Olinda Batista; BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante; LIMA, Gleyson Moura de. *O Imaginário Social – Estudo dos Editoriais nos Jornais de Rio Branco Séc. XX*. João Pessoa : Ideia, 2007.

ÁVILA, Cristina. *Florestania – Política do Governo do Estado Resgata a Cidadania dos Habitantes da Floresta*, in *Jornal Página 20*, Rio Branco, 16 de fevereiro de 2000.

BAITELLO JÚNIOR, Norval; GUIMARÃES, Luciano; MENEZES, José Eugênio de Oliveira; PAIERO, Denise (Orgs.). *Os Símbolos Vivem Mais que os Homens*. São Paulo : Annablume, 2006.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente – As Estratégias de Mudanças da Agenda 21*. Petrópolis : Vozes, 2009.

BARRETT, Michele. *Ideologia, Política e Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe*, in *Um Mapa da Ideologia* (Org. Slavoj Zizek). Rio de Janeiro : Contraponto, 2007.

BARROS, Glimesdes Rego. *Nos Confins do Extremo Oeste*. Vols. I e II. Rio de Janeiro : Bibliex, 1993.

BARROS FILHO, Clóvis. *Ética na Comunicação – Da informação ao receptor*. São Paulo : Moderna, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Em Busca da Política*. Rio de Janeiro : Zahar, 2000.

_____, *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro : Zahar, 2007.

_____, *Legisladores e Intérpretes*. Rio de Janeiro : Zahar, 2010.

BECKER, Bertha K. *Amazônia – Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro : Garamond, 2009.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo : Martins Fontes, 2010.

BOFF, Leonardo. *A Pobreza da Democracia Brasileira*. Artigo. Disponível em: <www.adital.org.br>. 7 de setembro de 2010.

_____, *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade*. Rio de Janeiro : Record, 2008.

_____, *Florestania: cidadania na floresta*, in *Jornal Página 20*, 1 de junho de 2002.

BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante. *Ideologia e Poder – Uma análise do discurso dos jornais “O Rio Branco” e “Varadouro” durante a Ditadura Militar*. Rio Branco : Cida, 2007.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *Além dos Meios e Mensagens – Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência*. Petrópolis : Vozes, 1998.

BOUDON, Raymond. *A Ideologia*. São Paulo : Ática, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2009.

BURSZTYN, Maria Augusta Almeida & BURSZTYN, Marcel. *Desenvolvimento Sustentável – Biografia de Um Conceito*, in *Economia, Meio Ambiente e Comunicação* (Orgs. Elimar Pinheiro do Nascimento e João Nildo de Souza Viana). Rio de Janeiro : Garamond, 2006.

CALAÇA, Manoel. *Violência e Resistência – O movimento dos seringueiros de Xapuri e a proposta de Reserva Extrativista*. Tese de Doutorado. Rio Claro : UNESP, 1993.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. *Plácido de Castro e a Construção da Ordem no Aquiri – Contribuições à História das Ideias Políticas*. Rio Branco : FEM, 2003.

CARDIA, Laís Maretti. *Cumprindo Trajetos, Refletindo Sobre a Memória: colonos e seringueiros migrantes em Rio Branco, Acre*. Rio Branco : Edufac, 2010.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. *O Discurso Fundador do Acre – Heroísmo e Patriotismo no Último Oeste*. Dissertação de Mestrado. Rio Branco : UFAC, 2008.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação – A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. São Paulo : Cultrix, 1999.

CARVALHO, Edson Ferreira de. *Os Ecologistas e o Desenvolvimento Sustentável*, in *Jornal Página 20*, 17 de julho de 1999.

CARVALHO, João Carlos de. *Amazônia Revisitada: de Carvajal a Márcio Souza*. Rio Branco : Edufac, 2005.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Vol. II*. São Paulo : Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo : Cosac Naify, 2002.

CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. *O Que é Cidadania*. São Paulo : Brasiliense, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo : Contexto, 2006.

_____, *Linguagem e Discurso – Modos de Organização*. São Paulo : Contexto, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo : Brasiliense, 2006.

COSTA, Francisco Pereira. *Seringueiros, Patrões e a Justiça no Acre Federal – 1904/1918*. Rio Branco : Edufac, 2005.

COSTA, João Craveiro. *A Conquista do Deserto Ocidental*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1974.

COSTA FILHO, Orlando Sabino. *Reserva Extrativista – Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte : Cedeplar/UFMG, 1995.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental*. João Pessoa : Universitária – UFPB, 2001.

COSTA, Tatiana Camila da Silva Campos. *Galinho Bom de Título – A História do Jornal Página 20, o Mais Premiado do Acre*. Monografia. Rio Branco : UFAC, 2007.

CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido*. Rio Branco : Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo : Ed. 34, 2008.

DEMO, Pedro. *Cidadania Pequena*. Campinas : Autores Associados, 2001.

DUPAS, Gilberto (Org.). *Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais*. São Paulo : UNESP, 2008.

_____, *Ética e Poder na Sociedade da Informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso*. 3ª Edição. São Paulo : UNESP, 2000.

DUTRA, Manuel Sena. *A Natureza da Mídia – Os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta*. São Paulo : Annablume, 2009.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista/Boitempo, 1997.

ESTEVES, Antônio R. *A Ocupação da Amazônia*. São Paulo : Brasiliense, 1993.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *Do “Manso” ao Guardião da Floresta*. Rio Branco : Edufac, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília : UnB, 2008.

FELINTO, Erick e BENTES, Ivana. *Avatar – O Futuro do Cinema e a Ecologia das Imagens Digitais*. Porto Alegre : Sulina, 2010.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Verdade – Uma história*. Rio de Janeiro : Record, 2000.

FERNANDES, Marcos Inácio. *O PT no Acre – A Construção de Uma Terceira Via*. Dissertação de Mestrado. Natal : UFRN, 1999.

FERREIRA, Jairo e VIZER, Eduardo (Orgs.). *Mídias e Movimentos Sociais – Linguagens e coletivos em ação*. São Paulo : Paulus, 2007.

FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (Orgs.). *Incertezas da Sustentabilidade na Globalização*. Campinas : Unicamp, 1996.

FERREIRA, Luiz Antônio. *Leitura e Persuasão – Princípios de análise retórica*. São Paulo : Contexto, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo : Martins Fontes, 2008.

_____, *Vigiar e Punir*. Petrópolis : Vozes, 1977.

_____, *A Ordem do Discurso*. São Paulo : Loyola, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo. *A Cidadania Entre os Romanos*, in *História da Cidadania* (Orgs. Jaime Pinsky & Carla Bassanezi Pinsky). São Paulo : Contexto, 2008.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, Governamentalidade e educação – Introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte : Autêntica, 2009.

GIACAGLIA, Mirta A. *Política e Subjetividade no Pensamento de Ernesto Laclau*. In, Ernesto Laclau e Niklas Luhmann (Org. Léo Peixoto Rodrigues e Daniel de Mendonça). Porto Alegre : Edipucrs, 2006.

GIDDENS, Anthony. *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo : UNESP, 1996.

_____, *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2002.

_____, *A Política da Mudança Climática*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2010.

GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Campinas : Unicamp, 2003.

GOMES, Pedro Gilberto. *Tópicos de Teoria da Comunicação*. São Leopoldo : Unisinos, 1997.

GOMES, Wilson. *Transformação da Política na Era da Comunicação de Massa*. São Paulo : Paulus, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo : Contexto, 2008.

_____, *Os (Des)caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo : Contexto, 2010.

GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo : Marco Zero, 1994.

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos : Claraluz, 2003.

GUIMARÃES JÚNIOR, Isac de Souza. *A Construção Discursiva da Florestania: comunicação, identidade e política no Acre*. Dissertação de Mestrado. Niterói : UFF, 2008.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. *Mais Além da Cultura: espaço, identidade e política da diferença*, in O Espaço da Diferença (Org. Antônio Arantes). Campinas : Papirus, 2000.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2003.

HERNANDES, Nilton. *A Mídia e seus Truques – O que revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo : Contexto, 2006.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro : Objetiva, 1997.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996.

JATENE, Adib. *O Modelo do Acre*. Artigo. *Folha de S. Paulo* (Seção Tendência/Debates). São Paulo, 18 de outubro de 2010.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia*. Bauru : Edusc, 2001.

KENNEDY, Paul. *Preparando para o Século XXI*. Rio de Janeiro : Campus, 1993.

KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemonia y Estrategia Socialista – Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid : Siglo XXI, 1987.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura – Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1986.

LAZZARATO, Maurizio. *As Revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo : Cortez, 2007.

_____, *Ecologia, Capital e Cultura*. Petrópolis : Vozes, 2009.

LEIS, Héctor Ricardo. *O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo/Blumenau : Gaia/Furb, 1996.

LEITE, Arthur Cezar Pinheiro. *Neoextrativismo e Desenvolvimento no Estado do Acre: o caso do manejo comunitário do óleo de copaíba na Reserva Extrativista Chico Mendes*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis : UFSC, 2004.

LIMA, Cláudio de Araújo. *Plácido de Castro – Um Caudilho Contra o Imperialismo*. Rio Branco : Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

LIMA, Manoel Ferreira. *O Acre – Seus aspectos físicos e geográficos, socioeconômicos, históricos e seus problemas*. Rio Branco : s/e, 1985.

LIMA, Mário José de. *Capitalismo e Extrativismo – A Formação da Região Acreana*. Tese de Doutorado. Campinas : Unicamp, 1994.

LINS, Daniel (Org.). *Cultura e Subjetividade – Saberes Nômades*. Campinas : Papirus, 1997.

LLOSA, Mario Vargas. *La Civilización del Espectáculo*. Lima : Alfaguara, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico – Uma Abordagem Política*. Rio de Janeiro : Quartet, 2003.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia do Século XXI – Novas Formas de Desenvolvimento*. São Paulo : Empório do Livro, 2009.

LOVELOK, James. *As Eras de Gaia – A biografia da nossa terra viva*. Rio de Janeiro : Campus, 1991.

_____, *Gaia: alerta final*. Rio de Janeiro : Intrínseca, 2010.

LUKACS, John. *O Fim de uma Era*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2005.

MAIA, Tião. *Aprenda a Desmatar*, in *Jornal Página 20*, 2 de julho de 1999.

_____, *A Solução está Aqui – Reservas Extrativistas podem ser Modelo de Preservação Ambiental para o Mundo*, in *Jornal Página 20*, 25 de agosto de 1999.

_____, *Jorge Viana Reafirma o Discurso da Florestania*, in *Jornal Página 20*, 14 de maio de 2002.

MACHADO, Altino. *BID Aprova Empréstimo para Desenvolver o Acre*, in *Página 20*, 11 de maio de 2002.

_____, *Florestania Trará Novo Ciclo de Prosperidade*, in *Página 20*, 12 de maio de 2002.

McCOMBS, Maxwell. *A Teoria da Agenda – A Mídia e a Opinião Pública*. Petrópolis : Vozes, 2009.

MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco : Edufac, 2004.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo : Contexto, 2012.

MARTINS, Edilson. *Chico Mendes – Um Povo da Floresta*. Garamond : Rio de Janeiro, 1998.

MARTINS, Elson. *O Acre Dividido*, in *Página 20*, 10 de fevereiro de 2002.

_____, *A Florestania vai às Urnas*, in *Página 20*, 21 de abril de 2002.

MAZIÈRE, Francine. *A Análise do Discurso: história e práticas*. São Paulo : Parábola, 2007.

MEDITSCH, Eduardo. *O Rádio na Era da Informação – Teoria e Técnica do Novo Jornalismo*. Florianópolis : Insular/Ed. da UFSC, 2001.

MELLO, Gilberto Braga de. *Governador Binho Marques Mostra Acre com REDD+ e Valor da Florestania em Copenhague*. Disponível em: <www.ac.gov.br>.

MENDES, José Amando. *A Crise Amazônica e a Borracha*. Manaus : Valer, 2004.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo : Paz e Terra, 1998.

MESQUITA, Luiz. *Acre é o Estado Que Mais Reduziu Desmatamento e Queimadas na Amazônia*. Disponível em: <www.ac.gov.br> – 2 de setembro de 2010.

MÉSZAROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo : Boitempo, 2004.

MORAIS, Maria de Jesus. *Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana*. Tese de doutorado. Niterói : UFF, 2008.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre : Sulina, 2007.

MOSCOVICI, Serge. *Natureza – Para Pensar a Ecologia*. Rio de Janeiro : Mauad X, 2007.

MOURÃO, Nilson Moura Leite. *A Prática Educativa das Comunidades Eclesiais de Base no Estado do Acre: popular e transformadora ou clerical e conservadora?* Dissertação de Mestrado. São Paulo : PUC, 1988.

NASCIMENTO, Jozafá Batista do. *A Imprensa Acreana na Batalha por Hegemonia: estratégias de 1969 a 2006*. Monografia. Rio Branco : UFAC, 2012.

NATAL, Jorge. *Ecumenismo Ambiental – Desenvolvimento Sustentado Integrado: convergência entre rivais*, in *Jornal Página 20*, 1 de maio de 1999.

NEGREIROS, Cezar. *Terra, Sonho, Suor e Sangue*. Rio Branco : s/e, 2000.

NOBRE, Marcos e AMAZONAS, Maurício de Carvalho. *Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília : IBAMA, 2002.

ODALIA, Nilo. *A Liberdade Como Meta Coletiva*, in *História da Cidadania* (Orgs. Jaime Pinsky & Carla Bassanezi Pinsky). São Paulo : Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. *O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro – Cem anos de andança da população acreana*. Rio Branco : FDRHCD, 1985.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A Informação no Rádio – Os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo : Summus, 1985.

PATRÍCIO, Djalma. *Grupos de Pressão e Meios de Comunicação*. Blumenau : Ed. da FURB, 1998.

PAULA, Elder Andrade de. *Seringueiros e Sindicatos – Um Povo da Floresta em Busca de Liberdade*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro : UFRJ, 1991.

PESSOA, Enock da Silva. *Trabalhadores da Floresta do Alto Juruá – Cultura e cidadania na Amazônia*. Rio Branco : Edufac, 2007.

PIMENTA, José. *A História Oculta da Floresta: imaginário, conquista e povos indígenas no Acre*. Artigo. *Revista Linguagens Amazônicas*, nº 2 : 27-44, 2004.

PINHEIRO, Francisco de Moura. *Impactos de Veículos de Comunicação de Massa Numa Reserva Extrativista no Estado do Acre*. Dissertação de Mestrado. Brasília : UnB, 1999.

_____, Entrevista gravada com Aníbal Diniz, Secretário de Comunicação do Estado do Acre, nas duas gestões do governador Jorge Viana (1999 a 2002 e 2003 a 2006).

_____, e GONÇALVES, Márcia Nemetala Dourado. *A Rádio Difusora Acreana e o Movimento Autonomista*. Artigo. VI Congresso Brasileiro de História da Mídia. Niterói : Anais, 2008.

_____, Entrevista gravada com Antônio Alves Leitão Neto, Secretário de Cultura do Estado do Acre na primeira gestão do governador Jorge Viana (1999 a 2002). Rio Branco, 2009.

_____, *Os Símbolos da Floresta na Voz do Rádio*. Artigo. In História da Mídia Sonora – Experiências, Memórias e Afetos de Norte a Sul do Brasil (Orgs. Luciano Klöckner e Nair Prata), Porto Alegre : Edipucrs, 2009.

PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo : Contexto, 2008.

PRADO, José Luiz Aidar e BUENO, Vinícius Prates da Fonseca. *Regimes de Convocação da Biopolítica do Desempenho nas Revistas Brasileiras de Negócios*. Artigo. XI Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. Montevideo : Anais, 2012.

PROSS, Harry. *Estructura Simbólica del Poder*. Barcelona : Gustavo Gili, 1980.

RANZI, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre*. Rio Branco : MM Paim / Edufac, 2008.

REIS, Artur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro : Serviço de Informação Agrícola, 1953.

_____, *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1982.

REGO, José Fernandes do. *Estado e Políticas Públicas – A reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar*. São Luís : Edufma, 2002.

RIBEIRO, Wagner Costa. *Em Busca da Qualidade de Vida*, in História da Cidadania (Orgs. Jaime Pinsky & Carla Bassanezi Pinsky). São Paulo : Contexto, 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo*. Brasília : UnB, 2000.

RICOUER, Paul. *Hermenêutica e Ideologias*. Petrópolis : Vozes, 2008.

_____, *Ideología y Utopía*. Barcelona : Gedisa, 2006.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da Comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa : Editorial Presença, 1990.

RODRIGUES, Écio e PAIVA, Aurisa. *Sustentabilidade na Amazônia*. Rio Branco : Andiroba, 2009.

RODRIGUES, Gomercindo. *Caminhando na Floresta*. Rio Branco : Edufac/Xapuri, 2009.

RODRIGUES, José Carlos. *Antropologia e Comunicação: princípios radicais*. Rio de Janeiro : PUC-Rio, São Paulo : Loyola, 2003.

ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. *História do Jornalismo no Brasil*. Florianópolis : Insular, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. *Florestania: a saga acreana e os povos da floresta*. Rio Branco : Edufac, 2004.

_____, *Florestania: a saga acreana e o Governo da Floresta*, in Jornal Página 20, 2 de outubro de 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo : Cortez, 1995.

_____, *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo : Boitempo, 2009.

_____, *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo : Cortez, 2006.

_____, e MENESES, Maria Paula (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo : Cortez, 2010.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as Novas Tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo : 34, 2003.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia*. São Paulo : T.A. Queiroz, 1980.

SCHIMINK, Marianne e CORDEIRO, Mâncio Lima. *Rio Branco – A Cidade da Florestania*. Belém : Universitária – UFPA, 2008.

SERRES, Michel. *Ramos*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2008.

SILVA, Francisco Bento da. *Autoritarismo e Personalismo no Poder Executivo Acreano, 1921-1964*. Rio Branco : Edufac, 2012.

SILVA, Marconi Oliveira da. *Imagem e Verdade – Jornalismo, linguagem e realidade*. São Paulo : Annablume, 2006.

SILVA, Marina. *Avatar e a síndrome do invasor*. Disponível em: <www.minhamarina.org.br/blog>. 2 de março de 2010.

SILVA, Nilson Euclides da. *Um Governo na Floresta*. Tese de Doutorado. São Paulo : PUC, 2009.

SILVA, Raimundo Ibernnon Chaves da. *Chico Mendes e a Invenção do Acre Contemporâneo: imagens e confronto em Alex Shoumatoff, Márcio Souza e Zuenir Ventura*. Dissertação de Mestrado. Rio Branco : UFAC, 2009.

SILVA, Silvio Simione da. *Na Fronteira Agropecuária Acreana*. Presidente Prudente : Edição do Autor, 2003.

SODRÉ, Muniz. *O Monopólio da Fala – Função e Linguagem da Televisão no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 2001.

_____, *As Estratégias Sensíveis – Afeto, mídia e política*. Petrópolis : Vozes, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. *As Notícias e os seus Efeitos*. Coimbra : MinervaCoimbra, 2000.

_____, *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Florianópolis : Argos / Letras Contemporâneas, 2002.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre – Novos temas, nova abordagem*. 7ª Edição. Rio Branco : Edição do Autor, 2009.

SOUZA, Márcio. *Galvez, Imperador do Acre*. São Paulo : Marco Zero, 1979.

_____, *Empate Contra Chico Mendes*. São Paulo : Marco Zero, 1990.

STAVRAKAKIS, Yannis. *On the Emergence of Green Ideology: the dislocation factor in Green politics*, in *Discourse Theory and Political Analysis* (Ed. David Howarth, Aletta J. Norval et Yannis Stavarakakis). Manchester and New York : Manchester University Press, 2000.

THOMPSON, John B., *A Mídia e a Modernidade – Uma Teoria Social da Mídia*. Petrópolis : Vozes, 1995.

TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre* (Vols. I e II). Brasília : Senado Federal, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *Pensar Outramente – O Discurso Interpretativo Dominante*. Petrópolis : Vozes, 2009.

_____, *Crítica da Modernidade*. Petrópolis : Vozes, 1994.

TRIGUEIRO, André. *Mundo Sustentável – Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. 5ª Edição. São Paulo : Globo, 2005.

VALENCIO, Norma; PAULA, Elder Andrade de; e WITKOSKI, Antônio Carlos (Orgs.). *Processos de Territorialização e Identidades Sociais*. Vol. I. São Carlos/Manaus/Rio Branco : Rima/Edua/Edufac, 2010.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro : Record, 1997.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. São Paulo : Martins Fontes, 2003.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo : Hucitec, 1993.

XANGAI, Juracy. *Rádio e tevê que levam o Acre até você*, in *Página 20*, 11 de janeiro de 2005.

ZANCHETTA JÚNIOR, Juvenal. *Imprensa Escrita e Telejornal*. São Paulo : UNESP, 2004.